

Cultura escrita moderna
entre múltiplos saberes

LaborHistórico

Volume 2 - Número 1 - jan./jun. 2016

Universidade Federal do Rio de Janeiro

LaborHistórico

Revista de Linguística Histórica Românica

LaborHistórico

© 2016 Copyright by

Faculdade de Letras / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados

Faculdade de Letras/UFRJ

Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CEP: 21.941-590 - Tel.: (55 21) 2598-9708



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor Roberto Leher

Vice-reitora Denise Fernandes Lopez Nascimento

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa Ivan da Costa Marques

Centro de Letras e Artes

Decana Flora De Paoli Faria

Faculdade de Letras

Diretora Eleonora Ziller Cameniestzki

Diretora Adjunta de Ensino de Graduação Cláudia Fátima Morais Martins

Diretora Adjunta de Cultura e Extensão Karen Sampaio

Diretora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold

LaborHistórico

Organização e Edição Leonardo Lennertz Marcotulio

Adriana Angelita da Conceição

Revisão Leonardo Lennertz Marcotulio

Capa e Editoração eletrônica Priscila Gomes Santos

Leonardo Lennertz Marcotulio

ISSN: 2359-6910

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1>

LaborHistórico Rio de Janeiro v. 2 n. 1 p. 1-189 jan. | jun. 2016

LaborHistórico
Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

LaborHistórico: Revista de Linguística Histórica Românica – v. 2, n. 1 (2016) –
Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras,
2016.

Semestral

ISSN eletrônico: 2359-6910

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1>

Av. Horácio Macedo, 2151
Faculdade de Letras, sala F-316
Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 21941-917
Telefone: 55 21 3938-9727
home page: <http://www.portaldeperiodicos.letas.ufrj.br/index.php/laborhistorico>
e-mail: laborhistorico@letras.ufrj.br

Editor-Chefe

Leonardo Lennertz Marcotulio Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Comissão Editorial

Leonardo Lennertz Marcotulio Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Adriana Angelita da Conceição Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Márcia Cristina de Brito Rumeu Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Sandro Marcó Drumond Alves Marengo Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Américo Venâncio Lopes Machado Filho Universidade Federal da Bahia, Brasil
Ana Isabel Boullón Agrelo Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Ana Maria Martins Universidade de Lisboa, Portugal
Ataliba Teixeira de Castilho Universidade de São Paulo, Brasil
Carlos Alberto Faraco Universidade Federal do Paraná, Brasil
Célia Regina dos Santos Lopes Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
César Nardelli Cambraia Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Charlotte Marie Chambelland Galves Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Clarinda de Azevedo Maia Universidade de Coimbra, Portugal
Concepción Company Company Universidad Nacional Autónoma de México, México
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti Universidade Federal da Bahia, Brasil
Dinah Maria Isensee Callou Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Emilio Gozze Pagotto Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Esperança Maria da Cruz Marreiros Cardeira Universidade de Lisboa, Portugal
Henrique Monteagudo Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Johannes Kabatek Universität Zürich, Suíça
José António Souto Cabo Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Juan Camilo Conde Silvestre Universidad de Murcia, Espanha
Maria Francisca Xavier Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Maria Teresa Leitão Brocardo Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Mário Eduardo Viaro Universidade de São Paulo, Brasil
Martin Hummel Karl-Franzens-Universität Graz, Áustria
Rita Marquilhas Universidade de Lisboa, Portugal
Rosario Álvarez Blanco Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Tânia Conceição Freire Lobo Universidade Federal da Bahia, Brasil
Uli Reich Freie Universität, Alemanha

Apoio Técnico

Priscila Gomes Santos Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

LaborHistórico

Cultura Escrita Moderna: entre múltiples saberes

Volume 2 – Número 1
jan./jun. 2016

Sumário

Apresentação	10
---------------------	----

Adriana Angelita da Conceição

Dossiê Temático

Ordenar el universo de los signos. Bandos, pregones y espacio urbano en España y América durante la Edad Moderna	16
---	----

Isabel Castro Rojas

"E para verdade passo este de minha letra e sinal" – uma breve análise sobre cultura escrita e os recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa (1772-1802)	30
---	----

Márcia Almada

Papeis em travessia: o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os Manuscritos da Coroa – século XIX	44
---	----

*Adriana Angelita da Conceição
Juliana Gesuelli Meirelles*

Saibham quantos este estormento de contrato virem: análise das terminações nasais em contratos dos séculos XV e XVI	56
--	----

*Vanessa Martins do Monte
Phablo Roberto Marchis Fachin*

El Ciego Callejero en la España Moderna: balance y propuestas	74
--	----

Abel Iglesias Castellano

Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo pessoal do Conde da Barca	91
---	----

*Abel Rodrigues
Renata Munhoz*

Procedimentos de retextualização para o disfarce da cópia no século XVIII: o caso da <i>Memória Histórica da Capitania de São Paulo</i>	105
--	-----

Renata Ferreira Costa

“Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta”: A circulação de notícias e a <i>Gazeta ‘da Restauração’</i> em Portugal (1641-1647)	124
---	-----

Caroline Garcia Mendes

A retórica da história no século XVII	137
---------------------------------------	-----

André Sekkel Cerqueira

Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista)	151
--	-----

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Traduções

Paleografia versus Alfabetização. Reflexões sobre História Social da Cultura Escrita	164
---	-----

Antonio Castillo Gómez

Carlos Sáez

Apresentação

Nas últimas décadas os referenciais teóricos e metodológicos que abrangem os estudos da cultura escrita no período moderno vem passando por pontos de inflexão, motivados, sobretudo, pelo diálogo entre os distintos campos do conhecimento. A questão central tornou-se o aprofundamento da problematização da escrita como objeto de reflexão, em meio às distintas especificidades desta prática social e cultural que agrupa letrados e iletrados. Diante da ebulição da temática, o primeiro número de 2016 da revista *LaborHistórico* apresenta o dossiê “Cultura escrita moderna: entre múltiplos saberes” e reúne um grupo de especialistas, filiados a diferentes saberes – Filologia, Linguística Histórica, Paleografia e História –, que refletiram as atuais inquietações das análises concernentes à Cultura Escrita moderna no Brasil, na Península Ibérica e em algumas partes da América hispânica. Além disso, a revista apresenta a tradução ao português de um texto clássico de Antonio Castillo Gómez em parceria com Carlos Sáez – renomados especialistas sobre a temática – intitulado *Paleografía versus Alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita*, publicado originalmente na Revista SIGNO (Revista de Historia de la Cultura Escrita), Universidade de Alcalá de Henares, 1994, pp. 133-168.

Ler e analisar a escrita como ampla fonte de informação sobre os tempos pretéritos, na busca por responder a demandas variadas, é uma metodologia já consagrada em muitos meios científicos. No entanto, tê-la como a centralidade da pesquisa é um método que vem se aprimorando desde a segunda metade do século passado – período no qual grande parte das ciências sociais e humanas redirecionou seus temas, métodos e interesses de estudo. Entre disputas por privilégios de apreciação, nas quais alguns saberes eram considerados mais auxiliaristas e técnicos do que outros, a história da cultura escrita emergiu de forma renovada e demandou, acima de tudo, um viés de análise que integrou diferentes áreas¹. Deste modo, os atuais estudos voltados ao tema têm se apresentado fora do domínio de um único saber, pois os atos de ler e escrever são múltiplos e envolvem variados setores de uma sociedade, especialmente quando se intenciona problematizar o acesso e a difusão de tais práticas sociais que são permeadas por relações díspares de poder e controle que incluem ou excluem, de modo parcial ou integral, os sujeitos.

Para o italiano Armando Petrucci, seguindo a linha de pensamento do francês Jean Mallon, a Paleografia, para ser considerada não somente um saber que decifra caracteres antigos e/ou em desuso, precisa ser vista como uma autêntica *História da Cultura Escrita* (2002, p. 7)². Neste sentido, o autor reivindica as seguintes problematizações: o estudo da história da produção, a análise das características formais e reflexões sobre os usos sociais da escrita e de seus testemunhos por uma determinada sociedade, independentemente das técnicas e materiais utilizados (2002, p. 7-8). Este conjunto de questões consideradas pelo autor como essenciais aos estudos paleográficos requer, acima de tudo, uma perspectiva de pesquisa apta ao diálogo e desvincilhada dos esquematismos hierárquicos. Mas, isso não indica que a Paleografia seja sinônimo de História da Cultura Escrita, já que a segunda solicita *um viés de análise dialógico* e que mostre que a escrita não pode ser compreendida se distanciada do contexto social

¹ Conferir BLAY, Francisco Gimeno. *Las llamadas ciencias auxiliares de la Historia ¿Erronea interpretación? (Consideraciones sobre el método de investigación en Paleografía)*. Zaragoza/Disputación Provincial: Institución Fernando el Católico, 1986.

² PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002.

onde foi produzida, distribuída e consumida, de acordo com o espanhol Antonio Castillo Gómez, em consonância com Petrucci (2015, p. 3)³. Para o pesquisador ibérico, é necessário ponderar as desigualdades quanto ao acesso e ao uso da escrita, assim como os fatores “que propician y explican estos, así como las ideologías y prácticas que concurren en cada expresión escrita” (2015, p. 3). Ou seja, as reflexões voltadas a este campo de análise precisam considerar os embates de forças que permeiam as relações de poder e saber nas sociedades, integrando, sempre que possível, os aspectos materiais, discursivos, linguísticos, textuais, de contexto, dentre outros.

Quando se pondera a escrita como o objeto, a interpretação e a compreensão do texto vêm acompanhada pelos diferentes processos que envolvem a produção, o uso, a circulação e a conservação textual e material, o que permite análises linguísticas, históricas, paleográficas, diplomáticas, filológicas, dentre outras. Portanto, os artigos que compõem este dossiê não se preocuparam em atender a todas estas demandas interpretativas, para acolher a uma perspectiva que se requer interdisciplinar, mas trouxeram o *diálogo* entre as disciplinas como uma característica essencial às investigações sobre a Cultura Escrita.

A palavra registrada, como manifestação comunicativa, é permeada por uma característica fundamental: “un deseo de duración”, conforme destacou Francisco Gimeno Blay (2001, p. 360)⁴. A comunicação escrita, como “palabra fosilizada, frente a la oralidad” (BLAY, 2001, p. 360), carrega este desejo de duração e permanência, de acordo com as formas como as sociedades articulam os signos gráficos no Tempo e no Espaço, como, por exemplo: os usos e variações da língua; os diferentes tipos de livros; as representações visuais; o registro das relações políticas e de trabalho; o sentido de História e de escrita da mesma; a formação de bibliotecas; as múltiplas formas de uso, produção e conservação de impressos e manuscritos; as práticas de escrita de cartas; a produção textual em meio aos variados gêneros textuais; os confrontos de poder pelo acesso às letras; a pretensão humana pela vontade de memória – aspectos que marcam as ações convergentes e divergentes das práticas culturais da escrita e que aparecem nos artigos presentes neste dossiê. Portanto, as autoras e os autores dedicaram-se a um viés interpretativo que se propõe aberto ao diálogo, à partilha de inquietações e às possibilidades de distanciar e aproximar questões epistemológicas e pertinentes às áreas que usam a escrita como fonte de conhecimento. Desta maneira, cada texto, ao seu modo, problematizou-a como *objeto de análise*.

O dossiê *Cultura escrita moderna: entre múltiplos saberes* reúne dez contribuições que dialogam com os referenciais teóricos e metodológicos da História da Cultura Escrita e os possuem como a base da reflexão, da qual partem em consonância com os aspectos que são indispensáveis às análises paleográficas, linguísticas, filológicas e históricas.

Dentro do universo dos signos gráficos, as *escrituras expuestas* têm sido alvo de pertinentes problematizações, sendo definidas por Armando Petrucci como a escrita registrada em uma superfície exposta, para ser usada em espaços abertos ou fechados, permitindo, assim, uma leitura plural (2013, p. 25)⁵. Este tipo de produção foi o objeto de pesquisa selecionado por Isabel Castro Rojas. A autora aponta as dificuldades de se estudar estes materiais devido ao caráter efêmero que possuem e por terem “una validez determinada y cuyo débil formato y amplia distribución, unido a la lógica archivística de conservar solo lo necesario, contribuyeron a su desaparición” (p. 18). No artigo *Ordenar el universo de los signos. Bandos, pregones y espacio urbano en España y América durante la Edad Moderna*, Rojas apresenta aspectos

³ GÓMEZ, Antonio Castillo. ¿Qué escritura para qué historia? In: GÓMEZ, Antonio Castillo (editor). *Culturas del escrito en el mundo occidental: del renacimiento a la contemporaneidad*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015.

⁴ BLAY, Francisco Gimeno. Conservar la memoria, representar la sociedad. *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Universidad de Alcalá, n. 8, p. 359-378, 2001.

⁵ “Escritura expuesta: cualquier tipo de escritura concebido para ser utilizado en espacios abiertos o cerrados, para permitir la lectura plural (en grupo, masiva) y a distancia de un texto escrito sobre una superficie expuesta; condición necesaria para que sea efectivo su uso es que la escritura expuesta sea suficientemente grande, y presente el mensaje del cual es portadora de manera (verbal y/o visual) evidente y clara”, em PETRUCCI, Armando. *La escritura: Ideología y representación*. Trad. María Beatriz Raffo. Buenos Aires: Ampersand, 2013, p. 25.

políticos e socioculturais do império castelhano através do estudo de tipologias e de discursos produzidos para ocuparem o espaço urbano e serem recepcionados por meio da leitura, assim como por manifestações orais que, muitas vezes, acompanhavam a ritualidade deste tipo de escrita. A autora teve como objetivo investigar as estratégias utilizadas pelo poder monárquico, na península e na América, para chegar à população, formada em maioria por analfabetos, através da “escritura expuesta y, más concretamente, si fueron estos documentos un reflejo de la mayor presencia de la misma en el espacio ciudadano en la Edad Moderna” (p. 26). Portanto, utilizando-se de apurados pressupostos teóricos, Rojas procura evidenciar metodologias de análise para este tipo de signos que ocuparam a urbanidade moderna e que reforçam a presença da escrita enquanto produto cultural das sociabilidades de letrados e iletrados.

Antônio Francisco Lisboa, o *Aleijadinho*, é uma figura constantemente presente nos estudos sobre a arte no império luso-brasileiro, sobretudo, destacando-se as esculturas ainda presentes em cidades mineiras. Entretanto, Márcia Almada – no seu artigo intitulado “*E para verdade passo este de minha letra e sinal*” – uma breve análise sobre cultura escrita e os recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa (1772-1802) – não se deteve sobre o entalhador e o escultor, mas sobre o artista que assinou dezenas de recibos. Tais papéis certificam ou não a autoria de determinadas obras de Francisco Lisboa. Assim, o interesse da leitura de Almada foi problematizar a dimensão destes registros nas “práticas da escrita de fins do século XVIII na Capitania de Minas Gerais” (p. 32). A autora analisou as características materiais e textuais dos recibos, dos quais destacou elementos como a caligrafia, a ortografia e a adequação do texto às tratadísticas do período. Com estas questões, Almada levantou problematizações sobre os diferentes níveis de letramento presentes no período colonial e concluiu que Francisco Lisboa “esteve envolvido ativamente com a cultura escrita” (p. 41). A autora reuniu um conjunto de informações quanto às particularidades gráficas do escultor para afirmar que, diante da fluência, do ritmo ordenado, da legibilidade, do uso livre de vários tipos gráficos, do domínio do espaço do papel, os recibos foram produzidos “por um sujeito hábil na escrita, que o fazia sem preocupação com modelos caligráficos, adotando um estilo pessoalizado” (p. 39) – interpretação que requereu de Almada manejar diferentes saberes que são necessários a uma investigação integral sobre a História da Cultura Escrita.

A história do império luso-brasileiro sofreu importantes pontos de inflexão no início do século XIX, o que afetou a cultura escrita de ambos os lados do Atlântico. A produção de impressos passou a ser autorizada no Brasil, com a vinda da família real portuguesa em 1808, assim como a produção e a circulação de manuscritos tomou novos rumos⁶. Neste contexto, a contribuição de Adriana Angelita da Conceição e Juliana Gesuelli Meirelles, *Papeis em travessia: o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os Manuscritos da Coroa – século XIX*, problematizou a transferência da Livraria Real e do setor de Manuscritos da Coroa para o Rio de Janeiro – nova sede da corte lusa. Em meio a estes *papeis em travessia* a figura do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos foi expressiva, sobretudo, pela conservação das cartas que enviou ao pai e que relatam os primeiros anos de fixação e reconfiguração da monarquia em solo americano. Junto ao trabalho que desenvolveu no estabelecimento e na organização da biblioteca, Marrocos foi encarregado para também cuidar dos manuscritos reais – cargo que requeria grande responsabilidade e a observância do segredo. As autoras estudaram o documento manuscrito produzido por Marrocos: *Índice geral dos Manuscriptos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente*, custodiado na Biblioteca da Ajuda em Lisboa. A partir deste, debateram questões ligadas aos sentidos simbólicos e práticos da materialidade dos papéis escritos à mão, vistos como “importantes instrumentos da cultura política portuguesa” e inseparáveis “das práticas, discursos e representações da escrita moderna – na qual, impressos e papéis de punho conviveram dentro de suas especificidades, sem sobreposições, isto é, reconfiguraram-se após a ascensão da tipografia” (p. 54).

Através de uma observação linguística que pondera características sociais, Vanessa Martins do Monte e Phablo Fachin, em *Saibham quantos este estormento de contrato virem: análise das terminações nasais em contratos dos séculos XV e XVI*, estudaram um conjunto de contratos presentes no fundo da

⁶ A instalação das primeiras máquinas tipográficas na cidade do Rio de Janeiro também foi abordada pelo texto de Renata Munhoz e Abel Rodrigues – integrante deste Dossiê.

Colegiada de Santa Maria de Guimarães, Noroeste de Portugal, custodiados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e datados entre os séculos XV e XVI. A escolha por documentos não-literários certifica, segundo os autores, baseados em rico debate bibliográfico, a eficácia destes tipos textuais nos estudos linguísticos. Monte e Fachin problematizaram a questão da variação das terminações nasais e sua posterior convergência em “-ão” para levantar novas questões quanto aos limites temporais de periodização da língua portuguesa - “Os contratos analisados espelham uma realidade linguística muito particular e, apesar de produzidos no período do *português médio*, revelam características que os aproximam de um estado de língua mais antigo” (p. 56). Ao discutirem tais aspectos, Monte e Fachin reuniram elementos para a historicidade da língua portuguesa que teria vindo para o Brasil, junto aos colonizadores, intensificando as apreciações referentes à história do português brasileiro.

No artigo *El Ciego Callejero en la España Moderna: balance y propuestas*, Abel Iglesias Castellano apresenta a atuação dos *ciegos callejeros* como agentes culturais. Através de uma pertinente revisão bibliográfica, indica os principais estudos sobre a temática e indaga sobre o papel desses agentes como mediadores culturais, atuantes na difusão da cultura escrita entre centenas de letrados e analfabetos espanhóis. Castellano indica duas linhas de investigação: a dos que “han optado por adentrarse en la obra de los ciegos copleros autores” e a dos que discutem “las hermandades y el rol que desempeñaron los invidentes en la difusión de pliegos sueltos” (p. 76-77). Dentro destas duas frentes que considera como complementares, apresenta a pergunta que justifica sua pesquisa: “¿quiénes fueron los ciegos callejeros y qué papel tuvieron en la cultura escrita de la España Moderna?” (p. 77). Sem o compromisso de esgotar o assunto, aponta que para as práticas nas quais os *ciegos callejeros* estavam envolvidos a oralidade era essencial para a difusão pública e privada do tipo de escrita que produziam e/ou comercializavam. Portanto, as demandas apresentadas pelo autor encontram-se com as *portas abertas* por ser uma temática ainda pouco visitada e que indica um importante viés de contribuição para o questionamento da difusão da cultura escrita moderna – que também passava pelas mãos e bocas dos *ciegos callejeros* espanhóis no período moderno.

No texto *Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo pessoal do Conde da Barca*, Abel Rodrigues e Renata Munhoz estudaram uma importante figura de um momento singular da história do império luso-brasileiro: o diplomata e ministro António de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, no contexto da instalação da monarquia portuguesa no Brasil. O texto enfatiza os sentidos do Iluminismo na passagem para o século XIX, com ênfase nas práticas do conde da Barca, que ficaram registradas em sua correspondência particular, ou seja, a que circulou fora dos âmbitos burocráticos do governo, mas trocada entre destinatários comuns aos seus círculos públicos. O arquivo de Araújo de Azevedo é vasto e reúne “um total de 1.900 documentos provenientes de cerca de 490 remetentes, por meio dos quais é possível cartografar as redes de sociabilidade entre Portugal, Brasil e a Europa” (p. 101). Rodrigues e Munhoz refletiram sobre os principais temas presentes nas cartas recebidas pelo conde da Barca, ao ponderarem suas relações sociais em meio ao que chamam de cultura iluminista. Por fim, o viés analítico dos autores contextualiza a cultura escrita do período ao destacar três aspectos basilares: a) a formação da grandiosa biblioteca do conde que após sua morte foi comprada por D. João VI e incorporada à Livraria Real; b) as relações de Araújo de Azevedo com a prática epistolar; e c) o fato de ter instalado a primeira tipografia autorizada no Rio de Janeiro.

A pesquisadora Renata Ferreira Costa, no artigo intitulado *Procedimentos de retextualização para o disfarce da cópia no século XVIII: o caso da Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, selecionou para sua investigação o livro manuscrito *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, de autoria de Manuel Cardoso de Abreu, datado de 1796. A obra foi lida por historiadores do início do século XX que a classificaram como o resultado de uma ação plagiária. A autora historicizou o conceito de autoria textual e de escrita da História e, deste modo, consultou um conjunto de cinco obras, também produzidas no século XVIII, para compreender os procedimentos usados por Cardoso de Abreu para compor seu manuscrito – o que Costa denominou como retextualização. A pesquisa valeu-se dos referenciais teóricos e metodológicos da Crítica de Fontes e da Crítica Textual – ligados à Filologia – para estudar o disfarce da obra de Cardoso de Abreu, identificando o processo de retextualização elaborado por meio de

adição ou eliminação de dados e de elementos linguísticos, pela “reordenação da ordem de palavras e orações, a substituição de palavras ou construções gramaticais e a reelaboração de frases, trechos ou parágrafos” (p. 105) – aspectos que foram exemplificados no artigo. A análise de Costa permite que se compreenda a composição da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* vinculada à Cultura Escrita da qual o autor fazia parte e na qual o procedimento de compilação de obras era legitimado.

A movimentação de papéis impressos e manuscritos carregados das mais variadas notícias durante o século XVII é um assunto que desperta grande interesse entre os pesquisadores do período moderno, dentre os quais incluímos Caroline Garcia Mendes, que escolheu um momento de profunda transformação em território lusitano: a coroação de D. João IV – a Restauração Portuguesa –, como seu contexto de análise. No texto “*Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta*”: *A circulação de notícias e a Gazeta ‘da Restauração’ em Portugal (1641-1647)*, o objeto de sua investigação foi a *Gazeta da Restauração*, publicada, em uma primeira fase, de novembro de 1641 a julho de 1642, quando ganhou um novo formato e se manteve até setembro de 1647. Neste sentido, a autora problematiza a produção e a circulação da Gazeta entre as redes de editores e impressores portugueses, ponderando a mobilidade de impressos e quais eram as *novas* consideradas dignas de serem noticiadas naquele momento de reestruturação política da monarquia lusa. Para Mendes, a principal função da *Gazeta da Restauração* era “exaltar a nova dinastia e ao mesmo tempo desmerecer os castelhanos” (p. 135). Consequentemente, a autora estuda o periódico a partir das atuais análises da História da Cultura Escrita, nas quais é imprescindível pensar o contexto social de composição vinculado às estratégias de uso e movimentação das notícias impressas.

No artigo *A retórica da história no século XVII*, o *corpus* escolhido foram duas obras impressas e de grande circulação no período: *Ásia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, e *História de Portugal Restaurado*, de D. Luís de Menezes, 3º conde da Ericeira. Diferentemente de muitos dos estudiosos do Seiscentos, André Sekkel Cerqueira ofereceu menos atenção ao corpo textual dos livros e deteve-se sobre os textos preambulares, de modo a analisá-los por uma perspectiva retórica e que não deixou de ser, sobretudo, histórica. O autor inquiriu sobre dois aspectos pertinentes ao gênero histórico na época: o uso de prerrogativas pertencentes à retórica e o sentido de verdade – elementos que frequentemente eram reivindicados por Manuel de Faria e Sousa e D. Luís de Menezes, ao recorrerem à autorização do discurso de Cícero (do século I a. C.), Luciano de Samósata (século II d. C.) e Agostino Mascardi (século XVII), conforme mostra Cerqueira. Por conseguinte, pondera que “o conhecimento das técnicas retóricas do período estudado é extremamente relevante para a reconstrução das práticas de escrita anteriores ao século XVIII – momento no qual percebe-se um uso menos intenso delas” (p. 138). Através do estudo de textos preambulares, o autor destaca a existência de determinadas normas gerindo a produção do texto – tal constatação permitiu que reunisse em seu artigo elementos para uma maior compreensão sobre a Cultura Escrita no Seiscentos e, em especial, a prática de escrita do gênero histórico.

As autoras, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, uniram os antigos saberes da Filologia às atuais propostas de edições digitais no artigo *Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista)*. Os objetos de investigação foram dois manuscritos: o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão do Brejo do Campo Seco*, produzidos no sertão da Bahia, por diferentes gerações de uma família, entre o final do século XVIII e o terceiro quartel do século seguinte. Trata-se de práticas de escrita ligadas ao ambiente doméstico e que reúnem informações sobre os procedimentos da administração familiar, assim como em relação à gerência do espaço da fazenda. No primeiro momento, as autoras pesquisaram os usos e as funções deste tipo de escrita no contexto histórico de produção, para, de modo interdisciplinar, compreenderem o universo sociolinguístico dos manuscritos, quando então partiram para a definição dos processos de edição. Unindo a Filologia às ciências computacionais, a edição digital abre espaço para a concepção de uma *e-philology* e/ou *Humanidades Digitais*, conforme apresentam em debate com diversos especialistas sobre o assunto. Deste modo, para Fagundes e Carneiro este tipo de edição não serve apenas aos estudos da história do português *culto* e *popular* do Brasil, mas também às problematizações referentes à cultura escrita, em meio aos aspectos históricos, políticos, culturais e econômicos do período – em especial, pela interação das informações que proporciona, ou seja, uma “hipermídia capaz de incluir, no mesmo

ambiente, edições convencionais (crítica, diplomática, fac-similar, etc.) e diversos tipos de documentos iconográficos, filmográficos, sonoros e textuais, com recursos de zoom, hipertexto e animação” (p. 160).

Junto ao editor da revista *LaborHistórico*, Leonardo Lennertz Marcotulio, selecionamos e traduzimos ao português o texto *Paleografía versus Alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita*, de autoria de dois importantes especialistas na temática: Antonio Castillo Gómez e Carlos Sáez, publicado em 1994. O texto expõe uma minuciosa revisão da paleografia como ciência da escrita, ao modo do pensamento de Armando Petrucci. Além disso, incorpora uma das mais pertinentes discussões historiográficas da década de 90, as reviravoltas da nova história social e cultural, período no qual os estudos sobre a cultura escrita definiam com mais precisão suas principais problemáticas. Neste sentido, os autores destacam a interdisciplinaridade como um ambiente mais seguro para se falar em História da Cultura Escrita e, conseqüentemente, em História da Alfabetização. Ao traduzir este texto, almejamos tornar mais acessível aos leitores em língua portuguesa reflexões teóricas e, acima de tudo, metodológicas sobre uma temática que vive um “esplêndido momento” na produção científica brasileira, conforme destacou Antonio Castillo Gómez (2014, p. 22)⁷, mas que ainda carece de produções que tomem os procedimentos metodológicos como objeto de análise. Portanto, trata-se de um texto indispensável aos que pretendem se aventurar pelo assunto, ao se considerar a discussão de método, a vasta bibliografia referenciada e por colocar o contexto ibérico em evidência.

Por fim, as pesquisadoras e os pesquisadores – do Brasil, Espanha e Portugal – que integram este dossiê produziram seus artigos intencionando contribuir com o atual dinamismo analítico da História da Cultura Escrita. Esperamos que essa proposta de investigação continue revigorando-se, permitindo que *velhas e novas* fontes de pesquisa – livros, cartas, recibos, inventários, contratos, libelos, bulas, gazetas, relações, livros de razão – possam oferecer *outras leituras* sobre o universo das letras e dos signos gráficos: espaço no qual se conformam relações de poder e desigualdades sociais que se estabelecem por meio dos diferentes graus de domínio e acesso à escrita e à leitura.

Adriana Angelita da Conceição
Profa. Colaboradora – PPGH-UFAM
Organizadora do Dossiê

Amazonas, junho de 2016.

⁷ GÓMEZ, Antonio Castillo. *Livros e leituras na Espanha do século de ouro*. Ateliê Editorial: Cotia (SP), 2014.

Ordenar el universo de los signos. Bandos, pregones y espacio urbano en España y América durante la Edad Moderna

Into the universe of signs. Edicts, proclamations and urban space in Spain and Latin America during the Early Modern Age

Recibido en 15 de abril de 2016. | Aceptado en 08 de mayo de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.314>

Isabel Castro Rojas¹

Resumen: La Historia de la Cultura Escrita se preocupa por conocer los usos, significados y apropiaciones de lo escrito en un sentido cada vez más amplio. Bandos, edictos y otros documentos de carácter dispositivo, aunque muy conocidos, no han sido objeto de estudios sistemáticos desde los fundamentos teóricos y metodológicos de esta disciplina. Materiales menores, pero también efímeros, que, desde el punto de vista de su tipología, los lugares por los que circularon y su presencia en el espacio público, permiten su inclusión dentro de las llamadas “escrituras expuestas”, término acuñado por Armando Petrucci en su obra *La scrittura: ideologia e rappresentazione* (1986) de cuyo impulso y recuperación se encarga actualmente el profesor Antonio Castillo Gómez². La importancia de los bandos y pregones durante el periodo colonial ha sido puesta de manifiesto en numerosos estudios, aunque muchos de ellos lo han hecho desde otros enfoques, centrándose primordialmente en el contenido y en los diferentes aspectos que regulaban. Sin embargo, desde esta disciplina pretendemos analizar, además, las diferentes tipologías y discursos; así como los aspectos de la circulación, tanto oral como escrita; y los mediadores y recepción de los mismos. En esta línea, este trabajo plantea un primer acercamiento entre los mundos hispano y americano, analizando los diferentes resultados y controversias surgidas hasta este momento, desde un enfoque transnacional y estableciendo una propuesta de diálogo y metodología común.

Palabras clave: bandos; edictos;regoneros; escritura expuesta; cultura escrita; Edad Moderna.

Abstract: The social history of written culture has developed in recent years an increasing interest in the functions, meanings and appropriations of the written forms. Although they are well known, however, proclamations, edicts and other official documents have not been studied through the written culture methods. “Minor materials” but also ephemerals that, concerning to their typology and public dissemination, could be called “displayed writings” or “public letters”, as Armando Petrucci called them in *La scrittura: ideologia e rappresentazione* (1986), currently studied by Antonio Castillo Gómez. There are many studies about these documents during the colonial era, although many of them focusing in their content and rules. This paper proposes the study of administrative or bureaucratic products in order to approach to the way information circulated both oral and written form, in urban space during the early modern age both in Spain and America. To this end, we propose the formal and graphical analysis of the channels through which they circulated, or areas intended for public dissemination, that acquired a recognized function of points of information.

Keywords: proclamations; edicts; town criers; displayed writing; written culture; early modern age.

¹ Licenciada en Historia (2010) y Máster en *La Monarquía Católica, el Siglo de Oro español y la Europa Barroca* (2011) por la Universidad de Granada (España). Becaria de Formación del Personal Investigador (FPI) del Ministerio de Economía y Competitividad en la Universidad de Alcalá donde realiza su Tesis Doctoral bajo la dirección del profesor Antonio Castillo Gómez. Forma parte del Grupo de Investigación reconocido *Lectura, Escritura y Alfabetización* (LEA) y del Seminario Interdisciplinar de Estudios sobre Cultura Escrita (SIECE). Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto de investigación “Scripta in itinere”. Discursos, formas y apropiaciones de la cultura escrita en espacios públicos desde la primera Edad Moderna a nuestros días, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad (Referencia HAR2014-51883-P). isacastrorojas@hotmail.com.

² A través fundamentalmente del proyecto de investigación “Scripta in itinere”... (citado en la nota anterior) del que es director.

Introducción

Ordenar el universo de los signos es la expresión que utiliza Ángel Rama en su obra *La ciudad letrada* (1984) para definir la forma en que los conquistadores lograron concentrar el poder mediante la formación de un grupo social integrado por quienes tenían dominio de la letra y la utilizaban, junto con los signos, para ejercer como representantes de la Corona en el Nuevo Mundo. A pesar de que durante la Edad Moderna el rey era la máxima autoridad pública, sin embargo no podía llevar a cabo el directo gobierno de los inmensos territorios que integraban los reinos y provincias de la monarquía hispana (REAL DÍAZ, 1970, p. 13). Un imperativo que le obligó a delegar funciones y a desarrollar un aparato administrativo que pasaba, obligatoriamente, por el gobierno municipal y local. Los oficiales responsables, regidores, corregidores y alcaldes, utilizaron instrumentos como las ordenanzas, los autos, los edictos y bandos, entre otros, para sus tareas gubernativas³.

Estos documentos han sido utilizados tradicionalmente como fuentes para el estudio de la historia, debido a su potencial para el conocimiento de las formas de gobierno y vida de las sociedades pasadas. También por la historia del derecho, dado su carácter jurídico y legislativo, donde, sin embargo, quedaría todavía un largo camino por recorrer que tiene su origen, según Víctor Tau Anzoátegui, en la falta de interés de la iushistoriografía clásica de los siglos XIX y XX, que “se desentendió del examen científico de las manifestaciones locales del derecho a partir de la Edad Moderna, dado que volcó todo su esfuerzo en el derecho nacional o territorial” (2004, p. 15).

Desde otro punto de vista, los estudiosos de la paleografía y la diplomática municipal se han centrado en la estructura y tipología de estos materiales⁴, mientras que documentalistas y bibliógrafos han rastreado su conservación en archivos y bibliotecas para elaborar catálogos y colecciones documentales referidos a ciudades o regiones específicas⁵.

A pesar de que, como se ha visto, no son documentos desconocidos, es cierto que podemos observar una carencia de estudios que los consideren como objeto central de análisis, abordando de manera transversal todos estos aspectos y alguno más.

Desde los planteamientos de la Historia Social de la Cultura Escrita⁶, haciendo uso de su marcado carácter interdisciplinar, se ha intensificado en los últimos años el interés por los materiales que se encuentran, como ha señalado Antonio Castillo Gómez, en los márgenes del fetichismo libresco (CASTILLO, 2015). Me estoy refiriendo a los denominados materiales menores (TAVONI, 1997; 2010) y efímeros, como son los avisos y noticias; almanaques y lunarios; panfletos, pasquines, libelos o los pliegos de cordel, cuya relevancia para el conocimiento de las formas, funciones y usos de lo escrito en la época moderna es ya indiscutible (CASTILLO, 2014).

Muchos de estos productos se encontraban, de una u otra forma, en circulación por el espacio urbano abierto. Escrituras expuestas, como las ha denominado Armando Petrucci (1986) entre las que se encontraban también las de nuestro interés, de carácter dispositivo, que daban a conocer las normas que regían la vida pública, económica y social, al tiempo que ejercían como medios de control y propaganda⁷.

Partiendo de estas bases, y con el objetivo de conocer mejor cómo fue esta presencia de la escritura en el espacio público, nos hemos propuesto elaborar un análisis que comience con el estudio de los documentos, abordando aspectos como su tipología y contenido, y que se interese igualmente por las formas de exposición pública tanto por medios orales como por escrito, sin olvidarse de los modos de apropiación por parte de la población.

La realización de un estudio sistemático tiene como principal dificultad la localización de la documentación, principalmente la anterior al siglo XVIII. En el caso hispano, en Madrid, por ejemplo, el Concejo Municipal y la Sala de Alcaldes de Casa y Corte eran los organismos encargados de publicar los bandos y edictos, pero lo que se ha conservado mayoritariamente en los archivos son los autos manuscritos, los mandatos para publicar las órdenes, o los testimonios de pregón. En el ámbito americano, aunque no contamos con un gran número de colecciones,

³ Junto con el documento escrito, como señala Margarita Gómez, uno de los principales elementos que permitieron al monarca estar presente en sus distintos reinos y provincias fue el sello real (GÓMEZ GÓMEZ, 2011).

⁴ En España destacan los trabajos de Cuñat Ciscar (1988), Pino Rebolledo (1991) y Ruiz García (2011).

⁵ Los catálogos son muy prolíficos en la historiografía italiana. Se han realizado en ciudades como Roma (SINISI, 2001); Florencia (BERTOLI, 1992); Parma (ALIANA, 1985); Piacenza (ZANCANI, 1985); Bolonia (ZANARDI, 1996) o el Estado Pontificio (GRILLO, 2014).

⁶ Para profundizar en la metodología de esta disciplina remito a Petrucci (2002); Castillo Gómez (2005) y Gimeno Blay (2008).

⁷ Sobre el concepto de propaganda en la Edad Moderna se puede consultar Bouza (2012).

Víctor Tau señala la dificultosa tarea que supuso elaborar su *Corpus de bandos de buen gobierno en las ciudades de Río de la Plata, Tucumán y Cuyo* debido a la dispersión o pérdida irremediable de los textos (2004, p. 9). No podemos olvidar que estamos ante materiales efímeros, que tenían una validez determinada y cuyo débil formato y amplia distribución, unido a la lógica archivística de conservar solo lo necesario, contribuyeron a su desaparición.

Sin embargo, contamos con algunos trabajos como los citados de Tau Anzoátegui (1983; 2004), los de Escobedo Mansilla (1995), Samudio y Robinson (2009) o los de Illades (2008), más centrada en el pregón, que pueden ser suficientes para plantear un primer acercamiento y perspectivas metodológicas entre los dos mundos.

A partir de aquí, la estructura de este ensayo gira en torno a tres ejes fundamentales como son la delimitación conceptual de los documentos; los medios utilizados para su publicación y espacios de circulación; y, por último, la recepción de los mismos entre la población de la época moderna.

Gobernar por escrito

Autos, pregones, bandos y bandos de buen gobierno eran, según Tau Anzoátegui, los representantes del "nivel más popular del ordenamiento jurídico" (1983, p. 96), no solo por el carácter universal que podían tener las leyes, que trataban sobre todos los aspectos de la vida cotidiana como eran el ordenamiento social y urbano; la administración; la regulación del comercio, el abasto y los precios; la organización gremial y del trabajo; así como todo tipo de festividades y ceremonias públicas, sino también por la forma en que se daban a conocer.

Algunos de estos documentos eran muy parecidos entre sí, con matices a veces muy sutiles, por lo que pueden llegar a confundirse, principalmente el bando y el edicto. Aunque se trata de un aspecto que daría para un ensayo completo, considero necesario, al menos, trazar las principales diferencias.

Consultando los diccionarios de la época, el *Tesoro* de Covarrubias (1611) entiende que edictos son "vulgarmente las letras que se fixan en los lugares públicos, dando noticia de alguna cosa, para que todos la sepan y entiendan, y acudan los que en ella pretenden ser interesados o estén obligados a responder a los tales edictos". Como vemos, en esta definición se hace hincapié en la publicidad del documento, sin aludir al contenido, aunque ciertamente señala la universalidad del mismo y la obligatoriedad de su cumplimiento. En la definición del bando, Covarrubias lo asimila al pregón: "nombre Toscano, el pregón que se dà, llamando algún delinquente que se ha ausentado, y de aquí se dixeron bandidos, y bandoleros, comúnmente vandoleros, por estar echado vando y pregón contra ellos en la Republica"⁸. Como sucede con la definición de edicto, se refiere más a su carácter de publicidad y no tanto al de mandato o norma.

Si acudimos al *Diccionario de Autoridades* (1726) la primera definición de edicto es muy similar a la que daba Covarrubias: "Letras que se fijan en los parages y sitios públicos de las Ciudades y Villas, en que se manda, o da noticia de alguna cosa, para que sea notoria a todos, la sepan y entiendan o cumplan", aunque el principal matiz viene dado en una segunda entrada en la que se define como: "Mandato, decreto y orden, publicado por autoridad del Príncipe o Magistrado" (1726). Observamos aquí las dos principales definiciones, publicidad y ley, que, dependiendo del momento, serán más o menos utilizadas. El bando en este diccionario es el "Edicto, ley o mandato solemnemente publicado de orden superior: y la solemnidad y acto de publicarle se llama tambien assi (...)". Observamos que aparecen los dos términos prácticamente como sinónimos, siendo el bando no solo el mandato sino también el mismo acto de su publicación.

Esto mismo sucede a finales del XVIII en el *Diccionario histórico y forense* de Andrés Cornejo (1784), que define el bando como: "Cierta mandato publicado con autoridad legítima, ya por voz de pregonero, ya con la fijación de edictos en los parajes más públicos de la ciudad o pueblo, bajo de alguna pena impuesta a los contraventores", y el edicto como el "Mandato o decreto publicado con autoridad del príncipe o magistrado, disponiendo la observación de algunas reglas en algún ramo o asunto, - y las letras que se fijan en los parajes públicos de las ciudades y villas, dando noticia de alguna cosa para que sea notoria a todos (...)".

⁸ En lo que se refiere a la etimología, Joaquín Escriche, en su *Diccionario razonado de legislación y jurisprudencia* (1874) dice que el bando viene "según unos, de la voz alemana *bann*, que significa territorio ó la facultad de establecerse en él; y según otros, es una de las que nos dejaron los vándalos, y se deriva de *baner*, hoy bandera, con cuya presentación se declaraba y publicaba la guerra, dando a la orden que precedía a este acto el nombre de bando". De la misma opinión es Joan Corominas (1954) quien plantea que el origen de los bandos "puede derivar del alemán *bann*, que pasó al francés como *ban* y cuya forma se fue asimilando influenciada por el término italiano *bando*, hecho por el que Covarrubias consideraba en su *Tesoro* a esta palabra como voz toscana".

Por primera vez, en la *Enciclopedia española de Derecho y Administración* (1852) encontramos un intento de aclarar las diferencias entre los dos términos afirmando que "(...) bando y edicto por parte de la forma exterior, o en el sentido de publicación, pueden tomarse uno por otro", sin embargo, continúa, "en el de su tenor o en el de la cosa publicada, no es siempre así, y antes las mas de las veces difieren estas voces esencialmente, lo cual interesa a la precisión y tecnología del derecho". Y aquí viene la distinción sustancial:

El bando manda o prohíbe, y por tanto siempre importa obligación, ora sea general, ora particular; mientras el edicto puede limitarse, y muchas veces se limita, a dar publicidad a una cosa o disposición, meramente para conocimiento del público o de aquellos a quienes interese, y que pueden prescindir impunemente de ella: en el bando hay o se comprende siempre *mandato*; en el edicto puede no haber sino aviso o anuncio. (ARRAZOLA, 1952, p. 610).

Esta es la definición que mejor ha llegado hasta nuestros días, donde parece que el bando ha conservado su carácter de mandato y el edicto el de publicidad, en detrimento del de ley. Así lo vemos en el *Diccionario jurídico elemental* de Guillermo Cabanellas (1979) que establece que hasta el siglo XVIII el edicto "equivalió con frecuencia a la ley pero en la actualidad se reduce a un llamamiento o notificación de índole pública (...)", mientras que el bando "constituye una disposición, por lo general transitoria y severa, que se fija por escrito en parajes públicos".

En cuanto a sus características y tipología, es cierto que podrían tomarse uno por el otro, aunque hay que tener presente que los edictos solían publicarse en una sola hoja en tamaños que iban desde el folio al gran folio, mientras que los bandos pueden hacerlo de esta forma, pero también es muy frecuente, sobre todo antes del siglo XVIII, encontrarlos, al igual que las pragmáticas y las ordenanzas, en folletos o pequeños cuadernillos de entre cuatro y ocho folios⁹.

Podríamos caer en la tentación de elaborar un estudio que partiera, solamente, de las diferencias entre estos documentos a uno y otro lado del Atlántico. Sin embargo, no podemos olvidar que, en la práctica, las Indias constituían uno más de los reinos de la Corona y que la propia legislación establecía la necesidad de mantener la coherencia en la forma de gobernar, como podemos ver en este fragmento de las Ordenanzas del Consejo del año 1571:

Y porque siendo de una corona los reynos de Castilla y las Indias: las leyes y manera del gobierno de los unos y de los otros, deben ser lo más semejante y conforme que ser pueda, los del nuestro Consejo en las leyes y establecimientos, que para aquellos estados ordenaren, procuren de reducir la forma y manera de gobierno dellos al estilo y orden con que son regidos y gobernados los reynos de Castilla y de León en quanto uviere lugar y se sufriere por la diversidad y diferencia de las tierras y naciones. (REAL DÍAZ, 1970, p. 7-8).

Por lo tanto, estas definiciones sirven igualmente para la América Hispana donde el bando, como forma de promulgación o de publicidad de las disposiciones legislativas, sustituyó en algunos casos al pregón, la forma tradicional que se había trasplantado a América Latina desde los primeros días de la colonización. En este sentido, Samudio y Robinson acentúan el carácter municipal del bando, y el espacio ciudadano como "el escenario donde los herederos de esta tradición hispana se ejercitaron como ordenadores sociales y produjeron esa fuente de valiosa significación para los estudios históricos y del derecho local moderno, aun no suficientemente estudiada" (2009, p. 57).

Por último, tampoco debemos confundir el bando con el bando de buen gobierno, que Escobedo Mansilla ha identificado como "un nuevo documento, perfectamente tipificado, al que se le da este nombre, documentos en los que, a manera de ordenanzas, las altas autoridades políticas, como una especie de programa de gobierno, dictan una serie de disposiciones sobre la policía o buen gobierno de las ciudades" (1995, p. 478-479).

En definitiva, no podemos sino estar de acuerdo con Carmela Salazar (2014, p. 420) en que los propios términos, pregón, bando edicto, proclama, pueden llegar a difuminarse en los Siglo de Oro. Sin embargo, esto no debe impedirnos tratar de elaborar un estudio que parta desde su génesis, ya que pequeños matices, como los que hemos ido viendo, pueden ser influyentes en la forma en que estos materiales se ponían en circulación y llegaban a la población.

⁹ Sobre la tipología de estos y otros impresos en la época moderna remito a GONZÁLEZ-SARASA (2013).

Y que se publique y se fije

La publicación era un elemento esencial para la vigencia efectiva de la norma (TAU ANZOÁTEGUI, 2014, p. 58). Mediante cláusulas finales como “mandase publicar para que llegue a noticia de todos”, o “que se publique en las partes públicas y acostumbradas de la ciudad”, las autoridades se encargaban de la difusión de las disposiciones, siendo responsabilidad de cada uno informarse, ya que, en el caso de incumplirlas, no se podría alegar desconocimiento, al manifestarse por escrito “que ninguno pueda pretender ignorancia”.

Conocer cómo era el proceso de publicación y la forma en que circulaban los textos es una cuestión esencial desde el punto de vista de la Historia de la Cultura Escrita. Saber hasta qué punto la escritura estuvo presente en esta política de la información, tanto para determinar cual fue su proceso de implantación en la sociedad de la Edad Moderna, como para ver en qué medida desde el poder se utilizó el recurso gráfico para dar publicidad a las normas y como forma de representar a la autoridad ante los súbditos, es una de nuestras prioridades. Dado que el fenómeno de la publicación en el Antiguo Régimen iba, como señala Annick Lemperiere, más allá de la imprenta (2008), conocer en qué proporción se pregonaban, se fijaban, o se combinaban ambas formas de difusión puede contribuir a la reconstrucción de las relaciones de la población con la lectura y la escritura.

La tarea no resulta sencilla debido a que los documentos son parcos y, a veces, ambiguos tanto en las cláusulas como en las diligencias de publicación. Como hemos señalado al inicio de este apartado, lo más frecuente era que en los textos apareciera el término “publicar”, aunque en ocasiones se mandaba también “fijar”. De nuevo el *Diccionario de Autoridades* (1726) define el primer término como “hacer notoria y patente, por voz de pregonero, u por otros medios, alguna cosa que se desea que venga a noticia de todos”. Aunque la referencia al pregonero nos lleva a pensar en la difusión oral, el matiz “u por otros medios” podría referirse a la fijación de los documentos por escrito. Por otra parte, una vez celebrado el acto, las diligencias posteriores, firmadas casi siempre por el escribano que lo validaba, dejaban, en los casos más completos, constancia de la fecha y los lugares en que tuvo lugar, así como del nombre del pregonero, los testigos y asistentes, pero apenas indicaban si colocaron o no el papel en algún espacio concreto.

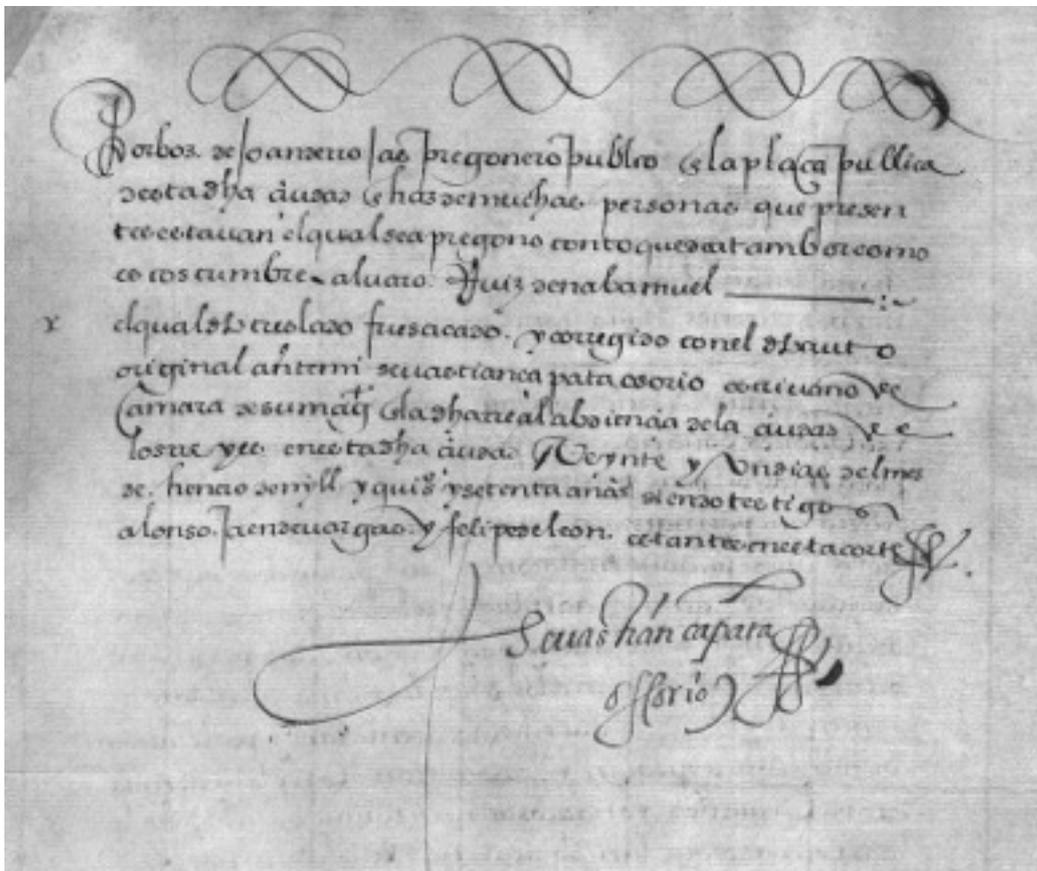


Fig. 1. Diligencia de publicación de un bando dado en Lima por orden del virrey Francisco de Toledo el 21 de enero de 1570. España. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Archivo General de Indias, Patronato, 227,1.

En el caso de la Corte Madrileña el predominio de la difusión oral se extiende durante todo el siglo XVII. Conforme este siglo va avanzando observamos un progresivo aumento de la publicación por escrito de los documentos, que convive con la oral, hasta el punto de que a principios del XVIII encontramos con mucha más frecuencia la obligatoriedad de fijar los documentos en las paredes y muros del espacio público, con cláusulas del tipo “y que se publique y fije” y el testimonio del acto. Como es lógico, dependía también del carácter de los mandatos, pues las pragmáticas y decretos reales circularon impresos en cuadernillos, mientras que hubo bandos que, posiblemente debido a la inmediatez con que se necesitaba informar o a su corto periodo de aplicación, no merecía la pena invertir tiempo y dinero en su impresión, máxime si tenemos en cuenta que el pregonero salía bastante rentable a la administración.

La doble publicación oral y escrita convivió también en el mundo americano. Así, al menos, lo indican Samudio y Robinson en su estudio sobre los bandos de la Mérida venezolana de finales del siglo XVIII cuya publicación se hacía “mediante la lectura en voz alta del pregonero, normalmente en la plaza principal y otras plazas secundarias cuando existían, anunciándose al son del tambor”, pero añadiendo que “igualmente se fijaron carteles escritos en las esquinas bien conocidas para el conocimiento de todo el mundo” (2009, p. 15). Del mismo modo Lemperiere, acerca de los bandos de policía y las cédulas reales de Nueva España, señala que “cuando se aplicaban al conjunto de la población, se hacían públicos no solo por los carteles fijados en las esquinas, sino mediante la lectura en voz alta que hacía el pregonero público en la plaza mayor y en las parroquias, anunciándose al son del tambor” (2008). Y, en esta línea, remarcando la importancia de la oralidad, Illades considera que la “información tenía que repetirse con frecuencia para evitar que se perdiera, ya que la escritura, como recurso de la memoria, poseía significación sólo para algunos (2008).

Sin embargo, aunque no se reflejara siempre en los textos, otras fuentes corroboran que la fijación por escrito de las disposiciones era también una práctica común. Así lo vemos en las cartas que el virrey de México en Veracruz envía al rey en el año 1679. En una de ellas relata cómo declaró por nulo un bando en el que el almirante gobernador de los navíos de azogue, Gabriel de Crucelaegui, pedía a la población que se embarcaran con sus haciendas en sus naves. No estando de acuerdo con su contenido, el virrey mandó que “se recogiese, borrarse y tildase, y quitase de todas las partes donde se hubiese fixado, por no averlo podido, ni debido pronunciar, ni fixar, por falta de jurisdicción, autoridad y mano para ello (...)” dejando, posteriormente, constancia de que “estaba fijado a la esquina de las casas de un boticario frente del convento de Santo Domingo, en la calle que llaman de la Merced”¹⁰.

Por voz de pregonero

El oficio del pregonero es antiguo y muy conocido, entre otras cosas, porque, aunque con bastantes matices, ha perdurado hasta nuestro días¹¹. A pesar de ello, el estudio de esta figura durante la época moderna no resulta tan sencillo como se podría imaginar¹². Sabemos que para dar publicidad a los mandatos era necesario que cada lugar, en función de su tamaño, contase con uno o varios pregoneros, pero las fuentes que nos dan información sobre este oficio no son, ni de lejos, tan prolíficas como las de los escribanos, alguaciles o, incluso, los verdugos.

Las noticias públicas de la Villa y Corte de Madrid eran voceadas tanto por los pregoneros del Concejo Municipal como por los de la Sala de Alcaldes de Casa y Corte, órgano dependiente del Consejo de Castilla. A pesar de que hemos encontrado algunos listados de los oficiales que integraban estas instituciones, entre ellos no se encuentra la el pregonero. Parece, por tanto, que no se trataba de un cargo fijo, sino que se contrataba, por un periodo determinado de tiempo, atendiendo a las necesidades de cada momento y, en ocasiones, a petición de los propios pregoneros. En lo que se refiere al nombramiento del cargo, una buena voz era el requisito fundamental

¹⁰ Cartas del virrey Payo Enrique de Rivera, Archivo General de Indias, México, 51, R.1, N. 15.

¹¹ Sobre el origen de pregonero, Gustavo Illades (2011) remonta, en su estudio centrado en la Puebla Novohispana, el pregón al mundo clásico para situarlo posteriormente en el corpus jurídico medieval afirmando que la primera documentación se halla en el Fuero de Avilés del año 1085 por Alfonso VII.

¹² Algunos de los estudios destacados sobre esta figura son los de Clara Bejarano Pellicer (2010) para la Edad Moderna en España. Sobre la Francia medieval ha escrito Nicolás Offenstadt (2013). El Italia, contamos los trabajos de Stephen J. Milner (2013) sobre Florencia, Claire Judde (2014) acerca de Murano y en el caso de Venecia, hace referencia a la figura del “comandatore” Filippo de Vivo (2007).

para obtener el puesto. Posiblemente no necesitara ni siquiera saber leer, pues el escribano podía dictarle el texto que tenía que difundir. Tampoco tenemos constancia de que fuera un oficio vitalicio ni hereditario, aunque en ocasiones los pregoneros solicitaban a la Sala de Alcaldes delegar sus funciones en algún familiar, debido a su vejez o a alguna enfermedad, lo que normalmente se aprobaba sin problema. El pregonero, que era un peón modesto (OLIVARI, 2004, p. 215) tenía la obligación de acudir a los plenos organizados por los corregidores o alcaldes y estar disponible para salir, acompañado por uno o varios alguaciles, a publicar lo acordado. El acto, que podía estar anunciado con trompetas y atabales, no era válido sin la presencia de varios testigos y de un escribano, que lo ponía por diligencia y lo firmaba.

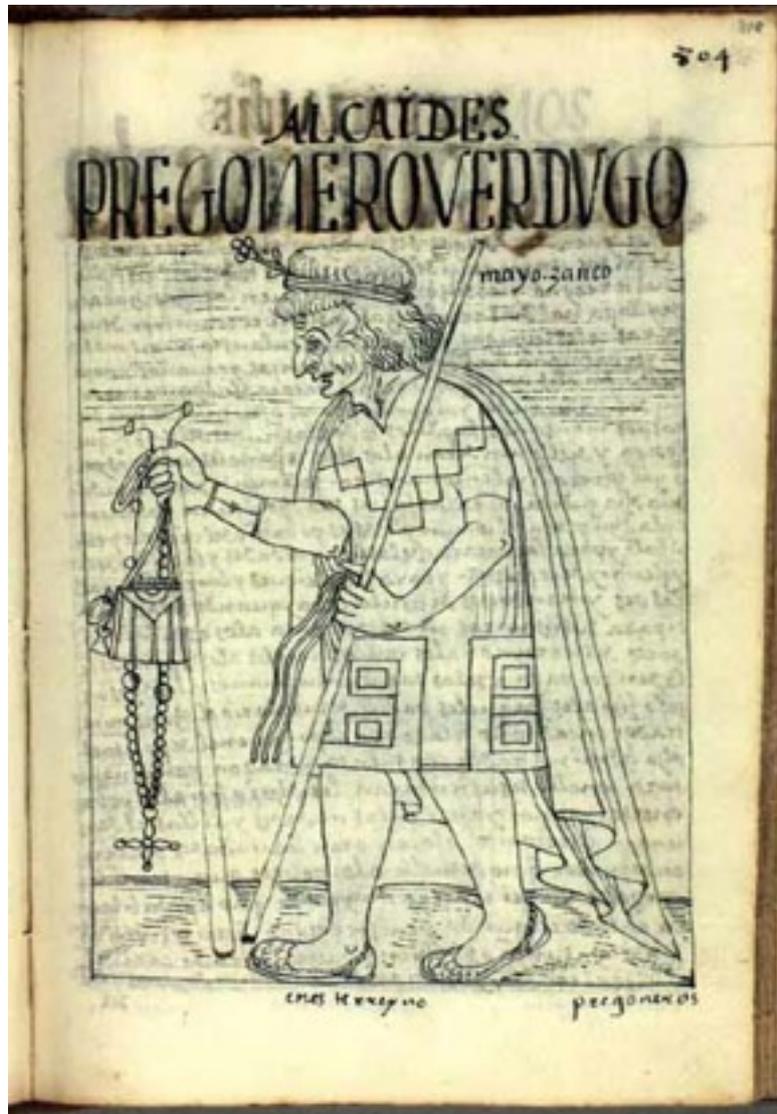


Fig. 2. "Alcades, pregonero, verdugo". Felipe Guaman Poma de Ayala: *Primer nueva corónica y buen gobierno*, 1615, lamina 303, fol. 804¹³.

Los primeros pregoneros que se asentaron en Nueva España provenían, como indica Lilian Illades, de la Península y del Caribe. El oficio, que según sus palabras, "fue legado por la tradición jurídica y política castellana e introducido por los peninsulares que poblaron las Indias Occidentales", estaba sujeto a postura y al pago de fianza y, una vez ganada la subasta, el pregonero se comprometía a ejercer bien su tarea, que debía desempeñar con fidelidad y secrecía. Este, continúa Illades, "realizaba su faena en espacios abiertos donde desplegaba las cualidades de su principal atributo: la voz, que alta e inteligible, firme, flexible, poderosa y penetrante llegaba a los oídos de los congregados mediante el uso de registros sociolingüísticos y escalas tonales propias de ese tiempo" (2008, p. 5).

¹³ Una reproducción digital facsímil y estudio completo de esta obra están disponibles en la web de la Biblioteca Real de Dinamarca: <<http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/project/project.htm>> [consultado el 29 de marzo de 2016].

Como portavoz y representante del poder municipal, tenía a su servicio, como ha señalado Clara Bejarano, “toda una serie de recursos destinados a incidir sobre los sentidos de los espectadores, inermes y presas de la curiosidad” (2010, p. 331). Es por ello que vestía una indumentaria especial que lo hacía fácilmente identificable. Covarrubias (1611) indica en su diccionario que “portaban bragas o paños menores ceñidos a los muslos para cubrir las partes íntimas, por delante y por detrás, para evitar que se quebrase dando voces”.

Más allá de estas definiciones, lo cierto es que contamos con escasas fuentes iconográficas que nos permitan conocer mejor cómo era esta figura, con alguna excepción, como son los dibujos del cronista del virreinato del Perú, Felipe Guaman Poma de Ayala. En su *Primer nueva corónica y buen gobierno* (1615) incluye, entre sus casi cuatrocientos dibujos, al menos dos representaciones del pregonero. En el primero de ellos (figura 2) con el título “Alcaides, pregonero, verdugo”, observamos al funcionario como un indígena, vestido de una forma muy característica, tal y como como podemos leer en esta descripción del mismo:

En un espacio exterior va caminando un indígena anciano que cumple funciones administrativas en el mundo colonial. En su desplazamiento se apoya en un grueso bastón que lleva tomado con su mano derecha junto a un rosario y a una chuspa (bolsa). En el antebrazo derecho se le nota una muñequera. De la bolsa cuelgan dos pequeñas figurillas (...). Con la mano izquierda sostiene la vara que identifica su cargo y entre sus dedos le cuelgan tres cordelillos. Va vestido a la usanza indígena y su unku (camisón) muestra un motivo que lo vincula a los linajes que gobernaron el incario. Un manto cubre sus espaldas, llegando casi hasta el suelo. Su cabecera está ceñida con un llauto que en su parte frontal presenta una flor. Va calzado con ussutas (sandalias). (GONZÁLEZ; ROSATI; SÁNCHEZ, 2003, p. 470).

En un segundo dibujo (figura 3) se representa al pregonero junto a Diego de Almagro y Francisco Pizarro a los que sitúa en Castilla. En el centro aparece esta figura tocando al mismo tiempo el tambor y la flauta, con plumas en la cabeza y vestido con falda, a semejanza de los dos conquistadores.

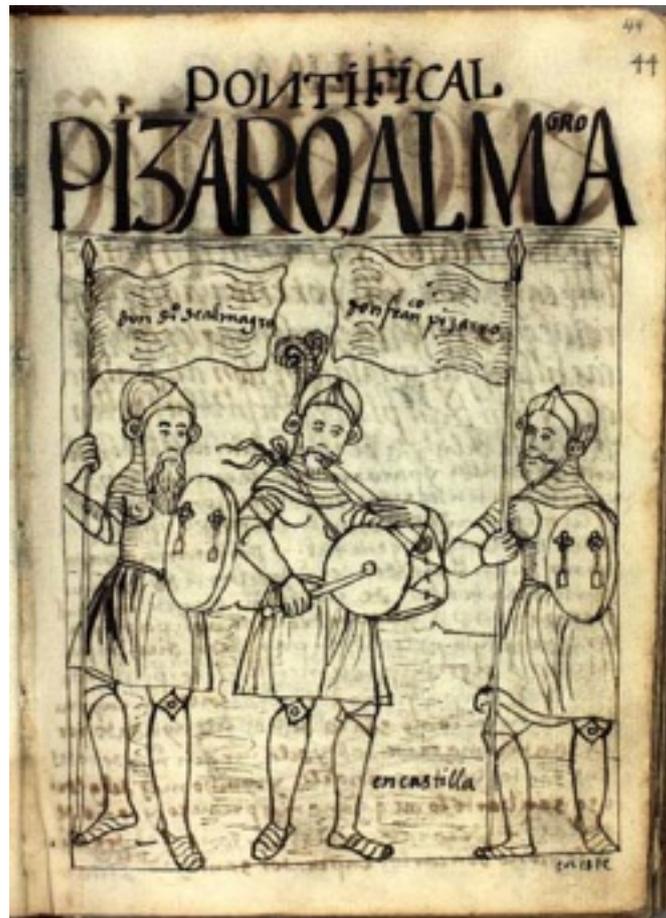


Fig. 3. “Pontifical, Pizarro, Almagro”. Felipe Guaman Poma de Ayala: *Primer nueva corónica y buen gobierno*, 1615, lámina 17, fol. 44.

El oficio no contaba con muy buena consideración social. A pesar de estas palabras en boca del que posible sea el pregonero más famoso de la literatura hispana, el Lazarillo de Tormes, mostrándose muy agradecido porque "(...) quiso Dios alumbrarme y ponerme en camino y manera provechosa. Y con favor que tuve de amigos y señores, todos mis trabajos y fatigas hasta entonces pasados fueron pagados con alcanzar lo que procuré, que fue un oficio real (...)". El cargo, como se describe en la obra, consistía en "pregonar los vinos que en esta ciudad [Toledo] se venden, y en almonedas y cosas perdidas, acompañar los que padecen persecuciones por justicia y declarar a voces sus delitos: pregonero, hablando en buen romance" (2006, p. 125).

Sin embargo, como decíamos, era frecuentemente denostado. En el *Diccionario de Autoridades* (1726), por ejemplo, se dice que "es oficio vil y baxo". Las mismas razones alega Juan de Gaitan en un pleito que tiene lugar en 1582 en la villa de Treviana (Burgos) tras haberlo nombrado pregonero merino, oficio que considera "bajo y vil"¹⁴. Uno de los motivos para esta valoración tan negativa puede deberse a que se asimilaba al oficio del verdugo. Así lo vemos en las *Ordenanzas para los indios de todos los departamentos y pueblos de este reino* publicadas en nombre del virrey Francisco de Toledo en Perú en 1568, en las que incluían en el mismo mandato a los carceleros, pregoneros y verdugos, para quienes se disponía lo siguiente:

Ítem sea obligado a dar todos los pregoneros que se le mandaren por los dichos alcaldes, y por cada uno de ellos, y a ejecutar en los delinquentes las penas en que fueran condenados por los dichos alcaldes o cualquiera de ellos, so pena de la privación de dicho oficio, y por razón de el le ha de dar la comunidad un topo de chacra y sementera, como a cada uno de los demás, atento a que será indio pobre y ha de estar ocupado en ello, y lo mismo los alguaciles. (GARGUREVICH, 2004).

Para Tau Anzoátegui, el pregonero era "una persona de rango social inferior, mulato, indio o negro, a veces esclavo, que recibía una pequeña retribución por el desempeño del oficio" (2004, p. 59). En ocasiones ni siquiera eso, pues en la Real Cédula dada a la Ciudad de los Reyes regulando el oficio de pregonero el 20 de noviembre de 1537, se autorizaba al cabildo a nombrar pregonero pero al mismo tiempo se pedía "que no lleve derecho alguno ni tampoco salario" (CODOIN, 1924, p. 146)¹⁵. Esta apreciación parece que se extendió en el tiempo, incluso reforzándose, hasta el punto de que Carlos III vedó en 1767 para las milicias "a quienes hubieran ejercido dichos oficios y otros indecorosos o fueran gitanos, negros o mulatos" (ILLADES, 2011).

La plaza, las calles y partes acostumbradas

Las plazas fueron durante la Edad Moderna los "lugares públicos por excelencia, reconocidos como tales por la cultura cívica y por sus tradiciones" (OLIVARI, 2014, p. 28). En ellas tenían lugar actividades comerciales y festivas; se celebraban las ceremonias públicas y religiosas; judiciales, como las ejecuciones y castigos; y era también en las plazas donde se difundían las infamias, se colocaban los libelos y pasquines, y de donde las noticias salían, por lo general, convertidas en rumores. Además, las calles, los mentideros, las puertas de entrada a las ciudades, los mercados y las puertas de las iglesias constituían una auténtica esfera pública¹⁶ que se estructuraba en torno a la representación.

Por lo tanto, no es de extrañar que las provisiones, que pretendían llegar al máximo número de personas, no alcanzaran su notoriedad legal efectiva hasta que se difundían en estos espacios. Las ceremonias de la información, como las denominó Michel Fogel (1989), compartían, según esta autora, una doble función práctica y simbólica en la que cada elemento, desde el formato y el contenido del documento hasta la indumentaria del pregonero, pretendía estar bajo control. Esta doble función ha sido señalada también por Antonio Castillo, quien considera la publicación de las disposiciones tanto "un mecanismo de afirmación de la oligarquía que gobierna, como un uso publicitario con fines legitimistas" (1997, p. 185). Un uso que se fue afianzando con el tiempo, tal y como vemos en esta definición de la plaza mayor de Lima a principios del siglo XIX, que Georges Lomné describe como "escenario principal de un teatro de piedra, donde se publican las leyes y provisiones reales y donde

¹⁴ Archivo Real Chancillería de Valladolid, Registro de ejecutorias, caja 1461/23.

¹⁵ Citado por Francisco de Solano (1996, p. 126).

¹⁶ Sobre el concepto de esfera pública en la Edad Moderna y las teorías post-habermasianas véase Massimo Rospocher (2012).

periódicamente se monta el espectáculo de la unanimidad monárquica". El virrey, según este autor, "hace saber para que el público obedezca (...) pero también hace saber para que el público admire" (LOMNÉ, 2008).

El boato del acto dependía, como es lógico, de la solemnidad de lo que se publicaba, oscilando entre actos sencillos, en un par de calles y plazas, en presencia del escribano y algún testigo, y otros más solemnes, como el que se dio en Madrid sobre la Pragmática de los Trajes aprobada en las Cortes de 1563, acompañado de trompetas y atabales, ante la presencia de importantes testigos:

En la villa de Madrid a treinta y un días del mes de Octubre de mil y quinientos y sesenta y tres años: delante del palacio y casa real de su Magestad, y allí mismo junto a la puerta de Guadalajara de la dicha villa, en la Calle Mayor della, donde esta el comercio y trato de los mercaderes y oficiales: estando presente el licenciado Salazar alcalde de la casa y corte de su Magestad, se pregonaron públicamente los capítulos destas dichas cortes con trompetas y atabales por pregoneros públicos a altas e inteligibles voces. Lo qual fueron presentes por testigos los alguaziles: Santander, Martinez y Laredo, y Moreno y Trujillo, y otras muchas gentes [...] ¹⁷.

En el caso de las pragmáticas reales, como muestra este ejemplo, el recorrido estaba ya marcado y sufrió pocas variaciones con el transcurso de los años. La Puerta de Guadalajara, la Plaza y la calle Mayor, la Puerta del Sol o la calle de Atocha fueron algunos de los lugares donde se daban los pregones de forma habitual en Madrid, aunque era muy normal que, atendiendo a la lógica del contenido, se sumaran plazas o mercados concretos en los que se encontraría un público más específico, relacionado con la temática del pregón.

Identificar cuales eran estos lugares y poder reconstruir el circuito que seguía el pregonero y cuales eran los posibles lugares reconocidos de la información es un elemento indispensable en nuestra propuesta. Como ejemplo, un minucioso análisis de las actas del cabildo de la Puebla novohispana ha permitido a Lilián Illades identificar como espacios del pregón los siguientes:

Plaza pública (actual zócalo), gradas de la iglesia mayor (catedral); portal de Mercaderes (portal Juárez); alhóndiga (ubicada en el pasaje del ayuntamiento); esquinas de la calle de los Mercaderes o de la Sierpe (primera y segunda cuadra de la 2 Norte), de las Monjas (encrucijada de la 2 Poniente y la 3 Norte donde estaba el convento de Santa Catarina), esquina del convento de la Santísima Trinidad (avenida Reforma y 3 Norte), de los Herreros (primera cuadra de la 3 Poniente), de la iglesia de la Compañía de Jesús (plazuela del templo del Espíritu Santo con avenida Juan de Palafox y Mendoza), de los Mesones (8 Oriente y 2 o 4 Norte), del Hospital de San Pedro (4 Norte esquina con 2 Oriente o 4 Oriente), de San Agustín (5 Sur y 3 Poniente); 21 y barrios de San José, Santa Ana, Analco, San Francisco, Santiago y El Carmen; así como en algunos pueblos que formaban parte de la jurisdicción de la ciudad: Amozoc, Totimehuacan y Cuauhtinchan (ILLADES, 2008).

Aunque en ocasiones se incluyera en la cláusula de publicación el lugar exacto de la ceremonia, es también muy frecuente que encontremos expresiones del tipo "mándese publicar en los sitios y partes acostumbrados". En estos casos, desconocemos si era decisión del pregonero o del escribano el recorrido que se iba a seguir, pero para ello era importante, como ha señalado Claire Judde, el hecho de que el pregonero conociese bien al pueblo, ya que actuaba como intermediario entre el poder y la gente, anticipándose, incluso, a las posibles reacciones y respuestas que las noticias pudieran causar entre la población (JUDDE, 2014, p. 199).

Y que ninguno pueda alegar ignorancia

El 27 de julio de 1796, Miguel de la Grúa Talamanca, Marqués de Branciforte, capitán y gobernador de Nueva España, envió una carta al rey para hacerle partícipe del éxito que había tenido el bando publicado en su nombre el día 8 de julio en la ciudad de México. El bando, cuya copia impresa se incluye en la carta, castigaba la embriaguez con duras penas, y el marqués estaba, pasadas unas semanas desde su publicación, y citando sus palabras: "muy

¹⁷ Pragmática sobre los trajes, Biblioteca Nacional de España, Varios Especiales, 31/23.

satisfecho de hasta ahora el éxito que me esperaba, pues se advierte mucha menos embriaguez en esta populosa ciudad”¹⁸.

De la Grúa celebraba con gran euforia lo que en teoría debería ser lo normal: que la ley se cumpliera. Sin embargo, la desobediencia, consciente o no, junto con las transgresiones, que podían llegar a ser violentas, se dieron con bastante frecuencia.

La preocupación porque las normas fuesen conocidas por el conjunto de la población, y no solo por los letrados o funcionarios, se ponía de manifiesto en la amplia difusión que, como hemos visto, se realizaba tanto de forma oral como por escrito. Sobre la comprensión del mensaje jurídico, Tau Anzoátegui considera que los autos y bandos de buen gobierno, a diferencia de otros textos legislativos como las Partidas o las Recopilaciones, fueron accesibles y bien captados por parte de los distintos grupos de población. Ello se debía, según este autor, a la reducida extensión del texto, la sencillez del vocabulario y el tratamiento de materiales concernientes a la vida cotidiana de la comunidad que, ante la solemnidad del acto, reaccionaba expectante a las novedades (1983, p. 97; 2004, p. 58). A estas razones podríamos añadir las relacionadas con la tipología y el formato específico de los documentos, ya fuera por los papeles de gran formato, el mayor tamaño del módulo de las letras respecto a otros escritos burocráticos, o la disposiciones del texto a línea tirada, que resultan elementos fundamentales para la necesaria lectura de forma grupal y a cierta distancia por los viandantes (PETRUCCI, 1996, p. VI).

Reconstruir la forma en que se leían o las reacciones que se daban tras la publicación de las disposiciones es uno de los retos que tenemos que abordar. Los documentos aportan muy poca información al respecto, tan solo el hecho de la periodicidad con que se publicaron ha sido citado por algunos historiadores como una evidencia de que no se cumplían. Sin embargo, estamos de acuerdo con Tau Anzoátegui en que se ha profundizado poco en esta cuestión, teniendo en cuenta que “el empeño por reiterar los bandos y por repetir los preceptos es característica propia de la antigua legislación, en contraposición a la brevedad del estilo legal contemporáneo” y, por tanto, estaban convencidos de la necesidad de publicar constantemente las normas (2004, p. 105).

Hubo también quienes no contentos con desobedecer las normas se opusieron públicamente a ellas. Las transgresiones más comunes consistieron en arrancar los documentos de las paredes, romperlos o, incluso, en agredir físicamente al pregonero. Así lo señala Alonso de Villadiego en su *Instrucción política y práctica judicial* (1612) en la que incluye un modelo de querrela contra quien “con poco temor de Dios, y en desacato de la Justicia (...) quitó y rompió, tal edicto o emplazamiento, o pregón, o ordenanza (...) que estaba puesto y fijado en las casas del Ayuntamiento o del Audiencia (...)” (VILLADIEGO, 1747, p. 484). A pesar de que contamos todavía con escasos testimonios acerca de estas prácticas, sin embargo, somos conscientes del gran potencial que guardan los fondos judiciales e inquisitoriales, así como las fuentes literarias, con cuyo análisis esperamos encontrar respuestas.

A modo de conclusión

A lo largo de estas páginas se han ido analizando diferentes aspectos relacionados con el documento público y su circulación en la Edad Moderna. En esta ocasión, el reto ha consistido en aportar una mirada transoceánica que ha sido posible, a pesar de largo camino que queda por recorrer, gracias a que contamos con sólidos trabajos centrados tanto en estos documentos como en la figura del pregonero.

La propuesta desarrollada tenía el objetivo, no sé si conseguido, de esbozar lo que sería un estudio basado en los planteamientos teóricos y metodológicos de la Historia de la Cultura Escrita, donde el interés por la tipología y formato de los documentos es necesariamente ampliado con la intención de conocerlos en toda su complejidad. Para ello, es indispensable, como hemos ido viendo, plantearnos cuestiones como son las diferentes formas de publicación y los agentes que participaban en ella, así como la delimitación de los espacios en los que tenía lugar, e incluso, su recepción social.

Las pretensiones son, en definitiva, conocer hasta qué punto el poder utilizó y consiguió llegar a la población, en su mayoría analfabeta o poco alfabetizada, por medio de la escritura expuesta y, más concretamente, si fueron estos documentos un reflejo de la mayor presencia de la misma en el espacio ciudadano en la Edad Moderna.

¹⁸ Archivo de General de Indias, Estado, 25,15.

Solo a través de un estudio interdisciplinar de este tipo, podremos conocer en qué medida la *ciudad letrada*, como la llamó Ángel Rama (1984), lo fue sólo para las élites más formadas, o, si por el contrario, estaríamos ante una auténtica *ciudad escrita*, como la ha denominado Antonio Castillo Gómez (2009, p. 593) en la que también tendría un papel activo la denominada gente común.

Bibliografía

- ALIANA, Antonio. (Ed.). *I registri del gridario della biblioteca civica comunale di Parma (1526-1802)*. Parma: Grafiche Step editrice, 1985.
- ANÓNIMO. *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*. Edición y prólogo de Francisco Abad Nebot. Madrid: Edaf, 2006.
- ARRAZOLA, Lorenzo. *Enciclopedia española de Derecho y Administración o Nuevo Teatro Universal de la legislación de España e Indias*. Madrid: Imprenta de Díaz y Compañía, 1852.
- BEJARANO PELLICER, Clara. Medios de Comunicación en la ciudad durante la Edad Moderna: la figura del pregonero. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; GIMENO BLAY, Francisco M. (Eds.). *Opinión Pública y Espacio Urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea, 2010. p. 319-334.
- BERTOLI, Gustavo. *Leggi e Bandi*. Del periodo mediceo posseduto dalla biblioteca nazionale centrale di firenze. Firenze: Titivillus, 1992.
- BOUZA, Fernando. La propaganda en la Edad Moderna española: medios, agentes y consecuencias de la comunicación política. In: PÉREZ ÁLVAREZ, María J.; RUBIO PÉREZ, Laureano (Coords.). *Campo y Campesinos en la España Moderna; Culturas Políticas en el Mundo Hispano*. Vol. 1, Madrid: Fundación Española de Historia Moderna, 2012. p. 407-436.
- CABANELLAS DE TORRES, Guillermo. *Diccionario jurídico elemental*. Buenos Aires: Heliasta, 1979.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Escrituras y escribientes: prácticas de la cultura escrita en una ciudad del renacimiento*. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación de Enseñanza Superior a Distancia de Las Palmas de Gran Canaria, 1997.
- _____. La Corte de Cadmo: apuntes para una Historia Social de la Cultura Escrita. *Revista De Historiografía (RevHisto)* nº 3, p. 18-27, 2005.
- _____. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006.
- _____. La letra en la pared: usos y funciones de la escritura expuesta en el Siglo de Oro. In: FERNÁNDEZ, Manuel; GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, Carlos A.; MAILLARD ÁLVAREZ, Natalia (Coords.). *Testigo del tiempo, memoria del universo: cultura escrita y sociedad en el mundo ibérico (siglos XV-XVIII)*. Barcelona: Rubeo, 2009. p. 581-602.
- _____. No sólo libros. Papeles efímeros en la sociedad hispana de la temprana Edad Moderna. In: GRIFFIN, Clive; CONDE Juan-Carlos (Eds.). *El libro en el mundo hispánico: nuevas tendencias y direcciones*. New York: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 2014. p. 1-25.
- _____. *Aux marges du fétichisme livresque: les éphémères dans l'histoire sociale de l'écrit. Fabula/Les colloques, Les éphémères, un patrimoine à construire*, 2015. Disponible en: <<http://www.fabula.org/colloques/document2923.php>>. Acceso 20 mar 2016.
- CORNEJO, Andrés. *Apéndice al Diccionario histórico y forense del Derecho Real de España*. Madrid: Joaquín Ibarra, 1784.
- COROMINAS, Joan. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954.
- COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o español*. Edición de Martín de Riquer. Barcelona: Alta Fulla, 1998 [1611].
- CUÑAT CISCAR, Virginia. Diplomática Municipal: Análisis y Tipología de la Documentación Municipal Valenciana a principios del siglo XIV. *Saitabi: Revista De La Facultat De Geografia i Història*, nº, 3, p. 89-108, 1988.
- DE VIVO, Filippo. *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Diccionario de Autoridades*. Madrid, 1726. Disponible en: <<http://web.frl.es/DA.html>>. Acceso 1 abr 2016.
- ESCOBEDO MANSILLA, Ronald. El Bando de Buen Gobierno, instrumento de la Ilustración. In: Memoria del X Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995. p. 473-496.
- ESCRICHE, Joaquín. *Diccionario razonado de legislación y jurisprudencia*. Madrid: Eduardo Cuesta, 1874-1876.
- FOGEL, Michèle. *Les cérémonies de l'information dans la France du XVIe au XVIIIe siècle*. París: Fayard, 1989.
- GARGUREVICH, Juan. Pregoneros y campanas en el Perú virreinal. 2004. Disponible en: <<http://campaners.com/php/textos.php?text=1927>>. Consulta 1 abr 2016.

- GIMENO BLAY, Francisco M. *Scripta Manent De Las Ciencias Auxiliares a La Historia De La Cultura Escrita*. Granada: Universidad de Granada, 2008.
- GÓMEZ GÓMEZ, Margarita. *El sello y registro de Indias*. Imagen y representación. Köln: Böhlau Verlag, 2008.
- GONZÁLEZ-SARASA HERNÁNDEZ, Silvia. *Tipología editorial del impreso antiguo español*. Tesis doctoral. Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2013.
- GONZÁLEZ VARGAS, Carlos; ROSATI AGUERRE, Hugo; SÁNCHEZ CABELLO, Francisco (Eds.). *Guaman Poma. Testigo del mundo andino*. Santiago: Lom Ediciones, 2003.
- GRILLO, Manuela. *Leggi e bandi di Antico Regime*. Cargeghe: Editoriale Documenta, 2014.
- GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *Primer nueva corónica y buen gobierno*. Lima: 1615. Disponible en: <<http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/project/project.htm>>. Acceso 29 mar 2016.
- ILLADES AGUIAR, Gustavo. Voces de pregonero en la Puebla Novohispana. *Vanderbilt e-Journal of Luso-Hispanic Studies*, 7, 2011. Disponible en: <<http://ejournals.library.vanderbilt.edu/index.php/lusohispanic/article/view/3263/1481>>. Acceso 29 mar 2016.
- ILLADES, Lilián. Los espacios del pregón. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2008. Disponible en: <<https://nuevomundo.revues.org/14472>>. Acceso 20 mar 2016.
- JUDDE DE LARIVIÈRE, Claire. *La Révolte Des Boules De Neige*. Murano Faceà Venise, 1511. Paris: Fayard, 2014.
- LEMPERIERE, Annick. República y publicidad a finales del Antiguo Régimen (Nueva España). In: GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Mexico: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, pp. 54-79, 2008. Disponible en: <<http://books.openedition.org/cemca/1456>>. Acceso 28 mar 2016.
- LOMNÉ, Georges. La patria en representación. una escena y sus públicos: Santa Fe de Bogotá, 1810-1828. In: GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Mexico: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008. p. 321-339. Disponible en: <<http://books.openedition.org/cemca/1456>>. Acceso 28 mar 2016.
- MILNER, Stephen J. "...Fanno bandire, notificare et expresamente comandare...". Town Criers and the information economy of Renaissance Florence. *I Tati Studies in the Italian Renaissance*, 16, 1/2, p. 107-151, 2013.
- OFFENSTADT, Nicolas. *En Place Publique: Jean De Gascogne, Crieur Au XVe siecle*. Paris: Les Essais, 2013.
- OLIVARI, Michele. *Entre el trono y la opinión pública*. La vida política castellana en los siglos XVI y XVII. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2004.
- _____. *Avisos, pasquines y rumores*. Los comienzos de la opinión pública en la España del siglo XVII. Madrid: Cátedra, 2014.
- PÉREZ-SALAZAR, Carmela. Del texto escrito al discurso oral. Género y tradición en el pregón mediaeval y aurisecular. In: _____. OLZA, Inés. *Del discurso de los medios de comunicación a la lingüística del discurso*. Berlín: Franck & Timme, 2014.
- PETRUCCI, Armando. *La scrittura. Ideologia e rappresentazione*. Torino: Einaudi, 1986.
- _____. Appunti per una premessa. In: ZANARDI, Zita. *Bononia Manifesta*. Catalogo dei Bandi, Editti, Costituzioni e Provvedimenti Diversi, Stampati nel XVI secolo per Bologna e il suo territorio. Firenze: Olschki, 1996. pp. V-XV.
- _____. *Prima lezione di paleografia*. Roma: Laterza, 2002.
- PINO REBOLLEDO, Fernando. *Tipología De Los Documentos Municipales: (Siglos XII-XVII)*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991.
- RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Hanover: Ediciones del Norte, 1984.
- REAL DÍAZ, José J. *Estudio diplomático del Documento Indiano*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1970.
- ROSPACHER, Massimo. Beyond the Public Sphere: A Historiographical Transition. In _____. (Ed.). *Beyond the Public Sphere. Opinions, Publics, Spaces in Early Modern Europe*. Bologna; Berli: Il Mulino; Duncker & Humblot, 2012. p. 9-31.
- RUIZ GARCÍA, Elisa. *La Balanza y la Corona: La simbólica del poder y los impresos jurídicos castellanos (1480-1520)*. Madrid: Ollero y Ramos, 2011.
- SAMUDIO, Edda O.; ROBINSON, David J. (Eds.). *A son de caja de guerra y voz de pregonero: los Bandos de Buen Gobierno de Mérida, Venezuela 1770-1810*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 2009.
- SINISI, Daniela. La collezione dei bandi nell'Archivio di Stato di Roma. In: DAINOTTO S. (Ed.). *Le biblioteche d'archivio. Atti della giornata di studi*. Roma 24 febbraio 1999. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Direzione Generale per gli Archivi, 2001. p. 161-172.
- SOLANO, Francisco. *Normas y leyes de la ciudad hispanoamericana, 1492-1600*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Los Bandos de Buen Gobierno de Buenos Aires en la época hispánica*. Valladolid: Casa-Museo de Colón, 1983.

_____. *Los Bandos de Buen Gobierno del Río de la Plata, Tucumán y Cuyo*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2004.

TAVONI, Maria Goia. I "materiali minori": uno spazio per la storia del libro. In: _____; WAQUET, Françoise (Eds.). *Gli spazi del libro nell'Europa del XVIII secolo. Atti del convegno di Ravenna (15-16 dicembre 1995)*, Bologna: Patron, 1997. p. 87-111.

_____. I materiali minori e le Carte del Paradiso in Piero Camporesi. In: GORIAN, Rudj (Ed.). *Dalla Bibliografia alla Storia. Studi in onore di Ugo Rozzo*, Udine: Forum, 2010. p. 293-314.

VILLADIEGO, Alonso de. *Instrucción política y práctica judicial*. Madrid: Antonio Pérez, 1747.

ZANARDI, Zita. *Bononia Manifesta*. Catalogo dei bandi, editti, costituzioni e provvedimenti diversi, stampati nel XVI secolo per Bologna e il suo territorio. Bologna: Olsckhi, 1996.

ZANCANI, Diego. *Grude e Bandi del Seicento a Piacenza*. Piacenza: Amministrazione Provinciale di Piacenza, 1985.

"E para verdade passo este de minha letra e sinal" – uma breve análise sobre cultura escrita e os recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1772-1802)

Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

A brief analysis on the artist's handwriting and written culture in the late 18th Century, Minas Gerais

Recebido em 10 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.315>

Márcia Almada¹

Resumo: Neste artigo será estudado um conjunto de 32 recibos assinados pelo escultor/entalhador Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, sob a perspectiva da História da Cultura Escrita, integrando-os à dimensão de registros materiais das práticas da escrita na Capitania de Minas Gerais em fins do século XVIII. A partir de análises formais e materiais, estes documentos são percebidos como sinais materializados da trajetória de vida do artista e relacionados criticamente ao que se conhece atualmente sobre sua biografia, resultando em uma pequena colaboração para o longo trabalho de identificação dos conhecimentos adquiridos e aplicados por este sujeito e da forma como participou da(s) cultura(s) de sua época.

Palavras-chave: Antônio Francisco Lisboa; cultura escrita; história; Minas Gerais; século XVIII.

Abstract: This paper aims to study a group of 32 documents\receipts signed by the sculptor Antônio Francisco Lisboa, best known as "Aleijadinho". Taking History of Written Culture approach, these documents are perceived as materials records of written practices in the Captaincy of Minas Gerais at the end of the 18th century. From formal and material analyses, they are understood as materialized signals of the artist's life and critically related to his biography, as it is known today. It also aims to give a small contribution to the long and difficult work that is to identify the artist's source of knowledge and the various skills he had applied in his artwork, as well as to understand who he was in relation to the culture of his time.

Keywords: Antônio Francisco Lisboa; written culture; history; Minas Gerais; 18th century.

¹ Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Este artigo faz parte da pesquisa realizada com apoio da Capes no âmbito do Programa de Pós-Doutorado realizado na Universidade Estadual de Campinas sob supervisão da Professora Leila Mezan Algranti. marcia.almada@gmail.com.

Introdução

Antônio Francisco Lisboa, conhecido por *Aleijadinho*, é um dos artistas mais conhecidos do período colonial brasileiro, considerado o patrono das Artes Plásticas no Brasil (MIRANDA, 2014, p. 82)². Atuou como escultor, entalhador, mestre de obras e empreiteiro, tendo realizado obras em Vila Rica, Sabará, Congonhas, Barão de Cocais, São João del Rey, entre outras vilas da Capitania de Minas Gerais. Sua biografia é controversa; teria sido filho de Isabel, preta forra, e de Manoel Francisco Lisboa, nascido em 1737 e falecido em 1814 (MIRANDA, 2014, p. 44).

O Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, guarda em seu acervo uma coleção de 32 recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa, datados entre 1772 e 1802³, referentes a serviços prestados à Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica (execução do púlpito e do retábulo da capela mor) e ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos (execução de parte do conjunto escultórico dos Profetas). "Para verdade" do cumprimento do acordo estabelecido entre as partes, os documentos foram feitos da "letra e sinal" do contratado, conforme está registrado em todos os documentos (FIG. 1). Isso quer dizer que os recibos foram assinados e escritos de própria mão, como podemos compreender esta expressão ao recorrermos ao dicionário de Raphael Bluteau: segundo a definição, "Letra" é o "modo de escrever, & caracter próprio, & particular de qualquer pessoa" (BLUTEAU, 1712-1728, v. 5, p. 88) e "Sinal" é "assinado" (assinatura) (BLUTEAU, 1712-1728, v. 7, p. 654).

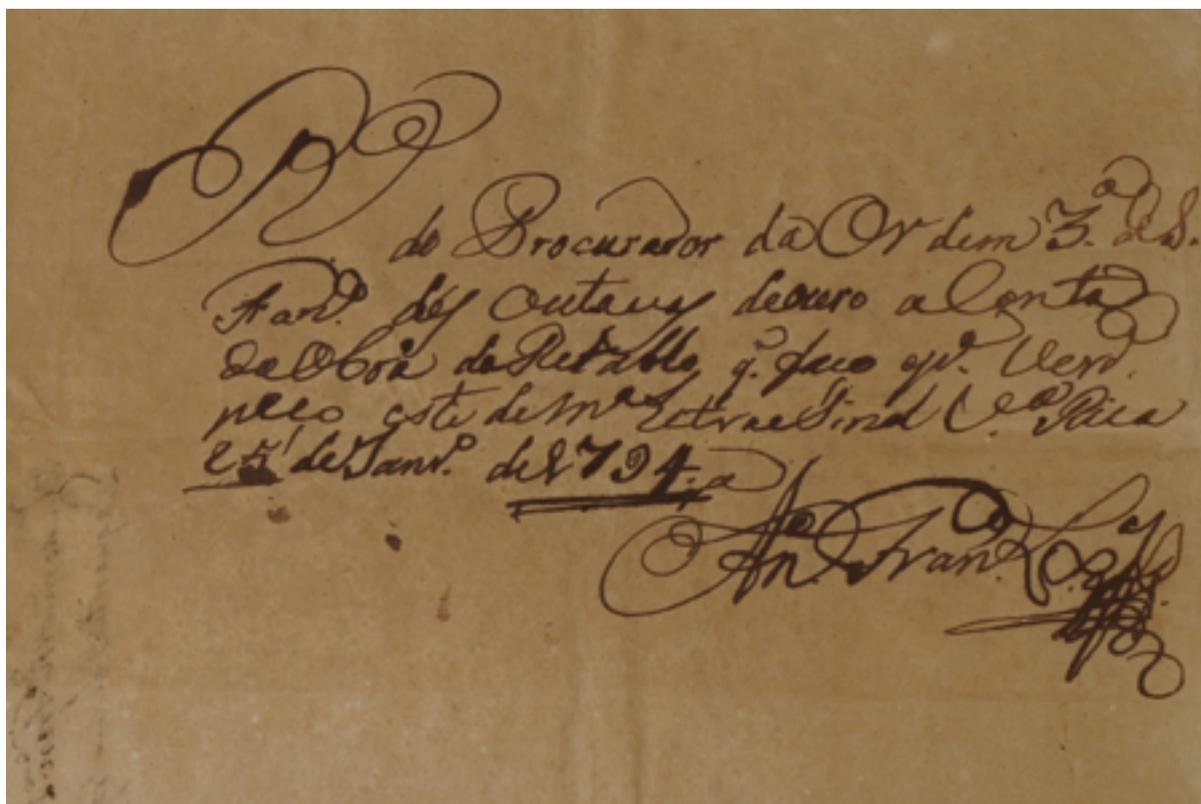


Figura 1. Recibo emitido por Antônio Francisco Lisboa em 25 de janeiro de 1794 referente ao pagamento de serviços no Retábulo da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica. Acervo: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, IBRAM.

Estes e outros recibos têm sido usados pelos pesquisadores da obra de *Aleijadinho* para comprovar a autoria de trabalhos por ele executados e ajudaram, por consequência, a constituir um conjunto de características formais próprias de sua oficina, possibilitando a atribuição de outras inúmeras obras a partir deste esquema formal. São, sem dúvida, documentos do mais alto valor cultural. Em geral, estes documentos são tomados como

² Para uma análise sobre o processo de mitificação de *Aleijadinho* e o movimento que o levou a ser considerado o patrono das artes no Brasil, cf. Grammont (2008).

³ Os recibos compreendem os seguintes períodos: 1 de 1772; 30 de 1790 a 1794; e 1 de 1802.

provas verídicas que atestam as suas procedências, embora saibamos que "nem sempre o artista que arrematava a obra era o seu executante, mesmo que o recibo fosse passado em seu nome e este constasse nos livros das irmandades" (ARAÚJO, 2005, p. 45).

No entanto, estes recibos podem ser vistos para além da sua característica de "testemunhos escritos" da execução de determinadas obras por Antônio Francisco Lisboa. Analisados a partir da perspectiva da História da Cultura Escrita, eles são integrados à dimensão dos registros materiais das práticas da escrita de fins do século XVIII na Capitania de Minas Gerais. Na convergência com o interesse desta disciplina pelos "discursos, práticas e representações" (CASTILLO GÓMEZ, 2001, p. 19-20), analisarei alguns princípios da produção e uso de documentos manuscritos para compreender a sua importância no contexto de uma sociedade que cada vez mais se pautava pela palavra escrita, percebendo como os sujeitos eram capacitados, inseridos ou excluídos da lógica administrativa. Inspirada na acepção setecentista do vocábulo *Letra* – "o modo de escrever próprio e particular de uma pessoa" –, ao mesmo tempo irei analisar os recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa em suas características formais e materiais, tentando elucidar certas questões a respeito da sua própria capacidade de transitar na cultura do escrito em fins do século XVIII. Aproveitando ainda a definição de Raphael Bluteau para o segundo termo da expressão comumente usada em recibos, os escritos e as obras serão vistos como sinais/indícios⁴ materializados de sua trajetória de vida. Estabelecendo conexões críticas com o que se conhece sobre sua biografia, estes indícios podem colaborar para o longo trabalho de identificação dos conhecimentos adquiridos e aplicados por este sujeito e a forma como participou da(s) cultura(s) de sua época.

Cultura escrita e letramento no século XVIII

"Hacer de lo pretérito presente / Hablar lo mudo, y percibir lo ausente". Estas são, segundo um poema do poeta espanhol Calderón de la Barca, umas das potencialidades da escrita, fala muda que permite fazer do passado presente e criar permanências que o tempo não consome⁵. Esta ideia estava generalizada durante os séculos XVII e XVIII e fazia com que a escrita fosse ganhando maior valor de veracidade sobre a oralidade, especialmente no que tange à administração dos negócios públicos ou privados, mesmo em uma sociedade formada por uma maioria de analfabetos. O sucesso ou fracasso do comércio, como explica Júnia Ferreira Furtado (2006, p. 109), dependia do conhecimento profundo do mercado; as cartas entre correspondentes nacionais e internacionais e o registro de fluxo de mercadorias eram fundamentais na gestão do negócio e, "por causa da importância da palavra escrita para a condução do comércio, o índice de alfabetização entre os homens de negócio era bastante alto, o que não era comum na sociedade colonial". E, como lembra Marco Antônio Silveira (1997, p. 87-95), numa sociedade na qual o mercado a prazo era corrente, a escrita tinha um papel fundamental para registrar os compromissos de créditos e débitos.

No entanto, a comunicação oral e a visual ainda continuavam ativas e tinham seus próprios meios de ensino e aprendizagem⁶. A historiografia recente tem valorizado o uso dos demais meios de comunicação, seja em conjunto ou isoladamente, ao conceituar o termo "letramento", extrapolando a capacidade técnica da leitura e da escrita. Justino Magalhães (1994, p. 62), por exemplo, define o sujeito letrado nos séculos XVI e XVII como aquele que detém o domínio da leitura e possui as destrezas necessárias à escrita, além de saber contar⁷. O uso desta definição compreende o letramento como um processo cultural, não exclusivamente escolar, e considera a possibilidade de sujeitos iletrados lidarem com a escrita. Para Viñao Frago, o letramento inclui também a capacidade de decifrar e decodificar signos diferentes dos alfabéticos, como as escalas musicais, as imagens e os números (*apud* MORAIS, 2009, p. 294). Christianni Morais (2009, p. 20) acredita que "ser letrado é estar capacitado a utilizar socialmente os códigos escritos, mesmo que o sujeito em questão não saiba ler ou escrever". A autora comprovou, para o universo setecentista da Comarca do Rio das Mortes da Capitania de Minas Gerais, que mesmo os sujeitos inabilitados a ler e a escrever – fossem livres, forros ou escravos – poderiam se apropriar da cultura escrita de formas variadas, fazendo uso de manuscritos na gestão de seus negócios ou da vida pessoal. Em minha própria pesquisa, compartilhei a mesma premissa e pude analisar várias outras situações nas quais aqueles que não detinham a capacidade técnica da escrita foram leitores e até mesmo "escritores" e ocuparam cargos nos

⁴ A primeira definição de Raphael Bluteau para o termo "Sinal" é: "Indício. Causa, que denota outra" (BLUTEAU, 1712-1728, v. 7, p. 652).

⁵ Poema laudatório a José de Casanova, calígrafo espanhol (CASANOVA, 1650, f. 3). Para verificar o poema na íntegra e a análise deste poema, cf. Almada (2012, p. 31).

⁶ Sobre este assunto, cf. Bouza Álvarez (1992, p. 23-32).

⁷ É importante lembrar que, para o autor, o conceito de letramento deve ser definido conforme o período estudado.

quais o domínio da escrita seria imprescindível (ALMADA, 2012, p. 71-107). Silvia Vartuli (2014) analisou uma série de testamentos da Comarca de Sabará entre os anos 1780 e 1822 e defende o pressuposto de que os sujeitos testadores eram capazes de articular ideias na forma do discurso escrito, mesmo que não tivessem a capacidade de redigir de próprio punho, fazendo com que se tornassem partícipes ativos da sociedade e de seus recursos escriturários. Estes são apenas alguns exemplos de pesquisas que têm analisado as diversas formas de se relacionar com o escrito na sociedade colonial portuguesa, corroborando as palavras de Fernando Bouza Álvarez (2001, p. 68), em seu estudo sobre a sociedade espanhola na era moderna, que afirma que "las noticias que testimonian el contacto de la población analfabeta con la escritura que no podían entender por sí mismos son tan abundantes que permiten romper las barreras establecidas por la historiografía entre las culturas letrada y no letrada".

As variações no conceito de letramento refletem gamas variadas desta capacidade de se relacionar com a cultura escrita na sociedade colonial e vai da possibilidade da participação através de mediadores que dominam a tecnologia do escrito à competência para produzir intelectualmente por mãos próprias, participando da "Republica das Letras"⁸. Embora "a forma de se relacionar com o mundo do escrito [seja] pessoal e intransferível", como afirma Christianni Morais (2009, p. 21), ela é condicionada pela situação histórica à qual se vincula, que, de certa forma, é constituída por um conjunto de práticas mais ou menos compartilhado pelas comunidades. Em qualquer tempo existem normas gráficas, ortográficas e linguísticas, além de fórmulas de cortesia e estilo para a escrita e, quanto mais íntimo o sujeito se encontra desta prática, melhor estas normas estão incorporadas e são aplicadas. Uso o termo "incorporado" para lembrar a importância da atitude material do ato da escrita, na qual a mão e o punho obedecem a uma ação mental que reproduz padrões vistos anteriormente, mesmo que não haja uma intenção direta e expressa em retê-los. Apenas se repete o que é conhecido, procurando manter um senso de ordem (GOMBRICH, 1984). Os aspectos gráficos e linguísticos, segundo Justino Magalhães (1994, p. 89; 315), não podem ser vistos como fechados em si mesmos e pelo menos três aspectos distintos devem ser levados em consideração: o tipo de letra mais vulgar em cada época; a tipicidade, ou seja, o grau de difusão desse mesmo tipo e, por fim, os aspectos pessoais da escrita. Nestes, são valorizadas a biografia dos indivíduos e sua caracterização socioeconômica e profissional.

Seguindo as ideias de Justino Magalhães, a partir da análise dos aspectos gráficos e textuais encontrados nos recibos escritos e assinados por Antônio Francisco Lisboa podemos refletir sobre o seu domínio da técnica da escrita, avaliando a caligrafia, a ortografia e a adequação às normas de conduta usadas neste tipo de documento. Das particularidades gráficas, segundo Armando Petrucci ([1986?], p. 8) destacam-se as seguintes: a organização do texto sobre a página; a forma e sua regularidade (aspecto exterior da letra única e de sinais individuais); o módulo (dimensões); o ângulo da escrita; o *tratteggio* (o trajeto da pena sobre o papel e a espessura do traço); o *ductos* (o modo e a velocidade como a mão traça a letra sobre o suporte); a ligadura entre letras e a fusão de signos alfabéticos (quando uma letra completa a outra); podemos ainda acrescentar as variações do tipo de letra que um sujeito pode executar. No aspecto textual, procura-se identificar as fórmulas de escrita utilizadas para um determinado tipo de documento e a recorrência de formas específicas de se grafar as palavras, observando que a normatização ortográfica do português foi tardia e que em fins do século XVIII ainda era vigente uma "ortografia pluriforme", nas palavras de Rita Marquilhas (2001, p. 116).

A letra – visualidade e materialidade

Os recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa foram redigidos com tinta metaloácida, provavelmente ferrogálica, em folhas de papel de trapo no formato *in quarto*, tendo algumas sido cortadas ao meio. O papel deste período era feito em processo semi-industrial, cuja matéria prima era a celulose extraída de tecidos de linho ou algodão podendo, algumas vezes, ser misturada com celulose retirada da madeira. Os papéis de trapo possuem marcas bem características que são as vergaduras e pontusais – linhas da malha de fios da fôrma utilizada na sua confecção – e os filigranas ou marcas d'água. As marcas d'água são compostas por emblema e contramarca: o emblema é um desenho de conteúdo simbólico, identificador da fábrica, que pode conter tarjas com inscrições; já a contramarca é uma marca secundária, usada a partir do século XVI, e pode incluir as iniciais ou o nome completo do fabricante; em papéis fabricados na Grã-Bretanha, inclui também a data do fabrico a partir de fins do século XVIII. Estas marcas "subjazem sob o texto e, geralmente, para um outro investigador constituem apenas o silêncio, a menos que o objetivo do estudo seja dar voz ao que permanece fora do alcance do foco de luz à espera de ser

⁸ Para a concepção de letramento sob esta perspectiva, cf. Araújo (2003); Furtado (2012); Amaral (2001).

descoberto" (CARREIRA, 2012, p. 3). Querendo dar voz às informações de caráter material, identifiquei 10 diferentes marcas d'água que correspondem a diferentes origens ou lotes de produção. Apenas uma fábrica foi identificada até o momento: a de Giorgio Magnani⁹, que possui como emblema um brasão heráldico com uma tarja descendente com vários triângulos e na base as letras "G.M.", filigrana que, segundo Ayres de Carvalho (1977, p. 25), foi usada de finais do século XVIII (1785) até princípios do século XIX (cerca de 1807) (FIG. 2). Um conjunto de cinco documentos diferentes¹⁰ apresenta marca d'água composta por um brasão coroado ladeado por plumas estilizadas e faixa descendente com a inscrição "LIBERTAS" e a contramarca "A.P." (FIG. 3). Este tipo de papel, segundo Ayres de Carvalho, é de uma marca que aparece no último quartel do século XVIII, havendo variante na forma do escudo e nas letras, tendo aparecido com a inscrição "G.M.G" em desenhos portugueses de 1802 (CARVALHO, 1977, p. 25; 67). A contramarca ALMASSO aparece em cinco recibos¹¹. A palavra "Almasso" não se refere a uma fábrica de papel, mas à forma como as folhas eram disponibilizadas para venda, pois ela se encontra inscrita em contramarcas de diferentes fábricas. Há ainda uma marca d'água que tem como emblema um cavalo empinado com a cabeça voltada para trás e as crinas e rédeas esvoaçando para o lado oposto (FIG. 4), que aparece em dois recibos¹².

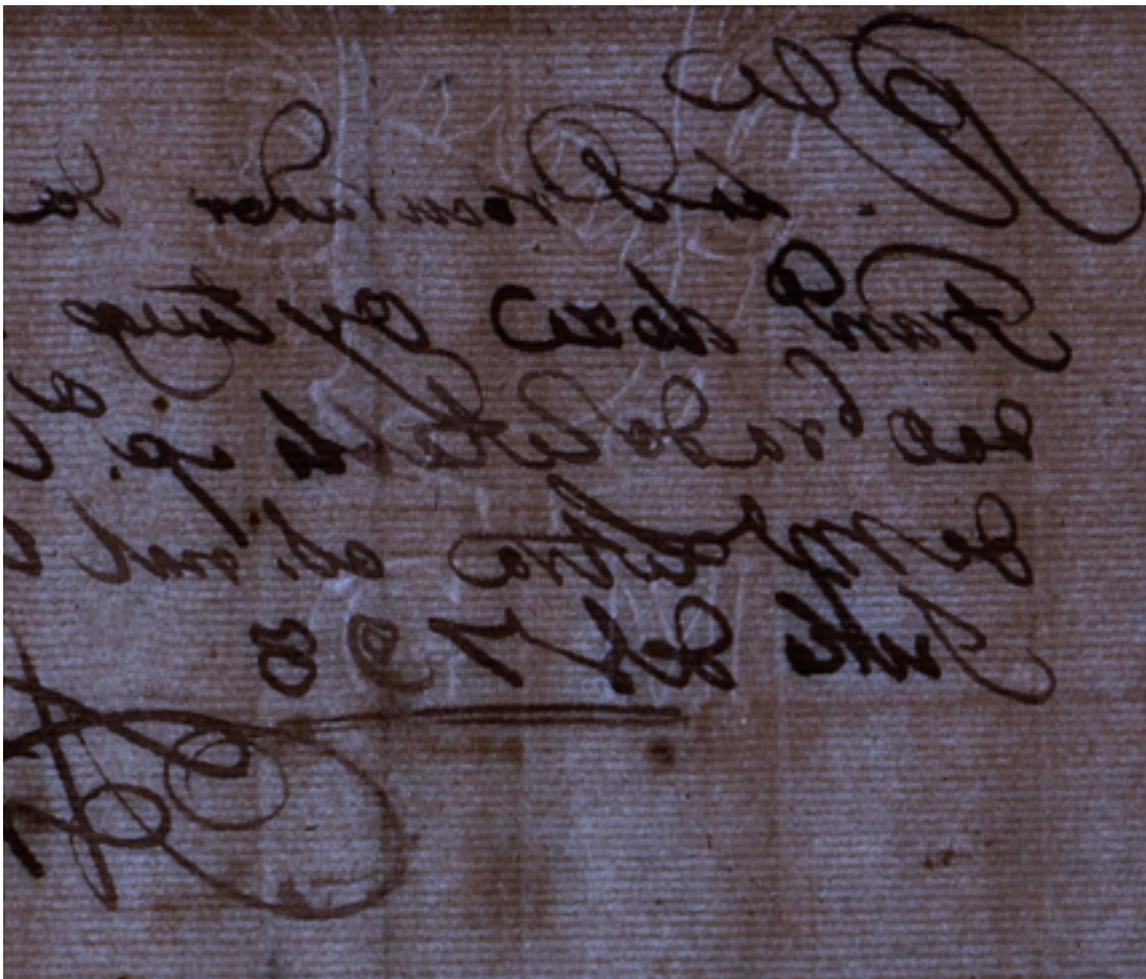


Figura 2. Marca d'água de Giorgio Magnani.

Recibo datado de 3 de julho de 1793.

Acervo: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, IBRAM.

⁹ Recibo com data de 3 de julho de 1793.

¹⁰ Recibos com data de 25 de janeiro de 1793, 18 de fevereiro de 1794, 26 e 29 de abril de 1794 e 6 de julho [?] de 1794.

¹¹ Recibos com datas de 21 de outubro de 1790, 18 de junho de 1791, 2 de outubro de 1792, 25 de fevereiro de 1793, 20 de março de 1793.

¹² Recibos com datas de 12 de fevereiro de 1772 e 29 de janeiro de 1792.



Figura 3. Marca d'água com a inscrição *LIBERTAS* e contramarca *AP*.
Montagem feita com os recibos datados de 25 de janeiro de 1794 e 26 de abril de 1794.
Acervo: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, IBRAM.



Figura 4. Marca d'água com emblema do cavalo empinado.
Recibo emitido em 12 de fevereiro de 1772.
Acervo: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, IBRAM.

Infelizmente não foi possível identificar as origens dos papéis utilizados nos recibos, pois ainda não é conhecido um banco de dados que relacione e identifique as fábricas e as respectivas marcas d'água dos papéis usados e comercializados no mundo português neste período¹³. No entanto, dois aspectos podem ser assinalados deste breve levantamento. Em primeiro lugar, a variedade de marcas ou lotes de papel que circularam em Vila Rica naquele momento, todos de boa qualidade e gramatura média, características de um papel para o uso escriturário corrente. Em segundo lugar, o hábito de cortar a folha ao meio na emissão do recibo indica a necessidade de economizar material, já que, ainda em fins do século XVIII, o papel era matéria prima da escrita de alto valor monetário, importado de diversos locais da Europa, pois Portugal ainda não produzia a quantidade necessária para suprir a demanda dos diferentes pontos de seus domínios. Segundo Luiz Carlos Villalta (2007, p. 280), os materiais da escrita (papel, pena, tinta, pedra e lápis) faltavam inclusive para os mestres de primeiras letras.

Antônio Francisco Lisboa escrevia seus recibos em uma mancha gráfica constante e repetida, deixando amplas margens superior e esquerda e levando o texto até o limite da borda direita. As pautas imaginárias são seguidas e as linhas se apresentam uniformes, mas com uma leve tendência ascendente. A assinatura está sempre alinhada à direita, correspondendo à borda da mancha do texto. Todas estas características denotam um bom domínio do aspecto gráfico da escrita.

A letra inscrita neste conjunto de recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa reproduz padrões correntes em fins do século XVIII para a escrita *cursiva humanística*, quando o tipo de letra *inglesa* passou a ser mais usada em detrimento da *bastarda* e da *grifa*. Essa letra tem uma aparência mais delgada, sem grandes variações de finos e grossos como os estilos recorrentes no início do século. É um tipo de letra próprio para uma escrita rápida, podendo ser considerada uma variação da letra conhecida em português por *secretária*, em espanhol por *mercantil* ou *escritura de administración* e em inglês por *secretary hand*. Como a maioria das letras cursivas, a *letra inglesa* é oblíqua e os signos de cada palavra tendem a se unir, por isso as ligaduras forçadas são mínimas. Nos recibos analisados, essas ligaduras também podem ser percebidas entre palavras distintas, assim como a sua ausência entre letras da mesma palavra, o que denota uma escrita mais rápida e despreocupada com a forma.

Ao analisar apenas duas das letras maiúsculas inscritas por Lisboa – o *R* de *Recebi* e o *A* de *Antônio* –, a utilização de um padrão da época se torna bastante clara. A uma primeira vista, o *R* parece particularizado e poderia até ser usado como uma referência para a pesquisa de autenticidade do documento. Mas basta passar os olhos por outros documentos do mesmo tipo produzidos em período semelhante para perceber que um padrão é seguido¹⁴. O mesmo acontece com a letra *A* de *Antônio*. O escultor/entalhador mantém uma coerência na forma e no trajeto desta letra em outras palavras dos documentos, especialmente quando registra um nome próprio. E também a mesma forma e trajeto são encontrados em documentos e assinaturas do mesmo período. Enquanto que o *A* da assinatura se aproxima mais dos modelos de letra inglesa apresentados em manuais de caligrafia de fins do XVIII e início do XIX (FIG. 5), a letra *R* é uma corruptela dos modelos, apresentando o mesmo trajeto da pena sobre o papel, com um ou dois traços contínuos, porém modificando a forma apresentada nos manuais de caligrafia devido à velocidade do movimento da mão (FIG. 6).

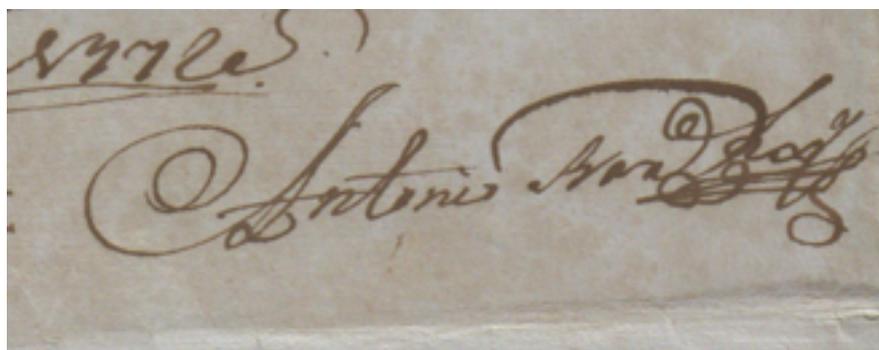


Figura 5. Assinatura de Antônio Francisco Lisboa, com destaque para letra A. Recibo emitido em 12 de fevereiro de 1772. Acervo: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, IBRAM.

¹³ Um trabalho recente neste campo, mas que atinge um período posterior é o de Maria de São Luiz da Carreira (2012).

¹⁴ Foram analisados mais de uma centena de recibos emitidos entre 1750 e 1810, disponíveis no acervo digital do Arquivo Público Mineiro.

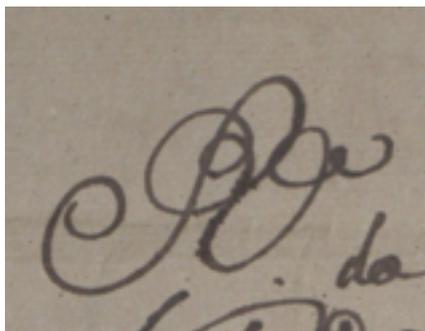


Figura 6. Letra R e abreviação da palavra "Recebi".

Recibo datado de 20 de março de 1793.

Acervo: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, IBRAM.

O tipo de letra usado por Antônio Francisco Lisboa, que se aproxima da *letra inglesa*, foi condensado e divulgado em Portugal por dois manuais publicados por mestres da caligrafia portuguesa: o de Antônio Jacinto de Araújo, *Nova Arte de Escrever*, publicado em 1794, e o de José Joaquim Ventura da Silva, *Regras methodicas para aprender a escrever o character da letra inglesa*, publicado em 1804 e em 1819 com algumas alterações (FIG. 7). Manoel Satírio Salazar também editou em 1807 duas obras para o ensino da escrita: *Nova Arte de Escrita e Compendio calligrafico em forma de diálogo*. Ao contrário das outras duas, estas obras possuem uma grande parte teórica, poucas mostras visuais e não contêm informações essencialmente diferentes dos demais manuais que foram difundidos no século anterior. O mesmo autor fez circular no Reino de Portugal uma série de estampas intitulada *Nova collecção de traslados para se aprender a letra ingleza*, contendo dez lições de caligrafia, sendo as primeiras destinadas ao treino das linhas retas e curvas que compõem as letras e as demais contendo pequenos textos e frases para cópias, nas línguas portuguesa, inglesa, francesa e espanhola. Essa edição não contém notas tipográficas e não saiu do prelo de tipógrafos, mas de oficinas de gravadores. A existência dessa coleção de pranchas calcográficas indica que produções similares com modelos de letras podem ter corrido pelos domínios portugueses. E, na falta de publicações portuguesas, poderia se fazer uso das inúmeras edições estrangeiras que circularam em Portugal divulgando a *letra inglesa*.



Figura 7. Página de rosto da obra "Regras Methodicas para se aprender a Escrever", de Joaquim José Ventura da Silva em sua edição de 1819.

Estas edições sintetizam a tendência da arte da escrita desde a segunda metade do século XVIII, quando Antônio Francisco Lisboa possivelmente teria se introduzido na arte da escrita. Que tipo de obra didática era usado naquele momento? Antes da publicação das obras de José Joaquim Ventura da Silva, Antônio Jacinto de Araújo e de Satírio Salazar, o único manual de caligrafia disponível em língua portuguesa era a obra de Manoel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para aprender a ler escrever e contar*, publicado em Lisboa em 1722. Este livro foi produzido com objetivo didático, destinado, segundo o Prólogo, a iniciantes, a escrivães experientes. Foi dividido em quatro tratados: o primeiro para ensinar o idioma português, com o objetivo de ler e escrever perfeitamente; o segundo apresentava os diversos caracteres e tipos de letras que se usava com frequência naquele momento; o terceiro fornecia as regras da ortografia portuguesa; o quarto ensinava as noções básicas de aritmética. Era um livro destinado tanto para alunos quanto para professores; porém, pelas suas características, estava mais apropriado a um aprendiz já instruído previamente na escrita, pois apresentava modelos requintados de capitulares e ornamentações, sem se deter nas explicações de como executá-los.

Esta foi a primeira edição impressa portuguesa que reunia as disciplinas do ensino básico¹⁵. No entanto, nem todos os mestres utilizavam obras impressas em suas aulas, pois não era incomum que até fins do século XVIII eles criassem suas próprias cartilhas de ensino. Para coibir essa prática, que prejudicava a normalização do português devido às constantes reproduções de erros ortográficos dos manuais manuscritos, em 1770 um Alvará Régio¹⁶ de D. José I mandava que, nas aulas de latim, os professores ensinassem a gramática portuguesa através das obras *Gramática Portuguesa*, composta por Antonio Joze dos Reis Lobato, e *Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier*, de Carlos Joaquim Colbert. Ainda assim, com a falta de fiscalização e a dificuldade na impressão e circulação de livros didáticos (MORAIS, 2009, p. 64-65; 71), o uso dos compêndios manuscritos não tenha desaparecido. Portanto, Antônio Francisco Lisboa pode ter aprendido a escrita em manuais impressos ou manuscritos que já estivessem a divulgar o uso da *letra inglesa*.

O seu *ductus* sugere também que os movimentos se faziam de forma espontânea, sem preocupação teórica sobre a melhor forma de inscrever a letra¹⁷. O escultor conseguia registrar algumas letras com volteios sem tirar a pena do papel, inscrevendo com fluidez sua marca pessoal na assinatura, mantendo os movimentos gerais mas apresentando algumas variações sutis ao longo do tempo. É de se registrar que em sete recibos¹⁸ notam-se algumas letras trêmulas e inscritas com certa hesitação.

Se em relação às maiúsculas o redator tendia a se aproximar da *letra inglesa*, no restante do documento a letra cursiva apresenta variações no modo de ser grafada, especialmente nas hastes, o que sugere que ele mostrava autonomia e tinha a capacidade de usar diferentes estilos de letras (especialmente o *r*, o *d* e o *h*), não se prendendo a um padrão específico. Excetuando o recibo emitido em 19/03/1791, fica evidente que ele não cumpre um padrão dito "caligráfico"¹⁹, no qual as letras são desenhadas com cuidado, sugerindo uma necessária configuração mental que antecede o movimento da mão, o que é tanto o modo de escrita de calígrafos profissionais quanto daqueles que escrevem cuidadosamente e com vagar.

¹⁵ Anteriormente a esta obra, em 1590 e 1592 foi publicada postumamente a obra do calígrafo português Manoel Barata, com o título *Exemplares de diversas sortes de letras, tirados da polygraphia*, acrescida de um tratado de aritmética de Gaspar Nicolás e outro de ortografia de Pero de Gandavo. Ana Martinez Pereira supõe que a união das três obras tenha sido um projeto editorial do livreiro João de Ocanhas, que organizou as edições. Depois desta publicação, não se tem notícia sobre outras semelhantes até a publicação do livro de Andrade, em 1722 (PEREIRA, 2004).

¹⁶ Alvará de 30/09/1770 anexado à "Lei para que nas classes de latinidade sejam os mestres obrigados quando receberem discípulos a instruí-los previamente na gramática portuguesa". Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Real Mesa Censória. Livro 2. *Registo de leis, decretos e avisos recebidos pela Mesa (1768-1775)*, f. 55 e verso (*apud* MENDONÇA, 2013, p. 181).

¹⁷ Segundo alguns métodos de ensino da escrita, as letras deveriam estar perfeitamente desenhadas na cabeça do aluno antes que ele estivesse apto a escrever. Segundo outro método, o treino da mão era a primeira etapa do aprendizado (cf. ALMADA, 2012, p. 58-65).

¹⁸ São os recibos com datas de 19 de março 1791, 12 de agosto de 1793, 04 de setembro de 1793, 03 de dezembro de 1793, 31 de dezembro de 1793, 25 de janeiro de 1794 e o de 11 de julho de 1802. Neste último, a assinatura apresenta linhas traçadas com instabilidade.

¹⁹ Neste recibo, o ritmo da escrita parece ter sido mais lento, apresentando menos ligaduras entre as letras. É também o único documento no qual o redator grafa "Sindico" em vez de "Çindico" e escreve por extenso o dia do mês. O padrão "caligráfico", para o estudo de escalas de assinatura para avaliação do grau de alfabetização, correspondendo ao nível 4, é definido por Justino Magalhães como aquele que apresenta letras corretamente desenhadas e ligadas, apresentando ritmo e cadência, cujo *ductus* traduz flexibilidade do pulso com a variação das espessuras das letras, e marcas pessoais. Define também a letra dos grupos profissionais na qual a preocupação com o estilo é latente, adotando, mesmo que de forma imperfeita, um determinado modelo de escrita. Os níveis desta escala de assinaturas variam de 0 a 5, sendo 0 atribuído a quem nada escreve e o 5 ao mais alto nível da escrita (MAGALHÃES, 1994, p. 319).

Em sua assinatura, mantém um *tratteggio*/trajetória da pena comum em todos os documentos, deixando como característica um traço marcado por acentuada pressão do traço superior do *F*, em movimento da direita para a esquerda, com um acúmulo de tinta que também é característico de outras letras encontradas nos recibos. Também faz uso de um desenho formado por entrelaçamentos de linhas ao final da assinatura, chamado de *cetra* ou *guarda do nome*. Esse tipo de marca gráfica foi muito usado em assinaturas em várias épocas, e também durante o século XVIII, e era um fator de identidade, recurso usado tanto para dificultar a falsificação da assinatura como um modo de afirmação social, registrando as habilidades com a pena (MAGALHÃES, 1994, p. 317). Esta marca de Antônio Francisco Lisboa, embora particular, não chega a ser tão elaborada quanto outras encontradas em documentos do mesmo período.

A escrita apresentada nos recibos mostra ritmo, fluência, cadência do movimento, boa legibilidade, autonomia no uso de variados tipos de letras e o domínio do espaço gráfico da folha, padrões desejáveis da caligrafia naquele momento. Estas características sugerem que os documentos foram redigidos por um sujeito hábil na escrita, que o fazia sem preocupação com modelos caligráficos, adotando um estilo pessoalizado.

As palavras

Na maioria das vezes, os documentos estudados mantêm uma unidade ortográfica. Como no período abrangido nesta coleção de recibos o entalhador estava executando o altar mor da Igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica, o termo mais recorrente é *Retábulo*, que é grafada *Retablo* e apenas uma vez *Retabollo*, enquanto que Raphael Bluteau (1712-1728, vol. 7, p. 300) indicava que a grafia correta era *Retabolo*. Outra palavra usual é "Síndico", que o linguista grafa "Syndico" (BLUTEAU, 1712-1728, vol. 7 p. 819), mas é usada de formas diferentes por Antônio Francisco Lisboa: *Çindico*, *Cindico* e uma vez *Sindico*. Há várias outras palavras que são grafadas de forma diferenciada no conjunto dos documentos, mas esse não era um problema específico do entalhador e mesmo um profissional da escrita poderia incorrer nessas variações. Isto porque neste momento ainda não havia uma normatização da ortografia portuguesa e a influência da oralidade na escrita era bastante alta. Dada as alterações regionais do português falado, surgiam diferentes ortografias (MARQUILHAS, 2001). Portanto, escrever corretamente não era propriamente uma questão fixa na língua portuguesa, pois as normas eram indefinidas. O primeiro dicionário da língua portuguesa surgiu com a obra de D. Raphel Bluteau, editado entre 1712 e 1721. Como as demais nações europeias, Portugal passou por inúmeras tentativas e esforços de criação de uma normatização ortográfica mais rija, reflexo da necessidade dos processos de centralização institucional do Estado moderno (MARQUILHAS, 2000, p. 230-234). Mas, segundo Justino Magalhães (1994, p. 168), mesmo depois do intenso movimento cultural do século XVIII, não houve uma real normalização gráfica e as arbitrariedades nas práticas da linguagem continuaram a ocorrer.

Uma característica comum à escrita do século XVIII era a ligação entre letras de palavras diferentes, seja pela velocidade com que se escreve sem tirar a pena do papel, seja por costume. Outra é o uso de abreviaturas, que "são grafias que não apenas poupam tempo como também economizam espaço no suporte e tinta de escrever" (MEGALE; TOLEDO NETO, 2008/2009, p. 162). Mas esta prática era também devido ao hábito ou à convenção daqueles que possuíam intimidade com o texto manuscrito. Antônio Francisco Lisboa fez uso constante das abreviações das palavras conforme os modos da escrita no século XVIII. Na sua assinatura, há variantes na inscrição dos nomes por extenso ou reduzido, exceto pela palavra *Lisboa*, que é sempre abreviada com o sinal específico deste substantivo, que compreende os signos *L*, *X* e o *A* minúsculo sobrescrito (*LX^a*). Esta mesma forma de grafar a palavra era usada por pessoas com o mesmo "sobrenome" ou para se referir à cidade sede da corte portuguesa. O uso da forma comum de se abreviar este vocábulo é mais um indicativo que corrobora a afirmação de Marcos Paulo Miranda, já aventada por Russell-Wood (GRAMMONT, 2008, p. 116), que declara que "o designativo Lisboa, presente no nome de Aleijadinho e de seus familiares, não é propriamente um sobrenome, mas sim um elemento descritivo para indicar o lugar de procedência da família, que se deslocou para o Brasil no primeiro quartel do século XVIII" (MIRANDA, 2014, p. 15).

Quanto ao texto, Antônio Francisco Lisboa seguia uma fórmula comum. Iniciava com um indicativo do tipo de documento ("Recebi", de forma abreviada), seguido da designação do pagador, da quantia e do objeto do trabalho (na maioria dos documentos). Em seguida, atestava que o valor tinha sido pago e que por isso passava o documento "de letra e sinal". Logo após esta expressão, inseria a data e, na linha inferior, a assinatura alinhada à direita. É interessante notar que ele usava expressões diferentes para atestar que o valor tinha sido recebido, mostrando uma intimidade com a escrita capaz de fazer uso de formas variadas de dizer a mesma coisa: "e para

clareza"; "e por verdade"; "e por ter recebido"; "e por estar pago e sastefeito (sic) de tudo"; "e por as ter recebido"; "e por [ilegível] sastifeyto (sic)"; "e para verdade". Esta última expressão é a mais recorrente, tendo sido usada em 17 documentos. Na comunicação comercial, a necessidade de adotar técnicas aperfeiçoadas e universais de linguagem era uma garantia para o sucesso dos negócios (FURTADO, 2006, p. 104). Percebe-se nos recibos de Antônio Francisco Lisboa o seguimento de uma fórmula clara e objetiva, na qual todos os dados estavam postos para não haver dúvidas posteriores. Afinal, uma das prerrogativas da escrita, como foi dito por Calderón de la Barca, é resguardar a memória para o futuro. O uso das expressões "para clareza", "para verdade", "por estar satisfeito", seguida do depoimento de que foram escritas de próprio punho, deveriam ser testemunhos suficientes para impedir qualquer demanda judicial futura entre contratante e contratado, como muitas vezes ocorreram nas Minas coloniais.

A inserção social através do letramento

Até meados do século XIX, tanto em Portugal quanto no Brasil, nem todos os que se introduziram nas primeiras letras conseguiram chegar a um nível elevado da arte da escrita. Embora em 1772 tenha sido exarada uma Lei que "determinava que as aulas públicas devessem ser criadas em todos os domínios portugueses", elas não eram para todos, como explica Christianni Morais ao afirmar que "mesmo entre os que poderiam ingressar nas aulas régias, era indicada uma educação diferenciada para cada estrato social". Os estratos mais elevados da população recebiam uma "formação livresca" que poderia culminar nas universidades do Reino. Para os filhos das camadas menos abastadas, principalmente das famílias de pequenos comerciantes e oficiais mecânicos sofisticados, era ensinada a doutrina cristã e o ler/escrever/contar básico para lidar com suas atividades econômicas. Esta Lei de 1772 reproduziu a hierarquização do ensino já existente anteriormente, mesmo aquela feita por párocos, pais e outros profissionais não especializados no ensino (MORAIS, 2009, p. 75-84).

De uma maneira genérica, como explica Morais, primeiro se aprendia a ler e somente depois de cerca de dois anos se aprendia a escrever, caso houvesse condições para isso; por fim se ensinavam as quatro operações básicas da Matemática. O ensino da leitura era mais fácil, e o professor poderia trabalhar com vários alunos ao mesmo tempo. Já a instrução da escrita necessitava um apoio mais direto do professor e a preparação do material a ser utilizado: papel, pena e tinta, além dos modelos de pautas e regras. Este ensino era tão laborioso que o mestre Manoel de Andrade de Figueiredo sugeria que se escolhessem dois ajudantes dentro da turma para auxiliar o professor. Mas nem todos os estudantes conseguiam chegar a um nível elevado da arte da escrita e muitos alunos conquistavam apenas a habilidade da leitura.

Quanto à sistemática do ensino, a predominância era para a contratação de mestres privados. As aulas régias foram instituídas em Portugal em 1759 no reinado de D. José I mas, em 1761, Vila Rica possuía apenas um professor régio que atendia a 30 alunos. As aulas particulares eram uma prática desenvolvida na América portuguesa para suprir esta carência, e era feita na casa dos pupilos ou em locais organizados pelos mestres e, até meados do oitocentos, "o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho ser confiada a um mestre artesão ou professor particular", o que poderia ser feito inclusive fora de espaços escolares, pelos próprios familiares e também para escravos, geralmente aqueles que exerciam trabalho mecânico especializado ou os escravos de ganho, sendo o mundo do trabalho a "ponte de acesso" desses sujeitos ao mundo da cultura escrita (MORAIS, 2009, p. 291-294; 305). Para aqueles impossibilitados de aprender com o apoio direto de mestres, o processo poderia se dar à distância, por correspondência e com o uso de um bom manual, ou ser feita de forma autodidata, por um homem *virtuoso e dedicado*, como afirma Manoel de Andrade de Figueiredo, com habilidades manuais anteriores e interesse intelectual (ALMADA, 2012, p. 63-64). Apesar de haver limites educacionais que se encontravam "nas fímbrias da hierarquia social" (VILLALTA, 2007, p. 255), não é surpreendente que alguém como Antônio Francisco Lisboa, pelo tipo de sua atividade profissional, sendo pardo e filho de uma preta forra, tenha se instruído nas primeiras letras e feito uso cotidiano da escrita, se aperfeiçoando e criando uma intimidade com as regras.

Existem poucas pesquisas que analisam a inserção de artífices no mundo da escrita e a sua relação com a constituição da cultura visual. Estes dois aspectos da vida intelectual de um sujeito estão diretamente relacionados às suas capacidades operativas e estéticas. Sabemos que vários pintores e escultores tiveram contato com obras impressas que circulavam no mundo ocidental, seja através do uso de gravuras como fontes de modelos ou de conceitos encontrados em tratados de pintura e arquitetura. Para melhor entender a absorção e manipulação dos conhecimentos teóricos encontrados nos textos impressos ou manuscritos, seria interessante estudos

comparativos mais profundos que abordassem concomitantemente os aspectos visuais que denotam estas relações e as habilidades necessárias ao usufruto pleno do conteúdo textual que estaria relacionado às imagens²⁰.

Considerações finais

Cotejando a biografia de Antônio Francisco Lisboa com as análises da letra e do texto dos recibos por ele escritos e assinados entre 1772 e 1802 e com os dados apresentados sobre a capacitação para a escrita durante o século XVIII, podemos afirmar que o escultor/entalhador era uma pessoa que conseguia redigir com propriedade, fazendo uso de normas da escrita comercial, de expressões variadas e de abreviaturas; que manipulava a pena com fluidez e legibilidade, mantendo um ordenamento visual coerente em todos os documentos deste conjunto; que integrava um grupo profissional que poderia ser candidato a ensino das letras e do trabalho; que, assim como seu grupo familiar²¹, ele também apresentava alto nível de letramento, sendo capaz de ler e escrever com propriedade e funcionalidade e que esteve envolvido ativamente com a cultura escrita.

Antônio Francisco Lisboa atingiu o reconhecimento profissional entre seus contemporâneos, pois conseguia *traduzir* referências teóricas em expectativas de uso dos comitentes, aspectos necessários à boa execução do ofício àquela época (GRAMMONT, 2008, p. 226). Sua oficina arrematava obras de vários clientes, dentre os mais reconhecidos socialmente, podendo inclusive negociar sua própria remuneração²²; foi membro de várias irmandades e era auxiliado por escravos e ajudantes; utilizou obras textuais e visuais impressas (e talvez manuscritas) para referência na execução de seus trabalhos, ajudando a acurar sua cultura visual, e quiçá aprimorar seu fazer técnico. Apesar de todas estas características, não conseguiu acumular bens móveis e imóveis e não teve direito à herança familiar, mantendo sua baixa posição social.

No Antigo Regime, aqueles que detinham os conhecimentos das normas da escrita conseguiam se articular mais facilmente nos meandros da administração, de acordo com os seus interesses. Circular no mundo da escrita garantia autonomia e possibilidades de melhoria profissional, sendo também símbolo de status, mas não era o suficiente para a ascensão econômica e social. Na sociedade europeia altamente hierarquizada, cujo modelo foi seguido na América portuguesa, apenas o letramento não garantia um espaço de atuação na esfera do poder ou nas camadas sociais mais elevadas. Entre outros motivos, porque o próprio sistema educativo implementado pela Coroa portuguesa tentava reproduzir a ordem estamental, escravista e patriarcal, apesar da série de antagonismos encenados pelos atores sociais (VILLALTA, 2007, p. 284). Para garantir a ascensão social, era fundamental que o sujeito fosse capaz de manejar os mecanismos que regiam a prática de concessão de dons e mercês. Desta forma, porque o engenho, o domínio da escrita, a cultura visual apurada e o reconhecimento profissional pelos seus contemporâneos não bastassem, Antônio Francisco Lisboa, assim como muitos artífices mecânicos de sua época, não conseguiu ultrapassar as rígidas barreiras da mobilidade social do Antigo Regime.

Referências

- ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel*. Caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. *Desavenças: poesia, poder e melancolia nas obras do Dr. Francisco de Sá Miranda*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal*. Temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Antonio Jachinto. *Nova Arte de Escrever*, oferecida ao Príncipe Nosso Senhor, para instrução da Mocidade, composta por Antonio Jacintho de Araujo, Professor d' Escripção, e Arithmetica, e Correspondente da Academia Imperial das Sciencias em S.t Petersburgo. Lisboa: na Officina de Antonio Gomes, 1794.

²⁰ Uma exceção é a tese de Doutorado de Camila Santiago que, entre outros assuntos, analisa a formação livresca e visual de Manoel da Costa Ataíde tentando compreender como e com que recursos intelectivos foram feitas as adaptações no referencial usado pelo pintor (tratados e gravuras) (cf. SANTIAGO, 2009).

²¹ São considerados os dados biográficos apresentados em Miranda (2014).

²² No Livro de Registros da Ordem Terceira do Carmo de Sabará há uma passagem que relata a indisponibilidade de Antônio Francisco Lisboa em negociar a sua remuneração: "(...) e fallandose lhe em ajuste nenhum quis fazer, segundo digo segurando que só trabalhava pelo jornal de hua oytava por dia (...)". *Livros de Termos de Ereção e de Registros*, fl.68, 1761 (apud RAMOS; GUTIERREZ, 2002, p. 28).

- ARAÚJO, Jeaneth Xavier. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 32-62, p. 45.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna - siglos XV-XVII*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- CARREIRA, Maria de São Luiz da. *Marcas de água*. Arquivo Histórico Parlamentar - Monarquia Constitucional 1821-1910. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2012.
- CARVALHO, Ayres de. *Catálogo da coleção de desenhos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1977.
- CASANOVA, José de. *Primera parte del arte de escribir todas formas de letras*. Madrid: Diego Díaz de Carrera, 1650.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. El tempo de la cultura escrita. A modo de introducción. In: _____. (Coord.). *Historia de la cultura escrita: del próximo oriente antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2001. p. 15-25.
- FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa Ocidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista*. Don Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GOMBRICH, Ernest H. *The sense of order: a study in the psychology of decorative art*. London: Phaidon Press, 1984.
- GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MAGALHÃES, Justino. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho: Instituto de Educação, 1994.
- MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MARQUILHAS, Rita. Em torno do *Vocabulario* de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. In: MATEUS, Maria Helena Mira (Org.). *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p. 105-118.
- MEGALE, Heitor e TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (orgs.). *Por Minha Letra e Sinal*. Documentos do Ouro do Século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A língua portuguesa como uma nova língua clássica. *História da Educação*, vol. 17, n. 39, p. 173-187, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592013000100010>>. Acesso em 06 jun. 2016.
- MIRANDA, Marco Paulo de S. *O Aleijadinho revelado*. Estudos históricos sobre Antônio Francisco Lisboa. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola*. De Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei. Minas Gerais (1750-1850). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- PEREIRA, Ana Martinez. El arte de escrever de Manuel Barata em el âmbito pedagógico dela segunda mitad del siglo XVI. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, n. 1, p. 235-249, 2004.
- PETRUCCI, Armando. *Lezione di storia della scrittura latina*. Corso istituzionale di Paleografia. Roma, Cooperativa Editoriale e Libreria, manuscrito, [1986?].
- RAMOS, Adriano; GUTIERREZ, Ângela. *Francisco Vieira Servas e o ofício da escultura na Capitania das Minas do Ouro*. Belo Horizonte: Instituto Cultura Flávio Gutierrez, 2002.
- SALAZAR, Manoel Satírio. *Compendio calligrafico em forma de diálogo para se entenderem as mais principaes regras da Calligrafia, e se aprenderem methodicamente os Caracteres das Letras de Escritório; e Ingleza, proprio para as pessoas, que não tiverem aprendido a escrever com methodo, e muito mais para os Meninos, que frequentarem as Escolas, que compoz, e estrahio da sua arte de escrita Manoel Jose Satirio Salazar, professor de Escrita, e Arithmetica Prática*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.
- SALAZAR, Manoel Satírio. *Nova Arte de Escrita para se aprender theorica, e praticamente a I e II parte da forma de letra portugueza, intitulas de Secretaria, e Escritorio, caracteres proprios para se ensinarem nas escolas deste Reino; e ultimamente a Letra Ingleza, extrahida dos sobreditos caracteres nacionaes, propria para todas as pessoas, que não tiverem aprendido a escrever com methodo, e se acharem occupadas em empregos publicos, que lhe embarcaram frequentar as aulas*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.

SANTIAGO, Camila Fernandes Guimarães. *Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830)*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Joaquim José Ventura da. *Regras methodicas para se aprende a escrever os caracteres das letras Ingleza, Portugueza, Aldina, Romana, Gotica-Italica, e Gotica-Germanica; acompanhadas de hum tratado completo de arithmetica*. Lisboa: Impressão Régia, 1819.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. Educação: nascimento, "haveres" e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 253-288.

Papeis em travessia: o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os Manuscritos da Coroa – século XIX

Paper in crossing: the librarian Luís Joaquim dos Santos Marrocos and the manuscripts of the Crown - XIX century

Recebido em 06 de maio de 2016. | Aprovado em 08 de junho de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.316>

*Adriana Angelita da Conceição¹
Juliana Gesuelli Meirelles²*

Resumo: Com a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, o centro de poder imperial transferia-se para a América. Acompanhada de pessoas importantes da nobreza, a Coroa também trasladou consigo apetrechos e muitos simbolismos – refletidos, especialmente, na Casa Real – o que tentaria garantir uma adequada permanência da realeza em terras americanas. Dentre os súditos ilustrados da monarquia, destacamos o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, personagem central da discussão deste artigo, cujo objetivo primeiro está em problematizar a natureza das relações interatlânticas entre os papeis impressos e manuscritos da Coroa na primeira metade do século XIX. Ao situarmos tais balizas, o texto tem como foco três principais temáticas a serem examinadas: a) a vida do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos entre bibliotecas e a prática de escrita de cartas; b) sua relação com os manuscritos da Coroa; e c) a sistematização e catalogação que preparou sobre a documentação manuscrita da coroa portuguesa.

Palavras-chave: manuscritos; bibliotecas; transferência da corte portuguesa; império luso-brasileiro; correspondências.

Abstract: With the arrival of the Portuguese Royal Family in Rio de Janeiro in 1808, the locus of the imperial power was transferred to America. Accompanied by important members of the nobility, the Portuguese crown also brought with themselves many paraphernalia and symbolisms – especially reflected in the Royal House – which would attempt to ensure the royalty's permanency on American soil. Among the monarchy's illustrious subjects, the librarian Luís Joaquim dos Santos Marrocos stands out. This article will focus on this figure as a mean to problematise the transatlantic relationship between the crown's printed material and manuscripts in the first half of the 19th century. In so doing, the article will centre on the following three points: a) the life of the aforementioned librarian in the context of libraries and the practice of writing letters; b) his relationship with the crown's manuscripts; and c) the organization and cataloguing he performed of the documented manuscripts of the Portuguese crown.

Keywords: manuscripts; libraries; Portuguese Royal Family transfer; Luso-Brazilian empire; correspondences.

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com apoio da FAPESP. Atualmente, atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. adrianaangelitac@yahoo.com.br.

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-CAMPINAS). jugmeirelles@gmail.com.

Introdução

No início do século XIX a Europa passou por fortes agitações que se desdobraram em novas configurações sociopolíticas, sobretudo, na península ibérica. Os ventos fortes vindos dos Pireneus – os franceses –, em direção ao Atlântico, foram os principais propulsores para uma importante decisão tomada em território português: a travessia da Corte rumo à América. Em 1808 desembarcaram no Rio de Janeiro, até aquele momento capital do principal território luso, a Família Real portuguesa, acompanhada de nobres, soldados, apetrechos e muitos simbolismos – refletidos, especialmente, na Casa Real – ou seja, o que afiançaria, ou tentaria garantir, uma adequada permanência da realeza em terras americanas. Situando-se dentro destas condições, apresentamos as principais matérias examinadas neste texto: a) a vida do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos entre bibliotecas e a prática de escrita de cartas; b) sua relação com os manuscritos da Coroa; e c) a sistematização e catalogação que preparou sobre a documentação. Portanto, objetivamos problematizar a natureza das relações interatlânticas entre os papeis impressos e manuscritos da Coroa portuguesa na primeira metade do século XIX, tendo Luís Joaquim como uma figura central para a análise.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos: a vida entre as bibliotecas e a escrita de cartas

Luís Joaquim dos Santos Marrocos desembarcou no Rio de Janeiro em 1811. Aos 30 anos de idade, solteiro, deixava a família na Europa em nome de uma importante missão: transportar em segurança a segunda travessia de livros que compunha a coleção da Coroa portuguesa, preservada na Biblioteca d'Ajuda. Os dez anos de experiência em Lisboa como praticante da Real Biblioteca, que lhe permitiu o acesso e registro de livros impressos e manuscritos, além de documentos régios de grande consideração para a monarquia, foi um precedente importante para que D. João o escolhesse entre seus súditos de confiança.

Filho de Francisco José dos Santos Marrocos, professor régio de Filosofia Racional e Moral em Belém, e funcionário da Real Biblioteca d'Ajuda, Luís Joaquim teve uma trajetória comum entre os de condição semelhante. Em 1798, matriculou-se nos cursos de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra, porém, segundo Ana Cristina Araújo, “não há qualquer registro de actos e graus associados à aquela matrícula” (2008, p. 21). Apesar de não ter tido uma vida acadêmica de destaque, Luís Joaquim cresceu em um universo letrado, onde as relações da sociedade de corte se delineavam de forma hierárquica e desigual. Ou seja, a busca pela proteção dos “Grandes”³ e por mercês reais era a moeda para a ascensão sociopolítica dos súditos da monarquia portuguesa.

Em Lisboa, a família Marrocos contou com a proteção do 3º marquês de Angeja e do 1º visconde de Santarém. No Rio de Janeiro, a proximidade foi com o visconde de Vila Nova da Rainha, um dos homens mais leais do monarca (ARAÚJO, 2008, p. 22). Em Portugal era compadre de um membro da Real Ucharia – um oficial da Casa Real portuguesa. Tinha contato com “professores régios, nomeadamente com Bento José de Sousa Farinha, conhecia o oratoriano Joaquim Dâmaso, da Biblioteca dos Conventos das Necessidades, que, em 1810, passou a ocupar o cargo de bibliotecário da Real Biblioteca do Rio de Janeiro”. Ainda segundo Araújo, desenvolveu trabalhos com Alexandre Antonio das Neves Portugal, que era sócio e guarda-mor na Academia Real das Ciências de Lisboa “e director da Junta da direcção literária da Imprensa Régia e da Real Biblioteca d'Ajuda”. Junto a estes indivíduos mais ilustres, Marrocos também trocava conhecimento com “figuras subalternas ligadas ao mundo das bibliotecas, das escolas, das academias, das juntas oficiais e secretarias de Estado. Tinha também ligações no meio editorial” (ARAÚJO, 2008, p. 20).

Luís Joaquim chegou ao Rio de Janeiro sem grandes expectativas: temia as condições da nova sede da monarquia e pressentia as tensões sociopolíticas entre os locais e os portugueses que desembarcaram no Brasil. Em meio ao conturbado cenário europeu, Luís Joaquim relatava seu sofrimento pessoal aos familiares que continuaram no Reino e através dos papeis enviados procurava sanar as saudades da sua terra. Nos primeiros meses, o Rio de Janeiro foi alvo de pesados comentários, que destratavam a população, o clima e a alimentação.

Diante dessa paisagem, Marrocos se refugiou entre o papel, o tinteiro e a pena. Munido por esses valiosos instrumentos, ao longo de mais de dez anos, escreveu breves e longas cartas à família, sobretudo ao progenitor,

³ Expressão utilizada pelo próprio Luís Joaquim dos Santos Marrocos em suas cartas ao pai e familiares, fazendo referência às principais casas nobiliárquicas de Portugal.

seu principal interlocutor – “*Meu Pai e Senhor do meu coração: Aflicto e cheio do maior desgosto pego na pena para lhe dirigir a presente*”, a aflição era o resultado da falta de missivas recebidas “*há 2 Navios sucessivos, que aqui tem chegado com grandes malas para o Correio e grande número de passageiros: e nem por um nem por outro modo tenho podido obter Carta alguma*” (carta n. 13, p. 105)⁴. A ausência de respostas foi temática constante em sua escrita – sublinhando uma questão fundamental entre aqueles que mantêm sociabilidades à distância, ou seja, um certo tipo de *convenção epistolar*: de que toda carta nasce acompanhada por um desejo de reciprocidade. Entretanto, as missivas enviadas não eram palco apenas de reclamações pessoais e de descrições pejorativas para o Rio, mas foram relevantes para sua sobrevivência simbólica no árido espaço de disputas sociais na corte instalada nos trópicos. No campo da documentação histórica, são fontes valiosas que nos ajudam a problematizar os sentidos da prática de escrita de cartas no século XIX, em meio aos sentimentos de exílio, assim como a refletir sobre as profundas transformações do Império luso-brasileiro⁵.

O conjunto documental é formado por cerca de 185 cartas – escritas entre abril de 1811 e março de 1821. Do total, 165 destinaram-se ao pai e as restantes à irmã e a outros parentes. A bem desenhada letra e a escolha por bons papeis mostram o apreço de Luís Joaquim pela escrita manuscrita e pelos sentimentos suscitados durante a produção das missivas. O primeiro uso desta correspondência como fonte de informação sobre o passado se deu por meio de Oliveira Lima, autor da clássica obra *Dom João VI no Brasil*, publicada em 1908 – nos marcos da comemoração do primeiro centenário da travessia da Família Real ao Brasil. Desde então, essa vem sendo usada por distintos pesquisadores que se dedicam a estudar o contexto sociopolítico do Império luso-brasileiro, assim como pelos estudiosos da escrita de cartas como prática social e cultural. As temáticas abordadas são múltiplas: da sociabilidade do bibliotecário aos detalhes da vida privada no Paço Real, assim como pormenores das variadas intrigas políticas e das disputas por favorecimentos ocorridas no universo cortesão que se instalou no Brasil no primeiro decênio do século XIX.

Diante da importância e particularidade como fonte histórica, a correspondência já passou por três processos de edição. O primeiro foi em 1939, dirigido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e publicado em seus Anais, sendo o resultado de uma homenagem a um dos seus primeiros funcionários. Foi acompanhada por um detalhado estudo preparado por Rodolfo Garcia que, na época, era diretor da referida biblioteca. Décadas depois, em 2007, a mesma instituição publicou uma segunda edição, motivada pelas atividades de comemoração do bicentenário de transferência da Corte. Fundamentada pela mesma data, a Biblioteca Nacional de Portugal, em 2008, lançou uma nova e mais completa, em relação às anteriores, considerando os textos introdutórios, sobretudo, o assinado pela investigadora Ana Cristina Araújo e pela presença de diferentes índices. A obra nesse formato só foi possível em razão da conservação da correspondência encabeçada por Francisco José dos Santos Marrocos, que as preservou cuidadosamente mantendo-as no seu local de trabalho – o que restou em Lisboa do acervo da Biblioteca Real, atualmente o Palácio da Ajuda.

Quando o governo joanino decidiu deslocar-se para o Brasil, a monarquia trouxe grande parte do patrimônio intelectual que possuía, destacando-se, neste aspecto, a estruturação e o futuro exercício da Real Biblioteca do Rio de Janeiro. Com o insucesso dos franceses em Portugal, em 1809, o envio do acervo da Real Biblioteca Pública de Lisboa já não era prioridade⁶. Em três viagens, a Real Biblioteca d’Ajuda foi transferida em segredo para a nova Corte, entre os anos de 1810 e 1811. A constituição deste importante *locus* de cultura, de inestimável valor simbólico, foi marcada por muitos contratemplos, como incêndios e terremotos, formada,

⁴ Em pesquisa anterior, consultamos os originais da correspondência de Marrocos custodiados na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, com a cota 54-VI-12. Neste artigo, que não discutirá questões de língua ou de filologia, as citações foram realizadas através da edição elaborada e publicada pela Biblioteca Nacional de Portugal, em 2008. Assim, a partir daqui, as referências às cartas serão feitas desta edição, indicando o número da carta e a página. Por exemplo: carta n. 10, p. 96. Além disso, destacamos que todas as cartas citadas estão entre as enviadas ao pai, Francisco José dos Santos Marrocos.

⁵ Os sentidos do exílio mesclados aos sentimentos de melancolia, como temas permanentes da produção epistolar de Luís Joaquim, foram abordados por nós em trabalho anterior. Consultar: Conceição e Meirelles (2015).

⁶ Com o terremoto de 1755, a reestruturação de Lisboa foi um dos principais projetos do governo josefino, encabeçado pelo Marquês de Pombal. No que concerne à perda da Livraria Real, uma das maiores obras de D. João V, Pombal buscou viabilizar uma nova coleção. Uma das soluções encontradas pelo ministro, a fim de evitar outro prejuízo significativo de livros, foi a transferência da Real Livraria para o Palácio da Ajuda, onde a realeza passava a residir. Além disso, a tragédia também impulsionou a idealização da Real Biblioteca pública da Corte, criada no âmbito da Real Mesa Censória e inspirada nas grandes bibliotecas europeias. A primeira Biblioteca Pública da Corte (1775-1795) foi um projeto pombalino, de caráter laico. No entanto, os maiores estudos historiográficos concentram-se na fundação da segunda Biblioteca Pública da Corte (1796), cujos principais personagens são os homens de letras Frei Manuel de Cenáculo e Antônio Ribeiro dos Santos.

portanto, por distintos recomeços⁷. Neste sentido, a vinda para o Brasil imprimiria mais um capítulo na trajetória desse espaço cultural.

Em 1810 a remessa da primeira leva de livros foi acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca, que trouxe “também os ‘estratégicos’ Manuscritos da Coroa e uma coleção de 6 mil códices que se achavam em um arquivo reservado na Livraria do Paço das Necessidades, em Lisboa” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p. 266). Depois de uma conturbada travessia, a segunda remessa chegou em abril, aos cuidados de Luís Joaquim dos Santos Marrocos – “*se eu soubera o estado, em que existe a Fragata Princesa Carlota, repugnava absolutamente de meter-me nela e a Livraria, e nisto mesmo fazia um grande serviço a Sua Alteza Real*”, assim relatou as péssimas condições da embarcação e os perigos que ele e os livros enfrentaram (carta n. 1, p. 77-78). O último encaixotamento dos impressos chegou em outras circunstâncias: “*aproveito esta ocasião para dizer a Vossa Mercê que a Charrua São João Magnânimo aqui chegou no dia 19 muito feliz, com 69 dias de viagem, e não padecendo os incômodos da Fragata Carlota*”. Os derradeiros livros vieram aos cuidados de José Lopes Saraiva, que além de acompanhar “*os últimos 87 caixotes de Livros que ai tinham ficado*”, ainda foi o portador de cartas direcionadas a Luís Joaquim (carta n. 10, p. 96).

O trabalho realizado com a finalização das remessas era imenso. A direção da biblioteca estava aos cuidados do padre Joaquim Dâmaso e do frei Gregório José Viegas. Segunda a pesquisadora Ana Cristina Araújo, todos os envolvidos com as funções da biblioteca estavam vinculados ao Paço Real e eram remunerados por esse setor, servindo “com exclusiva assistência à livraria” (ARAÚJO, 2008, p. 21). Entretanto, a Livraria Real não era o espaço restrito de todos os funcionários, como veremos.

Luís Joaquim chegou ao Rio de Janeiro para continuar a função que já exercia em Lisboa. No entanto, através de sua inserção nas importantes redes de poder lusitanas no Brasil, acumulou novos cargos. Em setembro de 1817 tornou-se oficial da *Secretaria dos Negócios do Reino do Brasil*, onde desenvolveu este trabalho sem abandonar suas primeiras atribuições na Livraria. Em março de 1821 foi promovido a encarregado da *Direção e Arranjo das Reais Bibliotecas* e deixou de ser apenas ajudante. Como não regressou com D. João VI, permanecendo junto ao príncipe regente D. Pedro, chegou a ser graduado como oficial-maior da *Secretaria de Estado dos Negócios do Império*, em abril de 1824, ainda incumbido da *Direção e Arranjo* da Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Ou seja, sem sair do espaço destinado aos principais papéis da monarquia, alçou muitos cargos até sua morte em 1838. Em meio aos impressos e às constantes escritas de próprio punho, outros papéis fizeram parte da vida do bibliotecário e que ainda pouco despertam o interesse da historiografia: os manuscritos reais.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos e os manuscritos da Coroa

Com poucos meses no Brasil, Luís Joaquim anunciou a compra de um escravo por 93\$600, para denotar uma certa ascensão social. Informou, ainda, que sua moradia era paga pela Fazenda Real para que viesse a exercer um novo emprego “*que vai aqui a estabelecer-se de grandes honras e que tem causado grande expectativa*”. Apesar de exaltar as benesses do futuro ordenado, a notícia era incompleta: “*agora não me convém fazer maior declaração, o que a seu tempo farei, remetendo a Vossa Mercê o título competente, pois sou obrigada a guardar segredo ainda*” (Carta n. 5, p. 82). Com as amizades que estabeleceu na nova corte, garantiu uma de suas mais nobres funções: em setembro de 1811 tornou-se o responsável pelos manuscritos reais. A partir de então, utilizou-se muitas vezes do privilégio que lhe cabia para, em última instância, alcançar reconhecimento do Príncipe Regente, que escolhia pessoalmente os lugares políticos de seus súditos. A historiadora Leila Mezan Algranti destacou que “o cargo público no Estado absolutista dignificava os indivíduos, e sempre foi uma forma de conquista de *status*, de prestígio e até de título de nobreza dos que o ocupavam” (2004, p. 225). Algranti ressalta ainda que esses funcionários tinham perspectivas “de atrair a estima do rei, além de recompensas generosas pelos bons serviços prestados” (2004, p. 226). Desse modo, os leais servidores de D. João não poupavam esforços para conquistar sua confiança.

O enigma presente na carta de julho de 1811 foi desvendado três meses depois. Orgulhoso, contava que tinha sido chamado pelo ministro visconde de Vila Nova da Rainha, que o havia informado sobre o olhar de D. João sobre si. Segundo o visconde, o Príncipe Regente tinha conhecimento de sua boa conduta e estava satisfeito com

⁷ Em trabalho anterior realizamos um breve histórico da formação da Biblioteca Real. Para mais informações consultar: Conceição e Meirelles (2015).

seus serviços, circunstâncias que o levaram a ordenar que “*logo e logo*” passasse a cuidar do arranjo e da conservação de seus manuscritos. Segundo Marrocos, “*Sua Alteza Real quis que permanecessem junto a sua Pessoa*”, ou seja, aos papeis de punho não podia existir outro lugar se não as proximidades da Câmara Real – local de intimidade e de despacho, onde o monarca cuidava de si e ao mesmo tempo exercia o poder soberano de governar.

O monarca lhe confiava um “*Cargo de segredo, importância e responsabilidade*”, o que o distinguia ainda mais por ser ele o “*Sucessor de Frei António de Arrábida*”⁸. Além da honra de cuidar dos manuscritos, acrescentou: “*continuo a trabalhar todos os dias dentro do Paço, na Sala nova do Despacho do Real Gabinete; por cima da Câmara de Sua Alteza Real*”, ou seja, o mérito do emprego crescia em virtude da espacialidade que ocupava, não apenas o Paço Real, mas por cima da Câmara – um dos lugares mais importantes nas sociabilidades da Casa Real portuguesa. Além disso, ao circular próximo ao Gabinete, tinha o gosto de viver quotidianamente com o rei e, mais do que isso, podia participar de um antigo e simbólico ritual das monarquias modernas: o beija-mão – “*tenho a satisfação de lhe falar e beijar-lhe a Mão todos os dias quando se levanta da cama, pelas 7 horas da manhã, o que me obriga a sacudir-me de alguma frouxidão antiga*”. Provavelmente, o bibliotecário não gostava de acordar cedo. Não economizou detalhes ao pai: “*faz-me muita honra esta distinção (...) principalmente pela especial lembrança⁹ de Sua Alteza Real em me chamar, sem eu o requerer*” (carta n. 06, p. 84).

A Livraria Real teve grande força simbólica no período. Os constantes conflitos envolvendo os livros, os funcionários, o local, as reformas, as consultas de leitores e os gastos, não apenas demonstram a complexidade desse *locus* de cultura como também obscurecem o trabalho e a dedicação de Luís Joaquim para com os manuscritos reais. Em outras palavras, dentre tantas atividades desempenhadas pelo ajudante, o tratamento e preservação dos papeis escritos à mão ficaram, de certo modo, ofuscados por sua presença constante na Biblioteca. Entretanto, um olhar mais atento às cartas e aos sentidos da escrita manuscrita, após a invenção da imprensa, permite que os observemos por outra perspectiva.

Os estudos sobre a História da Cultura Escrita no período moderno avançaram consideravelmente na península ibérica nas últimas décadas¹⁰. As investigações sobre os livros integraram-se às ligadas às práticas de leitura, avançando o debate na relação entre a produção e os diferentes usos da escrita. Segundo o pesquisador Fernando Bouza, para que se possa compreender os sentidos intrínsecos da circulação de textos na idade moderna é necessário ultrapassar a persistência de um esquematismo que prevaleceu nas primeiras análises, o que colocava de um lado a tipografia como um produto de mercado e de ampla difusão, cabendo aos manuscritos uma reação unicamente de não propagação (2001, p. 18). O autor propõe que se pense a cultura escrita como também uma história cultural da comunicação, na qual impressos, manuscritos, imagens e oralidade atuam de modo relacional, sem sobreposições (2001, p. 21).

⁸ Para informações biográficas sobre Frei Antonio de Arrábida (1771-1850), consultar: <http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/antonioArrabia.html>. Acesso em: 02 mar. 2016.

⁹ Grifo no original.

¹⁰ A título de exemplo, citamos alguns trabalhos, além dos que constam das referências: *ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras e ALB / São Paulo: FAPESP, 2005. *ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org.). *O império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. *ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. *BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)*. 1ª reimpressão. Madrid: Editorial Síntesis, 1997. *CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013. *CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS, 2007. *GÓMEZ, Antonio Castillo; SÁEZ, Carlos (Dirs). *La correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de escritura – Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. Madrid: Calambur, 2002. 2 vol. *GÓMEZ, Antonio Castillo. *Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002. *LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *Editar cartas e notícias setecentistas*. In: REYNAUD, Maria João; TOPA, Francisco (Org.). *Crítica textual & crítica genética em diálogo*. Colóquio Internacional. Porto, 18-20 de Outubro de 2007, 2ª vol., Munique, Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung. p. 311-325. *LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *A cultura escrita nos espaços privados*. In: MATTOSO, José (Dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalves (Coord.). *História da vida privada em Portugal - A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. *MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. *MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda; LISBOA, João Luís. *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. vol. II (1732-1734). Lisboa: Colibri, CIDEHUS.UE, CHC.UNL, 2005. *MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado”. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. VI, n. 2005, p. 215-251, 2005. *SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Livro e sociedade no Rio de Janeiro. Separata da Revista de História*, n° 94, São Paulo, 1973. *VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Com a invenção da tipografia, a produção, os usos e a circulação de manuscritos não deixaram de existir ou diminuir; ao contrário, inseriram-se em outras demandas socioculturais. Para Bouza, os usos vinculados aos manuscritos atuaram, sobretudo, em duas frentes: a ideia de solenidade e de privacidade, assim como a necessidade de manter a escrita aberta e não fixada – uma característica fundamental da imprensa (2002, p. 135). Os circuitos da comunicação manuscrita tornaram-se mais específicos e restritos, pois se a impressão cabia à difusão, por outro lado, “o manuscrito assenhoreava-se do segredo e da deferência” (2002, p. 136). Por este prisma, portanto, quando D. João reestruturou os novos espaços da cidade para tratar e organizar os papeis do Império, identificamos diferentes procedimentos empregados aos impressos e aos manuscritos. Por essa razão, compreendemos a atitude de Luís Joaquim que, ao ser convocado para manusear os papeis de punho do rei, tinha consciência de que estava à frente de um “*Cargo de segredo, importância e responsabilidade*” (carta n. 06, p. 84).

Fernando Bouza também tem como objeto de estudo o crescente desenvolvimento dos manuscritos, diante dos novos usos que passou a adquirir convivendo com a impressão, com a oralidade e com o visual. Na idade moderna, essa prática de escrita adquiriu um certo *ethos* aristocrático, no qual “la posesión de manuscritos, entre otros gestos de distinción, se asoció al *habitus* aristocrático” (2001, p. 53). Deste modo, a posse de papeis de punho convertia-se “en un gesto de singularidad que la aristocracia parece haber entendido como un signo distintivo de su propia condición egregia, donde la rareza y la antigüedad de los códices se deja ver como la púrpura que viste a los *meliores terrae*” (2001, p. 55-56). No caso do Príncipe Regente, o que estava em jogo, com a transferência para a nova capital, não era apenas o destaque à raridade dos suportes e de seus conteúdos, mas, acima de tudo, a garantia de preservação e posse de tamanha riqueza cultural, que muito desvendava sobre as práticas políticas do Império luso.

Dividido entre as funções na biblioteca e nos manuscritos, Marrocos conversava com o pai sobre seus projetos. Aproximadamente um mês após noticiar o novo cargo, destacou novamente o predicado de que “*Sua Alteza Real vê-me todos os dias de manhã, eu tenho a honra de beijar-lhe a Mão*”, ou seja, trabalhar no Paço era o que melhor podia esperar após a conturbada travessia atlântica. Ao se gabar, solicitou: “*Tinha em grande gosto em que Vossa Mercê me remetesse em Carta pelo correio uma Cópia do Sistema de Classificação Bibliográfica*” (carta n. 9, p. 92), referindo-se ao catálogo concretizado por António Ribeiro dos Santos para a Biblioteca Pública de Lisboa¹¹. Tais papeis, segundo ele, eram necessários para suas futuras intenções: organizar os livros da biblioteca e os manuscritos do rei.

Em uma carta, dos primeiros dias de 1812, reiterava o quanto sua nova função exigia reserva e silêncio, o que o impedia de compartilhar descobertas que “*poderia com facilidade ajudar a Vossa Mercê na sua Obra, que novamente trabalha; pois tenho aqui com abundância grande material para ela se enriquecer*”. Com tais registros, constituía seu espaço de sociabilidade política na corte – cuja principal moeda era a visibilidade como súdito ilustrado e fiel que compunha a restrita órbita dos funcionários régios. Ao mesmo tempo, revelava seu assombro com os manuscritos que tinha às mãos: “*Não julguei nunca achar neste Archivo cousas tão preciosas, mas tenho a maior pena de se lhes não dar o seu competente valor*”. Com essa observação, Marrocos faz uma constatação um tanto ambígua, ao admitir que “*se me determinou não consentisse a extracção da mínima cópia*”, reiterava a validade atribuída a tais papeis pela monarquia. Por outro lado, ao sublinhar a falta do “*competente valor*”, talvez, quisesse referir à necessidade de preservação, ou seja, às devidas condições físicas de guarda documental.

Em fevereiro de 1812, anunciou: “*é o primeiro dia do meu trabalho nos Manuscritos, em cuja Sala faço esta*”, indicando não o primeiro contato com os papeis, mas sua decisão de elaborar “*para dar a Sua Alteza Real uma ideia do Tesouro*” uma “*Memoria literária e crítica deste mesmo Corpo de Manuscritos, pois que até aqui ainda se não sabe o que há principalmente no que pertence ao Governo Político*”. No fundo se desconhecia, de modo pormenorizado, o conteúdo, as formas e as quantidades dos *estratégicos manuscritos* da Coroa. Além disso, pretendia no início ou no final da *Memória*, elaborar um plano ou planta, como se fosse um sistema de classificação, conforme tinha feito “*para o arranjo dos Mesmos Livros, e julgo que não me arredei do trilho dos melhores Bibliógrafos, ainda que foi sem socorro algum mais que mental*”. A cópia solicitada ao pai do material feito por António Ribeiro dos Santos só chegou em junho de 1812. Marrocos, entretanto, já tinha feito um primeiro levantamento dos livros e já iniciara o mesmo trabalho com os manuscritos (Carta n. 14, p. 107).

Ao finalizar as notícias sobre como ambicionava trabalhar, registrou: “*Se eu concluir em bem esta minha surpresa, me julgarei feliz neste sentido, e darei a Vossa Mercê cópia de tudo, como tenha ocasião*” (Carta n. 14, p.

¹¹ Sobre a trajetória de António Ribeiro dos Santos, ver: PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

107-109). Não sabemos se Luís Joaquim conseguiu concretizar as duas intenções: a) a *Memória literária e crítica* e b) o sistema de classificação dos manuscritos – pois a diferença entre os dois intentos não fica clara nem nas cartas seguintes, nem na historiografia e tampouco no documento que passaremos a analisar.

O manuscrito: Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente

Na atual Biblioteca d'Ajuda, sob a cota 49-IX-44, temos o *Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente* datado por Luís Joaquim em 1813. Embora não conste nenhuma assinatura, a letra do documento que pertenceu ao bibliotecário certifica sua autoria. Entre os principais investigadores da correspondência de Marrocos, destacamos que o referido documento foi mencionado por Rodolfo Garcia, na introdução da edição que dirigiu; por Lilia Moritz Schawarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa no livro *A longa viagem da biblioteca dos reis*, e, por fim, por Ana Cristina Araújo no texto *Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Os breves comentários de Rodolfo Garcia indicam que provavelmente não teve acesso ao *Índice*. Sobre Marrocos, ponderou: “Rato de biblioteca, tinha fumaças de erudição e de altos conhecimentos bibliográficos, de sistema de classificação e catalogação de livros e manuscritos” (1939, p. 8) – o que consta da correspondência, ou seja, os comentários ao pai sobre as classificações dos impressos e manuscritos da Coroa.

No livro *A longa viagem da biblioteca dos reis*, os autores refletiram sobre o *Índice* e apontaram algumas questões mais voltadas ao conteúdo do documento do que propriamente sobre sua forma. Para os mesmos, o sistema de Marrocos figura como “um elegante e bem apresentado catálogo”, no qual os manuscritos “apareciam dispostos em 75 páginas” divididos pelos temas apresentados no sumário (2002, p. 284). Após indicar numericamente a quantidade de documentos, de acordo com o sumário, afirmam que a coleção possuía um “claro predomínio de documentos referentes à política portuguesa” traçando “uma história das relações diplomáticas daquela nação” (2002, p. 284). Com isso, elencam os principais assuntos e conteúdos da coleção, sobretudo, entre os classificados na sessão *Política*, o que permite aos autores concluir que esses papeis indicavam questões fundamentais para merecerem um “tratamento diferenciado, o que explica a menor ‘intimidade’ do príncipe com sua biblioteca, por oposição aos manuscritos: sempre à mão” (2002, p. 284). Neste sentido, além do peso dos conteúdos – o que fazia com que D. João tivesse uma cautela diferenciada com estes escritos – é basilar destacar que o fato de serem manuscritos proporcionava um maior valor simbólico – aspecto que perpassava as sociabilidades cortesãs no que se refere à posse de manuscritos como uma questão de *habitus* aristocrático, conforme já destacamos acima.

Ana Cristina de Araújo indica que foi “entrando pela porta do fundo na Câmara Real” (2008, p. 27) que Luís Joaquim adquiriu espaço nos circuitos sociais da Corte. Contudo, estar nas proximidades da Câmara Real, pelos fundos ou pela porta principal, era uma circularidade usufruída por poucos – o que já o garantia certos privilégios. Para a pesquisadora portuguesa, o catálogo não era “propriamente um esmerado instrumento de classificação, mas possuía a vantagem de listar e agrupar os documentos por grandes temas” (2008, p. 27). A autora também destacou os trechos nos quais o bibliotecário enfatizou a espacialidade da nova função, visão que corrobora a ideia central deste artigo: o valor simbólico e estratégico dos papeis que passou a cuidar, já que manipulá-los, organizá-los e classificá-los era uma função de grande envergadura social. Araújo sublinha ainda que esse acervo foi reivindicado com frequência pela Livraria Real, mas nunca foi incorporado ao acervo bibliográfico que veio para o Brasil (2008, p. 28) – outro aspecto que oferece aos manuscritos um sentido distinto naquela sociedade.

Em nenhum dos estudos mencionados o documento recebeu uma análise circunstanciada e detalhada, envolvendo considerações que reivindicassem observações quanto à materialidade, à produção, à estrutura e ao conteúdo, embora seja preciso ressaltar que tais aspectos não eram o objeto das referidas investigações. Por outro lado, nesse texto, problematizamos, de forma geral, algumas informações que contribuem com a compreensão mais ampla desse manuscrito, como um instrumento de informação/comunicação que revela importantes questões sobre a história da cultura escrita moderna, assim como sobre as práticas políticas de Portugal.

Desde 1811, Luís Joaquim manteve-se todos os dias no Paço dedicando-se ao tratamento dos papeis reais de natureza impressa e manuscrita. Ao ser afastado do local, o ajudante informava que, se havia um motivo para sua saída este eram antes as intrigas palacianas do que sua honra: “por que queria persuadir a Sua Alteza Real que eu não devia ver certos Papeis, em quanto estes se conservassem depositados na Sala dos Manuscritos”. O imbróglio foi resolvido com a interferência do visconde de Vila Nova da Rainha, que agiu em seu favor diretamente com D. João.

A ascensão de Luís Joaquim dos Santos Marrocos não foi vista com bons olhos por muitos cortesãos. Segundo ele, sua nova função levava-o a ser “vítima de maledicência”. Deste ponto de vista, em particular, Marrocos provavelmente não carregou nas tintas. Se conquistar um lugar ao sol dentro do espectro real já era uma disputa cotidiana entre os cortesãos, o acesso à informação estava ao alcance de poucos. Como manipulava os manuscritos do rei, junto ao Gabinete Real, é bem possível que sua atividade tenha despertado muitos conflitos. Portanto, em nenhuma hipótese Luís Joaquim gostaria de ser afastado do local. Pelo contrário, passou a valorizar ainda mais a sua função e a desprezar aqueles que desmerecessem o valioso acervo. Ao pai, escreveu: “*Também me lembra dizer a Vossa Mercê para guardar no seu canhenho, o Rapsodista Marcos Antonio Portugal, célebre Candidato na Fidalguia*”¹². Por ordem do monarca, o músico de fama internacional teve acesso à sala dos manuscritos. Segundo Marrocos, contudo, “*teve a insolentíssima ousadia de me dizer que todos eles juntos nada valiam, e que Sua Alteza Real não fez bem em os mandar vir, antes deveriam ser recolhidos na Torre do Tombo!*”. Tal posição foi tomada como afronta pelo bibliotecário (carta n. 26, p. 139-141).

Aproximadamente seis meses após anunciar que iria preparar um plano dos manuscritos, comunicou: “*concluí um Mapa Sistemático da Classificação*”. A decisão inicial seria mostrá-lo “*primeiramente ao Frei António de Arrábida, que me pediu essa preferência, e ao depois hei-de [sic] entregá-lo ao Visconde de Vila Nova da Rainha para este apresentar à Sua Alteza Real*”, indicando com a ordem de apresentação do trabalho realizado, questões hierárquicas entre os homens que circulavam pelos papeis da monarquia, o que evidenciava, ainda, que todo cuidado com o patrimônio intelectual da coroa era necessário (carta n. 28, p. 143). Não há registros sobre o envio de uma cópia do mapa para Francisco José. Tal ausência, entretanto, não é um indício cabal de que Luís Joaquim não o tenha feito. Dentro do circuito de comunicação interatlântica do início do século XIX, não raro ocorria o extravio de cartas. Outras duas hipóteses para tal silêncio é o fato de essas missivas não terem sido preservadas por Francisco José ou, ainda, por cautela, Marrocos não ter mencionado propositadamente o envio no corpo da missiva, justamente por ser um assunto que demandava segredo e deferência. Deste modo, não podemos afirmar que a versão preservada na Biblioteca d’Ajuda seja a enviada ao pai. Porém, temos como hipótese que se trata da versão que acompanhou os manuscritos reais quando mais uma vez foram lançados ao mar, em 1821, questão que retomaremos à frente.

O documento – *Índice geral dos Manuscriptos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente* – é formado por 35 *in-fólios* ou *bifólios* – que são folhas dobradas uma única vez, gerando, portanto, quatro páginas, sendo que as paginações foram marcadas apenas no retro e nunca no verso – com algumas exceções, como nas três últimas. Os fólhos estão em formato de caderno, no qual aparecem um dentro do outro, com uma frágil encadernação feita com linha. Apresenta ainda marcas de fitas adesivas colocadas contemporaneamente e que deixaram manchas no papel¹³.

Em análise atenta, concluímos que o manuscrito deixou o Brasil inacabado, pois apresenta camadas sobrepostas de intervenção. A primeira característica que justifica tal afirmação está relacionada à presença de três tipos de letra, o que demonstra as alterações sofridas pelo documento com o uso. A principal (e mais constante) letra é sem dúvida a de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. A segunda letra presente no documento é do que denominamos *bibliotecário A* e que foi registrada, provavelmente, por quem conferiu e organizou os manuscritos depois que regressaram para Lisboa com D. João VI. Até o momento da investigação ainda não conseguimos identificar a autoria. Já a terceira letra, que definimos como *bibliotecário B*, aparece pontualmente em dois fólhos: 24 verso e 70 retro. Nesta contagem, não consideramos as intervenções contemporâneas da *folha de rosto* e que se referem à localização do documento na Biblioteca d’Ajuda com comentários que remetem a uma das cartas de Luís Joaquim, a qual menciona o *Índice*¹⁴. Tais letras não foram contabilizadas entre as que integram o documento, pois não completam ou interferem em seu conteúdo ou função.

A composição de catálogos, muitas vezes, atendia aos critérios de quem os produzia, seguindo ordens individuais que não se afastavam das práticas sociais dos grupos aos quais pertenciam¹⁵. Para o historiador Rodrigo Bentes Monteiro, estudando as inventariações de Diogo Barbosa Machado, tais produções partiam de *critérios de*

¹² Sobre a vida e importância de Marcos Portugal no cenário da música europeia e luso-brasileira, ver: SARRAUTE, Jean-Paul. *Marcos Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

¹³ As informações codicológicas foram baseadas em estudos da área. Consultar, por exemplo, o importante trabalho de Renata Ferreira Costa (2014).

¹⁴ Carta n. 14, p. 107 (27 de fevereiro de 1812).

¹⁵ Para mais informações sobre catálogos luso-brasileiros no período, ver: MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e Cultura no governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2013.

relevância dos autores (MONTEIRO, s/p). Desta maneira, se a Marrocos foi dado o privilégio de reger seus critérios de relevância ao classificar os manuscritos reais, isso indica o alto grau de circularidade social que alcançou naquela sociedade, destacando ainda, como já mostramos, o papel que cabia aos manuscritos nesse período de fortes difusões impressas.

O sumário do *Índice geral dos Manuscriptos da Bibliotheca da Coroa* aponta as seguintes seções: Política, Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, História Eclesiástica, História Civil, História Literária, Ciências e Artes e, por fim, Belas Letras. Nota-se que a ordem de apresentação não é alfabética e nem esquematizada de acordo com a quantidade de documentos, aspecto que nos remete aos preceitos de organização documental baseados nos *critérios de relevância* de quem os projetava. Ao se tratar de papeis pertencentes ao monarca, nada mais emblemático do que a primeira seção ser composta por assuntos políticos, sendo ainda a mais numerosa e de maior destaque da coleção. Conforme destacou Fernando Bouza, durante o período moderno existiu uma profícua difusão manuscrita de tratados políticos das mais variadas temáticas e abordagens, contra ou a favor das monarquias (2001, p. 65).

Os pesquisadores que estudaram o documento não mencionaram o fato de ele estar incompleto. Os fólios 12 e 13 não estão presentes, assim como a seção *Belas Letras* não consta descrita¹⁶. Logo no sumário esta seção é a única sem a indicação de página: no lugar aparece a palavra “faltou”, grafada pelo *bibliotecário A*. Ainda sobre o sumário, a seção *História Civil* vem com a referência de página feita pela letra de Marrocos, embora a lista não esteja com a sua letra. Já as seções *História Literária* e *Ciências e Artes* foram paginadas no sumário por A. Portanto, a listagem das seções *História Civil*, *História Literária* e *Ciências e Artes* foi feita por A, a partir dos bilhetes que acompanharam o *Índice*, conforme o registro feito pelo próprio bibliotecário: “que se segue, deixou Luiz Joaquim dos Santos Marrócos em bilhetes, dos quaes o passei para aqui” (BA-PT, 49-IX-44, f 64)¹⁷ – o que corrobora a afirmação de que o *Índice* foi composto por, ao menos, três sujeitos diferentes.

Dentro de cada seção, a lista dos documentos oferece as seguintes informações: título, datação, observações indicando a quantidade de fólios, o material usado (na maioria pergaminho), assim como o estado de conservação. Entretanto, isso não é regra para todas as descrições documentais. Vejamos, como exemplo, a primeira descrição da seção *Política*: “*Advertencias de muita importancia à magestosa Coroa d’El Rey S. S.r D. João 4º do nome: offerecidas e apresentadas ao dito Senhor no Seu Conselho d’Estado da India, em mão do S.r Vice Rey D. Filippe Mascarenhas por Jorge Pinto de Azevedo, morador na China, em Março de 1646 = Pergaminho e arruinado =*” (BA-PT, 49-IX-44, f 4)¹⁸.

Além de complementar o trabalho feito por Marrocos, o *bibliotecário A* elaborou uma tabela a partir da minuciosa conferência entre os documentos que constavam em Lisboa e o que tinha sido catalogado por Luís Joaquim: “Acrescentei huma Taboa, que vai no fim, a qual serve p.^a se comparar os Livros das estantes com este Catalogo” (BA-PT, 49-IX-44, f 64)¹⁹. A dita *Taboa* consta dos três últimos fólios e ainda precisa de maiores estudos, considerando o complexo esquema de classificação que apresenta, pois A teve a tarefa de conferir o catálogo e registrar à margem esquerda a classificação de cada documento já alocado na Biblioteca d’Ajuda, em Lisboa. Portanto, cremos que o trabalho foi realizado em fins do século XIX, embora ainda não se possa precisar.

Em 1821, quando D. João VI regressou à península ibérica, os *manuscritos* e não os impressos retornaram com a frota real. Não apenas acompanharam o monarca, como também continuaram aos cuidados da Casa Real até 1880, quando foram integrados à Real Biblioteca d’Ajuda, que ainda recebeu a incorporação de outras livrarias como as da *Companhia de Jesus* (Casa Professa de São Roque e Colégio Santo Antão), a da *Congregação do Oratório* e do *Palácio das Necessidades*. Além disso, por aquisição e/ou doação, outras importantes bibliotecas particulares foram incorporadas. Atualmente, o setor de manuscritos avulsos da Biblioteca d’Ajuda possui uma periodização de sete séculos, do XIV ao XX, e abarca temáticas variadas. É formado por cerca de 33.000 documentos, entre os quais

¹⁶ Na contagem da quantidade de documentos para cada uma das seções do *Índice*, os pesquisadores Lilia Moritz Schawarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa registraram 44 documentos para as seções Ciências e Artes e Belas-Artes, sendo que no *Índice* o título da seção é *Belas Letras* (2002, p. 284). Ao unirem as duas últimas temáticas do sumário ignoraram a ausência da seção *Belas Letras*. Chegamos a cogitar a possibilidade de terem consultado uma versão diferente da que estamos analisando, entretanto, ao contarmos a seção Ciências e Artes chegamos ao número de 44 documentos, ou seja, provavelmente os referidos pesquisadores não perceberam a ausência da última seção e contabilizaram como se *Belas Letras* estivesse incluída.

¹⁷ As referências ao *Índice* estão estruturadas do seguinte modo: Biblioteca d’Ajuda - Portugal, cota 49-IX-44, fólho 64. Doravante: BA-PT, 49-IX-44, f 64v. A transcrição segue conforme o original.

¹⁸ A transcrição segue conforme o original.

¹⁹ A transcrição segue conforme o original.

consta o *Índice* em análise. O setor de manuscritos também possui uma coleção de 2.512 códices, que estão divididos em sete grandes núcleos: Jesuítas na Ásia, Rerum Lusitanicarum/Symmicta Lusitanica, Genealogias e Nobiliários, Miscelâneas Históricas, Governos, Embaixadas e Iluminados²⁰.

Mas voltemos à situação de Luís Joaquim no início do século XIX. A proteção do visconde de Vila Nova da Rainha surtia efeito no olhar que o Regente tecia sobre o ajudante de bibliotecário. No início de 1813, meses depois das intrigas e após concluir o mapa dos manuscritos do rei, Marrocos tinha sob suas mãos a chave da *Sala de Manuscritos*, prestígio que o encheu de grande vaidade. Vangloriando-se, escreveu: “*assim quem quiser ir a ela há-de vir primeiro à bajulação*” (carta n. 37, p. 167). As andanças pelo Paço Real foram encerradas com a mudança da *Sala*. Em abril do mesmo ano, comunicou ao pai que trabalhava em outro local, pois a princesa Carlota Joaquina tinha se mudado do sítio de Botafogo para o Paço, necessitando do lugar que antes ocupava. Mais uma vez, a interferência de Vila Nova seria sentida nas relações sociopolíticas da corte, no que se refere ao trato com os papeis da realeza. Tanto o visconde quanto Marrocos não desejavam que os manuscritos passassem aos cuidados do prefeito da Real Biblioteca, padre Joaquim Dâmaso. Conseguiram, portanto, que o Príncipe ordenasse que fosse preparado um espaço especial para a acomodação do acervo: a “*melhor Sala do Real Tesouro*” (carta n. 41, p. 176-177).

Breves considerações finais

Nos primeiros meses no Brasil, Luís Joaquim não economizou desaforos para o Rio de Janeiro e nem para a condição da Corte na América. Entretanto, as coisas começaram a mudar, especialmente depois que se casou com Ana Maria de Santiago Sousa, em fins de 1813. O novo estado civil atrelado à estável posição junto aos manuscritos o deixava mais enraizado à cidade. Passado mais de um ano de seu casamento, em meados de 1814, as inquietações políticas permaneciam e não se interrompiam as especulações acerca do retorno da Família Real para Lisboa. Neste contexto, refletiu: “*O meu exercício actual não é na Livraria, é sim no Real Tesouro, onde estão os Manuscritos*”, ou seja, sua situação era favorável. Na sequência questionou: “*quando Sua Alteza Real se retirar para Lisboa, ou levará consigo a Livraria, ou não (...)*” – eis a grande dúvida. Se sim, argumentou, certamente, os livros iriam acompanhados dos já funcionários antigos da biblioteca, como os padres e ele. E do contrário, se os livros não fossem e ele quisesse ir: “*e que será de mim, se eu disser que não quero*” – interrogava-se. Porém, a principal preocupação era outra. Vejamos: “*quanto aos Manuscritos, tem o Visconde de Vila Nova tido a ideia de os conservar para sempre separados da Livraria: e por tanto ou eles vão com Sua Alteza Real, ou não, se não forem*” (carta n. 69, p. 261). Ao aventar novas possibilidades, não deixa transparecer se gostaria de retornar ao reino. A alusão ao seu futuro esteve sempre atrelada aos destinos que a monarquia concedesse aos papeis reais, fossem os impressos – considerando sua função na Biblioteca – ou junto aos estratégicos papeis de punho.

De 1814 a 1821 o enredo foi confuso e cheio de incertezas políticas e sociais em ambos os lados do Atlântico. A amizade entre o pai e o filho sofreu revezes e desgastes, os interesses de ambos passaram a divergir e o fluxo epistolar diminuía gradativamente. Ao unir os desfechos, o ano de 1821 é marcante para o império luso-brasileiro, assim como para o bibliotecário. Em março, temos o registro da última carta enviada ao pai. Em 26 de abril a *Gazeta do Rio de Janeiro* registrava a partida de D. João VI para o velho mundo – em um “*excelente dia, um vento do NE, fresco e aturado fizeram sobressair esta cena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa*” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 34). A mesma baía que viu o ainda regente chegar se despedia definitivamente do rei. A partir de então, o novo mundo se acomodaria politicamente à ausência do monarca, assim como Francisco José não receberia mais missivas de seu filho.

Como registrou Luís Joaquim, entre contendas a favor e contra, os manuscritos nunca pertenceram à Real Biblioteca enquanto estiveram nos trópicos, embora ao intitular o mapa tenha destacado um pertencimento inexistente: *Índice geral dos Manuscriptos* da Bibliotheca da Coroa *disposto alfabeticamente*. Além disso, tais papeis nunca foram oferecidos à consulta, como aconteceu com a biblioteca que foi aberta ao público em 1814. O rei partiu e os impressos permaneceram, não por benevolência, mas com base em acordos e muitos gastos para o recente império do Brasil que se formava²¹. Por outro lado, os manuscritos voltaram com o monarca, todavia sem o responsável pelo cuidado, arranjo e conservação – que permaneceu no Brasil até a morte. Com o fim da troca de cartas, entre pai e filho, não se sabe sobre os acordos, as manobras, os acertos que o levaram a não

²⁰ Todas estas informações foram retiradas do site da Biblioteca Nacional de Portugal, conforme o link que segue: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=303&Itemid=336&lang=pt. Acesso em 04 abr. 2016.

²¹ Para mais informações, consultar Schwarcz, Azevedo e Costa (2002).

acompanhar os papeis de que cuidava. Provavelmente, com a vida estabilizada, a família formada e ocupando outras funções, naquela altura, 1821, as preocupações levantadas em 1814 quanto à possibilidade de questionar o rei de que não aceitaria ficar no Brasil já não eram mais pertinentes. Permaneceu deste lado do Atlântico e no mundo das letras e, mesmo longe dos manuscritos, continuava vinculado aos impressos.

Neste texto, analisamos uma outra faceta do bibliotecário e de seu envolvimento com os papeis da monarquia. Vislumbramos que mais do que o prestígio de cuidar dos livros e da estruturação da Real Biblioteca Pública do Rio de Janeiro – um importantíssimo *locus* de cultura – foi sua relação com os papeis de próprio punho que o permitiu as principais circularidades no Paço, no Real Gabinete e no Real Tesouro – locais de alta posição para as sociabilidades cortesãs da monarquia portuguesa. O breve estudo do *Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa*, iniciado por Luís Joaquim no raiar do século XIX e completado *a posteriori* por outros sujeitos, aponta para muitas perguntas que ainda permanecem sem respostas. O que justifica a incompletude do documento, considerando que Marrocos disse ao pai que o serviço tinha sido finalizado? Por outro lado, o *Índice* registra a importância do levantamento que elaborou, já que foi utilizado décadas mais tarde, auxiliando a organização desses papeis na atual sede da Biblioteca d’Ajuda.

O estudo desse documento ainda está no início. Falta emprendermos uma reflexão sistemática sobre a ordem de classificação proposta, assim como sobre os conteúdos do conjunto de documentos, para que se possa problematizar de modo mais refinado os sentidos simbólicos e práticos desses papeis, já que acompanharam D. João VI em dois momentos decisivos de seu reinado e da história luso-brasileira: a vinda para a América e o retorno para a Europa.

Por fim, considerando que os manuscritos entre os modernos, como apontou Fernando Bouza, era um “vehículo de una difusión necesariamente controlada, en atención a que es más veraz (claro vs. disimulado) que el impreso” (2001, p. 59), devemos compreender a historicidade dos manuscritos da Coroa, assim como do *Índice*, como importantes instrumentos da cultura política portuguesa, indissociável das práticas, discursos e representações da escrita moderna – na qual impressos e papeis de punho conviveram dentro de suas especificidades, sem sobreposições, isto é, reconfiguraram-se após a ascensão da tipografia.

Os treze anos que a coroa portuguesa habitou a América também marcaram os papeis régios de formas distintas. Assim como Luís Joaquim dos Santos Marrocos, os impressos permaneceram no Brasil. Já os manuscritos retornaram para o velho mundo e a Coroa continuou a controlar os usos, a circulação, o acesso e os conteúdos. Ao permanecerem nas mãos da monarquia, agora constitucional, os papeis de próprio punho contribuíam para a manutenção da simbólica *púrpura da condição régia*, já tão fragilizada pela condição política do império e pela conturbada situação da Europa no raiar d’Oitocentos.

Referências Bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2004.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- _____. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 19, segunda série, p. 105-171, 2002 (Centro de História da Cultura, CHAM).
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Entre cartas e livros: a livraria real e a escrita do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos no período joanino (1808-1821). *Revista Tempo*, vol. 21, n. 38, p. 46-65, 2015.
- COSTA, Renata Ferreira. *Memória histórica da Capitania de São Paulo: edição e estudo*. São Paulo: APESP, 2014.
- GARCIA, Rodolfo. Introdução. In: CARTAS de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 56, 1939.
- Gazeta do Rio de Janeiro (1821). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- Índice geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente Biblioteca d’Ajuda, Lisboa – Portugal. Cota 49-IX-44.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e Cultura no governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Portugal e as conquistas ultramarinas nos folhetos de Diogo Barbosa Machado. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/index.php?idc=102&idi=13077/Consultadoem11/09/2008>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia. Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Saibham quantos este estormento de contrato virem: análise das terminações nasais em contratos dos séculos XV e XVI

Saibham quantos este estormento de contrato virem:
analysis of nasal ending in contracts from 15th and 16th centuries

Recebido em 18 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.317>

Vanessa Martins do Monte¹
Phablo Roberto Marchis Fachin²

Resumo: O objetivo deste artigo é o estudo de contratos portugueses produzidos ao longo dos séculos XV e XVI. Este trabalho é de natureza filológica e situa-se no âmbito do projeto *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*. Procura-se observar o enquadramento linguístico do *corpus*, levando-se em conta a tipologia, a região e o contexto em que foi produzido, relacionando-o aos fenômenos que marcaram o período de sua produção, especificamente quanto à convergência em *-ão* das terminações nasais. Os contratos que compõem o *corpus* integram o fundo da Colegiada de Santa Maria de Guimarães, Noroeste de Portugal, constantes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A análise de documentos dos séculos XV e XVI contribui para os estudos sobre a história do português europeu e brasileiro, uma vez que o estudo de fontes manuscritas amplia o conhecimento de documentação do período e supre a inexistência, ou a extrema raridade, de escritos produzidos em terras da América Portuguesa à época. Os contratos analisados espelham uma realidade linguística muito particular e, apesar de produzidos no período do *português médio*, revelam características que os aproximam de um estado de língua mais antigo. Tal conclusão sugere uma tendência conservadora em documentos notariais do Noroeste, que poderia, conforme o avanço das pesquisas com constituição de *corpora* de diferentes tipologias, fazer alargar-se ainda mais o período do *português médio*, cujo fim tradicionalmente coincide com a data da publicação da primeira gramática da língua portuguesa, em 1536, por Fernão de Oliveira.

Palavras-chave: filologia portuguesa; cultura escrita; documentos notariais; português médio; terminações nasais.

Abstract: This paper studies Portuguese contracts produced over the 15th and 16th centuries. This work has a philological nature and it relates with the project *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*. We observe the linguistic framework of the *corpus*, taking into account the type of text, the region and the context in which it was produced, relating it to the phenomena that marked the period of production, specifically the convergence of nasal endings in *-ão*. The corpus is formed by contracts from the Colegiada de Santa Maria de Guimarães, northwestern Portugal, archived in the National Archives of Torre do Tombo. The analysis of documentation from the fifteenth and sixteenth centuries contributes to the studies of the history of European and Brazilian Portuguese, since the study of manuscript sources extends the informations about this period of documentation and supplies the absence or extreme rarity of writings produced in Portuguese America at the time. The contracts analyzed reflect a very particular linguistic reality. Although they are produced in the called *português médio* period, it reveals characteristics that approximate those of an older language status. This finding suggests a conservative trend in notarial documents from Northwest, which could,

¹ Professora da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde fez Mestrado e Doutorado na área de Filologia e Língua Portuguesa. É autora do livro *Correspondências Paulistas: formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. Desenvolve pesquisas na área de Filologia Portuguesa e História da Língua. vmmonte@usp.br.

² Professor da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde fez Mestrado e Doutorado na área de Filologia e Língua Portuguesa. É autor do livro *Descaminhos e Dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Desenvolve pesquisas na área de Filologia Portuguesa e História da Língua. phablo@usp.br.

according to the advancement of research, to broaden even further the *português médio* period, that ends traditionally with the publication date of the first Portuguese grammar in 1536 by Fernão de Oliveira.

Keywords: Portuguese philology; written culture; notarial documents; nasal endings.

Introdução

O objetivo deste texto é o estudo de contratos portugueses produzidos ao longo dos séculos XV e XVI. Os documentos integram o fundo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, noroeste de Portugal, constantes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tais contratos pertencem ao macro conjunto de documentos de caráter jurídico, também chamados de notariais (MARTINS, 2001, p. 7). A importância do trabalho com documentação não-literária como fonte para estudos linguísticos pode ser atestada em diversos trabalhos, como Maia (1986), Martins (1994; 2001) e Cardeira (2005), com produção de excelentes resultados.

A pesquisa sobre o período do *português médio*³, cujo início se situa em finais do século XIV e cujo término simbólico é tradicionalmente o ano de 1536 (CARDEIRA, 2005), data da publicação da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, vem crescendo nos últimos anos, embora o período não tenha sido ainda “objecto de uma análise linguística sistemática”, conforme aponta Cardeira (2013, p. 543). Trata-se de um período crítico para a história do português e a ele está associada a expansão da língua, tendo sido este o estado de língua trazido para a América Portuguesa, daí sua importância para os projetos brasileiros de história da língua portuguesa.

O trabalho desenvolve-se no domínio da filologia, que, na visão de Ivo Castro (1992, p. 124), com a qual concordamos, é

a ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor.

A pesquisa situa-se no âmbito do projeto *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*⁴, cujos objetivos são a edição e o estudo de textos manuscritos em português, com base em edição conservadora e exame de traços que caracterizam o estado de língua da época. A análise dos contratos quatrocentistas e quinhentistas que compõem o *corpus* deste texto faz avançar nos estudos sobre a história do português europeu e brasileiro, uma vez que o estudo de fontes manuscritas, por meio do trabalho filológico proposto pelo projeto, amplia o conhecimento de documentação do período e supre a inexistência, ou a extrema raridade, de escritos produzidos em terras da América Portuguesa à época⁵, com isso contribui também para as pesquisas do *Projeto Para a História do Português Paulista*. Preenche, dessa forma, uma lacuna de escritos produzidos em terras paulistas no período e pode servir de parâmetro para demonstrar um determinado uso da língua portuguesa que pode ter vindo para a América com os portugueses daquela região.

A transformação da escrita em objeto de análise leva necessariamente ao olhar interdisciplinar sobre os registros escritos, necessidade que se intensifica conforme a antiguidade dos textos. Para a leitura e a compreensão dos contratos quatrocentistas e quinhentistas em questão mobilizam-se, além dos conhecimentos paleográficos, filológicos e linguísticos, saberes da área da historiografia e da cultura escrita, que permitem compreender as múltiplas especificidades dessa prática social e cultural.

³ A Lindley Cintra é atribuída a denominação *Português Médio* (CASTRO, 1999), período caracterizado por um feixe de grandes transformações que afetaram todos os estratos do sistema linguístico do português (CASTRO, 1999, p. 367). Embora a história da língua portuguesa tenha sido dividida por alguns autores com critérios variáveis (CASTRO, 2006), o período a que se refere este estudo, com denominações diferentes, já possuía uma classificação ou pelo menos já era observado com características peculiares por determinados pesquisadores: 1) fase que se caracteriza pelo seu aspecto de transição onde alguns fenômenos correntes na fase anterior, ainda que persistindo, já denunciam acentuada tendência de mudança (BECHARA, 1991, p. 69-70); 2) coexistência de “formas e os tratamentos próprios da etapa anterior com formas e tratamentos que já anunciam o português do período clássico” (MAIA, 1995, p. 79); 3) simples transição entre o que ficou conhecido como português antigo e clássico (CASTRO, 1999); 4) “mais do que período de transição, pode definir-se como um período crítico, crucial na história da língua portuguesa” (CARDEIRA, 2005, p. 292).

⁴ Coordenado pelo Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, o subprojeto a que se vincula o presente artigo tem como objetivo apresentar a edição fidedigna de textos manuscritos paulistas, lavrados nos séculos XVI e XVII, que venham a servir de base para estudos linguísticos do período, sendo que, para a segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI, elegem-se textos em português produzidos em Portugal.

⁵ De acordo com Moraes de Castilho (2011), inventários e testamentos, escritos em São Paulo no século XVI (1578 e 1590, especificamente), juntamente com as atas da câmara da vila de São Paulo (a mais antiga data de 1562, a de Santo André, de 1555), são os documentos públicos mais antigos da cidade, situando-se entre os primeiros documentos escritos no Brasil. As atas de Recife e de Salvador, que seriam mais antigas que as de São Paulo, se perderam.

Leva-se em conta que a língua está em constante variação e mudança, continuamente em evolução. No que se refere ao período em que o *corpus* foi produzido, atestam-se, segundo Cardeira (2005; 2013), os seguintes fenômenos linguísticos: convergência em *-ão* das terminações nasais; inserção de iode na sequência *-eo*, *-ea*; síncope de *-d-* no morfema número-pessoal; substituição da terminação nominal *-vil* por *-vel*; substituição dos participípios em *-udo* por *-ido*, nos verbos da 2ª e da 3ª conjugações latinas; e desaparecimento das formas átonas dos possessivos. Tais processos de variação e mudança atingem, de forma mais ou menos regular, a escrita. Nesse contexto, os contratos espelham uma realidade linguística em particular, especificamente no campo gráfico, a qual, embora conservadora e predominantemente regular, em algum momento revela, senão o processo de transformação que a língua portuguesa sofreu, o resultado desse processo.

De acordo com Cardeira (2009, p. 113), “as históricas circunstâncias reuniram, no Portugal do século XV, um conjunto de factores que promoveram a mudança linguística”. O distanciamento entre norte e sul e diversos fatores decorrentes dele fizeram com que esse conjunto se verificasse predominantemente no espaço meridional. No Norte, principalmente na escrita, por um longo tempo, conservaram-se as características do estágio anterior do português, retardando ainda mais o aparecimento de marcas de tal processo em tipologias documentais mais conservadoras, produzidos em contextos notariais e religiosos, por exemplo.

Nessa perspectiva, o presente estudo procura observar o enquadramento linguístico do *corpus*, levando-se em conta a região e o contexto em que foi produzido, e relacionando-o aos fenômenos que marcaram o período de sua produção, especificamente quanto à convergência em *-ão* das terminações nasais. A eleição de tal aspecto linguístico deve-se ao fato de ser este um dos fenômenos balizadores para a periodização do português médio. Como Fachin e Monte (2016) observaram a ampla utilização de grafias etimológicas em contrato datado de 1506, proveniente de Guimarães, para verificar se se tratava de uma particularidade daquele documento ou de um fenômeno mais amplo, decidiram recolher mais documentos da mesma espécie documental e do mesmo período, século XVI, a fim de verificar se encontrariam mais casos de grafias etimológicas. A leitura inicial dos manuscritos comprovou a existência de número considerável de grafias etimológicas. Assim, a hipótese com que se trabalha é a de que, em tipologias documentais mais conservadoras, a convergência das terminações nasais pode ter levado muito mais tempo para aparecer. Para testar a hipótese, estendeu-se o período do *corpus* de documentos desse gênero para além do período estudado por Cardeira (2005), que se encerra em 1500. O *corpus* utilizado nesta pesquisa estende-se até 1596.

Embora na fala o português vivesse um período de extrema variação linguística (CARDEIRA, 2013), os escribas responsáveis pela produção dos contratos tendiam a continuar escrevendo-os da maneira como estavam acostumados a fazer, ou seja, como conheciam a escrita de acordo com a sua tradição e tipologia. Tal fato, no entanto, até poderia estar relacionado predominantemente à formalidade diplomática do documento e do contexto de produção notarial, porém não impediu que tais documentos ainda pudessem revelar aspectos da língua do período em que foram escritos, não correspondendo apenas a aspectos gráficos e formulaicos, como já verificou Martins (2001) em estudo com documentos do Noroeste de Portugal.

Assim, ao arrepio da ideia de que os textos não-literários, nomeadamente notariais, são discursivamente pobres, caracteristicamente repetitivos e carregados de fórmulas e construções cristalizadas, o estudo que realizei mostrou que a cristalização sintáctica destes textos é apenas aparente. Neles a colocação dos clíticos muda até em fórmulas que «não mudam». (MARTINS, 2001, p. 30)

O notariado português

De acordo com Gomes (2000, p. 246), na gênese do notariado público português se encontra uma pluralidade de fatores, institucionais e culturais, bem como, ainda, de contextos de realização em que a via da autoridade régia será apenas uma das faces. Sobre o tabelionato português, o autor defende que o seu surgimento remonta ao reinado de D. Afonso II (1211-1222) e seu impulso deve-se fundamentalmente ao poder real e ao notável aperfeiçoamento dos meios que sustentavam a produção legislativa. A Igreja também teve participação ativa nesse processo, vindo a desenvolver “um notariado público legitimado ao qual cumpriria estabelecer os actos ou instrumentos jurídicos” (GOMES, 2000, p. 246). Ainda de acordo com Gomes, a tradição notarial poderia ainda ser mais antiga, considerando outros aspectos,

existiria uma tradição notarial no território português anterior ao reinado de D. Afonso II; que, ao longo do primeiro terço do século XIII, se processa uma evolução no sentido da autonomização dos notários profissionais da escrita, os quais deixam de derivar substancialmente das chancelarias eclesiásticas, especialmente as monásticas, para se afirmarem, paulatinamente, como um corpo social com capacidade organizativa curial própria legitimada por uma *auctoritas publica* que pode (continuar a) derivar de um foro eclesial, especialmente episcopal, mas também régio, senhorial laico ou mesmo concelhio; que, apesar da formação desse novo corpo social de "escrivas" exigir uma cultura notarial renovada, ele se manteve agarrado longos anos aos velhos modelos que enformavam a textualidade notarial. (GOMES, 2000, p. 246-247)

As *Ordenações Afonsinas*, compilação de leis que "sintetiza um longo excuro pela legislação medieval portuguesa: desde as leis promulgadas por D. Afonso II nas Cortes de Coimbra de 1211, até ao início da impressão das Ordenações Manuelinas, em 1512" (DOMINGUES, 2008, p. 11), já trazem informações sobre os cargos de tabelião e escrivão, produção documental e seu salário, ofício etc. O Livro I, Título XXXVII, por exemplo, *Do que pertence ao Officio dos Taballiaens, e artigos, que ham de levar com as Cartas dos Officios*, descreve as atribuições dos tabeliães e o seu procedimento diante das pessoas envolvidas no processo de produção documental. Primeiro com relação ao livro de protocolo, depois sobre a leitura do documento para conferência das partes e testemunhas para a outorga, finalmente sobre as assinaturas e procedimento diante de sua impossibilidade, sempre de modo que não haja nenhuma dúvida. Segue o texto das ordenações (ORDENAÇÕES AFONSINAS, 1984, p. 261):

I PRIMEIRAMENTE, que os ditos Taballiaes escrevam todas as notas dos contratos em livro de portacollo, e como forem escriptas, que logo as leam * perante (a) * as partes, e testemunhas; e se as partes as outrogarem, logo fo-affinem de seus nomes as notas; e se afinar nom souberem, affine por elles hum das ditas testemunhas, ou alguu Taballiaã, e nom o que a nota fezer, fazendo mençom como sob-affina pola parte, ou partes, por quanto ellas nom sabem afinar: e se em leendo a dita nota, em ella for adido, ou minguido per antre linha, ou * riscadura, (b) * o dito Taballiam faça de tudo mençom na fim da dita nota ante da affinaçom das ditas partes, e testemunhas em guifa, que ao despois nom possa sobre ello vir duvida algua.

Figura 1. Imagem de trecho das *Ordenações Afonsinas*.

Diante dessas informações, algumas considerações sobre o contexto de produção de contratos podem ser levantadas. Trata-se de uma escrita acompanhada, provavelmente, pelas partes envolvidas, ou então por seus representantes. O tabelião tomava conhecimento da matéria do documento a ser produzido ou ouvia de momento à medida que compunha o texto. Em ambos os casos, o resultado de sua produção, de acordo com a habilidade do escriba, poderia se distanciar ou não da língua corrente, uma vez que, embora na fala o português continuasse a se transformar e de alguma forma influenciar o resultado gráfico, os escribas responsáveis pela produção dos contratos poderiam conservar na escrita a prática notarial a qual estavam acostumados a utilizar em seu ofício, de acordo com a tradição e a tipologia do documento.

Os contratos, portanto, devem ser considerados no contexto de sua tradição documental e diplomática, pois estão condicionados às circunstâncias sócio-culturais em que foram produzidos. Resultado de uma prática de escrita formalizada, com implicações profissionais hierarquicamente direcionadas pelo rei. Emiliano (1993, p. 206-207), ao tratar do notariado medieval, descreve muito bem esse contexto:

Cada texto, cada atestação escrita de uma variedade linguística constitui uma instância de língua, uma manifestação de um saber linguístico e escritural resultante de uma prática instituída e de uma tradição transmitida herdada e ensinada. Cada texto exprime ainda uma intenção comunicativa; por consequência, a análise do sistema grafémico e das representações grafémicas deve conduzir à explicitação ou reconstrução da intenção ortográfica e escritural do sujeito de escrita. (EMILIANO, 1993, p. 206-7)

Nesse sentido, mesmo se distanciando, ou tentando se distanciar por questões formais, do uso corrente da língua, os documentos notariais, especificamente os contratos, de caráter particular, permitem datar com precisão os dados linguísticos constantes deles, ou seja, levam à datação com precisão das formas atestadas.

Os contratos quatrocentistas e quinhentistas

Com os objetivos de observar a prática de escrita notarial nos séculos XV e XVI, analisar como os escribas da época documentavam a língua escrita, resultado predominantemente da prática constituída e da tradição notarial da qual faziam parte, e contribuir para os estudos sobre a história da língua portuguesa, especificamente relacionados aos projetos *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico* e *Para a História do Português Paulista*, buscou-se compor um *corpus* com manuscritos desses séculos, escritos em Portugal e que se enquadrassem na esfera notarial referente à produção documental de contratos.

Compreende-se que a escolha de um *corpus* para a observação de processos de variação e mudança linguística deve considerar diversas perspectivas, questões geográficas, temporais, sociais, tipológicas, literárias ou não, para alcançar um material abrangente e diversificado, pelo qual seja possível caracterizar significativamente a escrita de determinada época (CARDEIRA, 2009). Diante de certas dificuldades, no entanto, nem sempre é possível ter em mãos material tão amplo concomitantemente, resultando no trabalho com tipologias documentais específicas num primeiro momento para que depois sejam agrupadas outras tipologias, e seus dados linguísticos colocados em comparação. Como cada tipo textual pode espelhar realidades linguísticas diversas, o estudo de contratos do XV e XVI pode contribuir consideravelmente para o conhecimento da língua escrita do período e fundamentar hipóteses sobre as transformações que o português sofreu ao longo de sua história.

O contexto de produção em questão e a realidade na qual estavam inseridos também podem ser identificados, como afirma Emiliano (1993, p. 207):

Se do ponto de vista diacrónico os textos notariais são representantes eloquentes de uma tradição, sincronicamente refletem o impacto e o alcance do escrito na realidade cultural a que pertencem, alicerçada e estruturada em função de concepções herdadas do passado.

A escolha por uma tipologia específica, no caso o contrato, deveu-se ao fato de em trabalho anterior (FACHIN; MONTE, 2016) ter sido estudado e editado de forma semidiplomática um documento intitulado *Contrato entre o cabido e o abade de Ronfe sobre o casal de vila Fuste da dita freguesia*, datado de 1506, proveniente da região de Guimarães, no Norte de Portugal. O manuscrito revelou um estado de língua muito conservador e diferenciado quanto ao processo de convergência das terminações nasais observadas em outros tipos de texto, de regiões variadas, escritos por pessoas de diferentes estratos sociais. Por essa razão, resolveu-se ampliar o mesmo estudo para um conjunto documental mais amplo, em número e cronologia, porém com a mesma tipologia, região e contexto de produção, para observar diacronicamente como os escribas da época faziam uso da língua e procurar situar a partir de que momento começaram a registrar na escrita as mudanças linguísticas que já estavam em operação na oralidade.

A classificação da tipologia desses textos como contratos baseia-se: 1) na utilização do termo *contrato* (e variações) nos documentos; 2) no seu enquadramento à descrição de Bellotto (2002, p. 60): “contrato é documento diplomático dispositivo pactual, horizontal”; 3) na classificação dada pelos especialistas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), onde se encontram depositados. Segundo Bellotto (2002), trata-se de registro de acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum direito e/ou obrigação.

O *corpus* deste estudo é composto por 30 contratos, produzidos entre 1406 e 1596, em pergaminho e papel. Os documentos estão localizados no ANTT e pertencem ao fundo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de

Guimarães⁶. Estão organizados cronologicamente entre os documentos considerados particulares. Além deles, o fundo também possui documentos régios e eclesiásticos. Segue tabela com a indicação dos contratos. Na primeira coluna, o número de ordem, na segunda, o título encontrado no site do ANTT, seguido por sua datação.

<i>Número de ordem</i>	<i>Título (ANTT)</i>	<i>Datação cronológica</i>
1	Venda de cortes e campo no lugar de Sernande por Mjgel Esteuez e sua mulher, Margarid'Afonso, a Guiomar Lourenço.	1406
2	Sentença e contrato sobre o moinho e água do casal da Adeganha	1416
3	Contrato sobre o censo que se paga da metade de duas casas que estão na Rua do Gado e Lugar dos Amiais e o quarto do forno da judiaria e outra casa em Rua de Gatos, e outra leira da Almuinha de que se paga certo censo	1418
4	Doação do Casal do Barreiro, em Lageosa, e contrato que se acertou com obrigação de uma missa oficiada para sempre	1423
5	Contrato da água das várzeas de São João da Ponte, entre partes Campo do Fogo, em Vila Cova, e várzeas de São João da Ponte além do rio	1436
6	Contrato do cabido com Álvaro Anes, mercador, sobre herdades, vinhas e soutos em Pencelo	1444
7	Contrato de umas casas que estão na Rua de Santiago, que são de Tagilde, quatro maravedis e vinte soldos	1453
8	Contrato do censo sobre o Casal das Quintãs, Freguesia de Fermentões, e casas da Rua das Flores, com Gil Lourenço de Miranda	1455
9	Contrato de certo censo que o cabido há-de haver sobre o Casal da Carreira, Freguesia de São Torcato e Gominhães, que fez Fernão Lopes com o cabido de lhe pagar 5 libras	1455
10	Contrato sobre uma vinha da Quintã do Ribeiro, na Freguesia de Pinheiro, por cinco maravedis que se havia de pagar pela vinha de Golpilhais	1459
11	Contrato de Branca Afonso, mulher de Pedro Álvares, e seus filhos de como deram o Casal do Outeiro, em Polvoreira, por dois maravedis que estavam obrigados a pagar ao cabido	1460
12	Contrato sobre o Casal do Outeiro, na Freguesia de Joane	1460
13	Contrato que fez o cabido com os sapateiros sobre as missas e enterrar os pobres do hospital da Rua Sapateira	1462
14	Contrato sobre o Casal de Mata Clérigos, em São Pedro de Azurém	1462
15	Contrato entre o prior e cabido e Gonçalo de Carvalhais, cónego, sobre a Igreja de Caldelas, sobre as benfeitorias da dita igreja	1464
16	Contrato de irmandade para haverem por presentes os que o prior agravasse, entre o prior Afonso Gomes de Lemos	1465
17	Contrato entre o arcebispo e clerezia sobre as visitas e outras coisas	1467

⁶ Somente o contrato de número 1, datado de 1406, pertence ao fundo do Mosteiro de Vilarinho, atual concelho de Santo Tirso. A edição conservadora foi publicada por Martins (2001, p. 243-244).

18	Contrato e transacção do cabido sobre uma vinha e casas na Parota e no Casal de São Francisco o Velho	1481
19	Contrato entre o cabido de Braga e de Guimarães e toda a clerezia do seu termo e Montelongo, sobre o pagamento que faziam ao dito cabido de Braga de suas igrejas que visitavam	1481
20	Contrato entre o cabido e Fernão Carneiro sobre os dízimos de certas igrejas	1494
21	Contrato sobre o censo que se paga ao cabido das casas da Rua da Judiaria, que vendeu João Álvares, de Pencelo, pelas quais se pagavam duzentos e cinquenta reais	1495
22	Contrato entre o cabido e meios prebendados e obrigações que tem	1504
23	Contrauto antre o cabidoo e oa bade de rronffe sobre o casall de villa Juste da dita freiguesia	1506
24	Contrato do Campo da Parota	1514
25	Contrato com os freires de Telões sobre a fábrica da igreja	1522
26	Contrato com Fernão Martins sobre a capela de Telões e sobre terras da Quintã de Murzelos	1542
27	Contrato e obrigação do cabido de Guimarães a João Manolo	1557
28	Contrato de transacção e amigável composição entre os senhores do cabido e o senhor Arcipreste	1591
29	Contrato entre os senhores do cabido de Guimarães e doutor Bartolomeu do Vale sobre o Casal de Sendim	1594
30	Contrato e obrigação que o cabido fez com o licenciado Jerónimo Rodrigues, cónego para lhe dizerem certas missas para sempre, por dez medidas de herdade, na Batoca, Freguesia de São Martinho de Candoso e posse que destas se tomou	1596

Os contratos provêm de Guimarães, Noroeste de Portugal, e pertencem ao macro conjunto de documentos de carácter jurídico, também chamados de documentos notariais (MARTINS, 2001, p. 7). Tais documentos são fontes importantes de estudo linguístico, uma vez que geralmente trazem atestadas suas datações tópicas e cronológicas, envolvem gente comum, por oposição a pessoas ilustres e nobres, além de a elaboração dos documentos notariais coincidir muitas vezes com o momento em que a situação está ocorrendo – ou seja, registra-se determinado acordo entre partes logo após as partes terem concordado verbalmente na frente do tabelião. Nesse sentido, ressaltam-se as vantagens de se trabalhar com documentação não-literária, sobretudo quando a tipologia textual contém seções mais livres, com ausência de fórmulas cristalizadas, que podem registrar o uso corrente da língua.

A distribuição irregular do número de documentos ao longo dos quase dois séculos recobertos pelo *corpus* se deve à tentativa de verificar se, tal como observa Cardeira (2013), a inversão de tendência do uso de grafias não etimológicas se dá ao longo da segunda metade do século XV no gênero particular em estudo, os contratos. Daí o alto número de contratos selecionados para o período de 1450 a 1500: 15 documentos, que correspondem à metade do total de documentos do *corpus*.

O uso de contratos traz uma grande vantagem face a documentos de outros gêneros, uma vez que permitem efetuar a datação tópica e cronológica dos textos estudados. A observação do sinal público do tabelião na totalidade dos contratos transcritos e a análise codicológica e paleográfica, dentro dos limites da observação do original por meios digitais, permitem afastar a hipótese de que os documentos se tratem de cópias. Os suportes onde foram lavrados os contratos não apresentam marcas físicas que indiquem um processo de cópia. Corroboram

hipótese o fato de não se verificarem indícios linguísticos que deflagrem tal situação. Além disso, os tipos caligráficos correspondem aos tipos de letras comumente utilizados no período. O uso de documentos não literários, segundo Martins (2001, p. 14), "tornou possível controlar variáveis tais como a diferenciação dialectal e estilística e datar com exactidão as formas atestadas."

As terminações nasais

Os documentos que compõem o *corpus* deste estudo se enquadram num período da língua portuguesa denominado *português médio*⁷, que se estendeu do século XV ao XVI. Nas palavras de Cardeira (2009, p. 108), caracterizado como "mais do que um período de convivência entre formas arcaicas e aquelas que virão a perdurar, o português médio é um período relativamente curto, em que se registam mudanças que anunciam, já, o português que hoje falamos". Entre essas mudanças estariam a resolução de hiatos, a unificação das terminações nasais, a substituição da terminação *-udo* do particípio passado da 2ª e 3ª conjugações por *-ido*, a síncope de *-d-* na 2ª pessoa do plural da flexão verbal, a substituição da terminação paroxítona *-vil* por *-vel*, o desaparecimento da série átona dos possessivos *ma*, *ta*, *sa*, a regularização e fixação do gênero em formas nominais.

Especificamente sobre a questão das terminações nasais, Cardeira (2013, p. 547) chega à seguinte constatação:

Entre 1375 e 1475, a oscilação gráfica e a adoção de grafias não etimológicas apresentam um claro crescimento que atesta a tendência para a convergência. No Cancioneiro Geral, impresso em 1516, as terminações sem correspondência etimológica são abundantes, sendo a grafia predominante *-am* (ou *-ã*). Fato significativo na flexão verbal encontrar-se a terminação *-am*, alternando com *-om* e *-ão* em todos os tempos, quer nas terminações átonas quer nas tônicas e independentemente do étimo: *chamam* ~ *chamão*; *dam* ~ *dão*; *faram* ~ *farão*; *deram* ~ *derão*, etc., exemplos suficientes para perceber como a memória etimológica foi já apagada.

Sobre essa questão, Lorenzo (1988, p. 315-316) considera arcaicas as terminações nasais *-om* e *-am*, que, segundo o autor, com o andar do tempo confluíram-se no hiato primitivo *-ão*, convertido em ditongo nasal. Almeida (1999, p. 156) constata quanto a alternâncias nessas terminações que "a dada altura as terminações em *-am*, *-on* e *-ão* confundem-se, generalizando-se a terminação *-ão*". De acordo com Maia (1986, p. 80), "sob o ponto de vista cronológico, pode afirmar-se, com base no testemunho de gramáticos do século XVI, que já nessa época se encontrava consumada a fusão das três terminações *-ã* (-ANE), *-ão* (-ANU) e *-õ* (-ONE) em *-ão*". Oliveira (1536, cap. XLV), ao tratar das declinações dos nomes, relaciona a maioria dos vocábulos encontrados no *corpus* deste estudo num mesmo grupo de terminações em *-ão*:

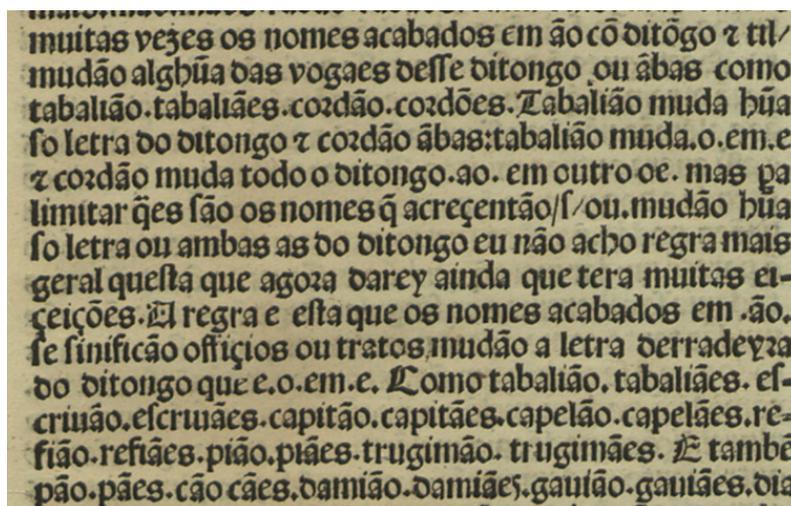


Figura 2. Imagem de trecho da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*.

⁷ Parte desta contextualização a respeito das terminações nasais no Português Médio foi tratada em capítulo de livro para o Projeto Para a História do Português Paulista (FACHIN; MONTE, 2016, no prelo).

Os dados colhidos por Cardeira demonstram, além de oscilação gráfica e adoção de grafias não etimológicas que atestariam a tendência para a convergência no ditongo nasal *-ão*, alternâncias entres as terminações, independente do tempo verbal, e a escassa utilização das formas antigas do verbo *ser* (*som*) e do advérbio de negação *não* (*nom*), ambos em variação com as formas modernas *são*, *não* e as predominantes *sam* e *nam*. Com base nesses resultados, conclui que *-am* e *-om* representavam já o ditongo e afirma que “em 1516 a oscilação é ainda a regra mas trata-se de uma oscilação que é meramente gráfica” (CARDEIRA, 2013, p. 548). Cardeira resume da seguinte maneira esse caso (2013, p. 547-548):

A documentação que observei revelou que entre 1375 e 1475 a oscilação gráfica e a adoção de grafias não etimológicas apresentam um claro crescimento que atesta a tendência para a convergência: se em 1400 as grafias que não correspondem à terminação etimológica não chegam a perfazer 5% do total de formas registadas na documentação analisada, em 1475 já se aproximam dos 30%, o que aponta para uma inversão da tendência no último quartel de Quatrocentos. No Cancioneiro Geral as terminações sem correspondência etimológica são abundantes, sendo a grafia predominante *-am* (ou *-ã*). É significativo que na flexão verbal encontremos esta terminação *-am*, alternando com *-om* e *-ão* em todos os tempos, quer nas terminações átonas quer nas tónicas e independentemente do étimo: *chamam* ~ *chamão*; *dam* ~ *dão*; *faram* ~ *farão*; *deram* ~ *derão*, etc. Alguns exemplos serão suficientes para percebermos como a memória etimológica foi já apagada:

A 3ª pessoa do plural do verbo *ser* surge apenas uma vez com a grafia antiga *som*, 21 vezes como *são* e 258 (92%) como *sam*. As grafias não etimológicas perfazem, portanto, 99.6%.

Uma palavra gramatical muito frequente, o advérbio de negação, surge ainda com a grafia tradicional e etimológica *nom* (432 ocorrências) e já com a moderna grafia *não* (23 ocorrências), mas a grafia claramente predominante é *nam* (2770 ocorrências). Ou seja, a grafia etimológica representa apenas 13.3% do total.

Nos nomes, a terminação *-om* aparece residualmente (apenas *contemplaçom* e *revelaçom*, em rima (79213) alternando com *-ão* e com *-am*. Note-se que a grafia *-am* pode ocorrer em formas cuja terminação etimológica é *-ANU*, como *sam* (< SANU) e que *-ão* surge para todas as etimologias (*pão* < PANE, *sermão* < SERMONE).

Tudo indica, pois, que *-am* representa já o ditongo. Aliás, as rimas confirmam esta observação. Repare-se nos seguintes exemplos, todos retirados da primeira composição (*Cuidar e Suspirar*): *melão:pam*; *cortesam:mão*; *questão:paixam*; *afeiçam:razão:condiçam*; *darão:poderão:paixam*.

Em pesquisa com documentos notariais do Noroeste e do Sul, de 1350 a 1500, Cardeira (2005) conclui, a respeito dos nomes de base *-ONE* que, nos finais do século XV, tantos os documentos setentrionais quanto os meridionais apresentam a terminação *-am* em cerca de 30% dos casos. No caso específico do vocábulo *tabeliom/tabeliam*, a terminação *-am* substitui completamente *-om* na segunda metade do século XV.

A análise das flexões verbais nos mesmos documentos mostra que, na maior parte dos casos, as terminações surgem de forma irregular, sem uma tendência definida. Por essa razão, excluem-se desta pesquisa as flexões verbais, que serão usadas como complementação à análise.

Com relação às palavras gramaticais, Cardeira (2005) verifica que somente na segunda metade do século XV elas começam a apresentar grafias não etimológicas, tanto nos documentos de Lisboa quanto nos do Noroeste, apesar de a percentagem de Lisboa ser significativamente mais elevada do que a da porção setentrional, de 1450 a 1500: 13,2% contra 3,3% de grafias inovadoras, como *entã*, *entam* e *nam*.

Levando-se em consideração o contexto de produção, o período em que os documentos foram produzidos e os resultados de Cardeira (2005), pretende-se verificar nos contratos utilizados como *corpus* se a segunda metade do século XV é o período em que, nesse conjunto específico de documentos, também se atesta a inversão da tendência de as grafias não etimológicas suplantarem as grafias etimológicas.

Levantamento das terminações nasais

O levantamento dos vocábulos com terminações nasais no *corpus* foi realizado mediante a decifração e a leitura dos documentos. A partir do levantamento inicial de todas as ocorrências localizadas, procedeu-se à classificação em nomes, palavras gramaticais e verbos. Tendo em vista o surgimento irregular das flexões verbais

nos documentos notariais pesquisados por Cardeira (2005) e a consequente indefinição de uma tendência nas terminações verbais, optou-se por excluir da análise quantitativa tais ocorrências, que ficaram reservadas para eventuais comentários qualitativos.

Também foram excluídas palavras de origem controversa, tais como *capellam*, que surge com essa grafia em dois documentos: um de 1465 e um de 1481. Segundo Cardeira (2005, p. 124), Machado (1995 *apud* Cardeira, 2005)⁸ deriva *capelão* do latim *CAPPELLĀNU, mas Louro (1952 *apud* Cardeira, 2005)⁹, A. G. Cunha (1987 *apud* Cardeira, 2005)¹⁰ e Corominas (1990 *apud* Cardeira, 2005)¹¹ propõem uma forma do antigo provençal, *capelan*, como origem no baixo latim CAPELLANU.

Ressaltam-se duas ocorrências de *pam*, com a terminação etimológica, em contrato de 1481. A conservação da grafia deste vocábulo contrasta com os dados encontrados por Cardeira (2005) no *Leal Conselheiro*, também conhecido como *Livro da Cartuxa*. Trata-se de livro escrito no reinado de D. Duarte, entre 1423 e 1438, sendo que a cópia utilizada para a análise data de finais de Quinhentos, por isso é provável que o copista tenha inserido modernizações na grafia. Parece que o faz justamente na palavra em questão, já que, como apontado pela autora (CARDEIRA, 2005, p. 125), a grafia <ão> para a etimologia -ANE “mostra-se considerável, mas incide apenas no vocábulo *pão*, com 10 ocorrências, ao lado de apenas uma de *pam*”. Reforça-se a hipótese da modernização, já que em documento de finais do Quatrocentos, como este, de 1481 (documento 19), a grafia verificada é *pam*.

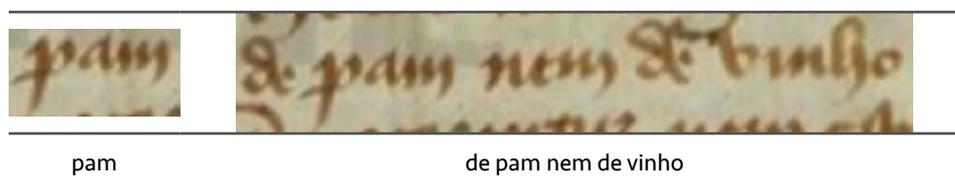


Figura 3. Imagem de trecho do contrato nº 19 (1481).

Foram selecionados ao todo 439 dados, que representam as ocorrências de nomes e de palavras gramaticais nos trinta documentos selecionados para análise. As palavras gramaticais respondem por 22,6% dos dados (99 ocorrências). O advérbio de negação *não* corresponde a 21,2% desse total (93 ocorrências), sendo representado com a grafia etimológica (*nom/nō*) na maioria dos casos, 81 ocorrências, o que corresponde a 87,1% do total. Cardeira (2005) levanta 298 dados de palavras gramaticais nos contratos do Noroeste, de 1350 a 1500, e localiza apenas uma ocorrência do advérbio de negação sem a terminação gráfica com correspondência etimológica. Trata-se da forma *nam*, atestada em documento de 1499. No *corpus* de documentos notariais do Noroeste aqui estudado, a primeira ocorrência da forma não etimológica data de 1522: *nam*.

A tendência de conservadorismo na grafia de palavras gramaticais de alta frequência, como o advérbio de negação, é também verificada por Cardeira (2005), mesmo em documentos literários mais inovadores, como o *Leal Conselheiro*. Segundo a autora (2005, p. 129), “é possível que formas tão frequentes como estas criem tradições gráficas que não deixam transparecer o processo evolutivo em questão”.

Como as palavras gramaticais levantadas nos documentos notariais respondem por cerca de $\frac{1}{5}$ do *corpus* e há grande predominância de grafias etimológicas, optou-se por excluí-las do levantamento com a intenção de testar se suas ocorrências mascaravam os dados, ocasionando, por exemplo, uma sobrevalorização da frequência de grafias conservadoras. As diferenças de frequência foram: primeira metade do século XV - 98,32% de grafias etimológicas excluindo-se as palavras gramaticais contra 98,65% sem as excluir; segunda metade do século XV - 90,73% contra 92,44%; primeira metade do século XVI - 65,41% contra 70,27%; e segunda metade do século XVI - 7,46% contra 6,06%. Como as percentagens não sofreram alteração significativa, decidiu-se por manter tais dados das palavras gramaticais na contagem geral.

⁸ MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da língua portuguesa*. 7.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

⁹ LOURO, José Inês. Origem e flexão de alguns nomes portugueses em -ão. *Boletim de Filologia*, 23, p. 37-65, 1952.

¹⁰ CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

¹¹ COROMINAS, Joan. *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. 3.ª ed., 5.ª reimpressão. Madrid: Gredos, 1990.

Análise das terminações nasais

Dada a importância do critério de classificação das terminações nasais em etimológicas e não etimológicas, exemplifica-se, no quadro a seguir, as classificações utilizadas a partir de palavras frequentes localizadas no *corpus*. Nas colunas grafia etimológica e grafia não etimológica¹², encontram-se alguns exemplos de grafias verificadas nos contratos.

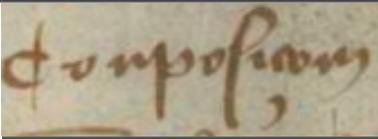
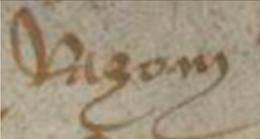
<i>Terminação Latina</i>	<i>Grafia latina</i>	<i>Grafia etimológica</i>	<i>Grafia não etimológica</i>
-ONE	<i>ratione</i>	razom, rezom, razõ	rrezam
	<i>compositione</i>	composiçom	compusyçam, composicã
-ANE	<i>pane</i>	pam	pão
	<i>non</i>	nom, nõ	não, nam

Nos contratos que compõem o *corpus* deste estudo, na primeira metade do século XV, a terminação nasal dos nomes apresenta quase exclusivamente a correspondência com a terminação etimológica. Somam 74 ocorrências no levantamento realizado, conforme demonstrado pelo quadro a seguir, dentre elas apenas uma se distancia da etimologia.

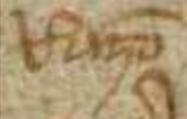
<i>1ª metade do século XV</i>		
Grafias etimológicas	73	98,65%
Grafias não etimológicas	1	1,35%

Pelos exemplos de ocorrências encontradas em documentos da primeira metade do século XV, como pode ser observado, a oscilação encontrada em comparação entre os diferentes punhos se caracteriza pelo grupo *-om/-õ*, mas no mesmo contexto representativo das terminações etimológicas. O caso não etimológico ocorre na palavra *tabeliam*, porém representada por meio de abreviatura com elementos sobrescritos.

Com base nesses dados, observa-se que a escrita dos contratos reflete um estado de língua mais antigo e conservador, ainda distante do quadro identificado por Cardeira (2005) em documentos do Noroeste e Sul de Portugal. Seguem alguns exemplos retirados do *corpus*.

<i>Doc. - Ano</i>	<i>Ocorrências</i>	
	<i>Imagem</i>	<i>Transcrição</i>
2 - 1418		composiçom
		Razom

¹² A etimologia dos vocábulos foi consultada no DELPo – *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*, disponível no endereço <<http://www.nehilp.org/~nehilp/>>.

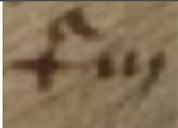
4 - 1423		tabaliõ
5 - 1436		Rezom
		tabeliam
6 - 1444		Razõ

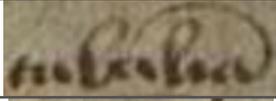
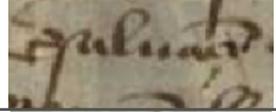
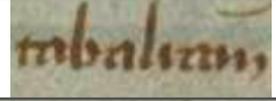
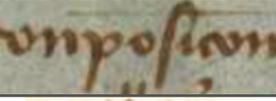
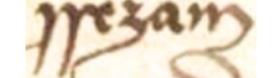
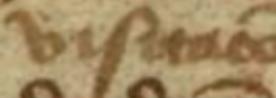
Na segunda metade do século XV, começa a crescer o percentual de grafias não etimológicas no *corpus*, alcançando 8% das 225 ocorrências levantadas. Os dados coletados indicam as etimológicas com um percentual de 92,44% e as não etimológicas com apenas 7,56%. Segundo Cardeira (2013, p. 547), "se em 1400 as grafias que não correspondem à terminação etimológica não chegam a perfazer 5% do total de formas registadas na documentação analisada, em 1475 já se aproximam dos 30%". O estado de língua dos contratos da segunda metade do XV ainda reflete, conservadoramente, características da escrita do início do século em questão.

2ª metade do século XV		
Grafias etimológicas	208	92,44%
Grafias não etimológicas	17	7,56%

Neste caso, a maioria dos escribas mantém a regularidade na representação das terminações nasais etimológicas. Os casos que começam a se distanciar, ainda de forma bem discreta, ocorreram em 5 documentos, quatro deles constantes do quadro abaixo, com oscilações entre as formas etimológicas e não etimológicas. Destaca-se nesse contexto o contrato de 11 de novembro de 1481, escrito pelo "público notário" chamado Nuno de Marques. Nele somente há formas não etimológicas para os nomes encontrados, são eles: *trasauçam*, *obrigaçam* e *condiçam*, com 3 ocorrências. Chamam a atenção nesse documento, paralelo aos exemplos citados, os casos das formas antigas das palavras gramaticais *soom* e *nom*, este com 2 ocorrências. Tal fato pode demonstrar que a transformação pela qual o português passou, relacionada às terminações nasais, não atingiu a escrita da mesma forma, principalmente quanto aos grupos em questão: nomes e palavras gramaticais.

Com relação ao vocábulo *tabelião*, diferentemente dos dados verificados nos documentos notariais por Cardeira (2005), há duas ocorrências da grafia etimológica na segunda metade do XV: *tabaliom*, em 1455, e *taballiom*, em 1462.

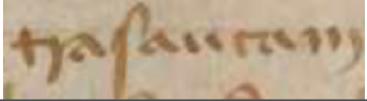
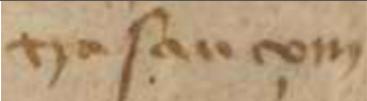
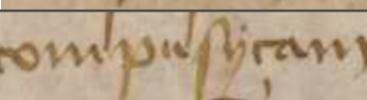
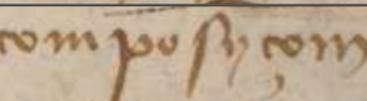
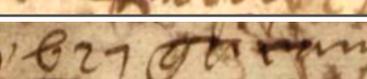
Doc. - ano	Ocorrências
10 - 1459	 tabeliam

11 - 1460		tabaliã
		Esaluãõ
14 - 1464		tabaliam
		composiçom
15 - 1465		rrezam
		rrazom
18 - 1481		visitaçõ

Já na primeira metade do século XVI, os dados levantados demonstram que houve um aumento considerável de usos não etimológicos. Das 74 ocorrências encontradas, 22 testemunham tal fato. As grafias inovadoras não chegavam nem a 8% na segunda metade do XV e na primeira metade do XVI atingem significativos 29,73%. Nesse período, nos documentos estudados por Cardeira e de acordo com diversos pesquisadores (MAIA, 1986; TEYSSIER, 1981; CASTRO, 2006), encontrava-se consumada a fusão das três terminações nasais, ou seja, a convergência das terminações para *-ãõ* já estava concretizada.

1ª metade do século XV		
Grafias etimológicas	52	70,27%
Grafias não etimológicas	22	29,73%

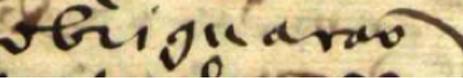
No caso do contrato de 1504, as terminações etimológicas ainda são predominantes. No de 1506, há exclusividade no uso de formas etimológicas. Já no documento escrito em 1522, as formas não etimológicas são exclusivas no punho do escriba. Embora já em oscilação em alguns punhos e exclusivas em outros, as terminações não etimológicas ainda não apresentam nenhum caso com *-ãõ* no *corpus*. Nessa tipologia documental tudo leva a acreditar que apenas na segunda metade esse fenômeno passou a ser registrado na escrita dos responsáveis pelos contratos da Colegiada de Guimarães.

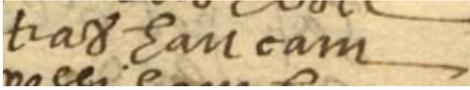
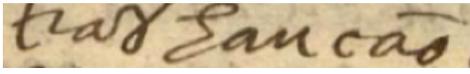
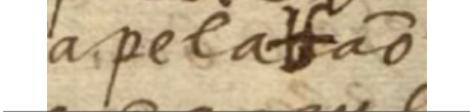
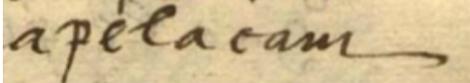
Doc. - ano	Ocorrências
22 - 1504	 trasaucam
	 trasauçom
	 compusyçam
	 composyçom
25 - 1522	 composicã
	 obrigacam

A exclusividade no uso de formas não etimológicas é observada com maior frequência apenas na segunda metade do século XVI, como demonstrado no quadro a seguir. Das 66 ocorrências encontradas, 62 são dessa forma. Neste caso, já com a forma *-ão* para grande parte dos dados coletados.

2ª metade do século XV		
Grafias etimológicas	4	6,06%
Grafias não etimológicas	62	93,94%

Em documento de 1594 encontram-se em oscilação formas em *-am* e *-ão*. Embora no contexto da oralidade, o ditongo nasal representado pudesse já ser *-ão*, na escrita do responsável pelo contrato, esse processo ainda não estava totalmente resolvido. Em outro de 1596, o número de ocorrências com *-am* supera consideravelmente o de *-ão*.

Doc. - ano	Ocorrências
1557 - 27	 obriguacão
	 João

1591 - 28		trashaucam
		trashaucaõ
		apela[c]aõ
		apelacam

Chama a atenção no contrato de 1557 o uso da terminação *-ãõ* para o nome próprio *João*, antes encontrado apenas por meio das oscilações *Joham* e *Johã*. A palavra gramatical *não* também já aparece com a mesma terminação convergida. Os verbos nesses documentos também já apresentam essa forma. No contrato de 1596, a principal fórmula dessa tipologia documental apresenta-se alterada, por meio da terminação *-ãõ*. Trata-se do manuscrito derradeiro no conjunto que compõe o *corpus*, sendo também, em relação ao aspecto mais marcante das suas características diplomáticas, a forma verbal com a qual os notários e tabeliães davam início ao contrato, ou seja, a construção cristalizada *Saibam*, que poderia apresentar-se *Saybam*, *Saybham*, *Saibham*, *Saibhã*, neste caso específico já aparece assim, *Saybaõ*.

Nesses dois séculos analisados, as formas verbais possuem tratamento conservador semelhante ao dos nomes e palavras gramaticais. Apenas em contrato de 1522, aparecem as primeiras ocorrências: *outorgaraõ*, *mandaraõ*. Outras ainda com terminação *-am* são utilizadas no mesmo documento: *pensaram*, *deram*.

O gráfico abaixo apresenta o percentual de grafias etimológicas e grafias não etimológicas ao longo dos séculos XV e XVI nos contratos que compõem o *corpus* do estudo. Por ele é possível observar como está documentado o uso de terminações nasais na prática de escrita notarial da região da Colegiada de Guimarães. Características e particularidades de um determinado uso do português escrito que espelha uma realidade bem particular, muitas vezes distante do período em que foi escrito, aproximando-se de um estágio anterior da língua, consequência de seu aspecto conservador.

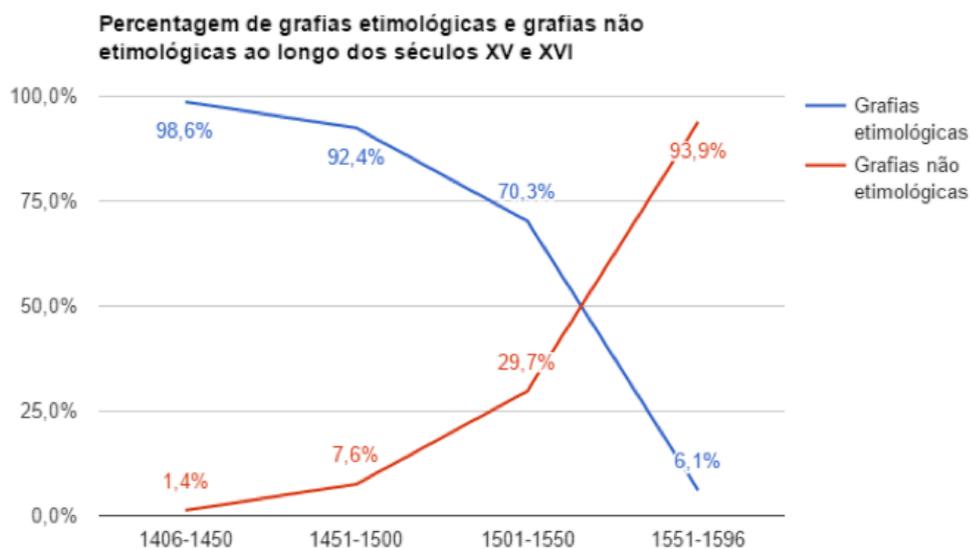


Figura 4. Gráfico da percentagem de grafias etimológicas e não etimológicas ao longo dos séculos XV e XVI.

A análise dos dados linguísticos do *corpus* revela que as grafias inovadoras das terminações nasais demoraram mais tempo para serem incorporadas nesse conjunto de documentos notariais provenientes de Guimarães. Enquanto Cardeira (2005; 2013) situa a inversão da tendência de grafias etimológicas vs. não etimológicas na segunda metade do XV, no *corpus* estudado, tal tendência só é verificada na passagem da primeira para a segunda metade do século XVI. De 1450 a 1500, os documentos apresentam ainda alta taxa de frequência de grafias etimológicas: 92,44%.

O fato de a datação tópica ser um fator relevante na conservação das grafias não se mostra como uma hipótese de peso, já que, como aponta Cardeira (2005, p. 149),

as diferenças entre os documentos do Noroeste e da região de Lisboa, no que respeita à grafia das terminações nasais, não se revelam muito significativas: em ambos se verifica uma tendência crescente no uso de terminações não etimológicas, embora pouco definida e irregular; essa tendência não indicia, contrariamente ao que poderíamos esperar, diferença na escolha da grafia para a terminação nasal conforme a proveniência regional da documentação.

O fato de a proveniência meridional ou setentrional dos documentos aparentemente não exercer influência na representação gráfica das terminações nasais reforça a hipótese de que o gênero desses textos, documentos notariais, tendia a ser mais conservador. No entanto, os dados apontam uma frequência de grafias etimológicas ainda relativamente alta entre 1500 e 1550, 70,3%, o que poderia indicar que a franja de separação entre o português médio e o português clássico, na prática de escrita dos responsáveis pelos contratos, talvez tenha durado mais tempo, adentrando a primeira metade do século XVI.

Considerações Finais

Apesar de as terminações nasais serem um fenômeno linguístico de destaque nas propostas de periodização do português (CASTRO, 1991; 2006; CARDEIRA, 2005; 2013) e a convergência ao ditongo *-ão* e sua representação gráfica não etimológica marcarem o período conhecido como *português médio*, é preciso ter cautela ao situar um texto dentro de determinado estado de língua apenas pela sua data de composição. Assim como é necessário ter ponderação ao se fazer o inverso, ou seja, caracterizar um dado período da língua pelos documentos produzidos naquele período. Ressalte-se que as propostas tradicionais de periodização se apoiaram habitualmente mais em fatores externos à língua do que propriamente linguísticos. Só recentemente que os estudos se debruçam sobre os textos para analisá-los linguisticamente, recolher o volume de dados suficiente e fazer o confronto necessário com os períodos até então preconizados. Como se vê no caso dos documentos notariais, apesar de já terem sido escritos após a data simbólica que marcaria o fim do *português médio* (após 1536), ainda apresentam alta frequência de ocorrências de grafias etimológicas, conservadoras, portanto, que os aproximam de um estágio mais antigo da língua.

A pesquisa com esse gênero de documento revela que ainda na primeira metade do século XVI verificava-se uma alta frequência de correspondência etimológica na grafia das terminações nasais: 70,3%. Não se observa, assim, um *patamar de estabilização* nesse conjunto de textos que caracterizaria a transição para o *português clássico*, mas sim uma alta taxa de grafias conservadoras que demonstram um longo processo de transformação no registro das terminações nasais do português. Tal observação aponta para uma tendência conservadora em documentos notariais do Noroeste, que poderiam, conforme o avanço das pesquisas com constituição de *corpora* de diferentes tipologias, fazer alargar-se ainda mais o período do *português médio*, cujo fim tradicionalmente coincide com a data da publicação da primeira gramática da língua portuguesa, em 1536, por Fernão de Oliveira. Talvez, como já se vem fazendo com relação ao período do *português antigo* e do próprio *português médio*, seja necessário associar mais fenômenos linguísticos, que, ao lado de fatores extralinguísticos, deem conta de documentar com mais precisão as fases de transição de um período da língua a outro.

A perspectiva de trabalho que ora se apresenta aponta no sentido da ampliação dos *corpora* de pesquisa com textos de diferentes gêneros, literários e não literários, datados do *português médio* no âmbito do projeto *Fontes para a História da Língua Portuguesa: edição de manuscritos dos períodos médio e clássico*, ligado ao Projeto *Para a História do Português Paulista* (PHPP). O estudo de documentos desse período levará, por exemplo, à formulação e verificação de hipóteses do caráter arcaico do português brasileiro.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fundo Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1380776>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Luísa. *As terminações nasais do português no começo do último quartel do século XIII*. Coimbra: Mátthesis, nº 8, 1999.
- BECHARA, Evanildo. As fases da língua portuguesa escrita. In: Actes XVIII Congrès Int. de Linguistique et Philologie Romanes, III, Tübingen, 1991. p. 69-75.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CARDEIRA, Esperança. Do Português Médio ao Clássico: o Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. In: HERRERO, Emili Casanova; RIGUAL, Cesareo Calvo (Eds.). Actas del XXVI Congreso Internacional de Linguística y de Filología Románicas, Valencia. Vol. I. De Gruyter, 2013. p. 543-554.
- _____. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- _____. Revisitando a periodização do português: o português médio. *Domínios de Linguagem*, ano 3, nº 2, p. 103-115, 2009.
- CASTRO, Ivo. O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In: FARIA, Isabel Hub (Org.). *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. p. 367-370.
- _____. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Ed. Colibri, 2006.
- DELPO – Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.nehilp.org/~nehilp/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- DOMINGUES, José. *As Ordenações Afonsinas: Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)*. Santiago de Compostela: Zéfiro, 2008.
- EMILIANO, António. O estudo dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa. *Signo - Revista de Historia de la Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares), 11, p. 77-126, 2003. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/CV/ficheiros/pub-15.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- _____. Considerações sobre o estudo da documentação notarial anterior ao séc. XIII. In: Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1993. p. 195-210.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis; MONTE, Vanessa Martins do. E prometeram per boa fe de o assy comprir e manteer - estudo filológico de um contrato quinhentista. In: TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; SIMÕES, J. S. (Org.). *História do Português Paulista*. Série Estudos, Vol. V, 1. ed. São Paulo: ed. a definir, 2016. No prelo.
- GOMES, Saul António. O Notariado Medieval Português: Algumas notas de investigação. *Hvmanitas*, vol. 52, p. 241-286, 2000.
- LORENZO, Ramón. Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo -ão en portugués. In: *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, Consello de Cultura Galega, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p. 289-326, 1988.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- _____. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego Português: Estudo linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- _____. *História da Língua Portuguesa*. Guia de Estudo, Coimbra: 1995.
- ORDENAÇÕES do Senhor Rey D. Affonso V, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792. (Fac-símile com o título *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984). (5 vols.). Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>. Acesso em: 15/04/2016.

El ciego callejero en la España Moderna: balance y propuestas

Blind street singers in the Spanish Modern Age: evaluation and proposals

Recibido en 15 de abril de 2016. | Aceptado en 08 de mayo de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.318>

Abel Iglesias Castellano¹

Resumen: Los ciegos callejeros fueron unos mediadores culturales que desarrollaron su actividad en España entre los siglos XIV y XX. Por un lado, se dedicaron al rezo de oraciones y, por otro lado, actuaron como difusores de las menudencias de imprenta o literatura de cordel, de tal manera que ejercieron de intermediarios entre los textos escritos y el público oyente y/o lector. A pesar de que durante este dilatado período de tiempo despertaron un fuerte interés tanto entre la población como entre los gobernantes, la historiografía no ha generado una elevada cantidad de trabajos sobre este tema. No obstante, creo que puede realizarse un balance de los resultados generados hasta el momento, tarea que me propongo en el presente trabajo. Así, diferencio entre dos líneas de investigación: por un lado, algunos estudiosos han focalizado sus esfuerzos en sacar a la luz la vida y la obra de determinados ciegos copleros autores de literatura popular; por otro lado, unos pocos historiadores se han interesado por las hermandades de ciegos y por el papel que desempeñaron estos en la distribución de materiales menores. Asimismo, a lo largo de todo el artículo, se plantean algunas propuestas para el futuro con las que se pretende avanzar en el conocimiento de este tema.

Palabras clave: ciego; cultura escrita; España Moderna; gremios; hermandades; menudencias.

Abstract: Blind street singers were cultural intermediaries that worked in Spain between the 14th and the 20th centuries. On the one hand, they worked as prayers and, on the other hand, they were sellers of street ballads, becoming intermediaries between printed texts and readers-listeners. Although population and ruling people were interested in them, there are few studies on this field. Notwithstanding, an evaluation of the results obtained until now can be done. That is the challenge of this article. I think there are two approaches: firstly, some researchers have focused their studies on blind authors of popular literature; secondly, few historians have been interested in blind guilds and in the role they played in distributing *menudencias*. Likewise, in this article, I propose some approaches for the future with the aim of advancing in the knowledge about this field.

Keywords: blind; brotherhoods; guilds; Modern Age; street ballads; written culture.

¹ Licenciado en Periodismo (Universidad Complutense de Madrid, 2006) y en Historia (Universidad de Alcalá, 2012), licenciatura en la que obtuvo el Premio Extraordinario. Actualmente disfruta de una Ayuda para la Formación del Profesorado Universitario (FPU) en la Universidad de Alcalá, Grupo LEA-SIECE, donde realiza su tesis doctoral sobre los ciegos callejeros de la España Moderna. Esta publicación se ha realizado en el marco del proyecto de investigación "*Scripta in itinere*". *Discursos, formas y apropiaciones de la cultura escrita en espacios públicos desde la primera Edad Moderna a nuestros días*, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España (Ref. HAR2014-51883-P). También he contado con una Ayuda para la Formación de Profesorado Universitario (FPU-13/05245). abeliglesiastellano@yahoo.es.

Introducción

Segovia, Sevilla, Valencia, Toledo, Madrid y Córdoba fueron algunas de las ciudades transitadas por Lope de Rueda, dramaturgo y actor andaluz de la primera mitad del siglo XVI. En este ir y venir por la Península se toparía en numerosas ocasiones con unos profesionales que dedicaban sus vidas al rezo de oraciones; hombres y mujeres que tenían una característica física determinada: la ceguera. Así se explica que en uno de sus *Pasos* ponga en boca de sus personajes una expresión en la que se vincula el recitado de oraciones con los ciegos. Guadalupe, sorprendido y asustado por la pérdida repentina de su visión, solicita ayuda a Mencieta, quien le proporciona un unguento compuesto de gallina y levadura que, de un modo extraño, le aplica en la espalda:

GUADALUPE Demasiada levadura pusiste.

MENCIETA ¿Por qué?

GUADALUPE Porque era muy duro aquel empastro.

MENCIETA ¿Agora puedes bien abrir los ojos?

GUADALUPE Sí, pero es menester rogar a Dios que los pueda volver a cerrar, que, pardiez, como el cocimiento está en las costillas, de tu melecina, los ojos me hace tener como candelas, y aún será maravilla que no me acuda después el sueño en una quincena de días.

MENCIETA No es mucho.

GUADALUPE Mira, Mencieta: *aunque otra vez me veas ciego y rezar oraciones, no me cures.*

(RUEDA, 1990, p. 163-164)²

Cuatro siglos separan este entremés aurisecular del estreno en el Teatro Avenida de Buenos Aires, el 3 de noviembre de 1944, de la obra de Alejandro Casona *La dama del alba*, que versa sobre el tema de la muerte. La principal fuente de inspiración del dramaturgo asturiano fue el conjunto de personajes con los que convivió en su Besullo natal durante la infancia. En un pasaje de la composición, cargado de un lirismo conmovedor, Peregrina – personificación de la muerte – y el abuelo hablan de Nalón el Viejo, un ciego que cantaba romances en las ferias y romerías acompañado de una guitarra y guiado por su lazarillo:

PEREGRINA Tengo nombre de mujer. Y si alguna vez les hago daño no es porque quiera hacérselo. Es un amor que no aprendió a expresarse... ¡Que quizá no aprenda nunca! (*Baja a un tono de confianza íntima.*) Escucha, abuelo. ¿Tú conoces a Nalón el Viejo?

ABUELO ¿El ciego que canta romances en las ferias?

PEREGRINA El mismo. Cuando era niño tenía la mirada más hermosa que se vio en la tierra; una tentación azul que me atraía desde lejos. Un día no pude resistir... y lo besé en los ojos.

ABUELO Ahora toca la guitarra y pide limosna en las romerías con su lazarillo y su plato de estaño.

PEREGRINA ¡Pero yo sigo queriéndole como entonces! Y algún día he de pagarle con dos estrellas todo el daño que mi amor le hizo.

(CASONA, 1985, p. 88)

Como ha podido comprobarse a través de estas dos referencias literarias, el fenómeno del ciego callejero se extendió a lo largo de varios siglos. Sabemos que al menos desde el primer tercio del siglo XIV existieron hermandades o cofradías de ciegos en varias ciudades españolas, instituciones de carácter devocional y asistencial que se dedicaban al rezo de oraciones a cambio de la contraprestación económica de los fieles. Tanto los invidentes de estas corporaciones como muchos otros que no se cobijaban en ellas se convirtieron a partir de entonces en un elemento característico del paisaje rural y urbano. Los caminos que separaban las poblaciones en las que podían hacer negocio presenciaron la figura de unos hombres apoyados en un bastón y conducidos por su lazarillo. Dichos caminos les llevaban a diferentes ferias y mercados – como los que visitaba Nalón el Viejo –, eventos en los que, dada la aglomeración de gente, los *privados de la vista corporal* se sentían especialmente cómodos. La extraordinaria movilidad que caracterizó a estos sujetos no solo se puso de manifiesto en los viajes que realizaban de una localidad a otra, sino que también se expresó en los desplazamientos que hacían dentro de los márgenes de una misma ciudad: las puertas de las iglesias, las plazas, los puentes o cualquier esquina transitada eran algunos de los lugares en los que solían desempeñar su trabajo.

Además del rezo de oraciones, la otra actividad que definió al ciego callejero fue la difusión de la literatura de cordel, incluida la de carácter informativo, para lo que empleó varios medios de transmisión: impreso,

² La cursiva es mía. He optado por actualizar la puntuación y la ortografía de las fuentes literarias y de los materiales de archivo.

manuscrito y oral³. Aunque es complicado establecer una clara cronología al respecto, parece que desde el último tercio del siglo XVI este colectivo social había asumido como propia la venta de las menudencias de imprenta, algo que no cambió hasta bien entrado el siglo XIX (CÁTEDRA, 2002, p. 113; 134-135). Es cierto que otros individuos – retaceros, buhoneros, libreros, impresores, etc. – también participaron en la transacción económica de estos productos, pero fueron los ciegos quienes destacaron en esta tarea, de modo que, como explicaré más abajo, algunas de sus hermandades llegaron a gozar del privilegio privativo de la venta callejera de algunos de dichos impresos⁴.

Durante el dilatado período de tiempo en que se dedicaron a rezar oraciones y a vender menudencias despertaron entre la población y los gobernantes un conjunto heterogéneo de actitudes y sentimientos. En virtud de su ceguera y del hecho de que, como digo, una de sus dedicaciones fundamentales consistió en rezar plegarias, muchos veían en ellos a unos individuos provistos de cualidades místicas, algo que, como es bien sabido, ha sido una constante a lo largo de toda la historia. Además, dada su discapacidad física, sorprendía su habilidad para adaptarse a la vida errante que he descrito.

No solo era sorprendente sino también contradictorio que fuesen los principales difusores – y a veces autores – de los pliegos de cordel: ¿cómo era posible que quienes carecían de vista actuaran de intermediarios entre los textos escritos y los receptores de los mismos? Así, en muchos casos, los ciegos eran la puerta de acceso al mundo de la cultura escrita para los millones de analfabetos o semianalfabetos que poblaban España⁵.

Al mismo tiempo que eran recibidos con entusiasmo por ser proveedores de información y entretenimiento, existía cierto recelo hacia ellos, algo que estaba relacionado en gran medida con la itinerancia que caracterizaba sus vidas, circunstancia que ha sido tratada en profundidad por Laurence Fontaine (1996, p. 23; 63-69; 174-175) para el caso de los buhoneros europeos⁶. Además, las autoridades fueron conscientes de la peligrosidad que comportaba la actividad que desempeñaban los ciegos, puesto que se encontraban en el centro de los procesos de generación de estados de opinión. En este sentido – como veremos en el tercer apartado –, los gobernantes mostraron una actitud ambivalente hacia ellos: por un lado, fueron objeto de persecuciones a raíz del papel que ejercieron como difusores de gacetas, almanaques, relaciones de sucesos y otros papeles; por otro lado, las autoridades vieron en las hermandades de ciegos unos potenciales colaboradores objetivos del poder – según la expresión de Jean-François Botrel – respecto al control de los materiales menores, motivo que explica el monopolio que ejercieron en la venta callejera de estos.

El constante interés que suscitaron los ciegos callejeros entre la población y los gobernantes desde la Baja Edad Media hasta la Época Contemporánea no ha tenido su equivalente en el ámbito historiográfico. Son pocos – aunque algunos de ellos muy valiosos – los trabajos dedicados a este fenómeno, y entre el reducido número de investigaciones no hay ningún estudio que aborde el problema en toda su complejidad y para el conjunto de la Península Ibérica. No obstante, creo que puede realizarse un balance de los resultados generados hasta el momento, tarea que me propongo en el presente trabajo. Pueden diferenciarse dos líneas de investigación o enfoques, que no han de percibirse como opuestas o contradictorias, sino todo lo contrario, como dos acercamientos susceptibles de complementarse y enriquecerse mutuamente. Por un lado, algunos estudiosos han optado por adentrarse en la obra de los ciegos copleros autores; por otro lado, contamos con aportaciones

³ Caro Baroja (1990, p. 55) habla así de la importancia de la palabra en la actividad profesional del ciego: “La palabra, rimada, recitada, salmodiada, adquiere en boca del privado de la vista una virtud especial: sea en oraciones, sea en coplas, sea cantando loores, sea describiendo crímenes horribles”.

⁴ Evidentemente, no todos los ciegos de la Edad Moderna fueron oracioneros y/o *papelistas*, sino que también desempeñaron otras profesiones, como fue el caso de Alonso García de Ledo, vecino de Campillo de Altabuey (Cuenca), que fue ganadero en Albacete en la segunda mitad del siglo XVI (Archivo Diocesano de Cuenca [ADC], leg. 280, exp. 3876). Por su parte, el ciego de El Toboso (Toledo) Esteban Martínez Zarco, procesado por blasfemia en 1601, fue labrador (ADC, leg. 716, exp. 869). Otros invidentes, aun aproximándose en cierto sentido a las actividades protagonizadas por los ciegos callejeros, se diferenciaron de estos, entre otras cosas, por situarse en las orillas de las elites sociales, como fue el caso de Antonio Cabezón, el organista ciego de Felipe II (Cfr. ALONSO CANTARINO, 1977).

⁵ Así lo expresa Madeline Sutherland (2015): “una de las grandes ironías de la historia del ciego en España: durante más de tres siglos, su principal profesión fue vender textos impresos, mercancía a la que ellos mismos no tenían acceso”.

⁶ Para la cuestión de la movilidad de los buhoneros europeos, véanse, entre otras, las aportaciones de Van Den Heuvel (2012) y Salman (2014, p. 124-125; 130; 133; 192). El fenómeno de la buhonería aún no ha sido estudiado para el caso de España, pero podemos mencionar algunos ejemplos que ponen de manifiesto los celos que suscitaba la venta ambulante. Así, una real cédula de 25 de marzo de 1783 prohibía a los buhoneros vagar por el reino si carecían de residencia fija (Archivo Histórico Nacional [AHN], Consejos, leg. 856, exp. 6, fol. 1-4). Del mismo modo, en 1786, el vendedor de origen genovés Antonio María Bilán tuvo dificultades para ejercer su profesión en la villa de Brunete debido a las trabas que le pusieron las autoridades de este lugar, no obstante haberse avecindado antes de comenzar a comercializar sus mercancías (AHN, Consejos, leg. 1002, exp. 14).

referidas a las hermandades y al rol que desempeñaron los invidentes en la difusión de pliegos sueltos⁷. En paralelo a la valoración de esta trayectoria historiográfica, plantearé algunas propuestas que contribuyan a responder en el futuro la siguiente pregunta: ¿quiénes fueron los ciegos callejeros y qué papel tuvieron en la cultura escrita de la España Moderna?

1. El ciego autor

Como he indicado, una de las líneas de investigación desarrolladas en torno a la cultura del ciego se ha interesado por el estudio de la vida y la obra de los ciegos autores de pliegos de cordel. Este enfoque arrancó en 1963 de la mano del bibliófilo español Antonio Rodríguez-Moñino, quien en la reunión anual de la *American Association of Teachers of Spanish and Portuguese*, celebrada en la ciudad estadounidense de Chicago, presentó una novedosa ponencia titulada “Los ruiseñores populares del siglo XVI: poetas ciegos”, que tres años más tarde fue publicada bajo el título “Cristóbal Bravo, ruiseñor popular del siglo XVI (Intento bibliográfico, 1572-1963)” (RODRÍGUEZ-MOÑINO, 1974). Su trabajo sobre un rapsoda invidente que llevó su obra a la imprenta abrió un camino que posteriormente fue seguido por algunos investigadores seducidos por la idea.

Este breve artículo es un catálogo bibliográfico que reúne cuarenta ediciones de nueve obras que responden a la autoría del ciego coplero cordobés Cristóbal Bravo, hallándose entre las mismas, entre otras, una relación de un martirio, un papel humorístico y un poema de carácter moralizante sobre la lujuria, la gula y la blasfemia. Dicho catálogo está precedido de un mínimo apunte biográfico y de una alusión a los repertorios que hasta ese momento habían recogido algunas composiciones del poeta andaluz.

Con esta incursión bibliográfica, Rodríguez-Moñino situó en primer plano a unos sujetos culturales arrinconados hasta entonces por la Historia de la Literatura y, a pesar de no hacer un análisis del contenido de las obras catalogadas, creo que el hecho de ofrecer una pormenorizada relación de las mismas supone un claro deseo de revalorizar la producción poética de los *privados de la vista corporal*. Así, otorgaba un estatus de objeto de estudio a unas creaciones literarias que en aquellos años eran consideradas por la mayor parte de los estudiosos como “paraliteratura”, “infraliteratura” o “subliteratura”, y que María Cruz García de Enterría (1983) denominaba – precisamente por esta consideración negativa imperante – “literatura marginada”.

Once años más tarde de la aparición del trabajo germinal de Rodríguez-Moñino, vio la luz un artículo claramente influido por aquel: “Un poeta y coplero murciano del siglo XVI: Francisco González de Figueroa”, firmado por el filólogo y especialista de la literatura murciana Juan Barceló Jiménez (1977)⁸, quien dio un paso más respecto al estudio del insigne bibliófilo, puesto que presentó un análisis literario de las creaciones de González de Figueroa, de modo que fue mucho más explícito en la valoración de la obra de un poeta ciego, como puede comprobarse en las siguientes líneas, en las que valora el romance que relata la vida y el martirio de una mujer española que fue quemada en Jerusalén:

Este está descrito con patetismo y sentido real, aunque encanta el primitivismo y el saber medieval, que haciéndonos pensar en nuestros escritores del XV, nos muestra las cualidades poéticas y el sentido narrativo de González de Figueroa, acorde con los mejores momentos de nuestra literatura y de la tradición imaginera posterior (BARCELÓ JIMÉNEZ, 1977, p. 19).

Barceló Jiménez diferencia tres grandes temas en la obra de este ciego coplero: el de la mujer (en su triple vertiente de pecadora, martirizada y adúltera); el bíblico-religioso; y el milagroso, todos ellos expuestos con fines moralizantes. Esta temática es desplegada bajo la forma de quintillas, quintillas dobles y romances, modalidades que, según Barceló Jiménez, son especialmente aptas para la recitación ante el público. En este orden de cosas, el investigador desliza a lo largo de todo el artículo la idea de que el poeta murciano puso un especial cuidado en causar impacto y mover las emociones de los destinatarios. Creo que esta idea – señalada y poco desarrollada – tiene un gran valor, en tanto que pone en relación la obra de los ruiseñores populares con la recepción de la misma por parte de los lectores y oyentes, algo que, como veremos, será tratado con mayor amplitud por María Sánchez Pérez (2003; 2010) y, sobre todo, por Pedro M. Cátedra (2002).

⁷ Varios autores han distinguido entre ciegos copleros autores y ciegos difusores de menudencias de imprenta. Por ejemplo, véase García de Enterría (1973, p. 76-83; 95-99), Botrel (1993, p. 106-124) y Sutherland (2015). No obstante, tal y como señalan estos y otros autores, un mismo ciego podía aglutinar ambas dimensiones.

⁸ Anteriormente, Antonio Pérez Gómez (1954; 1955a; 1955b; 1955c) había editado algunas obras de este ciego.

Al igual que ocurría con Cristóbal Bravo, en este caso también nos hallamos ante un ciego coplero que gozaría de cierta popularidad en su época, puesto que, como señala Barceló Jiménez, los romances de González de Figueroa fueron impresos en diferentes ciudades – Valencia, Sevilla y Lisboa –, lo que nos indica que era conocido más allá de los márgenes de su región y que, posiblemente, sus composiciones formaban parte del repertorio recitado y vendido por muchos otros ciegos de diversos puntos de la Península. Pienso que la cuestión de la notoriedad de los poetas estudiados no es algo baladí respecto a los problemas que plantea la investigación del ciego callejero, algo sobre lo que volveré más abajo.

Dicha notoriedad explica que años más tarde María Sánchez Pérez (2010) se interesara por un libelo antijudío compuesto por González de Figueroa. Siguiendo la línea marcada por Barceló Jiménez, pero con una mayor profundidad de análisis, esta autora sitúa la obra de este autor en una determinada tradición literaria. En primer lugar, el pliego se enmarca en el contexto de publicación de un buen número de relaciones milagrosas marianas. En segundo lugar, alberga elementos folklóricos del Medievo y, en tercer lugar, no representa una novedad absoluta por cuanto desde la Alta Edad Media se venían publicando libelos de sangre contra los judíos. En concreto, está influido por la obra de Geoffrey Chaucer *The Canterbury Tales*, conjunto de relatos o *exempla* publicados a finales del siglo XIV, uno de ellos muy parecido al que compuso nuestro coplero, a quien le llegaría por vía oral o escrita⁹.

Además de esta aproximación a la obra de González de Figueroa, María Sánchez Pérez (2003) ha realizado un detallado estudio de la obra del ciego coplero Gaspar de la Cintera (c. 1515 – c. 1582), natural de Úbeda y vecino de la ciudad de Granada. En este estudio, analiza el estilo, la métrica y el contenido de los doce pliegos sueltos atribuidos a este ruseñor popular, estructurados en cuatro ejes temáticos: relaciones de sucesos de tipo milagroso; relaciones de sucesos de carácter histórico; romances burlescos; y composiciones didáctico-morales. Una vez más, Sánchez Pérez se aleja de los planteamientos simplistas que tienden a poner el foco de atención en la escasa calidad literaria de la literatura popular impresa, para, en lugar de ello, situar la obra de Gaspar de la Cintera en su contexto literario y político-social. Así, al igual que ocurría con González de Figueroa, en el ciego ubetense se observa la influencia de los modelos medievales, algo característico de la literatura popular del siglo XVI. Asimismo, el marcado clima anti-islámico que se vivió durante el reinado de Felipe II quedó plasmado en algunas de las obras de Cintera¹⁰.

Más allá de esta consideración general, uno de los aspectos más notables de este trabajo se deriva de las múltiples alusiones que contiene a la importancia que el ciego de Úbeda otorgaba – a la hora de componer – a los actos de comunicación y de recepción de sus versos, lo que explica que, en todo momento, haya en el autor una clara intención de mantener viva la atención del público durante dicho acto de comunicación. Por ejemplo, el pliego titulado *Aquí se contienen dos maravillosísimos y dulcísimos milagros de la serenísima (sin par nacida) madre de Dios y señora nuestra* (1562) tiene una gran “energía plástica” que busca despertar todos los sentidos del destinatario. En el mismo plano se sitúa el empleo del estilo directo en los diálogos, como ocurre en un romance que relata el castigo que recibió un hombre por estar doce años sin confesarse (SÁNCHEZ PÉREZ, 2003, p. 62-63). Creo que esta manera de proceder de los creadores de literatura de cordel está directamente relacionada con la modalidad de transmisión de este tipo de creaciones poéticas, caracterizada por la presencia del ciego callejero, mediador cultural situado entre el texto y su receptor, cuestión a la que volveré al tratar las ideas de Natascha Würzbach.

Gaspar de la Cintera, al igual que ocurría con Cristóbal Bravo y con Francisco González de Figueroa, fue uno de los autores más destacados de la literatura de cordel del siglo XVI, circunstancia que nos lleva a reflexionar acerca del sesgo que conllevan los estudios ocupados únicamente de la vida y la obra de los ciegos compositores, dado que este tipo de trabajos conduce casi inevitablemente a centrarse en la figura de aquellos sujetos que destacaron en el seno de la cultura del ciego. Además, presenta la deficiencia de dejar a un lado una cuestión fundamental: la mediación cultural que protagonizaron los ciegos en los procesos de difusión de las menudencias de imprenta. Evidentemente, aún pueden hacerse aportaciones interesantes y necesarias en el campo de los ciegos autores, puesto que tenemos constancia de la existencia de otros casos que todavía no han sido analizados: Alonso

⁹ La obra analizada por la autora es el primero de los dos poemas del pliego titulado *Aquí se contienen dos notables y graciosos romances sobre dos maravillosos milagros que sucedieron en este año de 1576. El primero en la ciudad de Aviñón, en Francia, con un hijo de una viuda y un judío. Y el segundo en Alemania la Alta, so (sic) un sacerdote que deseaba ver a Jesucristo en forma de niño y así permitió nuestro señor mostrársele un día diciendo misa. Con dos glosas o dos villancicos.*

¹⁰ Agradezco a la autora que me prestara amablemente una copia de su investigación. En el primer tercio del siglo pasado, Alfredo Cazabán (1914; 1916; 1917) realizó pequeñas incursiones en la obra de este poeta ciego.

Becerro, Francisco de Godoy, Francisco Pardo, Francisco Rodríguez, Ginés de Sandoval, Lucas del Olmo, etc¹¹. Pero es conveniente que estos trabajos, en la medida de lo posible, incluyan alusiones a los procesos de difusión y recepción, para así abarcar todas las facetas del ciego callejero.

En este sentido, uno de los aspectos en los que se podría profundizar se refiere a las semejanzas y diferencias entre los ciegos autores y los ciegos difusores de menudencias, aunque no hay que establecer una línea divisoria tajante entre ambas realidades, puesto que hubo casos –como el de Mateo de Brizuela, que analizaré a continuación– en los que un mismo ciego ejercía las dos actividades. Sería interesante estudiar posibles ciegos que únicamente se dedicaban a componer versos que luego vendían a los ciegos expendedores. Con todo, el estado actual de la investigación señala que hubo pocos ciegos autores en comparación con el total de invidentes relacionados con la literatura de cordel, algo que se acentuó con el paso de los años.

El trabajo más destacado en el ámbito de los ciegos copleros autores es, sin duda, *Invencción, difusión y recepción de la literatura popular impresa (siglo XVI)*, de Pedro M. Cátedra. La combinación de fuentes literarias y de documentación de archivo es lo que le permite ofrecer una visión holística del ciego callejero del Quinientos. Así lo expresa el propio autor en la introducción de su monografía:

Pero habrá que empezar a explotar también otras fuentes no puramente literarias. Hay que acudir a los archivos para encontrar documentos que permitan apuntalar las investigaciones bibliográficas y literarias con datos concretos que iluminen la intrahistoria de los autores y todo el andamiaje social que está detrás de, quizá, la más leída y oída literatura española (CÁTEDRA, 2002, p. 22).

Por un lado, en la misma línea de lo realizado por Barceló Jiménez para el caso de González de Figueroa, el volumen presenta un análisis literario pormenorizado de las obras de Mateo de Brizuela, posiblemente – según Cátedra – el ruseñor popular más leído u oído entre los siglos XVI y XX. Además, dicho análisis está completado con un catálogo cronológico de sus obras (en consonancia con el trabajo capital de Rodríguez-Moñino al que me he referido) y con la transcripción de algunos de sus poemas¹².

Por otro lado, la investigación literaria y bibliográfica es completada con una rica documentación de archivo, hallada fundamentalmente en el Archivo General de Simancas, lo que permite elaborar una “intrahistoria de la literatura de cordel” a través del proceso judicial abierto contra Mateo de Brizuela y otros hombres que participaron en la producción y distribución de un pliego suelto titulado *Caso admirable y espantoso*, que fue calificado de “libelo infamatorio” por las autoridades (CÁTEDRA, 2002, p. 25-98).

Por tanto, la riqueza y la importancia del trabajo de Pedro M. Cátedra vienen determinadas por la utilización de diferentes tipos de materiales. En efecto, el conocimiento del rol que jugaron los ciegos callejeros en la historia de la cultura escrita está supeditado al entrelazamiento de fuentes heterogéneas, agrupadas en tres grandes grupos. En primer lugar, hemos de recurrir a las fuentes literarias, entre las que no solo se encuentran los propios pliegos sueltos poéticos compuestos por ciegos copleros, sino también toda la literatura de ficción y la tratadística de la Edad Moderna, susceptibles de contener interesantes alusiones a nuestro tema¹³. En segundo lugar, la documentación de carácter legal y judicial es indispensable para conocer qué posición ocupaban los ciegos en el sistema de producción y difusión de las menudencias de imprenta. Así, son ineludibles para nuestra investigación las disposiciones legales que hacen referencia a esta problemática, pero lo son más aún los procesos judiciales – como el de Mateo de Brizuela – en los que los ciegos estuvieron implicados. Piénsese, por ejemplo, en los expedientes inquisitoriales, donde hallaremos profusas declaraciones de testigos que nos hablarán de la actividad desempeñada por los ciegos. En tercer lugar, las fuentes iconográficas no han de ser empleadas simplemente con un mero fin ilustrativo, sino todo lo contrario: una pintura al óleo, una estampa popular o un grabado xilográfico

¹¹ Los cinco primeros nombres – todos ellos del siglo XVI – figuran en Rodríguez-Moñino (1997, p. 168; 274-275; 403-404; 442-443; 463-465). Sobre Lucas del Olmo – autor de la segunda mitad del siglo XVIII –, véase Marco (1977, v. 1, p. 121-123) y Torres Martínez (1988).

¹² Parece que Mateo de Brizuela no era totalmente ciego, sino que tenía poca vista, por lo que no se puede descartar que hubiera casos de ciegos fingidos (CÁTEDRA, 2002, p. 43-44). Del mismo modo, es posible que algunos pliegos de cordel que respondan a la autoría de un *privado de la vista corporal* no fueran compuestos realmente por invidentes, cosa que puede ser interpretada como una estrategia comercial, puesto que anunciar que un impreso había sido creado por un ciego otorgaba a dicho producto un carácter místico y especial.

¹³ Un buen ejemplo de utilización de abundantes fuentes literarias lo hallamos en Caro Baroja (1990, p. 43-83). Asimismo, encontraremos algunos pasajes de ficción en Rodríguez-Moñino (1997, p. 85-125).

que acompañe un pliego suelto han de ser entendidos como documentos que nos hablan acerca de nuestro objeto de estudio.

Precisamente, la conjunción de fuentes literarias y judiciales es lo que permite a Cátedra (2002, p. 113; 134-135) situar el momento de nacimiento de lo que él denomina “subcultura del ciego” en la segunda mitad del siglo XVI, años en los que los invidentes ya se atribuyen la difusión de materiales menores. Por ejemplo, explica que el ciego representado en la *Farsa del molinero*, de Diego Sánchez de Badajoz, es distinto a los ciegos rezadores y mendigos que aparecen en obras como el *Lazarillo*, puesto que el primero, a diferencia de los segundos, parece que ya es un vendedor ambulante especializado en la venta de impresos. Cátedra sostiene que los ciegos se hicieron con el control de buena parte de este negocio gracias a la crisis que la librería ambulante padecía en ese momento:

La falta, por un lado, de consistencia de la organización arbórea o piramidal de las redes de vendedores de libros, y, por otro, la probable falta de “profesionalidad” itinerante explicaría en España la progresiva desaparición de la librería ambulante. Y, al tiempo, nos explicaríamos también cómo una organización que tampoco era familiar ni se organizaba en los ámbitos rurales, pero que sí se asentaba, sin embargo, sobre las bases de una solidaridad gremial como la que muy pronto adquieren los ciegos y, al tiempo, estaba curtida en la itinerancia, que será la característica más destacada y fructífera de las bases de la venta ambulante, viene a ocupar pronto el lugar de los libreros (CÁTEDRA, 2002, p. 197).

Más allá de la hipótesis sobre el surgimiento de la subcultura del ciego, el principal atractivo de la monografía de Cátedra consiste en abarcar – como el propio título indica – en un mismo estudio los procesos de invención, difusión y recepción de la literatura popular. Como hemos visto, los pocos trabajos sobre ciegos copleros que le precedieron, al ofrecer una relación y un análisis de las obras de un ciego determinado, priorizan la primera de estas tres dimensiones. Además, este tipo de aproximación ofrece una mirada que podemos calificar de “estática”, dado que se adentra en las obras de los poetas en tanto que productos cerrados y acabados, en su versión impresa definitiva. En cambio, los legajos concernientes a la persecución del *Caso admirable y espantoso* contienen una serie de informaciones que permiten a Cátedra desplegar una visión “dinámica” – y, por tanto, más cercana a la realidad – del proceso de invención de la literatura de cordel. Mateo de Brizuela partió de los rumores que circulaban en la localidad de Martín Muñoz de las Posadas para elaborar su libelo tremendista, al que daría su forma definitiva “amoldándolo a una serie de esquemas caracterizadores, a una relación de causas y efectos, inventando nuevos personajes para alargarlo”. Además, en una primera fase, el ruiseñor popular compuso las coplas a través de un método memorístico (CÁTEDRA, 2002, p. 56-60; 79-80).

Las informaciones aportadas por Cátedra en torno al proceso de invención ejecutado por los ciegos autores son de capital importancia debido a lo complicado que resulta hallar referencias sobre dicho proceso. Partiendo de su monografía, parece que la creación de los romances se basaba en la memorización y en la recitación, elementos intrínsecos de la cultura del ciego, como queda patente en los contratos de aprendizaje de los ciegos oracioneros (Cfr. MARCOS ÁLVAREZ, 2001; GOMIS COLOMA, 2010, p. 314-317). Podemos suponer que las composiciones adquirirían la forma escrita definitiva a través de la figura de un intermediario, verbigracia, un lazarillo, la esposa del ciego en cuestión – si es que esta no era invidente también – o un impresor, entre otros.

Como digo, Cátedra también atiende los planos de la difusión y la recepción de la literatura de cordel, haciendo hincapié en la rapidez con la que se propagó el *Caso admirable y espantoso* por diferentes puntos de la Península, lo que es una muestra del fuerte impacto que tuvo la cultura escrita en el siglo XVI. En este orden de cosas, los oyentes y lectores que tuvieron noticia del romance pertenecían a un amplio abanico social: caballeros, juristas y artesanos, entre otros, lo leyeron tanto individual como colectivamente, siendo la calle el espacio de recepción preferente (CÁTEDRA, 2002, p. 55-98).

Como ha podido comprobarse, el trabajo de Pedro M. Cátedra tiene el valor de poner en conexión el estudio de la obra de los copleros autores con la investigación del rol que desempeñó el ciego callejero como difusor de menudencias de imprenta, algo en lo que han incidido aquellos que se han interesado por una vertiente fundamental de la cultura del ciego: las hermandades o cofradías gremiales, que existieron, al menos, en las siguientes ciudades: Madrid, Valencia, Barcelona, Toledo, Murcia, Zaragoza, Sevilla, Granada, Córdoba y Cádiz¹⁴.

¹⁴ Jean-François Botrel (1993, p. 21) constató la existencia de la cofradía de Toledo. Sobre el caso de la hermandad de Murcia – fundada en 1588 – véase Díaz Cassou (1897, p. 10-14). Para los casos de Zaragoza, Sevilla, Granada, Córdoba y Cádiz, véase Gomis Coloma (2010, p. 322; 324-325; 336-337; 449-453).

2. Las hermandades de ciegos y la difusión de las menudencias de imprenta

El iniciador de los estudios sobre las hermandades o cofradías de ciegos y acerca del papel que cumplieron estos en la difusión de las menudencias de imprenta es el hispanista francés Jean-François Botrel (1973; 1974), quien a principios de los años setenta del pasado siglo publicó dos artículos cruciales para esta materia¹⁵. Con todo, su aportación tiene un antecedente de gran importancia, un trabajo del historiador y archivero Cristóbal Espejo (1925) firmado unos cincuenta años antes, en el que analiza el conflicto suscitado entre la hermandad de ciegos de Madrid y los libreros e impresores de esta ciudad a lo largo de un dilatado período de tiempo (1680-1755). A pesar de ser fundamentalmente un resumen o recopilación de los pasajes más importantes de los papeles que se derivaron del pleito (algo, por otra parte, acorde a la historiografía de su momento, basada en el culto al documento escrito), tiene el mérito de ser el primer estudio dedicado específicamente al tema del ciego callejero, además de sacar a la luz una valiosa documentación judicial, un tipo de fuente que, como he explicado más arriba, es fundamental para este campo de investigación.

Por tanto, Cristóbal Espejo aborda una de las vertientes de las hermandades de ciegos: su deseo de controlar la distribución de los materiales menores, cosa que originó conflictos entre aquellas y otros agentes de la cultura escrita, los libreros e impresores. En concreto, el pleito que promovió la congregación de invidentes ante la Sala de Alcaldes de Casa y Corte giró en torno a los siguientes aspectos: la calidad del papel de las mercancías, el precio de las mismas y su hora de entrega. Es plausible que los archivos españoles acojan entre sus fondos otros procesos judiciales similares, referidos a diferentes ciudades. De hecho, como explicaré más abajo, Juan Gomis Coloma ha rescatado en su tesis doctoral los legajos correspondientes al enfrentamiento entre los ciegos oracioneros de Valencia y los libreros e impresores de la ciudad.

Solo dos años después del artículo de Cristóbal Espejo, la misma revista que publicó su artículo dio cobijo a una mínima aportación de José Gavira (1927), titulada "La Hermandad de Ciegos de Madrid", que, si bien tiene una cortísima extensión, destaca por plantear una idea que posteriormente fue tomada y desarrollada ampliamente por Botrel y Gomis: la de los ciegos como "una clase aristocrática dentro de la pobreza". Esta idea es interesante, pues conduce a plantear la complejidad que implica el ciego desde el punto de vista social: sería erróneo pensar que la totalidad de este colectivo se situaba en el ámbito de la pobreza y en los márgenes sociales, dado que hay numerosos ejemplos que demuestran que algunos de ellos gozaron de una situación económica holgada.

Como digo, a pesar del antecedente que supone Cristóbal Espejo, el padre de los estudios sobre las cofradías de ciegos es Jean-François Botrel, quien puso el foco de atención en la Hermandad de Nuestra Señora de la Visitación, institución de carácter gremial en la que se agruparon algunos ciegos de Madrid entre 1581 y 1836. La idea de más calado lanzada por el hispanista francés consiste en considerar a estas instituciones como "colaboradoras objetivas del poder" respecto al control de la mendicidad y a la circulación de los materiales menores. Por un lado, las autoridades vieron en ellas unos medios adecuados para encauzar en unas instituciones legalmente reconocidas a un colectivo que, debido a su discapacidad física, era especialmente susceptible a la exclusión social. Por otro lado, si el monopolio de la venta callejera de calendarios, pronósticos, almanaques, relaciones de sucesos, gacetas y otros impresos baratos recaía en un reducido número de hombres identificados por las autoridades (a la altura de 1767 la hermandad estaba compuesta por 26 miembros), estas verían facilitado el control de dichos productos, que a lo largo de toda la Edad Moderna resultaron ser muy esquivos. Así, en 1727 los ciegos de Nuestra Señora de la Visitación obtuvieron el privilegio privativo de la venta callejera de "las gacetas y demás papeles curiosos", real resolución que fue apuntalada con otra de 1739, que pretendía repartir esta actividad entre los ciegos y los retaceros: los primeros podrían comercializar los impresos de no más de cuatro hojas, mientras que los segundos acapararían el negocio de los productos que superasen las cuatro hojas y no excediesen los cuatro pliegos (BOTREL, 1993, p. 30; 48-49).

Este planteamiento es importante, entre otras cosas, porque abre una nueva manera de abordar la cuestión de los mecanismos que adoptaron las autoridades de la España Moderna para tratar de controlar los efímeros. Gracias al estudio de Botrel sabemos que estas medidas no se limitaron a las disposiciones legislativas¹⁶ y a las

¹⁵ En el presente artículo manejo la traducción española de ambos trabajos, publicada en 1993.

¹⁶ Cfr. Reyes Gómez (1997). Véanse, entre otras, las disposiciones legislativas de los años 1627, 1705, 1707, 1709, 1722 y 1748, que insistían una y otra vez en que todos los impresos, incluidos los de pequeño formato y reducido número de páginas, debían contar con licencia previa.

actuaciones judiciales, sino que también hay que considerar la concesión de privilegios a las hermandades de ciegos.

Aun reconociendo la validez de la idea que defiende una visión de las cofradías de ciegos como “colaboradoras objetivas del poder”, creo que una lectura superficial y poco atenta de los artículos de Botrel puede originar interpretaciones equivocadas. Ciertamente, hubo una confluencia de intereses entre las autoridades del Antiguo Régimen y los ciegos, puesto que las primeras vieron en los segundos un instrumento que les ayudaría en la tarea de control de las menudencias – de otra manera, no se entienden los privilegios mencionados –, mientras que los invidentes se aseguraban el sustento a través de este lucrativo y estable negocio. No obstante, asumir este cuadro general sin atender a los detalles tiene el riesgo de ver una relación armoniosa entre el poder y los ciegos, cuando en realidad los segundos fueron en muchas ocasiones objeto de persecuciones como consecuencia, precisamente, de su papel como difusores de literatura de cordel.

Por ejemplo, el ciego Gregorio Álvarez, alias Carvallo, tuvo problemas con las autoridades, como mínimo, en cuatro ocasiones. En 1731 pasó algunos días en la Cárcel Real a raíz de su implicación en la difusión de una *Sátira graciosa y entretenida*, que, además de carecer de la licencia de impresión, atentaba contra la honra de las Compañías de Representantes Cómicos de Madrid (AHN, Consejos, leg. 51630, exp. 1). Cuatro años más tarde, volvió a estar encarcelado durante aproximadamente un mes y medio debido a la denuncia presentada por Diego de Torres Villarreal ante el Consejo, en la que el autor más afamado de piscatores afirmaba que Carvallo fue el responsable de una reimpresión contrahecha de uno de sus pronósticos (AHN, Consejos, leg. 51629, exp. 27). En 1746 José de Bustamante y Loyola, juez de imprentas, abrió una investigación con motivo de dos papeles, *El Patán de Carabanchel* y *Expresión filial*. El ciego Francisco Villalobos mandó imprimir en Valladolid el primero de ellos y compró dos manos del segundo a Gregorio Álvarez, quien, según se decía, lo había comprado a un forastero (AHN, Consejos, leg. 51630, exp. 11)¹⁷. Por último, en 1753 la Inquisición puso sus ojos en Carvallo, quien fue sometido a un proceso de fe por la producción y distribución de una relación de sucesos blasfema (AHN, Inquisición, leg. 3733).

En efecto, los ciegos callejeros colaboraron con el poder, pero esto no quiere decir que en los mismos no hallemos actitudes transgresoras en el ejercicio de su profesión. En los archivos encontraremos otros casos similares al de Gregorio Álvarez, por lo que en los próximos años debemos acudir a ellos para llegar a tener un conocimiento lo más completo posible sobre este problema.

Junto con la teoría de las hermandades como colaboradoras objetivas del poder, el aspecto más destacado de la aportación de Botrel consiste en situar a los ciegos callejeros en el “circuito específico de la comunicación social y en el de la información en particular”, de tal manera que son descritos como “profesionales de la información” que ejercen una “función de intermediario activo en el proceso de la información” (BOTREL, 1993, p. 100-101; 144; 147). Como he indicado, Cristóbal Espejo, en su trabajo sobre el conflicto entre ciegos e impresores desarrollado entre finales del siglo XVII y la primera mitad del siglo XVIII no atiende esta vertiente, sino que concluye que “la lucha de clases, de situaciones, y sobre todo de intereses materiales, es lo capital en el mismo” (ESPEJO, 1925, p. 232). En cambio, uno de los dos artículos de Botrel de principios de los setenta está centrado en esa cuestión. Además, en un trabajo posterior, se refiere a los ciegos como “profesionales de la clandestinidad”, puesto que no se dedicaron únicamente a difundir información oficial, sino que en muchos casos hicieron llegar al público información paralela o contrapropaganda (BOTREL, 1979), algo que entronca con lo que comentaba más arriba acerca de la relación ambivalente que mantuvieron con las autoridades.

Pienso que es precisamente la dimensión del ciego callejero como mediador cultural – entre los textos escritos y los lectores u oyentes – la que nos ayudará a entender el rol que tuvieron en la sociedad durante varios siglos. Para avanzar en dicha noción, es necesario el diálogo de la Historia de la cultura escrita con la Historia de la comunicación tal y como es definida por el historiador norteamericano Robert Darnton (2010, p. 117-121; 2014, p. 139), quien defiende ir de la Historia del libro y de la lectura a la “historia social y cultural de la comunicación por medio de la imprenta”, lo que le lleva a proponer un modelo general de estudio caracterizado como un circuito de comunicación formado por varios elementos interrelacionados todos entre sí, cuyos extremos son el autor y el lector, entre los que hay estratos intermedios: el editor, el impresor, el distribuidor a gran escala, el librero y el vendedor callejero.

En concreto, es preciso estudiar en profundidad cómo ejerció esa función mediadora en el espacio público. ¿Qué papel desempeñaron en el contexto de circulación de la escritura entre los siglos XVI y XIX? ¿En qué lugares

¹⁷ Estos legajos son empleados por Botrel (1993, p. 99-148).

ejercían su actividad? ¿Cómo era su *performance*? ¿Qué herramientas retóricas empleaban para atraer a su público potencial? ¿Cómo adaptaban sus obras a los diferentes lugares y públicos? No cabe duda de lo arduo que resulta reconstruir cómo actuaban los ciegos en la calle, pero no se trata de algo imposible. Los procesos judiciales suelen contener ricas referencias al acto comunicativo que protagonizaron, información que debe ser completada necesariamente con las fuentes literarias¹⁸ y con las iconográficas. Respecto a estas últimas, piénsese – por ejemplo – en los muchos grabados de los siglos XVIII y XIX que recogen el tema del ruiseñor popular, como es el caso de una estampa que representa a dos ciegos jacareros rodeados de un grupo nutrido de hombres, mujeres y niños que escuchan atentos el romance entonado por aquellos junto a la puerta de una taberna, siendo especialmente interesante que la recitación del texto y la venta del mismo se producen al mismo tiempo (ver imagen I).

En este orden de cosas, como apuntaba en el anterior epígrafe, Natascha Würzbach, para definir el género literario de las *street ballad* – el equivalente inglés de los pliegos sueltos –, no solo toma en consideración los rasgos textuales sino que también se refiere a los aspectos comunicativos y a los factores socioculturales:

El texto del pliego era cantado o recitado mientras la copia impresa estaba siendo vendida, y esta distribución en la calle, en el mercado, en la taberna o en la feria, y no mediante los canales habituales para los libros, es un factor muy considerable de las *street ballad* (WÜRZBACH, 2011, p. 2).

En concreto, el rasgo esencial del acto comunicativo de estos textos viene dado por la presencia del cantor callejero (*balladmonger*), que se erige en intermediario entre el autor del pliego y el público, de modo que el medio de transmisión no está limitado al material impreso (WÜRZBACH, 2011, p. 29).

¹⁸ Merece la pena presentar el siguiente pasaje, ejemplo de la importancia que tienen las fuentes literarias para estudiar la *performance* de los ciegos: “Divertido me fui detrás de este caballero y en la primera iglesia que entró dio limosna a las demandas de la puerta, y después de haber hecho oración y postrado, besado la tierra (imitándole los suyos), se fue por otra puerta, dando alivio a las necesidades que veía; de este modo iba, y yo me detuve a oír a un ciego que con una voz parda y grave, rezaba (como quien con tristeza canta), este romance (...). Ríense los camaradas, y dice el uno: «La devoción quita este ciego cuando pide por las calles, pues da unas voces con que espanta el sosiego de las casas.» «El pobre – dice otro – ha de pedir con tono bajo» (...). Llegan donde un ciego está echando de repente, y glosando algunos pies que le dan; lléguese un sacerdote al ciego y viendo que escucha tanto perdido, procurando avisar que hay muerte e infierno, adelantándole la limosna al ciego, le dice que glose esta quintilla (...). Unos alabaron la glosa por ser tan del tiempo, otros rindieron estimaciones al autor del pie, y otros se entristecieron, mostrándolo en los ojos; y otros amigotes perdidos empezaron a murmurar: el uno dijo que aquel pie era muy viejo y lo glosado no valía nada; otro, que él lo había leído en unas coplas (SANTOS, 1976, p. 316-317; 328-330).



Imagen 1. *Ciegos Xacareros* (1820-1825), Ayuntamiento de Madrid, Museo de Historia de Madrid.

En este sentido, Pura Fernández (2000), en un trabajo en el que expuso la situación que vivieron los ciegos callejeros de Madrid en el siglo XIX, habló con acierto de la “naturaleza mestiza del acto comunicativo (oral, textual e iconográfico)” de los ruseñores populares. Esto es, estamos ante una actividad que puede ser calificada de multimedia, puesto que las representaciones ejecutadas por los *privados de la vista corporal* eran el resultado de una conjunción de elementos. Los escritos comercializados eran recitados o cantados, normalmente con acompañamiento musical. Incluso, en ocasiones, desde el Ochocientos, la escena estaba acompañada de un cartel ilustrado de dimensiones considerables que narraba algunos de los acontecimientos expuestos por el ciego¹⁹.

Más allá de esta interesante referencia al acto comunicativo, el artículo de Pura Fernández explica qué sucedió con los ciegos callejeros en los años inmediatamente anteriores a la disolución de la Hermandad de Nuestra Señora de la Visitación (decretada el 1 de enero de 1836) y, sobre todo, durante los decenios decimonónicos posteriores. A partir de los expedientes conservados en el Archivo de Villa y de otra documentación demuestra que los miembros de la fenecida cofradía continuaron actuando durante varios años como un grupo de presión. Además, un elevado número de ciegos solicitó las licencias para comercializar materiales menores, obligatorias desde aquel año. Por tanto, a pesar de la desaparición de las hermandades de ciegos, estos, como colectivo social, siguieron ocupando un lugar importante en la difusión de las menudencias de imprenta. En este orden de cosas,

¹⁹ Para la cuestión de los carteles que portaban los ciegos, puede consultarse el artículo de Baroja (1947).

desde una perspectiva de larga duración y comparativa, es necesario estudiar en el futuro las diferencias y los puntos en común entre los ciegos callejeros y los vendedores de periódicos de los siglos XIX y XX²⁰.

Si dejamos a un lado la pequeña aportación de Pura Fernández, el continuador de la línea establecida por Botrel es Juan Gomis Coloma (2010), quien en su tesis doctoral sobre las menudencias de imprenta de la Valencia del siglo XVIII dedicó dos extensos capítulos a la Vera Creu, la hermandad de ciegos de esta ciudad. Dicha tesis ofrece un cuadro completo acerca de la literatura de cordel dieciochesca, puesto que no se limita únicamente a analizar el contenido de los impresos, sino que atiende a otros niveles que son igualmente importantes para comprender este fenómeno en toda su extensión: la producción, la distribución y la recepción. El primero de estos niveles es abordado a través de la figura de Agustín Laborda y Campo, el impresor de pliegos más importante de la España del Setecientos. La cuestión de la difusión de la literatura popular, como digo, es estudiada a partir del análisis de la labor desempeñada por la cofradía de Valencia. Finalmente, el autor dedica un capítulo a la recepción de la literatura de cordel, uno de los temas que plantea más dificultades a los investigadores. Gomis es capaz de situar el problema del ciego callejero en este esquema general, de tal manera que no es percibido de un modo aislado, sino como algo que tiene relaciones mutuas con otros elementos de la Historia de la cultura escrita.

Esta notable aportación al estudio del ciego difusor de menudencias está asentada en un exhaustivo tratamiento de las fuentes, tanto literarias como, fundamentalmente, de archivo. Precisamente, el valor de la tesis de Gomis viene determinado, entre otras cosas, por la utilización de un conjunto de fuentes procedentes de un considerable número de archivos. De hecho, un estudio en profundidad del fenómeno del ciego callejero requiere del recurso a fondos documentales albergados en una amplia gama de instituciones, aspecto que explica en gran medida la escasez de trabajos sobre esta temática.

Dejando a un lado la cuestión de las fuentes, la obra de Gomis enlaza con el artículo pionero de Cristóbal Espejo, dado que otorga una gran importancia a los conflictos suscitados entre los ciegos, por un lado, y los libreros e impresores, por otro. El primer enfrentamiento contra varios libreros e impresores de la ciudad – entre los que se encontraba el mencionado Agustín Laborda – se produjo entre 1749 y 1750 a raíz de la falta de cumplimiento por parte de estos del privilegio privativo para la venta ambulante de menudencias otorgado en 1748 a la Vera Creu. Los ciegos consiguieron una sentencia favorable, lo que no evitó un segundo conflicto unos años más tarde (1765-1767), que en esta ocasión estuvo focalizado en los impresores Agustín Laborda y Cosme Granja debido a su incumplimiento de la anterior resolución. En este caso, aunque en un primer momento la justicia estuvo a favor de los ciegos, estos no pudieron escapar de la coyuntura desfavorable que por aquellos momentos estaban padeciendo las organizaciones gremiales (se había decretado la supresión de todas las hermandades gremiales de la Corte), de tal modo que en 1767 se produjo el fin del citado monopolio por real orden (GOMIS COLOMA, 2010, p. 345-366; 379-398).

Juan Gomis (2010, p. 393-428) es capaz de percibir la nueva etapa que se abrió a partir de ese momento: las autoridades permitieron que los ciegos continuaran difundiendo impresos baratos, pero no lo harían en régimen de monopolio ni como integrantes de una corporación, sino como ciudadanos minusválidos y teóricamente míseros. Además, explica que a pesar de ser tiempos difíciles para la hermandad, esta supo adaptarse con éxito a la situación, dado que eliminó la competencia de los “falsos pobres y estropeados” y de los libreros.

Además de ser deudor del trabajo de Cristóbal Espejo, Gomis sigue la teoría de las hermandades de ciegos como “colaboradoras objetivas del poder”, formulada, como he señalado, por Botrel. Desarrolla esta idea, sobre todo, a partir de un caso ocurrido a principios del siglo XIX en la ciudad de Cádiz. En 1811 el “ciego, sordo y quebrado de ambas ingles” Juan Gilarte fue interrogado a raíz de la persecución decretada por el Consejo de Regencia contra una relación de sucesos falsa que narraba la toma de Badajoz por parte de los españoles. Según Gomis, el fiscal pidió responsabilidades políticas al dirigente de la hermandad gaditana al plantear la siguiente pregunta: “dónde existe el capataz de los ciegos, si este los abona a todos y cómo se llama”. Así, la existencia de este tipo de organizaciones permitía a las autoridades identificar con más facilidad a los difusores de menudencias; además, eran “un primer filtro de supervisión sobre la licitud de los textos vendidos por sus miembros”, a la vez que sus

²⁰ Sobre la venta callejera de periódicos en la España contemporánea, véase Rodríguez-Infiesta (2011).

dirigentes se convertían en los “primeros censores contra impresos prohibidos” (GOMIS COLOMA, 2010, p. 449-453)²¹.

La tesis de las hermandades de ciegos como corporaciones “colaboradoras” del poder explica por qué las autoridades otorgaron a este tipo de instituciones el lucrativo y estable negocio de la venta callejera de los materiales menores. En este orden de cosas – tal y como señala Gomis –, es necesario dilucidar si hacia mediados del siglo XVIII el Estado emprendió un plan general para todo el territorio nacional, algo plausible si tenemos en cuenta que dicho privilegio fue otorgado en los años 1727 y 1748 a las cofradías de Madrid y Valencia, respectivamente.

Por otro lado, el caso de Cádiz descrito por Juan Gomis nos lleva a plantear otra de las cuestiones fundamentales que deberán ser atendidas en profundidad por las investigaciones venideras: la posición ocupada por los ciegos en los procesos de configuración de la opinión pública. En particular, resulta especialmente estimulante preguntarse por el período de la temprana Edad Moderna, puesto que de esta manera puede realizarse una contribución interesante al debate surgido en torno a la revisión de las tesis habermasianas. En este sentido, Massimo Rospocher (2010) propone un modelo que supera la oposición establecida por Jürgen Habermas entre censura y opinión pública. Al estudiar la poesía como lenguaje de comunicación política en los espacios públicos de ciudades italianas renacentistas, ha constatado que, por un lado, los sujetos políticos trataban de ejercer un control sobre la circulación de noticias y opiniones vistas como peligrosas para el devenir de las instituciones; pero, por otro lado, intentaban promover las opiniones que favorecían a los gobernantes para así crear un *consensus populi* en la esfera pública. En concreto, los *cantimbanchi* – como se llamaba a los copleros en Italia – ejercieron una gran influencia en la opinión pública de su tiempo por su papel de difusores de noticias sobre las guerras de Italia de la primera mitad del siglo XVI (SALZBERG; ROSPOCHER, 2012)²². Respecto a los ciegos españoles, contamos con algunos indicios que apuntan a esta misma dirección, como es el caso de uno de los pliegos de Gaspar de la Cintera, un poema sobre la rebelión de los moriscos, que fue un elemento de propaganda política de la monarquía de Felipe II en un contexto anti-islámico (CHICHARRO CHAMORRO, 1997; SÁNCHEZ PÉREZ, 2003, p. 91-104)²³.

Además de seguir la línea marcada por Cristóbal Espejo y de corroborar la tesis de Botrel, Gomis plantea la siguiente hipótesis fundamental: hubo dos modelos de cofradías de ciegos en la España Moderna. Por un lado, aquellas que a la actividad del rezo de oraciones (desarrollada desde el siglo XIV) incorporaron la venta de menudencias de imprenta²⁴. El ejemplo paradigmático de este tipo de organización fue la Hermandad de Nuestra Señora de la Visitación de Madrid, siendo la de Valencia una de las cofradías pertenecientes a este grupo. Por otro lado, la cofradía del Sant Esperit de Barcelona nunca asumió como actividad corporativa la venta ambulante de impresos baratos, dedicándose exclusivamente al recitado de oraciones, lo que no fue óbice para que algunos de sus miembros se dedicaran a comercializar estos materiales, algo que, por otra parte, estaba prohibido – al menos en el siglo XVIII – en el seno de esta corporación. En los próximos años, es necesario dilucidar si hubo otros casos similares al de la hermandad barcelonesa o si, por el contrario, esta constituyó una excepción en el panorama de los gremios de ciegos.

La iniciativa de intentar controlar la venta de las menudencias no siempre correspondió a los ciegos organizados en una hermandad, sino que, en algunas ocasiones, dicha iniciativa fue tomada por invidentes que actuaron al margen de cualquier corporación, como demuestra un expediente inédito conservado en el Archivo

²¹ Este expediente permitió a Juan Gomis constatar la existencia de una hermandad de ciegos de Cádiz, algo desconocido hasta ese momento. Pero, ¿cuándo nació este gremio? Un expediente inédito conservado en el Archivo Histórico Nacional permite aportar nuevos datos al respecto, aunque no definitivos. En 1754 un ciego de Madrid llamado Francisco Berdugo solicitó permiso al Consejo de Castilla para crear una hermandad en Cádiz “según y cómo está en esta Corte”, petición que fue concedida el 18 de mayo de ese año. No obstante, aún no se ha hallado ninguna referencia que acredite que Berdugo ejecutara su pretensión. Por otra parte, Ricardo Wall, primer secretario de Estado, aludió a la “Comunidad de pobres ciegos de la vista corporal” de Cádiz en un informe de 1763 suscitado a raíz del enfrentamiento entre los ciegos *menudencieros* y el librero Salvador Sánchez, pero no sabemos si con esta expresión se refería a todos los invidentes que vendían papeles por las calles o a una cofradía determinada (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, fol. 23 y sin foliar).

²² También han hablado de una opinión pública en la temprana Edad Moderna David Zaret (2000); Antonio Castillo Gómez (2005; 2016); Carmen Espejo Cala (2012); Michele Olivari (2014); entre otros.

²³ Dicho pliego se titula *Aquí se contiene cierta confesión que el ilustre señor licenciado Lope de Montenegro Sarmiento, oidor del Consejo y Chancillería de Granada, le tomó a Brianda Pérez, amiga y mujer que fue del primer reyecillo don Fernando de Valor; la cual, siendo preguntada, descubrió grandes y extraños secretos que los moros de este reino tenían para su rebelión y alzamiento* (1571).

²⁴ El tema del ciego rezador ha sido tratado por Marcos Álvarez (2001).

Histórico Nacional. Así, en 1750 los ciegos Antonio Aguilar y su esposa, Agustina de Quirós, vecinos de Cádiz, solicitaron al Consejo de Castilla el privilegio privativo de la venta de gacetas y mercurios para la ciudad andaluza. Tras el informe favorable realizado por el gobernador del lugar, Juan de Villalba y Angulo, el Consejo les otorgó el monopolio el 16 de mayo de ese año (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, fol. 1 y 5-10). Dos años más tarde, una ciega residente en Madrid llamada Josefa Manuela Rodríguez de Quirós (probablemente, familiar de la anterior), animada por el éxito de aquellos, solicitó idéntico privilegio, pero esta vez para ser ejercido en la ciudad de Sevilla, cosa que le concedieron el 15 de marzo de 1752 (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, fol. 11).

No obstante, los tres ciegos disfrutaron de este privilegio durante muy poco tiempo, puesto que fue revocado por el Consejo en el contexto de las luchas que mantuvieron tanto con otros ciegos como con algunos impresores y libreros. A raíz del enfrentamiento suscitado entre Josefa Manuela y el ciego de Sevilla Pedro Salvador Díaz de la Peña – que decía ostentar “de muchos años a esta parte” la facultad de vender las gacetas en dicho territorio –, el 7 de septiembre de 1752 el Consejo determinó que cualquier persona sin vista podría desempeñar esa tarea (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, fol. 15-19). En la misma línea, Antonio Aguilar y Agustina de Quirós perdieron el monopolio con motivo de una queja presentada contra ellos en 1755 por once ciegos de Cádiz, quienes se erigían como los legítimos detentadores de la tarea de distribuir impresos menores (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, sin foliar).

Ese mismo año, Antonio Aguilar y Agustina de Quirós denunciaron ante el Consejo que el impresor Manuel Espinosa de los Monteros, en contravención del privilegio de 16 de mayo de 1750, vendía el *Mercurio Histórico y Político*. La máxima autoridad estatal, en consonancia con lo codificado en 1727, repartió el negocio de este producto de la siguiente manera: el impresor tendría el privilegio de venta en tiendas, mientras que la difusión callejera correspondería a los ciegos de la ciudad (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, fol. 33-46). Del mismo modo, en 1763 el Consejo determinó que el librero de Cádiz Salvador Sánchez podía vender en su establecimiento las gacetas y otros materiales, si bien los ciegos tendrían permiso para expenderlos por las calles (AHN, Consejos, leg. 5528, exp. 5, sin foliar).

El estudio en profundidad de las hermandades de ciegos españolas debe ir acompañado de un estudio comparativo entre estas y las cofradías de invidentes que existieron en otras partes de Europa, para así establecer las posibles semejanzas y diferencias entre unas y otras. Por ejemplo, la Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos de Lisboa – sita en la iglesia de São Jorge y posteriormente en la de São Martinho – parece tener varios rasgos en común con las corporaciones de Madrid y de Valencia, puesto que gozó del privilegio privativo de la venta callejera de las menudencias al menos desde el siglo XVIII (ROMEIRAS AMANDO, 2014). Además, la Irmandade se enfrentó a los libreros de la ciudad por la comercialización de los impresos (1763-1766), de modo que finalmente estos acapararon la venta de los productos que superaran el formato cuarto, mientras que para los ciegos quedarían los pliegos que no sobrepasaran ese tamaño, además de poder distribuir cualquier libro usado (GUEDES, 1987, p. 259-275; GONÇALVES MATTA, 2011, p. 103).

Por otro lado, en los siglos XVI y XVII algunos ciegos estaban integrados en la cofradía de músicos de la localidad francesa de Sarrant, llamada Notre-Dame de la Visitation. Los músicos de Sarrant amenizaban las fiestas públicas y privadas de diversos lugares, puesto que tenían un carácter itinerante, siendo España uno de los sitios que visitaron. A diferencia de lo que ocurría con la mayoría de las hermandades de la Península Ibérica, no hay constancia de un intento de control de la distribución de las menudencias de imprenta por parte de esta cofradía, si bien no hay que descartar que sus integrantes ejercieran esta actividad en algún momento (GILARD-FITO, 2002)²⁵.

El fenómeno de las hermandades de ciegos estuvo muy extendido en Italia, donde se fundaron varias corporaciones de invidentes durante la baja Edad Media y a lo largo de la temprana Edad Moderna: Génova (1299), Venecia (1315), Florencia (1324), Padua (1358), Milán (1471), Bolonia (c. 1540) y Roma (c. 1595). La música ocupaba un lugar central en estas instituciones de carácter asistencial dedicadas al canto y al rezo de oraciones, actividad que intentaron controlar en algunos casos (CARNELOS, 2016, p. 1-4).

En Ucrania, los músicos ciegos estaban organizados en cofradías gremiales dedicadas al canto y recitado de un conjunto variado de géneros populares (composiciones religiosas, canciones históricas, versos burlescos...), pero, a diferencia de lo que solía ocurrir en el caso español, no se dedicaron a la venta de materiales escritos. Además, aunque también ejecutaban su *performance* en la calle, parece que las casas de los particulares fueron uno de los lugares privilegiados de sus actuaciones, algo que no se produjo en España. Por lo demás, los ciegos

²⁵ Agradezco a Juan Gomis Coloma que me informara de la existencia de esta referencia bibliográfica.

ucranianos guardan muchas similitudes con los peninsulares, puesto que también otorgaron una gran importancia al período de aprendizaje de su profesión y la movilidad geográfica fue uno de sus rasgos esenciales (KONONENKO, 1998).

Por el momento, no tenemos constancia de la existencia de hermandades de ciegos en el Nuevo Mundo, si bien sí contamos con algunos indicios que nos hablan, como mínimo, de la actividad que ejercieron como difusores de menudencias algunos *privados de la vista corporal* al margen de un marco corporativo. Por ejemplo, gracias a un proceso inquisitorial, sabemos que en el México del siglo XVI un ciego iba de un pueblo a otro “vendiendo unos papeles impresos de los cuatro evangelios”, a los que otorgaba un poder taumatúrgico (CASTILLO GÓMEZ, 2016, p. 126-127). Asimismo, hay huellas de una cultura del ciego en la América colonial que se refieren a finales del siglo XVIII, puesto que hacia 1792 el ciego Felipe Viduera – natural de Viana del Bollo (obispado de Astorga) – estuvo temporalmente en México pidiendo limosna, lugar al que solicitó viajar de nuevo desde España en 1795, algo que también hizo otro ciego español, Francisco Escudero, quien, presumiblemente, pretendía seguir los pasos de aquel, pero ambas licencias de embarque fueron denegadas por las autoridades (Archivo General de Indias, México, leg. 2496, n. 106, fol. 1124-1127; n. 109, fol. 1151-1152).

Por tanto, el fenómeno del ciego callejero y, en concreto, de las cofradías que canalizaron su actividad profesional, no es algo exclusivo del territorio español. Evidentemente, como ha podido comprobarse en el mínimo esbozo que he presentado, en cada uno de los territorios existieron particularidades que no deben soslayarse y que, a buen seguro, están relacionadas con aspectos generales como, por ejemplo, el grado de desarrollo de la imprenta, los niveles de alfabetización, la fortaleza de los gremios de libreros e impresores y el nivel de organización de la venta ambulante de impresos.

Conclusión

En resumen, sobre la base de las escasas pero valiosas investigaciones que se han realizado hasta el momento, el tema del ciego callejero de la España Moderna debe ocupar en los próximos años un lugar importante en el campo de la Historia de la cultura escrita. Aunque las dos líneas de investigación desarrolladas hasta ahora no deben ser vistas como antagónicas o excluyentes, considero que deben potenciarse especialmente los estudios que se interesan por las hermandades de ciegos y por el papel que estos desempeñaron como difusores de menudencias de imprenta y, por tanto, como mediadores culturales. No cabe duda de lo complicado que resulta esta tarea, fundamentalmente debido a la dificultad que entraña la búsqueda de las fuentes de archivo que nos hablan de los *privados de la vista corporal*. No obstante, merece la pena intentarlo, puesto que así podremos conocer mejor un problema histórico sugerente y estimulante.

Referencias bibliográficas

- ALONSO CANTARINO, Mauricio. *El organista ciego de Felipe II (Antonio Cabezón)*. Madrid: Villena, 1977.
- BARCELÓ JIMÉNEZ, Juan. Un poeta y coplero murciano del siglo XVI: Francisco González de Figueroa. *Murgetana*, nº 48, p. 5-28, 1977. Disponible en: <http://www.regmurcia.com/docs/murgetana/N048/N048_001.pdf>. Acceso: 3 abr 2016.
- BAROJA, Pío. Carteles de feria y literatura de cordel. *Revista de Información Médico-Terapéutica*, v. XXII, nº 18, p. 1024-1033, 1947.
- BOTREL, Jean-François. Les aveugles, colporteurs d'imprimés en Espagne. I. La confrérie des aveugles de Madrid et la vente des imprimés du monopole à la liberté du commerce (1581-1836). *Mélanges de la Casa de Velázquez*, nº IX, p. 417-482, 1973.
- _____. Les aveugles, colporteurs d'imprimés en Espagne. II. Des aveugles considérés comme mass-media. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, nº X, p. 233-271, 1974.
- _____. Des professionnels de la clandestinité: les aveugles colporteurs d'imprimés dans l'Espagne contemporaine. In: TILLOY, Michèle; AUDISIO, Gabriel; CHIFFOLEAU, Jacques (Ed.). *Histoire et clandestinité du Moyen-Age à la Première Guerre mondiale*. Albi: Revue du Vivarais, 1979. p. 301-316.
- _____. *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993. p. 15-148.
- CARNELOS, Laura. Street Voices. The Role of Blind Performers in Early Modern Italy. *Italian Studies*, p. 1-13, 2016.

- CARO BAROJA, Julio. *Ensayo sobre la literatura de cordel*. Madrid: Istmo, 1990 [1969].
- CASONA, Alejandro. *La dama del alba*. Edición de José R. Rodríguez Richart, Madrid: Cátedra, 1985 [1944].
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Cultura escrita y espacio público en el Siglo de Oro. *Cuadernos del Minotauro*, nº 1, p. 33-50, 2005b.
- _____. *Leer y oír leer. Ensayos sobre la lectura en los Siglos de Oro*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2016.
- CÁTEDRA, Pedro M. *Invencción, difusión y recepción de la literatura popular impresa (siglo XVI)*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 2002.
- CAZABÁN, Alfredo. Copleros populares. *Don Lope de Sosa*, nº 24, p. 379, 1914. Disponible en: <<http://www.vbeda.com/Donlope/index0.php?anno=2>>. Acceso: 14 abr 2016.
- _____. Las coplas del ciego de Úbeda. *Don Lope de Sosa*, nº 42, p. 179-180, 1916. Disponible en: <<http://www.vbeda.com/Donlope/index0.php?anno=4>>. Acceso: 14 abr 2016.
- _____. Del ciego de Úbeda. *Don Lope de Sosa*, nº 55, p. 215-216, 1917. Disponible en: <<http://www.vbeda.com/Donlope/index0.php?anno=5>>. Acceso: 14 abr 2016.
- CHICHARRO CHAMORRO, Dámaso. Un poema de Gaspar de la Cintera («El ciego de Úbeda») sobre la rebelión de los moriscos (1571): transcripción y estudio. *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, nº 165, p. 161-190, 1997. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/112793>>. Acceso: 14 abr 2016.
- DARNTON, Robert. ¿Qué es la historia del libro? In: Id. *El beso de Lamourette. Reflexiones sobre historia cultural*. Buenos Aires: FCE, 2010. p. 117-146.
- _____. *El diablo en el agua bendita o el arte de la calumnia de Luis XIV a Napoleón*. México: FCE, 2014 [2009].
- DÍAZ CASSOU, Pedro. *Pasionaria murciana: la Cuaresma y la Semana Santa en Murcia*. Costumbres, romancero, procesiones, esculturas y escultores, cantos populares, folklore. Madrid: Imprenta de Fortanet, 1897.
- ESPEJO, Cristóbal. Pleito entre ciegos e impresores (1680-1755). *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo del Ayuntamiento de Madrid*, nº 6, p. 206-236, 1925.
- ESPEJO CALA, Carmen. Un marco de interpretación para el periodismo europeo en la primera Edad Moderna. In: CHARTIER, Roger; ESPEJO, Carmen (Ed.). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid: Marcial Pons, 2012. p. 103-126.
- FERNÁNDEZ, Pura. El estatuto legal del romance de ciego en el siglo XIX: a vueltas con la licitud moral de la literatura popular. In: VIANA, Luis Díaz (Coord.). *Palabras para el pueblo. I. Aproximación general a la literatura de cordel*. Madrid: CSIC, 2000. p. 71-120.
- FONTAINE, Laurence. *History of Pedlars in Europe*. Durham: Duke University Press, 1996 [1993].
- GARCÍA DE ENTERRÍA, María Cruz. *Sociedad y poesía de cordel en el Barroco*. Madrid: Alianza, 1973.
- _____. *Literaturas marginadas*. Madrid: Playor, 1983.
- GAVIRA, José. La Hermandad de Ciegos de Madrid. *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo del Ayuntamiento de Madrid*, nº XVI, p. 482-484, 1927.
- GILARD-FITO, Claudette. La confrérie des musiciens de Sarrant. *Bulletin de la Société Archéologique et Historique du Gers*, nº 3, p. 304-338, 2002.
- GOMIS COLOMA, Juan. *Menudencias de imprenta. Producción y circulación de la literatura popular en la Valencia del siglo XVIII*. Tesis. Valencia, Universidad de Valencia, 2010. Disponible en: <<http://roderic.uv.es/handle/10550/38554>>. Acceso: 3 abr 2016.
- GONÇALVES MATTA, Glaydson. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponible en: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1499.pdf>>. Acceso: 3 abr 2016.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal*. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX. Lisboa-São Paulo: Verbo, 1987.
- KONONENKO, Natalie. *Ukrainian Minstrels. And the Blind Shall Sing*. Armonk: M.E. Sharpe, 1998.
- MARCO, Joaquín. *Literatura popular en España en los siglos XVIII y XIX (una aproximación a los pliegos de cordel)*. Madrid: Taurus, 1977, 2 v.
- MARCOS ÁLVAREZ, Francisco. Literatura y realidad: el ciego rezador. *Revista de Estudios Extremeños*, v. 57, nº 1, p. 219-232, 2001. Disponible en: <http://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LVII/2001/T.%20LVII%20n.%201%202001%20en.-abr/RV11333.pdf>. Acceso: 3 abr 2016.
- OLIVARI, Michele. *Avisos, pasquines y rumores. Los comienzos de la opinión pública en la España del siglo XVII*. Madrid: Cátedra, 2014.
- PÉREZ GÓMEZ, Antonio. Venta de Judas y llanto de San Pedro. Francisco González de Figueroa. *Montenegro. Revista de Literatura Española, Hispanoamericana y Teoría de la Literatura*, nº 6, p. 1-32, 1954. Disponible en: <<https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/14737/1/10%20vol%206%20hojas%20sueltas%20Venta%20de%20Judas%20y%20Llanto%20de%20San%20Pedro.pdf>>. Acceso: 14 abr 2016.

- _____. Obra nueva y muy verdadera, de Francisco González de Figueroa. *Montenegro. Revista de Literatura Española, Hispanoamericana y Teoría de la Literatura*, nº 9 p. 1-30, 1955a. Disponible en: <<https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/14763/1/07%20vol9%20Obra%20nueva%20y%20muy%20verdadera.pdf>>. Acceso: 14 abr 2016.
- _____. Aquí se contienen dos notables y graciosos romances, de Francisco González de Figueroa. *Montenegro. Revista de Literatura Española, Hispanoamericana y Teoría de la Literatura*, nº 10, p. 1-30, 1955b. Disponible en: <<https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/14771/1/09%20vol10%20Aqui%20se%20contienen%20dos%20notables%20y%20graciosos%20romances.pdf>>. Acceso: 14 abr 2016.
- _____. Obra nuevamente compuesta, de Francisco González de Figueroa. *Montenegro. Revista de Literatura Española, Hispanoamericana y Teoría de la Literatura*, nº 11, p. 1-29, 1955c. Disponible en: <<https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/14780/1/09%20vol11%20Obra%20nuevamente%20compuesta.pdf>>. Acceso: 14 abr 2016.
- REYES GÓMEZ, Fermín. *El libro en España y América. Legislación y censura (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Arco/Libros, 1997, 2 v.
- RODRÍGUEZ INFIESTA, Víctor. *Misère et grandeur d'un métier. Les crieurs de journaux dans l'Espagne contemporaine. Mélanges de la Casa de Velázquez*, v. 41, nº 2, p. 205-221, 2011.
- RODRÍGUEZ-MOÑINO, Antonio. Cristóbal Bravo, ruiñeñor popular del siglo XVI (Intento bibliográfico, 1572-1963). In: Id. *La transmisión de la poesía española en los siglos de oro*. Prólogo y edición de Edward M. Wilson, Barcelona: Ariel, 1974 [1966]. p. 253-283.
- _____. *Nuevo diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)*. Edición corregida y actualizada por Arthur L.-F. Askins y Víctor Infantes, Madrid: Castalia, 1997.
- ROMEIRAS AMANDO, Maria. The Allowed Cities: Spaces and Performances of Blind Citizens in the pre and post-Earthquake Lisbon (1755). In: ADORNO, Salvatore; GIOVANNI, Cristina; ROTONDO, Arianna (Ed.). *VisibileInvisibile: Percepire la città tra descrizioni e omissioni*, Scrimm Edizioni, 2014.
- ROSPOCHER, Massimo. Versos desde las plazas: la poesía como lenguaje de comunicación política en los espacios públicos de las ciudades italianas del Renacimiento. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; AMELANG, James S. (Coord.); SERRANO SÁNCHEZ, Carmen (Ed.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea, 2010. p. 185-210.
- RUEDA, Lope de. *Pasos completos*. Edición de Juan María Marín Martínez, Madrid: Espasa-Calpe, 1990 [c. 1550].
- SALMAN, Jeroen. *Pedlars and the Popular Press. Itinerant Distribution Networks in England and the Netherlands. 1600-1850*. Leiden-Boston: Brill, 2014.
- SALZBERG, Rosa; ROSPOCHER, Massimo. Street Singers in Italian Renaissance Urban Culture and Communication. *Cultural and Social History*, nº 9, p. 9-26, 2012.
- SÁNCHEZ PÉREZ, María. *La obra de Gaspar de la Cintera: "Ruiñeñor" popular del siglo XVI*. Trabajo de Grado. Universidad de Salamanca, Salamanca, 2003.
- _____. Un libelo antijudío en la literatura popular impresa del siglo XVI. *Revista de Literatura*, v. LXXII, nº 144, p. 531-553, 2010.
- SANTOS, Francisco. *Obras selectas. I. Día y noche de Madrid y Las tarascas de Madrid y Tribunal espantoso*. Edición, introducción y notas de Milagros Navarro Pérez, Madrid: Instituto de Estudios Madrileños, 1976 [1694].
- SUTHERLAND, Madeline Cooley. Toward a History of the Blind in Spain. *Disability Studies Quarterly*, v. 35, nº 4, sin paginar, 2015.
- TORRES MARTÍNEZ, José Carlos de. Las Grandezas de Nuestra Señora de la Cabeza de Lucas del Olmo Alfonso. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, nº 43, p. 603-612, 1988.
- VAN DEN HEUVEL, Danielle. Selling in the Shadows: Peddlers and Hawkers in Early Modern Europe. In: VAN DER LINDEN, Marcel; LUCASSEN, Leo (Ed.). *Working on Labor: Essays in Honour of Jan Lucassen*. Leiden: Brill, 2012. p. 125-151.
- WÜRZBACH, Natascha. *The Rise of the English Street Ballad, 1550-1650*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011 [1981].
- ZARET, David. *Origins of Democratic Culture. Printing, Petitions, and the Public Esphere in the Early-Modern England*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo particular do Conde da Barca

*Brazil and Portugal in the Old Regime:
the private letters as the transmission medium of the Enlightenment culture (1808-1817)
- an approach to the Count of Barca's private Archive*

Recebido em 15 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.319>

*Abel Rodrigues¹
Renata Munhoz²*

Resumo: O presente trabalho pretende abordar a correspondência dita particular, entendida como a documentação trocada no nível pessoal e sem a tramitação burocrática. Essa correspondência será analisada como veículo de transmissão das ideias, contextualizadas no ideário iluminista e compreendidas como elemento determinante para o progresso material e civilizacional no crepúsculo do Antigo Regime, entre Portugal e Brasil. A partir do Arquivo do Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo (1754-1817), Diplomata e Ministro, em Portugal e no Brasil, outrora viajante pela Europa ilustrada, tentamos reconstruir as redes de sociabilidade que contribuíram para o avanço do conhecimento e modernização do Estado.

Palavras-chave: Brasil; Portugal; Antigo Regime; Iluminismo; Conde da Barca.

Abstract: This paper intends to study the private archive of the Count of Barca. The private letters should be understood as the documentation exchanged on a personal level, without the bureaucratic procedures. This private written communication will be considered as a vehicle for the transmission of ideas based on the Enlightenment. What is more, the letters will be presented as a determining element for the material and civilizational progress in the Old Regime twilight, between Portugal and Brazil. This paper deals with the historical character António Araújo de Azevedo (1754-1817), Diplomat and Minister in Portugal and Brazil, who had travelled to the illustrated Europe. Some aspects of his private archive, the Count of Barca Archive, will be explained in order to reconstruct the social networks that contributed to the advancement of knowledge and modernization of the Portuguese State.

Keywords: Brazil; Portugal; Old Regime; Enlightenment; Count of Barca.

¹ Licenciado em História pela Universidade do Minho. Foi bolseiro do Governo Regional da Madeira e da Fundação Berardo. Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, pela mesma Universidade. Diplomado com o Curso de Especialização em Ciência da Informação (variante Arquivos), pela Universidade Portucalense-Infante D. Henrique. Foi Técnico Superior do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho (2000-2009) e Responsável pelo Arquivo da Fundação da Casa de Mateus (2009-2015). É actualmente Coordenador do Centro de Documentação e Investigação em Cultura Arquitectónica da Fundação Instituto Marques da Silva/ Universidade do Porto. abel.roiz@gmail.com.

² Bacharel e Licenciada em Letras Português / Alemão pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (2006), Mestre (2009) e Doutora (2015) em Filologia, Língua Portuguesa / Linguística pela mesma Universidade. Foi bolsista do Fundo Sasakawa e da Capes. Atuou como Professora de Língua Portuguesa em colégios na rede particular de ensino de São Paulo por dez anos. Actualmente, pesquisa nas áreas de Filologia e Análise do Discurso e atua como Professora visitante em cursos de formação docente na área de Letras. renatamunhoz2000@yahoo.com.br.

Introdução

António de Araújo de Azevedo, 1.º Conde da Barca (1754-1817), foi tudo ou quase tudo que se poderia ser no seu tempo. Tendo sido um dos homens de confiança de D. João VI, desempenhou funções como diplomata na Haia (1787-1801), em Paris (1795, 1797, 1801), em São Petersburgo (1801-1802); foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1806), Ministro do Reino e Assistente ao Despacho do Gabinete (1806-1808), em Portugal; Conselheiro de Estado (1807-1817); e Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1814-1817). Entre 24 de Janeiro de 1817 e o dia do seu falecimento, em 21 de Junho do mesmo ano, foi Ministro do Reino, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Assistente ao Despacho e da Marinha e Domínios Ultramarinos, no Brasil.

Mas foi, antes de mais, um “Homem de Letras”, um homem do Iluminismo, que aplicou a Razão em todos os domínios da vida humana, procurando construir um conhecimento eminentemente útil e prático. Durante as suas viagens pela Europa, entrou em contato com as variantes do movimento Ilustrado – nomeadamente com o *Enlightenment*, as *Lumières* e o *Aufklärung* – ao mesmo tempo em que a Revolução Francesa principiava a exterminá-lo na guilhotina.

Cosmopolita, pragmático e profundamente instruído, contactou com grandes vultos do seu tempo, tais como Joseph Banks, Johann Wolfgang von Goethe e tantos outros. Construiu e participou ativamente em redes de comunicação e de sociabilidade (ainda que elitistas), que permitiram a difusão do conhecimento e a sua aplicação prática (ou pelo menos uma tentativa de aplicação prática) nos sucessivos contextos em que se encontrava. Mesmo durante a sua permanência no Brasil (1808-1817), não deixou de manter contato com os seus correspondentes europeus, trocando vasta e densa epistolografia sobre diversos temas do quotidiano (fossem eles políticos, culturais ou econômicos), no sentido de absorver e de transmitir o conhecimento e de transformá-lo no tão desejado “progresso”.

O seu arquivo reveste-se, por isso, de um significado especial, pois mantém a memória cristalizada de um tempo comum e de um contexto específico, partilhado entre Portugal, a Europa e o Brasil.

1. António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca (1754-1817): sinopse biográfica

Nascido em 14 de Maio de 1754, na Casa de Sá, termo de Ponte de Lima, no Norte de Portugal, António de Araújo de Azevedo era filho de António Pereira Pinto de Araújo de Azevedo Fagundes, Fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Marqueza Francisca de Araújo.

Pouco se conhece sobre a sua formação. Sabe-se que, ainda jovem, terá sido acompanhado pelo tio António Luís – o *Sábio mentor* – de que fala Mendo Trigo, que o acolheu no Porto e o protegeu. No Porto, ter-se-á dedicado ao estudo da língua grega sob os ensinamentos do mestre Tomás Delany, professor que granjeava boa fama pelo método de ensino e pelos exames ministrados aos seus alunos no Colégio de São Lourenço³. Na verdade, Delany estendeu a sua actividade como professor régio para além dos anos de 1773⁴ e 1778⁵. O colégio de São Lourenço⁶ pertenceu aos Jesuítas até 1759, data em que foi incorporado na Universidade de Coimbra. Aí, o jovem Araújo terá frequentado as disciplinas impostas pelo alvará de 1759 como o Latim, base de toda a formação escolar, o Grego, ambas ministradas seguindo o *epitome de Port-Royale*⁷, a que se juntava, ainda, o Hebraico e a Retórica. Refira-se que a frequência e o aproveitamento das duas primeiras disciplinas viriam a ser necessárias para a entrada no curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, criado pela reforma pombalina⁸.

Ainda no Porto, Araújo teria adquirido a matriz iluminista e alimentado o desejo de seguir os estudos superiores, ao frequentar a disciplina de Filosofia Racional, a qual era já ministrada no primeiro ano do curso

³ Ver Silva (1908, p. 366); Ver “a notícia de um acto público de língua grega com o professor régio Tomás Delany”, aqui também equivocadamente apresentado como “Tomás Daly” em Ribeiro (1871, p. 237).

⁴ Ver Gomes (1982, p. 52-53).

⁵ Ver *Idem*, p. 75.

⁶ Não encontramos referências de maior relevo sobre o colégio de São Lourenço, apesar de se saber da existência do trabalho de síntese, que continua inédito, apresentado para as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica de Martins (1986). Sobre o edifício, ver Freitas [s.d.].

⁷ Ver Ribeiro (1871, p. 236).

⁸ Carvalho (1996, p. 478-479); Ribeiro (1871, p. 242).

filosófico coimbrão⁹. Foi provavelmente em 1772 que António de Araújo, *movido pelo atractivo das Ciências Naturaes*¹⁰, passou à cidade do Mondego, em cuja Universidade frequentou, em regime de voluntariado, o primeiro ano do curso Filosófico, a grande inovação do ensino do século, cuja introdução e dinamização em Portugal se ficara a dever aos Padres do Oratório no Colégio das Necessidades em meados da década de quarenta¹¹. Aliás, a passagem de Araújo pela Universidade não pode ser anterior a 1772, pois é a reforma deste ano que vai criar a Faculdade de Filosofia em substituição da das Artes¹². Apesar de não termos encontrado o assento da sua matrícula, a presença de António de Araújo em Coimbra parece ter-se verificado de fato, à vista do *Diário da Visita de Pombal a Coimbra*, existente na sua livraria particular, em que descreve pormenorizadamente a estadia do governante naquela cidade entre Setembro e Outubro de 1772¹³. Interrompida a sua passagem fugaz por Coimbra, por motivos que hoje ainda se ignoram, Araújo regressa ao Porto e dedica-se ao estudo das ciências Matemáticas e das Históricas, em que alcançou *huma vastíssima erudição*, e a outros ramos do saber a que se chamavam “Belas Letras”. Apesar de, aparentemente, não ter concluído os seus estudos superiores, o certo é que no seu regresso a Ponte de Lima, adquiriu um imenso protagonismo.

António de Araújo cedo ingressou na vida pública. Em 1779, e imbuído pelo espírito da época, concorreu, de uma forma singular, para a criação da *Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público*, em Ponte de Lima, que imbuída dos preceitos iluministas de Puffendorf¹⁴, Wolff¹⁵, dos Enciclopedistas¹⁶, de Verney¹⁷ e de Genovesi¹⁸, entre outros, pretendia promover a indústria, a agricultura e o comércio locais. Aqui iniciam-se as suas ligações com o erudito Abade Correia da Serra, na altura secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, e com o duque de Lafões, fundador da referida Academia e principal patrocinador das iniciativas científicas e literárias em Portugal e, assim, protetor dos autores de mérito nos domínios das Letras, das Ciências e das Artes.

Seria, precisamente, o duque de Lafões que, reconhecendo as suas qualidades, obtém a sua nomeação, em 1787, para Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Haia, onde se demoraria dez anos e assumiria o papel de protector de grande parte dos portugueses que se encontravam dispersos por toda a Europa, em um período de grandes convulsões políticas associadas ao expansionismo francês do “Terror”.

Mais tarde, e após as negociações de 1797 em Paris, para onde fora na qualidade de Enviado Extraordinário de Sua Alteza Real, tendo em vista o estabelecimento da Paz com a França de Napoleão, António de Araújo é encarcerado, por três meses, no Templo, devido à não ratificação do tratado pelo governo português. Após este incidente, que lhe valeu a fama internacional, solicitou a dispensa do serviço régio e encetou uma viagem pela Alemanha, onde, durante dois anos, frequentou os grandes centros culturais e confraternizou com as mais ilustres personalidades de então, como Goethe e o astrónomo Zach, entre muitos outros. Estudou Mineralogia com Werner e Charpentier, Química com Scherer e Botânica com Willdenow.

Em 1801, é nomeado para a Corte São Petersburgo onde granjeia a amizade dos mais altos responsáveis. Em 1802, encetou a viagem rumo a Lisboa para sobraçar a pasta de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, tendo sido nomeado diretamente por D. João, Príncipe-Regente, que lhe dedicava sincera afeição. Neste período, e até 1807, António de Araújo, para além do numeroso trabalho ministerial que o ocupava, desenvolve ações nos domínios das Artes, das Letras e das Ciências, como são os casos da defesa de “Os Lusíadas” contra a crítica de La Harpe, dos estímulos dados ao botânico Félix de Avelar Brotero para terminar a sua

⁹ Ver Carvalho (1996, p. 479).

¹⁰ Ver Stockler (1799, p. 16).

¹¹ Ver Dias (1953, p. 360); Santos (1982, p. 285-322).

¹² Ver Carvalho (1996, p. 466).

¹³ Ver ADB/UM – SIFAA/ Ms. 895.48.

¹⁴ Samuel Puffendorf (1632-1694) foi um teórico alemão da corrente jusnaturalista, cujas obras sobre o Direito influenciaram profundamente a Europa e foram, inclusive, adotados como manuais na Universidade de Coimbra.

¹⁵ Christian Wolff (1679-1754), discípulo de Leibniz, defensor do deísmo, foi um filósofo e matemático alemão que contribuiu decisivamente para uma sistematização mais rígida e formal do racionalismo moderno. Conselheiro de Pedro, o Grande, entre 1716 e 1725, ajudou a fundar a Academia de Ciências de São Petersburgo.

¹⁶ Os enciclopedistas são os mentores da *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* [...], publicada entre 1751 e 1772: Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) e, ainda, Montesquieu (1689-1755), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Buffon (1707-1788) e o barão d'Holbach (1723-1789), Condillac (1715-1780) e Voltaire (1694-1778).

¹⁷ Luís António Verney (1713-1792), frequentemente identificado como o “Frade Barbado”, pertencia à Congregação do Oratório e foi um dos “ideólogos” do iluminismo português com a obra “Verdadeiro Método de Estudar” (Valença, 1746), que serviu de mote à reforma do ensino em Portugal empreendida pelo Marquês de Pombal.

¹⁸ António Genovesi (1712-1769) foi um filósofo italiano que se dedicou ao estudo da Economia, tendo as suas obras colhido larga aceitação entre as elites ibéricas.

“Phytographia Lusitanae Selectior” e da tentativa que empreendeu para estabelecer um Jardim Botânico junto ao Colégio dos Beneditinos da Estrela.

Em Dezembro de 1807, parte para o Brasil, juntamente com a Corte portuguesa, por força da entrada em território nacional dos exércitos de Napoleão, tendo levado consigo a sua preciosa livraria, a coleção de estampas, a coleção mineralógica adquirida na sua passagem pela Alemanha, e uma tipografia encomendada em Londres, que seria a primeira a existir no Rio de Janeiro, na Rua do Passeio.

Chegado ao Rio de Janeiro, em 6 de Março de 1808, pede dispensa do exercício do cargo ministerial que ocupava e inicia uma série de empreendimentos culturais e científicos que visavam fazer daquela cidade a capital digna de um grande império. Dentre as suas mais importantes realizações, contam-se, no campo cultural, os esforços empreendidos para a criação de uma Biblioteca Pública, de Museus e de uma Academia de Belas Artes; enquanto no contexto científico, onde desde sempre havia desenvolvido uma exemplar dedicação, são dignos de realce a montagem de um laboratório para a preparação de medicamentos, que rapidamente se transformou em Escola de Química e de Farmácia, a instalação de uma fábrica de porcelanas e os ensaios de manipulação, efetuados nos Real Jardim de Lagoa de Freitas, de uma enorme variedade de plantas indígenas e estrangeiras à qual deu o nome de *Hortus Araujensis*. Estabeleceu, ainda, um engenho de serrar madeira, na capitania de Porto Seguro, e um alambique de sistema escocês em sua casa. Foi, também, o responsável pela introdução da primeira máquina a vapor em território português.

Em 1814, é, novamente, chamado para o Governo, mais precisamente para liderar o Ministério da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, dirigindo, desta forma, o império português que, na altura, se estendia desde as Américas até aos confins do continente asiático. No desempenho destas funções, testemunhou e, ao que tudo indica, colaborou na elevação do *Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarves*. Acumularia este cargo com as restantes pastas ministeriais a partir de 24 de Janeiro de 1817 até 21 de Junho de 1817, data da sua morte. Em todos os momentos da sua vida mereceu a confiança do Príncipe-Regente, futuro D. João VI, o que deixou bem testemunhado neste acervo.

O Arquivo

1.1 - A salvaguarda da memória¹⁹

A 21 de Junho de 1817, faleceu na chácara do Bom Retiro, no Rio de Janeiro, António de Araújo de Azevedo, conde da Barca, Conselheiro de Estado, Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e interino das restantes Secretarias de Estado.

Três dias antes, tinha declarado as suas últimas vontades num testamento, muito sucinto, realizado *em três meias folhas*, no qual nomeou para seus testamenteiros com livre e geral administração de todos os bens o conselheiro José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de D. João VI, e o desembargador José Duarte da Silva Negrão Coelho, por ambos terem dado *prova de verdadeiros amigos no decurso de muitos anos*.

Por se ter conservado sempre no estado de solteiro, António de Araújo não tinha *herdeiros forçados* e, como tal, instituiu por herdeiro universal o seu irmão João António de Araújo de Azevedo, Conselheiro da Fazenda, que, no momento, se encontrava no Brasil. No testamento consignou-lhe o direito de *imediatamente requerer a El Rey Nosso Senhor qualquer remuneração que seja servido* em razão dos cerca de trinta anos de serviços prestados à Coroa.

Como a maioria dos homens de Estado portugueses do seu tempo, o conde da Barca morreu *quasi pobre*, deixando como *bens principaes* no Rio de Janeiro uma casa à Rua do Passeio, alguns bons quadros e sua livraria, duas vezes preciosa, *por seu inestimável valor litterario, e esses mesmos sujeitos a dívidas na importância de rs. 10.161\$994*.

João António tinha viajado para o Rio de Janeiro, em 1815, provavelmente, a pedido de seu irmão, que nesse ano tinha visto o seu estado de saúde agravar-se ou, então, com o propósito de fazer acelerar o deferimento de alguma súplica pendente na Corte. Independentemente das razões que motivaram esta viagem, o papel do Conselheiro viria a ser crucial na salvaguarda da “memória” do conde da Barca, ou seja, do seu arquivo e da sua livraria particular.

¹⁹ Ver Rodrigues (2006, p. 63-97) e as referências bibliográficas lá citadas.

Logo em 1817, viu-se na necessidade de proceder ao inventário dos bens e dívidas herdadas no sentido de assegurar o futuro e o engrandecimento da Casa de Sá, que agora era sua. Vendida a Casa da Rua do Passeio, morada do Conde da Barca no Rio de Janeiro, as suas atenções viraram-se para o arquivo, verdadeiro repositório das múltiplas e sucessivas actividades de Barca e, naturalmente, para a livraria. Conhecedor do valor probatório da informação que o arquivo encerrava e da sua influência para a Casa, optou pela sua conservação no seio da família. A sua primeira medida, ainda no Brasil, foi a de compulsar toda a documentação, e muito particularmente a correspondência particular, com o intuito de proceder a um recenseamento dos bens adquiridos e/ou vendidos e, também, de obter um conhecimento factual dos serviços prestados que fossem passíveis de remuneração régia. É frequente encontrarem-se nos documentos de carácter pessoal, como cartas e outros pequenos apontamentos, várias anotações nas margens sobre os autores e o teor do próprio documento. Deste procedimento terá resultado o requerimento que dirigiu a D. João VI no qual alegou que o conde *deixou ao supplicante os seus serviços, para que pudesse requerer imediatamente qualquer remuneração, que V. Magestade fosse servido conferir ao supplicante, impondo-lhe o ónus de dar anualmente do útil dessa remuneração duzentos mil réis a cada uma das suas cinco Irmãs, durante a sua vida*. Como tal, em 1820, João António recebia a mercê de uma vida na comenda de São Pedro do Sul, que agora como vinte anos antes, vinha enriquecer o património familiar. Verificou-se, assim, uma primeira recuperação e utilização objectiva daquela informação que foi sendo produzida por Barca ao longo da sua vida, a qual proporcionou a celebração de um compromisso entre o passado (os serviços prestados por um membro da família) e o futuro (a subsistência da Casa).

Por outro lado, perante as dificuldades óbvias do herdeiro, a livraria particular de Barca, riquíssima pelo seu valor informativo, não podia trazer nenhuma mais-valia à causa a não ser pelo dinheiro a ser arrecadado através da sua alienação. Desse vasto conjunto de livros, composto por mais de 7.000 volumes, o conselheiro João António optou por conservar cerca de 400, tendo providenciado, logo de seguida, a catalogação dos restantes que seriam levados a leilão, em 1819, pelo valor de 15.620\$1800 13. Perante o seu inquestionável valor, D. João VI ordenou ao Padre Joaquim Dâmaso, bibliotecário da Biblioteca Régia da Corte do Rio de Janeiro, que se apresentasse no local e que arrematasse a livraria num único lote. Assim, aquela livraria que António de Araújo de Azevedo fora compondo pacientemente desde o seu ingresso na carreira diplomática era agora incorporada na Biblioteca Régia que via, assim, o seu núcleo inicial substancialmente enriquecido.

1.1.1 - O regresso do arquivo à Casa de Sá

Tratados que estavam os bens do conde no Brasil, João António empreendeu, por volta de 1822, o regresso a Portugal e à Casa de Sá, em Ponte de Lima, trazendo consigo o arquivo do irmão e apenas 400 obras. A “memória” do conde da Barca era, assim, reincorporada na Casa de Sá e reunida aos “papéis” dos seus Maiores onde permaneceu durante os 80 anos subsequentes.

Depois da morte do Conselheiro João António, a 16 de Junho de 1823, sucedeu na Casa de Sá o seu sobrinho António de Araújo de Azevedo Pereira Pinto, que manteve unida a totalidade dos bens de família, impedindo a sua fragmentação mesmo depois da extinção definitiva dos institutos vinculares por decreto de 19 de Maio de 1863.

O momento marcante do percurso deste conjunto documental ocorreu por volta de 1908 ou 1909, altura em que o mesmo deixa de pertencer à sua entidade produtora, a Família Araújo de Azevedo, para passar para as mãos de uma entidade estranha à produção da informação que ali estava encerrada. A circunstância marca, obviamente, uma transmutação na finalidade com que se passou a aceder àqueles documentos. Ora, a partilha dos bens familiares, ocorrida em 1879, foi o acto final de um longo processo, com mais de quatrocentos anos, em que a família foi constituindo e estruturando um arquivo no sentido de legitimar os seus actos e de providenciar um engrandecimento da Casa. A partir de agora o arquivo passava a deter um único interesse: o histórico.

Foi então que emergiu a figura do Dr. Manuel José de Oliveira, republicano convicto, erudito e bibliófilo, que adquiriu o arquivo da Casa de Sá aos descendentes da Marquesa Margarida e de José Mimoso, a quem assistia como médico em Ponte de Lima.

Os “papéis” do conde da Barca, o membro mais ilustre daquela família, possuíam um inegável interesse para o estudo do crepúsculo do Antigo Regime e, principalmente, para o estudo da Guerra Peninsular, cujo primeiro centenário se comemorava em 1908. Aliás, é de crer que o ciclo de Comemorações, ou das “ritualizações da História” como lhe chamou Fernando Catroga, teve alguma influência na decisão de Manuel Oliveira em adquirir o conjunto documental, como adepto que era de uma renovação historiográfica fundamentada nos

pressupostos positivistas. A sua devoção à análise documental como validação do conhecimento histórico e da busca de uma causalidade directa do facto histórico comprova-se pela aquisição que fez, não só, deste conjunto documental, como também do arquivo dos velhos senhores donatários de Ponte de Lima e, ainda, de um conjunto de cartas que haviam pertencido a Francisco José Maria de Brito, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, secretário e amigo do conde da Barca.

A sua biblioteca era, bem à maneira dos eruditos do seu tempo, um espaço de trabalho, um “laboratório” destinado a possibilitar o surgimento de um conhecimento do passado com um cunho marcadamente nacionalista. Segundo Francisco de Magalhães *era rica, na qualidade, a inestimável biblioteca, formada por milhares de volumes* de Literatura Moderna, Medicina e História, que Oliveira partilhava com amigos como Artur Araújo e Maximiliano Lemos, respectivamente seu colega e professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Contudo, Manuel de Oliveira usufruiu pouco tempo da sua livraria particular pois veio a falecer, precocemente, a 6 de Janeiro de 1918, na casa de sua irmã no largo da Senhora-a-Branca em Braga *quando sinais havia a esperar do seu talento de polígrafo e de cientista*. A “Coleção Oliveira” foi, então, adquirida nos anos vinte pela Câmara Municipal de Braga pelo preço de 250.000\$0.

1.1.2 - A aquisição da “Coleção Oliveira” pela Câmara Municipal de Braga e a sua entrada no Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Braga

A recepção da “Coleção Oliveira” na Câmara Municipal de Braga parece não ter sido pacífica. Na verdade, comentava-se, já há algum tempo, a *má aquisição* feita pelo Presidente, até que, na sessão de 30 de Janeiro de 1925, o vereador António Ferreira de Almeida usou da palavra para criticar a *compra que esta câmara fez da livraria que foi do falecido Doutor Manuel d’Oliveira, propalando-se que [...] fez mal em adquirir tal livraria* atendendo a que a mesma *se compõe apenas de livros de medicina sem valor algum, devendo a quantia por que ela foi adquirida ser aplicada em obras da cidade*.

O Presidente da Instituição esclareceu, então, que a referida livraria não possuía quaisquer espécies de medicina e que o seu valor era inquestionável, conforme o comprovava o interesse constante de livreiros de Lisboa. Além disso, se a Câmara Municipal de Braga não tivesse avançado para a compra *duvida alguma há que ela seria comprada pela Câmara do Porto perdendo-se, assim, a oportunidade de adquiri-la nas melhores condições como, na realidade, acontecera*.

Todavia, a livraria Oliveira continuou com a autorização necessária do Ministério da Instrução Pública, de quem dependia o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública de Braga e foi, provavelmente, em 1926 que se promoveu a permuta.

1.2 - Descrição do acervo

O Arquivo do Conde da Barca apresenta-se como sendo um espelho da sociedade pré-romântica, como um retrato poliédrico do período de charneira entre o Antigo Regime e o Liberalismo, e de onde ressaltam os traços da elite cultural e política portuguesa, brasileira e europeia²⁰.

Trata-se de um acervo bem conhecido de historiadores e investigadores em geral, não só pela profusão documental que encerra em si, como também pelo fato de se assumir enquanto fonte primária, que permanece maioritariamente inédita e, por isso, passível de trazer novos dados sobre os grandes acontecimentos que nortearam a conduta das massas coetâneas²¹.

O acervo testemunha os interesses do Conde da Barca, enquanto proprietário, diplomata e ministro, e revela, em simultâneo, o seu apego às novidades culturais e técnico-científicas, muitas vezes “importadas”, e que permitiram ao império português permanecer na vanguarda do conhecimento entre os finais do século XVIII e os princípios do século XIX. Composto por cerca de 6.000 documentos, distribuídos por 55 caixas, versa temas que podem ser genericamente identificados da seguinte forma:

²⁰ O Arquivo pertence hoje ao Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, disponível on-line no seguinte endereço: <<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1408708>>. Acesso em 14 abr 2016.

²¹ Ver sobretudo Rodrigues (2008; 2007, p. 85-133; 2006, p. 63-97; 2004, p. 61-171). E também Capela (1991/1992); Chaves; Lamego; Fernandes (1997, p. 71-84).

1. Administração da Casa de Sá e de outros bens pertencentes ao Conde da Barca, bem como uma parte substancial do arquivo familiar. Aqui pontificam, também, os arquivos pessoais dos seus irmãos, o Juiz Desembargador João António²², António Fernando (Abade de Lóbrigos) e o Marechal de Campo Francisco António; a série de cartas de Francisco José Maria de Brito, secretário pessoal do Conde da Barca aquando da sua missão nos Países Baixos; e ainda o Arquivo de Tomás Vicente Cabeças de Sousa, limiano que faria doação ao Conde da totalidade dos seus bens.

2. Portugal: por um lado, a política interna evidenciada na documentação relacionada com as suas ocupações ministeriais e de onde sobressaem os maços de legislação, recolhida e produzida, além de diversos assuntos militares, nomeadamente as “Invasões Francesas” e a partida da corte para o Brasil. Por outro lado, a política externa que engloba a correspondência oficial recebida de príncipes e ministros estrangeiros, entre outros. Neste subgrupo, caracterizado pela intensa actividade diplomática e ministerial de António de Araújo, ganham especial relevo os tratados – celebrados com as grandes potências mundiais de então, casos da Inglaterra, da Espanha, da Rússia e sobretudo da França – e também os copiadoreiros dos ofícios expedidos e recebidos no exercício das suas funções.

A documentação referente à diplomacia ganha especial relevo, podendo contribuir para uma análise mais exaustiva nas negociações que o reino português manteve com as potências europeias de então e onde António de Araújo de Azevedo se assumiu como um dos seus principais protagonistas.

No plano da política interna portuguesa, a evolução das instituições governativas encontra-se largamente documentada, podendo-se testemunhar os pareceres, as decisões ministeriais, a legislação promulgada e sobretudo a organização militar de um reino que, apesar de assumir a sua neutralidade, foi alvo do movimento expansionista do império de Napoleão durante o período compreendido entre 1807 e 1812, ou seja, do fenómeno a que genericamente designamos por “Invasões Francesas”.

3. Brasil: é composto, essencialmente, por documentos relativos à política, à economia e à sociedade brasileiras no período entre 1808 e 1817, data da morte do Conde da Barca, e no qual o Brasil lançaria as bases rumo à independência, conhecendo um elevado ritmo de desenvolvimento, que pode também ser explicado pela sua condição de sede do governo e centro de poder.

A série documental com interesse para a história do Brasil colonial, que paulatinamente se preparava para assumir a sua condição de reino independente, é vasta. São dignos de referência, entre muitos outros, os tratados de comércio com a Inglaterra (1809-1810); as cartas e proclamações régias do Príncipe-Regente para o governo e povos de Portugal; os maços que contêm assuntos militares e que ganham relevo se tivermos em conta que neste período o Brasil delimitava as suas fronteiras definitivas; os requerimentos, mercês e atestados; a legislação; as memórias estatísticas da população de grande parte das capitânias, bem como da sua produção, rendimento e despesas; as memórias económicas e científicas, onde estão agrupados os escritos sobre as minas, os roteiros, os itinerários e as descrições de sertões, costas, rios e barras de rios, e, ainda, sobre a abertura de estradas, sobre estabelecimento do correio geral; e as memórias relativas ao estudo de produtos indígenas.

4. Correspondência recebida, onde pontificam nomes bem conhecidos do mundo não só da política, como também das artes, das letras, e das ciências, num total de 1.900 documentos provenientes de cerca de 490 remetentes. Trata-se de uma série onde figuram os correspondentes que António de Araújo foi construindo ao longo da sua vida. Os autores, dos mais variados quadrantes sociais do panorama nacional e internacional, partilham, em discurso direto, as suas ilações, os seus testemunhos, mas também as suas instruções e interrogações, num modelo que oscila, permanentemente, entre o oficial e o particular. Constitui, por este fato, uma fonte de conhecimento paralela e complementar à documentação oficial existente.

5. Memórias literárias e científicas recolhidas por António de Araújo, desde as primeiras viagens pelas diferentes capitais europeias da cultura, cujo ritmo de aquisição não abrandaria com a sua partida para o Brasil, com as remessas feitas pelos seus colaboradores e correspondentes.

6. Iconografia: é composto por um conjunto de raras estampas, litografias e mapas.

²² João António de Araújo de Azevedo (1764-1823), fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, formou-se em Cânones na Universidade de Coimbra, tendo sido, sucessivamente, juiz de fora da vila de Viana do Castelo, provedor da comarca de Coimbra, Conselheiro da Real Fazenda, desembargador efetivo da Relação do Porto e, finalmente, desembargador ordinário da Real Fazenda. V. ADB-SIFFA/ SSC 08.02 (RODRIGUES, 2007).

2. O “Homem de Letras” e os ideais do Iluminismo na cultura escrita

Como cernes da proposta iluminista, os princípios racionalistas e o consequente rebaixamento do dogmatismo caracterizavam o saber como uma forma de poder. Em Portugal, apesar do cerceamento promovido pelas censuras da Inquisição, “assistiu-se a uma inquietude no campo das ideias políticas, morais e religiosas” (VILLALTA, 2009, p. 523) no final do século XVIII. Essa inquietude de ideias levou os pensadores a confrontarem as ideologias correntes em Portugal com as propostas importadas das nações vizinhas.

Tais propostas apoiavam-se nomeadamente na sistematização do saber, cuja primeira concretização foi a *Cyclopaedia or an Universal Dictionary of Arts and Sciences*, editada em 1728 em Londres por Efraim Chambers. De acordo com Teixeira (1999, p. 168), dessa obra inglesa teria derivado a *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, de Diderot e D’Alembert em 1751, em Paris. A postura enciclopedista, derivada do Empirismo de Francis Bacon, foi base à transmissão dos ideais iluministas por meio da escrita.

Em Portugal, a filosofia de John Locke aplicou-se por três conceitos principais: a verdade, a razão e a natureza. Pelo princípio da “verdade”, contraria-se a tradição das ideias inatas em que se apoia a filosofia de Platão, “presente tanto na Escolástica quanto em Descartes ou em Leibniz” (TEIXEIRA, 1999, p. 170), ao conceber que a verdade consiste na associação semiótica de ideias (representações mentais de todas as coisas) e palavras (representações verbais das ideias). Por “razão”, entende-se a clareza com que se transmite o discurso. Já por “natureza”, a posição intermediária do ser humano em relação ao mundo celeste da divindade e o inferior, dos demais seres vivos.

Dentro das ideologias católica e monárquica absolutista, vigentes em Portugal no final do século XVIII, o estudo dos conceitos de Locke era indicado apenas aos homens já estabelecidos moralmente, nunca aos que ainda estivessem em formação.

O conhecimento intelectual passou a configurar-se como o principal patrimônio humano. De maneira metalinguística, os saberes construíam-se e propagavam-se por meio dos escritos produzidos e destinados a outros letrados. A cultura escrita representava, portanto, fonte propagadora dos ideais da iluminação.

Dado o caráter abrangente da escrita, os textos com fundamentação iluminista difundiram-se na sociedade coeva, de modo a alterar valores e ideologias, mesmo que de maneira sutil. Como exemplo, serão analisados textos de circulação privada que abordam conteúdos notadamente pragmáticos e que contêm a ideologia iluminista.

Intimamente vinculado ao sistema de governo vigente, com cargo de notável destaque, o conde da Barca configurava-se como um livre pensador, com ideologia atrelada aos ideais da iluminação. De maneira muito bem articulada, conjugava a manutenção dos interesses do Estado português com as influências das novas ideias dos enciclopedistas.

A circulação das correspondências pressupõe, além da importância do autor, a de seus destinatários, igualmente cultos. Vale lembrar que enquanto prática distinta, ainda que complementar à escrita, a leitura pressupunha também “ [...] um refinamento intelectual, um polimento adquirido pelo estudo em seminários ou universidades.” (ANTUNES, 2009, p. 263). Os registros de outrora não permitem o estudo pormenorizado das formas de recepção dos textos manuscritos em análise, se não por meio desses próprios registros. Além da identificação do interlocutor, grafada nas missivas por seus autores, pode haver raras notas marginais que revelariam a leitura. Apesar da intangibilidade da esfera da recepção, a correspondência particular aqui analisada tem sua inovação vinculada mormente a sua função prática. Nesse sentido, destaca-se o papel social de seus destinatários: não se tratava de personagens meramente cultos, a quem o conhecimento teria função apenas de desenvolvimento cognitivo pessoal. A cultura teria necessariamente de ser aplicada em prol de suas ações profissionais. Eram figuras públicas, como governadores de capitanias, diplomatas, ministros, padres, mineralogistas, ou até mesmo cidadãos comuns, que aplicavam o conhecimento das Letras a alguma atividade pragmática.

A transmissão de conhecimento configurava-se, portanto, por uma postura erudita para fins pragmáticos, com “um deslocamento das Belas Artes para o utilitarismo iluminista, que se apropriaria do método filológico, antes preponderante, para submetê-lo aos imperativos de uma iniciativa intelectual realizada com fins político-administrativos” (SILVA, 2006, p. 118).

O meio acadêmico era apresentado, então, como um espaço de socialização próprio à elite, não estando, contudo, a atividade literária circunscrita aos limites de instituições acadêmicas.

Ao tratar de uma sociologia da "gens de lettres", Chartier (1996, p. 160) revela o protagonismo das elites tradicionais como ponto-chave desse conceito tão iluminista. A transmissão de cultura dava-se como meio e, por vezes, como finalidade da sociabilização dos letrados. O "homme d'esprit" construía sua rede de relações pela arte da boa conversação em jantares literários e em salões, que frequentavam em sua terra natal e em viagens. Além da oralidade, a circulação epistolar legitimava a pertença aos círculos de uma academia científica. Essa "república dos letrados" (SILVA, 2006, p. 125) contava com o constante embate de posicionamentos que assegurava a manutenção do *ethos* de questionadores do saber, em oposição à postura de assimilação passiva da cultura recebida.

Nesse contexto, erigiam-se as lojas maçônicas, que reuniam membros de diferentes estratos da elite portuguesa e representavam centros de propagação dos ideais iluministas e liberais. Incentivada pela tolerância pombalina, a maçonaria "pôde encontrar melhor indício no Regulamento da Inquisição de 16 de agosto de 1774, confirmado por Alvará régio de 1 de setembro do mesmo ano, no qual se omitia qualquer referência à instituição e aos maçons, com o que desautorizavam as bulas pontíficas de 1738 e 1751" (VILLALTA, 2009, p. 543). Entretanto, D. Maria I voltou a perseguir os maçons como hereges. Apenas em 1802, por intervenção junto ao Príncipe Regente, D. Rodrigo de Souza Coutinho (conde de Linhares), então Secretário de Estado, negociou com os líderes maçônicos Hipólito José da Costa e Joaquim Monteiro de Carvalho o cessar à perseguição. De fato, acredita-se que o próprio D. Rodrigo de Souza Coutinho fosse filiado à maçonaria, bem como outras figuras políticas importantes, como Alexandre de Gusmão, D. Alexandre de Souza Holstein e o próprio conde da Barca. Embora não se possa assegurar a filiação à maçonaria, é possível afirmar que os ideais da iluminação estavam de fato presentes nas sociabilidades do conde da Barca. O viés iluminado reflete-se também em sua atuação administrativa, por meio da qual é possível entrever influências da teoria política francesa apreendida por Voltaire.

Impossível desassociar a figura do conde da Barca da História da Cultura Escrita no Brasil. Podemos entender que essa personagem representou o ponto de contato entre Portugal e sua colônia na América no que diz respeito à difusão da escrita. Isso porque está ligado diretamente à implantação da tipografia no Brasil. Após a viagem de transferência da corte à América, dois prelos e 28 fontes de tipos permaneceram encaixotados no porto de Lisboa. Antônio de Araújo Azevedo, na função de ministro do Exterior, trouxe-os consigo no próprio navio, Medusa, em que migrou à colônia. Como relata Hallewel (2012, p. 111), o conde da Barca instalou o prelo no andar térreo de sua casa na rua do Passeio, 44, no centro do Rio de Janeiro. Mesmo tendo contratado fuzileiros navais e marinheiros com pouca experiência prévia em tipografia em Lisboa, suas obras tipográficas atingiram a qualidade das melhores impressões feitas na Europa. Com tamanha influência na divulgação escrita do Brasil, é certo que a produção manuscrita do conde da Barca apresenta diversos elementos que ajudam a pormenorizar as relações entre Brasil e Portugal.

Assim, estudar documentos pertencentes a um arquivo particular expressa o desejo atual de compreender mais do que as ocorrências do passado, revela o interesse historiográfico corrente de entender mais sobre a esfera humana em que circulou essa documentação. Trata-se do estudo de registros "capazes de gerar modos de pensar o mundo e construir realidades" (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 133). A exemplo de notas autobiográficas, muitas correspondências privadas revelam a tentativa do autor, nas palavras de Philippe Artières (1998, p. 11), de arquivar a própria vida, pondo-se no espelho de modo a contrapor a imagem social à imagem íntima de si mesmo. Seria a construção de si mesmo, de modo a destacar a exemplaridade de sua existência.

Na instância da produção intelectual de um homem de Letras que, conforme Chartier (1996, p. 160), volta-se ao estudo, à leitura e à vida em gabinetes, os hábitos de preservação favorecem a constituição posterior de acervos pessoais. Vale ressaltar, todavia, que além de um homem de Letras e de um Cientista, o conde da Barca personifica o que eram os homens de ação nas vertentes do Iluminismo: aqueles a quem o conhecimento sempre visava uma aplicação prática, nunca apenas o recolhimento meramente teórico.

Segundo Voltaire, no artigo publicado na *Encyclopédie Raisonnée* [...], *Gens de Lettres* é uma designação que

on ne donne point ce nom à un homme qui avec peu de connaissances ni cultive qu'un seul genre [...] la science universelle n'est plus à la portée de l'homme: mais les véritables gens de lettres se mettant en état de porter leurs pas dans différents terrains, s'ils ne ils ne peuvent cultiver tous.

Se partirmos desta premissa, a condição de “Homem de Letras”²³ aplica-se a António de Araújo e o seu percurso de vida, cristalizado no arquivo – especialmente a sua produção literária e científica e, ainda, nos temas debatidos na correspondência particular – demonstra-no inequivocamente.

Na base de toda a sua produção literária e científica, e também da sua ação nos mais variados domínios, estava a valiosa livraria que foi compondo desde os tempos de Haia e cujo ritmo de crescimento *não abrandaria com a sua partida para o Brasil, com remessas feitas pelos seus colaboradores e correspondentes*²⁴. No entender de um de seus biógrafos, a livraria *terá sido o primeiro e quase único suporte para a sua vasta erudição*²⁵. O catálogo de 1818 demonstra todo o esplendor da livraria de Araújo. A sua desvelada dedicação aos livros fê-lo conceber vários catálogos e conservar uma série de recibos referentes à aquisição de obras, de guias de remessa, mas também de uns interessantes e minuciosos apontamentos de empréstimos de livros. O referido catálogo encerrava a descrição de 6705 volumes distribuídos por seis classes gerais como Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, História Natural, Belas Letras e História²⁶. Ali, na sua biblioteca, conviviam harmoniosamente os livros antigos e as obras mais recentes, os códices e as memórias avulsas, as obras impressas e os documentos copiados pelo seu próprio pulso, as grandes coleções e uns ínfimos opúsculos. A sua valiosíssima livraria particular, composta por mais de seis mil volumes, foi catalogada por seu irmão, o Conselheiro João António – que optou por conservar cerca de 400 – e os restantes foram levados a leilão no Rio de Janeiro, em 1819, pelo valor de 16.818\$200. Perante o seu inquestionável valor informativo, D. João VI ordenou ao Padre Joaquim Dâmaso, bibliotecário da Biblioteca Régia da Corte do Rio de Janeiro, que se apresentasse no local e que arrematasse a livraria num único lote. Assim, aquela livraria, que António de Araújo de Azevedo foi compondo pacientemente desde o seu ingresso na carreira diplomática, seria incorporada à Biblioteca Régia que via, assim, o seu núcleo inicial enriquecido²⁷.

António de Araújo nunca foi um mero curioso ou dado a *uma erudita e estéril acumulação do saber*²⁸. Antes pelo contrário, pertencia ao grupo daqueles que participavam na redefinição do papel do Homem no mundo, que baseavam o seu discurso num conhecimento empírico e eminentemente pragmático conforme era postulado pelo Iluminismo. Demonstrou, desde sempre, uma aptidão para a escrita – muito embora nem sempre tenha publicado os seus trabalhos, talvez por opção ou até pela simples razão da falta de tempo, mas também devido ao surgimento de outros afazeres bem mais consentâneos com a sua condição de homem político. E esta condição de homem de estudo e de leitura está intrinsecamente ligada a todas as ações que empreendeu ao longo da vida. Tanto o seu arquivo como a sua biblioteca – hoje fisicamente separados, mas outrora unidos umbilicalmente e que se constituíam como uma espécie de “gabinete científico”, em dialética constante, – eram o seu espaço privilegiado de reflexão.

Desde cedo, começou a demonstrar uma clara apetência pelo pensamento de vanguarda quando desempenhou o cargo de Presidente da Sociedade dos Amigos do Bem Público de Ponte de Lima, agremiação fundada em 1779 sob os auspícios do arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança, e cujo objetivo era o de promover melhoramentos na agricultura, comércio e indústria limianos. Este fora o pretexto para iniciar uma correspondência com o Duque de Lafões e com o abade Correia da Serra, respectivamente, Presidente e Secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa que havia sido fundada nesse mesmo ano²⁹.

Admitido como Sócio correspondente da Academia no momento da sua fundação³⁰ é nessa qualidade que, em 1788, submete a concurso, sob anonimato, uma tragédia intitulada *Ósmia* que viria a arrecadar o primeiro prémio³¹. Mais tarde, já na condição de Sócio Honorário, *ex-officio* de Ministro e Secretário de Estado, apresentou outras duas Memórias em sessões daquela agremiação: a primeira intitulava-se *Memoria em defeza de Camoens contra Monsieur de la Harpe*³² na qual defendia o poeta português da imperfeita tradução d’Os Lusíadas que tinha sido empreendida por aquele poeta francês; a segunda memória, apresentada a 22 de Janeiro de 1806, intitulava-se *Memória em defeza de alguns Authores Portuguezes, que escreverão sobre a Ethiopia, (...)* em que atribuía a

²³ Ver Chartier (1992, p. 159-209).

²⁴ Ver Capela (1991/92, p. 14).

²⁵ Ver Malafaia (2004, p. 53).

²⁶ Ver Catálogo dos Livros do Conde da Barca. 1818. BNRJ–Manuscritos, 19,4,4.

²⁷ Brum (1876, p. 359).

²⁸ Leite (1962, p. 11).

²⁹ Araújo (1940, p. 13).

³⁰ Ayres (1927, p. 121-122).

³¹ Gagé (1946).

³² Foi publicada nas *Memórias de Literatura Portuguesa, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo VII, Lisboa, na Officina da mesma Academia*, p. 5-16.

descoberta da nascente do Nilo aos Jesuítas portugueses conforme comprovava *hũa collecção de manuscritos relativos à Abixinia de que me fez presente o Cavalheiro [Sir Joseph] Banks* que era composta pela *História da Etiópia* do Padre Pêro Paes, por diversos opúsculos do Patriarca Afonso Mendes, do Padre Manuel de Almeida, Manuel Barradas e Tomás de Barros, assim como, pelas carta *annuaes de vários outros jezuitas, que rezidirão na Ethiopia desde o principio até o meio do decimo septimo século*³³.

Para além das memórias, Araújo dedicou-se ainda à poesia. Durante a carreira diplomática, e mais concretamente na Haia, iniciou a tradução das *Odes* de Horácio³⁴, em um projeto que seria retomado durante a prisão na Torre do Templo, mas que jamais seria terminado. E, em Hamburgo, como vimos, foram publicadas a *Ode de Dryden* e as *Odes de Gray* que tinham sido vertida para o português em igual número de versos, e, ainda, a *Tradução da Elegia de Gray, composta no Cemitério de uma igreja d'aldea*³⁵. Por outro lado, os assuntos econômicos eram também um dos seus alvos. Nessa temática, vale mencionar que o manuscrito intitulado *Un voyageur contre quatre ou examen des ouvrages suivans (...)* jamais seria terminado³⁶.

3. A correspondência particular

A correspondência particular do Conde da Barca, como já nos referimos, é composta por um total de 1.900 documentos avulso provenientes de cerca de 490 remetentes, por meio dos quais é possível cartografar as redes de sociabilidade entre Portugal, Brasil e a Europa. Não cabe, dada a economia deste texto, analisar circunstanciadamente as cartas e os seus autores, nem tampouco traçar perfis biográficos e sociológicos, ainda que seja oportuno, mas tão-somente alertar para a existência de uma extensa série documental que permanece, na sua maioria, inédita.

Antes de mais, convém referir que a correspondência (e de certa forma todo o arquivo) é composta por documentos redigidos, transmitidos e conservados não dentro uma “estrutura” condicionada pelas fronteiras políticas dos Estados, ou seja, por uma delimitação física e geográfica, mas sim dentro de um espaço etéreo, quase utópico, como parte integrante de uma efectiva “*République des Lettres*” transnacional, que obedecia aos preceitos do “*Sapere Aude*”, conceito matricial do iluminismo, tão caro ao conde da Barca e aos seus correspondentes, ainda que por eles não fosse admitido com objectividade. O “ouse saber”, recuperado por Immanuel Kant³⁷ dos escritos de Horácio, é a força motriz desta “civilização” que interligou Portugal, Brasil e América entre a segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX.

O ideal de progresso, nesse tempo de charneira, – ainda para mais com as especificidades de Portugal e Brasil – é determinante. A circulação de ideias, a troca de experiências, de materiais, de espécies botânicas e mineralógicas, de novidades literárias e científicas, explicadas e comentadas por via escrita e informal colocam a tônica nessa via de comunicação assíncrona, paralela e complementar aos documentos oficiais, que, por vezes, debruça-se sobre temas e noções de vanguarda de forma mais objetiva do que aqueles. Se os seus efeitos são imediatos para os interlocutores (a aquisição de conhecimento, que a curto prazo será validado através da observação e do empirismo), não o são para as populações. Falamos de uma elite cultural, curiosa, próxima dos círculos do poder, que persegue um fim: o aperfeiçoamento, o melhoramento, o “Bem Comum”, conceito tão caro aos Iluministas, mas que, contudo, tarda em surgir. Outras razões existiram para as barreiras que se elevaram contra o progresso.

Neste acervo, podemos definir vários planos. Em primeiro lugar, o governo da metrópole e os súbditos que, saídos das Invasões Francesas, tentam alcançar o Príncipe Regente, vértice da monarquia patrimonialista, como refere Norbert Elias, por meio dos homens que lhes estão próximos, os seus Ministros, Conselheiros e Secretários. Por esta via, assiste-se a um infindável número de pedidos de remuneração de serviços prestados à coroa, mas

³³ *Memória em defesa de alguns Autores Portuguezes, que escreverão sobre a Ethiopia, e particularmente sobre pertencer a Descuberta das origens do Nilo a Individuos, desta Nação Mr. Bruce, Author da viagem em Núbia, e Abissínia (...)* ADB/UM-SIFAA/SSC 08.01/SSSSC HL/ DOC. 40,21.

³⁴ ADB/ UM-SIFAA/ SSC 08. 01/ SSSC HL/ DOC. 41,4.

³⁵ Silva (1908, p. 88-89).

³⁶ *Un voyageur contre quatre ou examen des ouvrages suivans: “Etat présent du Portugal” par le General Dumouriez; “Voyage en Portugal” par Mr. Murphy Architect Anglois; “Tableau de Lisbonne”; “Voyage en Portugal” par Mr. Du Chatelet publié par le Citoyen Bourgoing.* ADB/ UM-SIFAA/ SSC. 08. 01/ SSSC HL/ DOC. 41,10 – 41,17.

³⁷ Kant (1984, p. 153-168).

também à narração das vitórias e derrotas militares, as tentativas de reerguer o reino, através da aplicação de medidas de vanguarda.

Depois, a rede diplomática portuguesa que está presente em vários pontos da Europa, aproveitando as informações trocadas nos contatos pessoais, bebendo a imprensa periódica e contactando intelectuais de vanguarda, livreiros e cientistas. Veja-se, por exemplo, a abundante correspondência de Bernardo José Abrantes e Castro, redator do “Investigador Português”, que informava circunstanciadamente dos avanços e recuos da política na Europa, das novidades literárias e dos percursos dos homens de letras. Dentre os diplomatas, são de realçar o marquês de Marialva, D. Pedro de Meneses, responsável pelos contatos exploratórios que levariam ao Brasil a “Missão Artística Francesa”, com o contributo de Francisco José Maria de Brito, antigo secretário do Conde da Barca e agora diplomata por mérito próprio; tal como o duque de Palmela, embaixador em Roma e, mais tarde, líder da missão portuguesa no Congresso de Viena, que recomenda a António de Araújo, o naturalista alemão Sellow que desenvolve os seus estudos botânicos sob a orientação de Alexander van Humboldt e que pretende realizar uma viagem ao Brasil. Também os estrangeiros, principalmente franceses saídos dos despojos do Bonapartismo, tentaram instalar-se no Brasil, como por exemplo o Conde de Hogendorp, recomendado por Marialva. Ou até portugueses notáveis, que careciam da proteção ou do perdão régio como, por exemplo, Silvestre Pinheiro Ferreira, que vinha apresentar justificações ao Príncipe Regente de uma comissão na Alemanha mal gerida, e que acabaria por publicar as suas “Prelecções Filosóficas”, que o glorificaram como o maior pensador português do início do século XIX, no dizer de Alexandre Herculano.

Mas o grande atrativo da correspondência materializa-se, sobretudo, no conjunto de autores que está localizado fisicamente no Brasil – a grande novidade mundial de meados do século XVIII, muito por força da dinâmica empreendida pela Geografia Descritiva, inaugurada por Alexander Van Humboldt, e pela História Natural, propiciadora das viagens filosóficas. Com a presença da corte, a partir de 1808, o imenso Brasil, até há pouco tempo protegido pelo pacto colonial, passava a ser alvo do interesse dos naturalistas, que pretendiam entrar no território, realizar as suas viagens filosóficas, cartografar o país, descrever a fauna e a flora, representar graficamente por meio de gravuras a talhe doce as espécies encontradas, como se verificou, por exemplo, com o Príncipe Maximiliano de Neuwied, recomendado a António de Araújo pelo Barão de Eschwege (1777-1855), na altura intendente das minas de Minas Gerais, que anunciava que o viajante chegaria encoberto pelo pseudônimo de barão de Braunsberg. Na realidade, o autor de *Pluto Brasiliensis* e do *Journal von Brazilien*, sócio correspondente da Sociedade de Iena, colheu as informações para os cerca de 23 trabalhos que viria a publicar na Alemanha, neste período de permanência no Brasil, trocando amiudadamente impressões com António de Araújo.

Na mesma linha de Eschwege, ou seja, dos servidores da Coroa no Brasil, podemos identificar Manuel Ferreira da Câmara, Intendente da extração dos diamantes de Serro Frio, trocando impressões sobre as investigações de José Vieira do Couto ou à remessa de diamantes para a coleção de Pabst d’Hain, as primeiras fundições do Morro da Serra do Pilar em conjunto com Frederico Luís Varnhagen e, ainda, com Wilhelm Feldner, que, durante 1813, escreveu várias vezes ao Conde da Barca, a partir de Caravelas. Dos estrangeiros, saliente-se também Étienne-Paul Germain, diretor do Real Jardim de Olinda, comentando circunstanciadamente os avanços registados na plantação de novas espécies botânicas.

Na extensa epistolografia de Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, coronel do Real Corpo de Engenheiros e Governador do Ceará, que apesar de ter liderado um governo conflituoso com os oficiais de justiça (Juiz de Fora e o Ouvidor), é possível compreender os bastidores da governação da capitania, a regulação dos corpos políticos e militares, e uma interessante ligação aos meios ilustrados europeus e norte-americanos.

Das capitanias chegavam novidades constantes, seja através dos governadores, seja das elites. Da Bahia, o Conde dos Arcos narrava as novidades botânicas, como a plantação do primeiro salgueiro-chorão no Brasil, e acompanhado Felisberto Caldeira Brant Pontes, grande proprietário, que se dedicou à inovação tecnológica e sua introdução no Brasil. Veja-se, por exemplo, a correspondência sobre a tentativa de resgate de uma máquina vapor, cujo navio que a transportava naufragou, e cujas negociações com a companhia de seguros seriam entabuladas em Londres por João Correia de Paiva, através de António de Araújo de Azevedo.

Tudo aportava ou pretendia aportar no Brasil. E tudo concorria para que, paulatinamente, fossem sendo lançadas as bases do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, formalizado em 1817, e que se constituiria como a arrancada final do Brasil rumo à independência.

Conclusão

De maneira sucinta e pontual, retratamos a importância do Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, personagem de destaque político e cultural em Portugal e no Brasil. Por meio da apresentação de sua trajetória profissional, pretendemos revelar a aplicação e real exequibilidade de seus ideais ilustrados. A relevância entre Portugal e o Brasil da sua acção, no período em apreço, demonstra o seu pragmatismo tendente a ultrapassar os limites do “saber estéril” em prol do Bem comum.

Ressalta-se a grandeza das influências do Conde da Barca em relação ao estabelecimento da cultura escrita no Brasil ao defini-lo como o responsável por romper com a proibição de trezentos anos ao instituir a primeira tipografia oficial e autorizada em terras brasileiras.

Sua notável erudição foi aqui apontada pela menção de suas áreas de conhecimento, expressas na concretude de sua rica biblioteca e, principalmente, de seus tantos contatos pessoais.

Dessa maneira, destaca-se a pormenorização de seus interlocutores, com quem trocava correspondências constantes, com informações circunstanciadas sobre questões de avultada relevância para o progresso. Além do caráter informativo, o arquivo pessoal do Conde da Barca mostra que esse “Homem de Letras” permanecia a tecer a imbricada rede de sociabilidades que visava ao progresso das ciências e, acima de tudo, ao desenvolvimento económico e sócio-cultural da nação.

Entende-se, pois, que o presente estudo representa “uma oportunidade de observarmos como se constituíam os universos normativos em sociedade durante a Época Moderna e as relações entre escrita [e] memória” (GANDELMAN, 2009, p. 96). Afinal, a cultura escrita deve ser tida como determinante à melhor compreensão do comportamento humano. Essa prática cultural ultrapassa a função de registrar o passado por conduzir a reflexões sobre aspectos contemporâneos de ordem diversa e, sobretudo, por possibilitar que se revisitem aspectos das relações interpessoais de outrora.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 255-264.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*. Arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, nº 21, 1998. p. 9-34.
- ARAÚJO, Artur da Cunha. *O Perfil do Conde da Barca*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940.
- AYRES, Christovam. *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Madrid: Marcial Pons, 2002.
- BRUM, J. Z. Meneses. Do Conde da Barca, de seus escriptos e livraria. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Typ. G. Lenzinger e Filhos, 1876-77, Fascículo n.º 1, p. 5-33; Fascículo n.º 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876, p. 359-403.
- CAPELA, José Viriato. António de Araújo de Azevedo e o Brasil. A importância do arquivo de António de Araújo de Azevedo, 1.º conde da Barca para a história do Brasil no fim do período colonial. *Bracara Augusta*, vol. XLIII, n.º 94/95 (107/108), 1991/1992.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CASTILLO GÓMEZ, António. *La cultura escrita en la larga duración*. São Leopoldo: Unisinos. vol 7, n. 12, 2003.
- CHARTIER, Roger. L'homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. (Org). *L'Homme de Lumières*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- CHAVES, Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos; LAMEGO, Paula Maria Faria; FERNANDES, Paula Sofia da Costa. A contribuição do Arquivo Distrital de Braga para a história do Brasil colonial. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. v. 10, n. 1, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997.
- DIAS, Silva. Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII). *Biblos*, volume XXVIII, Coimbra: Universidade, p. 360, 1953.
- FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e. *O colégio de S. Lourenço: alguns documentos para a história da Igreja dos Grilos do Porto*. Porto: Livr. Fernando Machado, [s.d.].

- GAGÉ, Jean. António de Araújo de Azevedo. *Auteur d'Osmia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1946.
- GANDELMAN, Luciana. Estatutos, visitas, memórias e atas: a construção da norma nos Recolhimentos de Órfãos administrados pelas Misericórdias no século XVIII. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (Org). *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009. p. 95-110.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos Arquivos privados. *Estudos Históricos. Arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, nº 21, p. 121-127, 1998.
- GOMES, Joaquim Ferreira. Duas listas de professores: uma elaborada pelo governo do marquês de Pombal e outra pelo de D. Maria I. *Revista de História das Ideias*, [...], vol. 4, tomo II, Porto, p. 43-91, 1982.
- HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- KANT, Immanuel. *Kant e a Resposta à Pergunta O Que São as Luzes*. Edição, apresentação, tradução e notas a cargo de José Esteves Pereira, Cultura, História e Filosofia, vol. III, Lisboa, INIC / Centro de História da Cultura da UNL, 1984.
- LEITE, António Pedro de Sousa. *O Conde da Barca e o seu papel em alguns aspectos das relações culturais de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha*. Braga: Separata de Armas e Troféus, 1962.
- MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde. *António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca*. Diplomata e Estadista, 1787-1817. Subsídios Documentais sobre a época e a personalidade, [s.l.], A.D.B./ U. M., 2004.
- MARTINS, Fausto Sanches. *O colégio de S. Lourenço: 1560-1774*. Porto: Universidade do Porto, 1986.
- RIBEIRO, José Silvestre. *História dos Estabelecimentos científicos, literários e artísticos*. sd. vol. 1. Tomo I. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1871.
- RODRIGUES, Abel. *Entre o Público e o Privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*. Dissertação (Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea), Braga: Universidade do Minho, 2008.
- _____. O Arquivo do conde da Barca: Mnemosine de um Ilustrado. In: CUNHA, José Anastácio da. *O Tempo, as Ideias, a Obra e...Os Inéditos*. Vol. I, Braga: ADB/UM, CMAT, CMUP, 2006.
- _____. A colecção de gravuras do Arquivo Distrital de Braga: Estudo e Catálogo. *FORUM*, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2004.
- _____. O Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá. In: Actas do 1º Congresso Internacional A Casa Nobre: Um Património para o Futuro. Município de Arcos de Valdevez: Arcos de Valdevez, 2007.
- SANTOS, Eugénio dos. *O Oratório no Norte de Portugal*. Contribuição para o estudo da história religiosa e social, Porto: INIC, 1982.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo XIX, 1908.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas artes à história nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 114-138.
- STOCKLER, Francisco Borja Garção. *Elogio Histórico de Pascoal de Mello Freire dos Reis*. Lisboa: Typ. da Academia R. das Sciencias, 1799.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Libertinagens e livros libertinos no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 523-563.

Procedimentos de retextualização para o disfarce da cópia no século XVIII: o caso da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*

Retextualization procedures to the copy disguise in the eighteenth century: the case of the Historical Memory of the Captaincy of São Paulo

Recebido em 15 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.320>

Renata Ferreira Costa¹

Resumo: No início do século XX, levantou-se uma problemática em torno da obra manuscrita *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* (1796), de Manuel Cardoso de Abreu, acusada de ser um plágio de obras dos historiadores setecentistas Pedro Taques de Almeida Paes Leme – *História da Capitania de São Vicente; Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e *Nobiliarquia Paulistana: Histórica e Genealógica* – e Frei Gaspar da Madre de Deus – *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. No entanto, a referência ao plágio no século XVIII é anacrônica, uma vez que a sua prática se configura como uma violação do direito de autor, em sentido estrito de roubo de um texto, somente na primeira metade do século XIX, a partir da formalização dos Direitos Autorais. O confronto dos textos permitiu verificar uma reprodução integral de muitos trechos e parágrafos, mas a *Memória Histórica* não se configura como sua cópia literal de suas fontes, uma vez que Manuel Cardoso de Abreu inseriu uma série de alterações nos textos que lhe serviram de modelo, dando origem a um novo texto. Isso revela que o aproveitamento das fontes não foi feito sempre por um mero decalque, mas que a intervenção de Abreu foi muitas vezes voluntária e acabou por deixar a sua marca no texto. Desta forma, fundamentando-se nos princípios teóricos e metodológicos da Crítica de Fontes e da Crítica Textual, este trabalho objetiva apresentar os procedimentos de retextualização das fontes de que se valeu Manuel Cardoso de Abreu para a composição de seu texto, com o propósito de disfarce da cópia, os quais incluem a adição ou supressão de elementos linguísticos ou informações textuais, a reordenação da ordem de palavras e orações, a substituição de palavras ou construções gramaticais e a reelaboração de frases, trechos ou parágrafos.

Palavras-chave: crítica de fontes; crítica textual; retextualização; plágio; século XVIII.

Abstract: In the early twentieth century, there arose a problem around the manuscript text *Memória Histórica da Capitania de São Paulo (Historical Memory of the Captaincy of São Paulo)* (1796) by Manuel Cardoso de Abreu, accused of plagiarism of works of the eighteenth century historians Pedro Taques de Almeida Paes Leme – *História da Capitania de São Vicente (History of the Captaincy of São Vicente)*; *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo (Historical News of the Expulsion of the Jesuits from São Paulo's College)* and *Nobiliarquia Paulistana: Histórica e Genealógica (Peerage Book for São Paulo: Historical and Genealogical)* – and Frei Gaspar da Madre de Deus – *Memórias para a História da Capitania de São Vicente (Memories for the History of the Captaincy of São Vicente)*. However, the reference to plagiarism in the eighteenth century is anachronistic, since its practice configures an infringement of copyright, in the strict sense of theft of a text, only on the first half of the nineteenth century, from the formalization of copyright. The confrontation of texts has shown a complete reproduction of many parts and paragraphs, but the *Historical Memory* is not configured as a literal copy of their sources, since Manuel Cardoso de Abreu entered a number of changes in the texts that served him as model, giving a new text. This reveals that the use of sources was not always done by a decal, but Abreu intervention was often voluntary and left his mark in the text. Thus, basing on the theoretical and methodological principles of Source

¹ Doutora em Letras, área de concentração Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudos Filológicos do Estado de Sergipe – GEFES e do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Sergipe – PHPB-SE. Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe, Brasil. renataferreiracosta@yahoo.com.br.

Criticism and Textual Criticism, this paper aims to present the retextualization procedures of sources that Manuel Cardoso de Abreu used for the composition of his text, in order to disguise copy, which include the addition or deletion of linguistic elements or textual information, reordering the order of words and sentences, replacing words or grammatical constructions and reworking sentences, passages or paragraphs.

Keywords: source criticism; textual criticism; retextualization; plagiarism; 18th century.

Introdução

Por volta de 1914, o historiador Afonso d'Escragnole Taunay (1876-1958) deu início aos estudos biobibliográficos referentes a Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), que seriam publicados em comemoração aos seus centenários de nascimento.

Durante sua pesquisa, Taunay recebeu do historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) a informação de que havia no Arquivo Público do Estado de São Paulo um livro manuscrito que seria um plágio de obras dos dois historiadores setecentistas. Assim, textos de Pedro Taques e Frei Gaspar foram cotejados com a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o ano de 1531 até o presente de 1796*, de Manuel Cardoso de Abreu, oficial maior da capitania de São Paulo, confirmando-se a cópia.

Apesar de declarar que esse manuscrito é uma “cópia servil”, Taunay também reconhece que os textos-fonte receberam intervenções do copista, objetivando o seu disfarce, característica essencial para a configuração do plágio. Contudo, a referência ao plágio no século XVIII é anacrônica, uma vez que a sua prática se configura como uma violação do direito de autor, em sentido estrito de roubo de um texto, somente na primeira metade do século XIX, a partir da formalização dos Direitos Autorais. Desta forma, é importante considerar as formas de representação do passado ao longo do tempo, de modo a pensar o plágio, especificamente quanto à produção da *Memória História*, no contexto dos métodos e práticas de escrita da história.

Com a publicação de *De re diplomática*, obra do beneditino Jean Mabillon, em 1681, consagra-se o método crítico de se fazer história, caracterizado pela necessidade de documentos originais, o exame apurado das fontes, o compromisso com a verdade dos fatos e a objetividade do historiador. No entanto, a história que vinha sendo escrita até então se baseava nos moldes da historiografia da Antiguidade, de caráter retórico, que levava em conta as opiniões e relatos de testemunhas oculares dos fatos em detrimento dos documentos, desprovida de citações, “método que consiste em fundir, conciliar ou esclarecer, seja de versões diferentes, seja de relações apaixonadas ou contraditórias” (BEAUCHAMP, 2010, p. 21-22 *apud* MEDEIROS, 2011, p. 122).

A descrição dessa prática tradicional de escrever história muito se aproxima do conceito de compilação, operação que consiste, segundo Medeiros (2011, p. 122), em “costurar diferentes fragmentos, retirados de diversas obras, em meio a transições grosseiramente tecidas”. No século XIII, frei São Boaventura, discorrendo sobre a produção medieval do livro, já havia citado a compilação como uma das quatro maneiras de escrever um texto, que consiste em adicionar informações de outros textos, trabalho realizado pelo compilador (*compilator*), além de escrever sem acrescentar ou mudar nada, o que caracteriza o trabalho do copista (*scriptor*), acrescentar textos próprios, mas com o texto alheio em primeiro plano, prática do comentador (*comentator*), ou conjugar textos alheios ao próprio texto, sendo que este último está em primeiro plano, como faz o autor (*autor*) (MARTINS, 2012, p. 31).

A concomitância, especialmente no início do século XIX, entre o método tradicional e o método crítico de escrever história, acabou gerando a desabonação do primeiro, de modo que os historiadores que continuaram seguindo as formas tradicionais tiveram seus textos desqualificados e confundidos com plágios.

Se entre os historiadores e críticos do século XIX havia conflitos em relação às diferentes formas de representação do passado, é verossímil pensar que Afonso Taunay, quando atribuiu a Manuel Cardoso de Abreu a pecha de plagiário, também estava sob influência de um juízo crítico que correspondia à sua maneira de escrever história. Assim, Taunay não viu na *Memória Histórica* o reflexo de um modo tradicional de escrever, não considerou que Manuel Cardoso teria agido de acordo com uma tradição historiográfica que demandava de seu próprio tempo, por isso não o considerou uma compilação de obras alheias, ou, como se nomeia neste trabalho, retextualização, como faziam os historiadores da Antiguidade, mas como um aproveitamento textual indébito.

De acordo com a historiadora Karina Anhezini (2009), a perspectiva historiográfica de Afonso Taunay, um dos principais historiadores das primeiras décadas do século XX, que foi exposta em sua conferência de 3 de maio de 1911, publicada posteriormente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob o título *Os princípios gerais da moderna crítica histórica* (1914), apoia-se essencialmente na dissertação de Carl Friedrich Phillip Von Martius, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), e nos estudos de seu mestre Capistrano de Abreu.

Assim, verifica-se que Taunay seguia um método de escrever história cuja principal diretriz era a de que “a história se faz com os documentos”, numa perspectiva de trabalho investigativo e crítico de fontes (TAUNAY, 1914, p. 324 *apud* ANHEZINI, 2009, p. 230). Além da importância do documento, esse método também priorizava a objetividade do historiador, que, segundo Anhezini (2009, p. 241), deveria ser imparcial, libertando-se “do seu ponto de vista moderno”.

Considerando-se que Taunay seguia o princípio de que a verdade histórica só poderia ser alcançada através do documento e de que o historiador deveria citar suas fontes e referências, é compreensível o seu juízo crítico em relação à *Memória Histórica*.

Desta forma, neste trabalho, considera-se que a apropriação textual realizada por Manuel Cardoso de Abreu não deve ser considerada um plágio, mas uma retextualização. Tal procedimento de escrita, usual à época, não tinha um caráter negativo, o que vai modificar-se nos séculos posteriores, quando os adeptos do método crítico irão estigmatizar as obras que se valiam dos métodos da historiografia clássica.

1. As fontes da *Memória Histórica*

O trabalho crítico de investigação e estabelecimento das fontes abre caminho para o conhecimento e a compreensão da gênese de uma obra, na medida em que interpreta e ordena os sucessivos estágios de sua construção, investiga suas relações com outros textos, verificando as modificações que o autor introduz nas passagens imitadas e o coeficiente de originalidade em relação à fonte inspiradora, e estuda os percursos biográficos e bibliográficos de seu autor.

A avaliação das fontes é função da Crítica de Fontes, disciplina que teve início a partir do século XVII, quando o beneditino Jean Mabillon lançou os fundamentos da “ciência do documento” em sua obra *De re diplomática*, em que conferia autoridade às fontes autênticas, “valorizando o documento escrito como prova da História, trabalho que foi continuado pelos beneditinos da Congregação de Sain-Maur e que trouxe ‘condições seguras para o conhecimento histórico’” (ABUD, 1985, p. 74). Tal disciplina destaca-se não só, mas principalmente, no ofício do historiador, que encontra nela os fundamentos para

[...] verificar se o documento realmente pertencia à determinada época e que não havia sido falsificado, se quem disponibilizava o documento era confiável e, também, a finalidade e a intenção do documento, atentando para o momento e o lugar em que foi elaborado. (VIDOTTE, 2010).

Em seu surgimento, a principal preocupação da Crítica de Fontes era a autenticidade do documento, como valor de prova da verdade dos fatos, o que lançou os fundamentos da Diplomática e da Arquivologia moderna. Entretanto, há que se considerar que, para a atual historiografia, muito mais do que a autenticidade, interessa o que o documento aborda ou legitima, independentemente de um sentido de verdade. Assim, a pesquisa histórica passa a tomar as fontes documentais como manifestações empíricas do passado:

Pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano. A pesquisa se ocupa primariamente da realidade das experiências, nas quais o passado se manifesta perceptivelmente, ou seja: de “fontes”. (RÜSEN, 2007, p. 99)

No contexto literário, de acordo com Spina (1955, p. 16), a Crítica de Fontes consiste na investigação das fontes lidas e utilizadas por um escritor, procedendo “a um balanço delas” e acusando a sua “maior ou menor incidência (constantes)”, com a finalidade de compreender a personalidade literária do escritor e a sua obra. Desta forma, a crítica de fontes está relacionada ao estudo da gênese literária, de modo a revelar, segundo Christofe (1996, p. 62), as fontes que forneceram ao escritor o tema de sua obra.

O trabalho da Filologia compreende a crítica de fontes, tomada tanto como uma das operações processuais da pesquisa histórica, que considera a fonte como uma manifestação empírica do passado, quanto uma etapa fundamental na investigação da gênese textual, uma vez que se apoia no estudo do texto escrito, explorando exaustiva e conjuntamente os seus mais variados aspectos, dentre os quais o linguístico, literário, crítico-textual e sócio-histórico.

Para além de cuidar da edição de textos, a Filologia preocupa-se também em examinar a fidelidade de transcrições, cópias e edições, assim como em estabelecer a sua autoria e procedência, no que Spina (1994, p. 83) diz ser a sua função adjetiva. Sob o viés da interpretação, essa ciência torna possível resgatar no texto as condições materiais e sociais de sua composição, circulação, transmissão e apropriação, estabelecendo a relação entre texto e autoria.

Na Filologia, as questões relacionadas à gênese do texto e a sua transmissão são objeto de estudo privilegiado da Crítica Genética e da Crítica Textual, que partem do princípio de que, no processo de sua transmissão, os textos estão sujeitos a alterações, sendo necessário reconhecê-las. Neste sentido, a Crítica Textual presta-se também ao estudo dessas alterações, ou variantes, que, conforme Candido (2005, p. 37), é de grande interesse para o conhecimento da intenção de um autor e, por conseguinte, do seu processo criador. Ao ocupar-se do processo de transmissão dos textos, a Crítica Textual tem como objetivo a restituição e fixação da sua forma genuína.

Dialogando e firmando relações com esses campos do saber, que oferecem os métodos necessários para a compreensão de todas as particularidades dos textos, foi possível realizar um exame pormenorizado e interpretativo dos dados coletados no confronto das fontes, permitindo caminhar com segurança rumo ao *modus operandi* de Manuel Cardoso de Abreu na produção da *Memória História da Capitania de São Paulo*.

Identificou-se, então, nesse texto, a presença de outros cinco textos do século XVIII, que sofreram sucessivas alterações, a saber: *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus; *História da Capitania de São Vicente*, *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme; e *Divertimento Admirável*, do próprio Manuel Cardoso, como se apresenta no esquema a seguir:

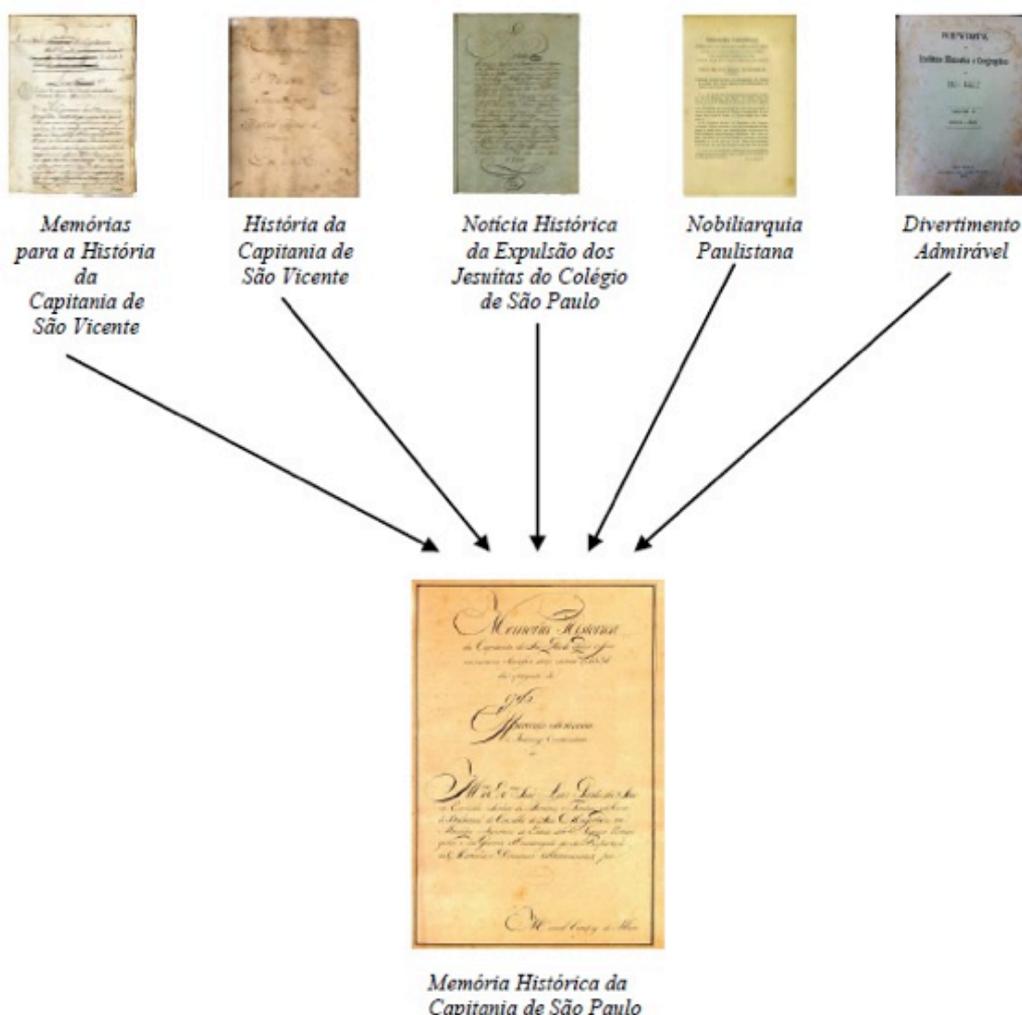


Figura 1. Textos-fonte da *Memória Histórica*.
Fonte: Costa (2012).

Memórias para a História da Capitania de São Vicente é a obra mais emblemática de Frei Gaspar da Madre de Deus, na qual o frei beneditino revela a origem da capitania e os acontecimentos que marcaram sua história. Essa obra configura-se como o texto-fonte principal para a estrutura e o conteúdo da *Memória Histórica*. Além disso, dentre as cinco fontes identificadas de que se serviu Manuel Cardoso de Abreu, esse texto é o que apresenta o maior percentual de aproveitamento, correspondente na *Memória Histórica* a aproximadamente 54,2% (38.157 palavras de um total de 70.390)².

História da Capitania de São Vicente, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, trata da história da capitania desde os seus primeiros donatários, Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa, até a sua incorporação à Coroa de Portugal. Dessa obra, foram identificados muitos parágrafos em diferentes partes da *Memória Histórica*. Considerando que a obra possui 166 parágrafos, dos quais foram copiados 54, pode-se dizer que Manuel Cardoso de Abreu se apropriou de cerca de 32% da *História da Capitania*.

Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo, também de Pedro Taques, disserta sobre os conflitos entre paulistas e jesuítas no século XVII pelo controle da mão de obra indígena, o que obrigou os padres a abandonar o seu colégio em 1649. Esse fato foi um marco na história de São Paulo, de modo que não poderia deixar de ser relatado nas memórias da capitania. Assim, essa matéria é tratada na *Memória Histórica* a partir da transcrição de aproximadamente 57% da obra de Pedro Taques: 30 parágrafos de um total de 52.

Nobiliarquia Paulistana: Histórica e Genealógica é a maior obra de Pedro Taques, que registra a história e a genealogia dos primeiros povoadores de São Paulo, até a década de 70 do século XVIII. Dessa obra, Manuel Cardoso de Abreu utilizou somente um parágrafo, inserido no capítulo VI do título dos “Prados” e que corresponde a uma carta régia aos oficiais da câmara da vila de São Paulo, de 1677.

O capítulo XIII do texto intitulado *Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso*, de autoria de Manuel Cardoso de Abreu, é um registro da cidade de São Paulo em fins do século XVIII. É desse capítulo, especificamente dos parágrafos 2 e 3, sobre o terreno da cidade e suas igrejas e conventos, respectivamente, que Manuel Cardoso se valeu para a composição de sua *Memória Histórica*. Do segundo parágrafo foi aproveitada somente a primeira frase, enquanto o terceiro foi transcrito quase em sua totalidade, com exceção da última frase. Isso representa um aproveitamento de aproximadamente 1,8% do *Divertimento Admirável*.

2. Procedimentos de retextualização

A invenção da Imprensa, em meados do século XV, foi um divisor de águas na história da transmissão da cultura no Ocidente, uma vez que, além de possibilitar a rápida reprodução e circulação dos livros, deu início ao estabelecimento dos limites entre autor, leitor e comentarista, garantindo ao autor a possibilidade de ter seu nome associado ao seu texto, o qual já não podia ser reproduzido ou alterado com tanta liberdade pelo receptor.

Antes disso, conforme declara Zumthor (1993, p. 55), a transmissão da poesia medieval dava-se pelas cópias manuscritas, realizadas por copistas³, profissionais para os quais, em geral, os textos eram ditados e por eles reproduzidos com maior ou menor grau de fidedignidade, visto que o trabalho de cópia era frequentemente sujeito a erros, seja pela má compreensão do texto, por distrações ou pelo cansaço físico e psicológico de quem copiava. Além disso, havia por parte do copista a liberdade de intervir no texto, emendando-o, adequando-o à sua língua e à sua época ou até mesmo inserindo partes de outras obras ou recriando passagens, de modo que a cópia ganhava aspectos que a distanciavam do seu original, o que, de acordo com Picosque (2008, p. 52), “indicava uma ‘apropriação literal’ dos escritos aos quais os leitores tinham acesso”.

O filólogo espanhol Alberto Blecuá, em seu *Manual de Crítica Textual* (1983, p. 19-20), disserta sobre as modificações ou erros de cópia durante o processo de transmissão do texto. Tais erros podiam ser involuntários, como lapsos próprios do ato de cópia, ou decorrer de intervenção voluntária do copista. No primeiro caso, baseado

² É importante destacar que o procedimento de colação da *Memória Histórica* com os textos-fonte foi realizado linha a linha, de modo a abarcar todas as lições divergentes (considerando palavras que formam sequências retextualizadas), o que resultou em um quadro global de tais lições. A partir desse quadro, foi possível organizar as variantes de acordo com sua categoria e, então, dar início à etapa de análise qualitativa e quantitativa.

³ Também chamados de *librarii* ou *scriptores* (ARNS, 2007, p. 56).

nas categorias modificativas aristotélicas, os erros recebem a seguinte classificação: por adição (*adiectio*), por omissão (*detractatio*), por alteração de ordem (*transmutatio*) e por substituição (*immutatio*). Os erros ainda podiam ter outra tipologia, como é o caso dos *visuais*, *mnemônicos*, *psicológicos* e *mecânicos*⁴. Os erros alheios ao copista eram devidos às condições materiais do livro, como a perda de trechos pela ação do tempo, da umidade, do fogo, etc. (BLECUA, 1983, p. 30).

Ao analisar os múltiplos casos particulares dos erros que cometem os copistas, sistematizando-os em uma tipologia limitada, Blecua tem em conta o *Libro de Buen Amor*, obra representativa da poesia medieval. Todavia há que se considerar que o comportamento dos copistas medievais também pode ser observado em autores modernos, como asseveram Spaggiari e Perugi (2004, p. 80), no que concerne à natureza dos erros, e podem ocorrer, segundo Castro (1990, p. 52), no “plano substantivo, que concerne à estrutura linguística e semântica do texto” e no “plano dos acidentais, que respeita à sua forma gráfica e ortográfica”, respectivamente.

Enquanto os erros acidentais são puramente mecânicos, ou seja, “provocados pela distração, o cansaço manual, a velocidade de escrita” (CASTRO, 1990, p. 54), as variantes substantivas são erros não mecânicos, baseados, de acordo com Kane (1988b, 78-95 *apud* SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 73), em quatro causas principais, a saber:

- 1) produção dum texto mais fácil (“easier”, “more explicit”) do ponto de vista gramatical, lexical e, geralmente falando, contextual; 2) produção dum texto mais enfático (o copista participa na produção autoral); 3) substituição voluntária ocasionada quer por incompreensão do texto original, quer por preferência estilística, quer por necessidade de paliar as sequências duma precedente corruptela (“smoothing”), quer por censura; 4) alteração do esquema métrico.

São as variantes substantivas que conferem autoridade a um testemunho, porque, enquanto alterações conscientes, elas atingem o sentido do texto (KANE, 1989, p. 187 *apud* SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 101) e, por que não dizer, o estilo do autor.

Até aqui se falou dos tipos de erros suscetíveis nas etapas sucessivas que constituem o processo de cópia de um texto, através de procedimentos voluntários ou involuntários do autor ou de terceiros. Quando se trata da cópia de textos, não com a finalidade específica de sua transmissão, mas como um processo de apropriação de fontes para a constituição de um novo texto, verifica-se que são inseridas alterações para que a reprodução não seja idêntica e, assim, facilmente reconhecida. Tais alterações identificam-se com as características das variantes substantivas, na medida em que são voluntárias e atingem estruturas linguísticas e textuais, modificando, em alguns casos, o sentido do texto-fonte.

A *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* é um exemplo de texto que reproduz um processo de modificação de outros textos, isto é, de retextualização, em que estão em jogo mecanismos de reordenação e adequação textual nos níveis sintático, lexical e informacional, tais como a supressão e a adição de elementos linguísticos ou informações textuais, a reordenação da ordem de palavras e orações, a substituição de palavras ou construções gramaticais e o uso de sinônimos. Tendo essas características, esse texto torna-se objeto para a análise das variantes, entendidas aqui como as lições⁵ resultantes da intervenção de Manuel Cardoso de Abreu nas suas fontes.

A colação dos testemunhos é a base para o procedimento de análise propriamente dita, o qual parte do pressuposto de que, na passagem de um texto para o outro, Manuel Cardoso praticou uma série de alterações intencionais, com a finalidade de compor um novo texto a partir da fusão dos textos-base. Assim, realizou-se o cotejo entre o manuscrito **F** (*Memória Histórica*), tomado como base, e os manuscritos **A** (*Memórias para a Histórica da Capitania de São Vicente*), **B** (*História da Capitania de São Vicente*), **C** (*Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo*), **D** (*Nobiliarquia Paulistana: Histórica e Genealógica*) e **E** (*Divertimento Admirável*), procurando dar conta de todas as lições divergentes, da qual resultou um quadro global de tais lições. A partir desse quadro, foi possível organizar as variantes de acordo com sua categoria e, então, dar início à etapa de análise qualitativa e quantitativa.

⁴ De acordo com a descrição de Dain (1949, p. 38), essas alterações podem ocorrer por *leitura do texto*, *retenção do texto*, *ditado interior* e *manejo da mão*, respectivamente.

⁵ Emprega-se o termo *lição* para o conteúdo de um lugar do texto (GLOSSÁRIO DE CRÍTICA TEXTUAL, 2012).

De modo a selecionar e analisar as variantes textuais e linguísticas encontradas e estabelecer os padrões através dos quais essas variantes se manifestam, buscaram-se subsídios na categorização de erros de cópia proposta por Blecua (1983, p. 20-30). As categorias abaixo aplicam-se, neste trabalho, tanto a casos de modificação originados de intervenção voluntária, como a casos de alterações acidentais, cometidas de forma inconsciente:

- 1. Adição:** repetição de uma letra, sílaba, palavra ou frase breve, em um contexto de proximidade de palavras ou frases semelhantes;
- 2. Omissão:** supressão de uma letra, sílaba, palavra ou frase de extensão variável quando o elemento que vem a seguir lhe é idêntico ou muito semelhante, como é o caso, por exemplo, do erro de ditado interior ou o fenômeno conhecido como salto por homeoteleuto ou de igual a igual;
- 3. Alteração de ordem:** inversão da ordem de letras, sílabas, palavras ou frases contíguas;
- 4. Substituição:** é uma variante própria da leitura do modelo, que afeta com mais frequência uma palavra, pela proximidade com outra semelhante. Neste fenômeno, o caso mais emblemático é o da *lectio facillior* ou trivialização, quando o copista substitui uma palavra ou uma passagem do texto pela lição mais fácil ou inovadora. Além desse caso, há também os casos de substituição por confusão de nomes próprios que se repetem, por sinônimos e por antônimos.

É importante salientar que existem particularidades em relação ao tipo de texto utilizado por Blecua para a categorização dos erros próprios do ato de cópia e o texto da *Memória Histórica*, o que, evidentemente, levou a adaptações ao seu método. Primeiramente, ainda que haja poucos casos de lapsos de escrita no texto, isto é, variantes involuntárias, este trabalho volta-se essencialmente para a maior parte das ocorrências que apontam para alterações voluntárias inseridas nas fontes de que se serviu Manuel Cardoso de Abreu. Além disso, afora as variantes que se adequam a essa classificação, outro tipo foi encontrado no texto, tendo sido necessário buscar outra categoria em outros referenciais, como é o caso da reelaboração.

O conceito de *reelaboração* considerado aqui é semelhante ao usado por Souza (2011, p. 592), que, por sua vez, teve como base a obra *Principi di Critica Testuale* (1972, p. 60-61), do filólogo italiano D'Arco Silvio Avalle, quando este trata do *rifacimento*, um processo de adaptação ou atualização linguística e estilística.

A reelaboração textual consiste em uma nova apresentação de uma frase, trecho ou parágrafo do texto-fonte em função do seu conteúdo, buscando-se recuperar o contexto linguístico e situacional do evento de onde o trecho foi selecionado. Nesse processo, que algumas vezes acaba por gerar construções sem equivalência semântica, o estilo do autor é modificado, pois o grau de interferência na expressão e no conteúdo do texto é muito grande, maior do que no processo de substituição.

Há que se observar ainda que não serão consideradas nesta análise as variantes gráficas, porque as alterações mais significativas, que atingem o sentido do texto e o estilo do autor, operando uma intervenção efetiva, são as variantes linguísticas e textuais.

O exame das relações entre os textos em causa é apresentado da seguinte forma: os fragmentos dos textos em que ocorre modificação foram selecionados e distribuídos conforme o tipo de alteração introduzida (adição, omissão, alteração de ordem, substituição e reelaboração); dentro da sistematização das lições variantes, os fragmentos são colocados aos pares, um abaixo do outro, antecedidos pela sigla do texto correspondente, com a dita alteração destacada em negrito.

O levantamento das lições variantes foi exaustivo em todos os testemunhos colacionados. No entanto, dada a extensão das obras, não serão apresentadas aqui todas as ocorrências encontradas, apenas exemplos de cada categoria. Aos exemplos apresentados, escolhidos a partir de sua relevância no quadro geral das lições recolhidas, fazem-se comentários que buscam identificar padrões ou sub-padrões de modificação dentro das grandes categorias de alteração acima apresentadas.

3. Exemplos de lições variantes

Apresentam-se a seguir alguns exemplos de lições variantes entre os mss. A, B, C, D, E e F:

3.1 - Adição

Nos casos a seguir, verifica-se a coordenação de mais um elemento à oração. O conectivo *e* estabelece, nesses casos, uma expansão de constituintes, assim como *ou* estabelece uma alternância entre esses elementos, os quais compartilham o mesmo traço morfológico e semântico:

A: a Esquadra navegava

F: a Esquadra, **ou Armada** navegava

B: foi seu primeiro provedor Brás Cubas,

F: foi Seu primeiro Povoador, **e Fundador** Bras Cubas,

C: subrepticio, tudo o que em prejuizo deste povo lhe viesse,

F: Subrepticio, **e obrepticio** tudo o que em prejuizo deste Povo lhe viesse,

Conforme explicado anteriormente, no processo de cópia das fontes para F, houve uma série de procedimentos voluntários do copista, como são, por exemplo, a omissão, a substituição e a alteração da ordem dos termos ou fragmentos textuais. Essas operações, algumas vezes, levam-no a, obrigatoriamente, adicionar outro termo à oração para que o texto continue coeso e coerente, funcionando como uma espécie de adaptação à nova realidade textual:

A: e agora vou convencer de falsas as outras noticias de Pita.

F: e agora vai-se **a** convencer de falsas as outras noticias de Pita.

A: e outra na Villa de Santos, tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real, cujo teor he o seguinte: (L)⁶

F: e outra na Villa de Santos, cujo theor hé o Seguinte. (p)⁷ **Sendo** tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real.

C: aos 7 de outubro de 1647 = Rey

Reconhecida, e respeitada a Paternal Clemencia do Soberano,

F: a 7 de outubro de 1647. (z)⁸ **E sendo** reconhecida, e respeitada a Paternal Clemencia do Soberano,

Outro conjunto de adições representa casos de determinação ou explicação de um termo já existente. Tais casos ocorrem pela inserção de artigos determinados, advérbios, locuções adverbiais, adjetivos, substantivos e sintagmas:

A: No Archivo do Convento do Carmo existem os Autos

F: No Archivo do Convento do Carmo **de Santos** existem os Autos

B: para conhecimento das vilas

F: para **verdadeiro** conhecimento das Villas,

C: o padre Pedro Homem Albernás,

F: o **Reverendo** Padre Pedro Homem Albernáz,

D: Officiaes da Camara de São Paulo. Eu o principe vos envio saudar.

F: Officiaes da Camara **da Villa** de Saõ Paulo. Eu o Principe vos invio **muito** Saudar.

E: São Gonçalo dos Pardos,

F: Saõ Gonçallo **Garcia**, dos **homens** pardos;

⁶ Nota marginal no original.

⁷ Nota marginal no original.

⁸ Nota marginal no original.

O processo de adição também se dá no nível informacional, através da inserção de palavras, sintagmas, frases, trechos e parágrafos de tamanho variável, que contêm informações complementares às já existentes ou que estabelecem a articulação de frases e orações:

A: se deo o appellido de Capitania de Saõ Paulo

F: se deo o apelido de Capitania de Saõ Paulo. **A dita Villa de Saõ Sebastiaõ tem hoje em si o numero de 5 mil 238 almas.**

B: ser fundada em janeiro de 1567 por Mem de Sá,

F: Ser fundada em 1567, por **Estacio de Sá, e depois por seu Tio** Mem de Sá,

C: ententaraõ os moradores de Sam Paulo expulsar aos lezuitas

F: intentarão os moradores de Saõ Paulo **tornar a** expulsar os lezuitas

D: como merecem tão leaes vassalos. Escripta em Lisboa a 29 de Novembro de 1677. Príncipe. Conde de Val dos Reis.

F: como merecem taõ leaes Vassallos; **e emquanto a queixa, que me fazeis sobre a repartição do Sal, preço porque se vos vende, e excesso dos Officiaes da Villa de Santos, o Dezembargador loãõ da Rocha Pita, que invio a deligencias do meu Serviço a essas Capitancias / leva ordem minha para compor este negocio, e nos mais do meu Serviço, e do que tiveres que requerer perante elle vos fará justiça, e de vós confio o deixares obrar, advertindo-o daquellas couzas, que mais convenientes forem a vossa conservação, e augmento dessa Villa.**

Escripta em Lisboa a 29 de novembro de 1677 == Príncipe == Conde de Val dos Reys. (g)⁹

E: Rosário dos Pretos,

F: o Rozario dos Pretos; **duas Capellas de Nossa Senhora dos Remedios, e de Santa Efigenia, ambas tambem dos pretos;**

A reiteração de palavras também se inclui no processo de adição, uma vez que um termo mencionado anteriormente é novamente adicionado em outro lugar do texto:

A: 38. Com este documento se convence, que os vestigios naõ são de Alfandega; e com outro se mostra indubitavelmente, que nos primeiros annos entravaõ

F: 38. Este documento mostra que os vestigios naõ são de Alfandega, e com outro **documento** se mostra, que nos primeiros annos entravaõ

A: todas as 50. legoas de seos Sobrinhos, e começarei pelas 10, situadas

F: todas as 50 legoas de Seus Sobrinhos, começando pelas 10 **legoas** situadas

A: que diz, lhe demos posse de tudo,

F: que **lhe** dis, lhe demos posse de tudo

Outro processo é a inserção de palavras ou sintagmas que se encontravam subentendidos no texto-fonte:

A: No principio foi habitada somente dos filhos,

F: 156. No principio **da Povoação de Santo Andre**, foi **ella** somente habitada dos filhos,

B: da de Santos, dessa de São Paulo,

F: da **Villa** de Santos, dessa **Villa** de Saõ Paulo,

C: da expulção dos Padres lezuitas, que executada na manhaã

F: da expulsaõ dos ditos Padres, que **foi** executada na manhaã

⁹ Nota marginal no original.

E: de São Francisco, São Bento,
F: de Saõ Francisco; **de** Saõ Bento;

A remissão a outras partes do texto, retomando ou anunciando os seus argumentos, se manifesta, respectivamente, através da adição de construções referenciais anafóricas e catafóricas:

A: governava em sua auzencia Fernão Vieira Tavares, como havia determinado
F: governava em sua auzencia Fernão Vieyra Tavares, / **que atras fica referido** / como havia determinado

A: passou o seguinte Alvará no anno de 1544. (Z)¹⁰
F: passou hum Alvará no anno de 1544, (h)¹¹ **do theor Seguinte:**

B: foi seu primeiro provedor Brás Cubas,
F: foi Seu primeiro Povoador, e Fundador Bras Cubas, **como está mostrado,**

Encontram-se ainda casos de adição que apontam para o que parece ser a correção do modelo:

A: e porem mando, que no tempo, que os Indios
F: e porem mando que no tempo, **em** que os Indios

A: porque logo assentou, que a Esquadra era de Portuguezes;
F: porque logo acentou, **de** que ella era de Portuguezes;

C: como a que tem mui particular o Governador
F: como a que tem muito **em** particular o Governador

3.2 - Omissão

No que se refere à omissão de substantivos, adjetivos, pronomes e advérbios, que podem ou não vir acompanhados por preposições, artigos ou conjunções, e também de alguns sintagmas, frases e trechos, verifica-se a tendência a suprimir do texto as palavras ou expressões determinativas, valorativas e explicativas:

A: Pedro Alvares Cabral, **illustre, e valerozo** Senhor de Azurara,
F: Pedro Alvarez Cabral, Senhor de Azurara,

A: havia conseguido o nome de Graõ Capitaõ, **que elle desejou merecer desde o tempo da sua puericia.**
F: conseguiu o nome de Grão Capitaõ.

B: A vila de **São Francisco das Chagas de** Taubaté
F: 20. A Villa de Taubate

C: Mem de Sá, **terceiro Governador Geral do Estado**, e a requerimento dos Padres do Collegio **da Villa** de São Vicente,
F: Mem de Sá, e a requerimento dos Padres do Colegio de Saõ Vicente,

D: por se achar **a** minha fazenda tão exausta
F: por se achar minha Fazenda taõ exausta,

E: a **da** Misericórdia,
F: a Mizericordia;

Outra forma de tornar o texto mais objetivo e imparcial, conforme hipótese nossa, é por meio da eliminação das marcas de pessoalidade, que se manifestam principalmente quando, no texto-fonte, há

¹⁰ Nota marginal no original.

¹¹ Nota marginal no original.

considerações pessoais e avaliações sobre determinados fatos. São casos de omissão de palavras ou expressões modalizadoras ou de frases, trechos e parágrafos inteiros nos quais se manifesta a presença da primeira pessoa do discurso:

A: Esta foi, **a meo ver**, a razão,

F: Esta foi a razão

A: primeiro Povoador da Fazenda de Santa Anna, **onde nasci, e fui regenerado pelo Sacramento do Baptismo, que allí me conferiraõ na Capella de meos Pays:**

F: primeiro povoador da Fazenda de Santa Anna;

A: 181. **Para que não duvide da minha veracidade, quem souber, que Amador Bueno foi meo terceiro Avo paterno,** vou confirmar a substancia do cazo com as palavras de Artur de Sá,

F: 182. Este cazo se verefica com as palavras de Artur de Sá,

A: para que se não oppuzesse á novidade. **Isto he suspeita minha.**

F: para que se não opuzesse a novidade.

Constataram-se outros casos de omissão, os quais apontam para a redução de elementos e de conteúdo do texto-fonte. Tais ocorrências envolvem verbos, advérbios, pronomes, substantivos, preposições, conjunções e numerais, além de frases, trechos e parágrafos:

A: Engenho d'agua chamado da Madre de Deoz, **e huã Capella da Senhora com esta invocação,** titulo, que ao depois se mudou pelo de Neves;

F: Engenho d'agoa chamado da Madre de Deos; cujo titulo ao depois se mudou pelo de Neves.

B: surgiu em Cabo Frio **em 1554,** onde introduzido

F: Surgio em Cabo Frio, onde introduzido

C: Augmentou-se a povoação de Piratyninga, **tomando o nome da Villa de Sam Paulo com a conversão dos Gentios,** cuja administração

F: augmentouce a Povoação de Pirátininga, cuja administração

E: e capacitado das suas razoens, **annuo á supplica,** rezolveo finalmente amparar aos hospedes,

F: e capacitado das suas razoens, rezolveo finalmente amparar aos hospedes,

Em A e C, os erros de escrita percebidos a tempo eram imediatamente retificados, acrescentando-lhes logo após os marcadores "digo" ou "alias" e a palavra ou expressão correta. Esses casos de emendas foram omitidos em F:

A: de Braz Cubas, Capitaõ, **e Ouvidor, digo,** como // filho de Luiz de Goes,

F: de Braz Cubas Capitaõ // Como filho de Luis de Goes,

A: havia fundado Gabriel de Lara, **tomou, digo, posse** em nome de Dom Diogo de Faro, e Souza,

F: havia fundado Gabriel de Lara em nome de Dom Diogo de Faro e Souza,

C: e **esta Provizam alias** esta com Provizam de Sua Magestade,

F: e esta com Provizaõ de Sua Magestade,

Existem também omissões de frases referenciais anafóricas e catafóricas:

B: no dia 12 do mês de janeiro de 1621, sendo oficiais da Câmara Gregório Rodrigues, Alonso Pelaes, Diogo Ramirez e Jorge Correia, moço da Câmara d'el-rei. **Todo este fato assim referido consta difusamente no lugar embaixo citado.**

F: no dia 12 do mesmo laneiro de 1621

C: de que tinhaõ sido lançados, **como fica indicado** se constituirão protectores
F: de que tinhaõ sido lansados, se constituirão Protectores

C: Camara de Sam Paulo, **pelo theor seguinte.**
F: Camara de Saõ Paulo. (b)¹²

3.3 - Alteração da Ordem

Em relação à posição do verbo na oração, muitos casos apontam para uma alteração de sua ordem em relação a advérbios:

A: e não lhe sendo possível **castigar pessoalmente** o insulto Gentilico,
F: e não podendo **pessoalmente castigar** o insulto,

A: e hoje **somente hé** capaz de Canoas,
F: e hoje **hé somente** Capaz de Canoas.

B: que depois **se chamou no batismo** Isabel,
F: que depois **no Baptismo se chamou** Izabel,

B: **levantou à sua custa** igreja matriz
F: **A sua Custa levantou** Igreja Matris

Existem também mudanças na posição do pronome em relação ao verbo:

A: e **collocaraõ-na** em huã Capellinha,
F: e **a Colocarão** em huma Capelinha,

A: hoje **chamaõ-lhe** Piassaguera,
F: hoje **lhe chamão** o Porto de Piassaguera,

B: o general Albuquerque **se achava** então ausente
F: **achavasse** o dito Governador auzente

Outras classes de palavras que sofrem alteração de ordem nas orações são advérbios, substantivos, preposições, adjetivos e pronomes, podendo apresentar diferença semântica:

A: Estes queriaõ augmentar a sua **Aldêa**, e aquelles a sua **Villa**,
F: estes queriaõ augmentar a sua **Villa**, e aquelles a sua **Aldeya**.

B: Antônio Caetano **Coelho Pinto**
F: Antonio Caetano **Pinto Coelho**

B: de gente **armada em canoas** de guerra
F: de gente **em Canoas armadas** em guerra

C: onde está o **mayor numero** de gentio,
F: onde está o **numero mayor** de Gentio,

A seguir apresentam-se outros casos de inversão da ordem sintática:

A: e **Sua Magestade o fez** Donatario da Capitania de Saõ Thomé
F: e **o fez, Sua Magestade**, Donatario da Capitania de Saõ Thome,

¹² Nota marginal no original.

A: Eu vou relatar, o que **deste Fidalgo escreve o Chronista de Santo Antonio do Brazil**, (a)¹³ sem me constituir fiador das suas noticias.

F: **O chronista de Santo Antonio do Brazil escreve deste Fidalgo** o Seguinte

B: foi a **Condessa de Vimieiro** repelida

F: foi repelida a **Condessa de Vimieyro**

B: com o teor dos autos **da demarcação** que o provedor fez,

F: com o theor dos Autos, que o Provedor fes **a demarcação**,

Os casos de alteração da ordem considerados acima se referem a palavras ou sintagmas que aparecem contíguos no texto; no entanto, no *corpus*, há também ocorrências de deslocamento de termos na oração ou de uma oração para a outra. Algumas dessas ocorrências têm impacto sobre o sentido da frase:

A: e outra na Villa de Santos, **tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real**, cujo teor he o seguinte: (L)¹⁴

F: e outra na Villa de Santos, cujo theor hé o Seguinte. (p)¹⁵ Sendo **tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real**.

A: tenho encontrado varios **nos** Livros dos Registos das Sesmarias

F: se achão **em** varios Livros de registos de Sesmarias

B: obteve provisão **datada no Rio de Janeiro no mesmo ano de 1646** de Duarte Correia Vasques Anes, como administrador das minas.

F: obteve Provisaõ de Duarte Correa Vasques Aunes, Administrador das Minas, **datada no Rio de Janeiro em 1646**,

E: a Sé, **os conventos do Carmo e de São Francisco, São Bento, Santa Tereza**, São Pedro, o Colégio que foi dos denominados jesuítas, em que assiste o bispo, **a** da **Misericórdia, Santo Antonio**, Rosário dos Pretos, e **São Gonçalo dos Pardos**, entre os quais alguns bem acabados e magníficos, e fora da cidade, em distância de 300 braças mais ou menos, está o reconhecimento da Luz,

F: a Sé Cathedral; Saõ Pedro; o Colegio dos extinctos, e proscriptos lezuitas; **Saõ Gonçallo** Garcia, **dos** homens **pardos; Santo Antoninho**; o Rozario dos Pretos; duas Capellas de Nossa Senhora dos Remedios, e de Santa Efigenia, ambas tambem dos pretos; **a Mizericordia; Os Conventos do Carmo; de Saõ Francisco; de Saõ Bento**; e os Recolhimentos de **Santa Thereza**, e da Luz,

3.4 - Substituição

As substituições encontradas no *corpus* se enquadram em uma gradação entre casos de (i) concordância (muito forte) entre o que substituí e o que foi substituído; (ii) concordância parcial (acréscimo ou supressão de novos conceitos, sem alterar o sentido) e (iii) discordância (quase total ou muito forte) entre os termos substituídos.

A: A Capitania de Saõ Vicente **muito famigerada**

F: A Capitania de Saõ Vicente **taõ celebre**

A: **arrostou** huã ilha alta na latitude de 23. graos,

F: **avistou** huma Ilha alta na latitude de vinte e tres graos,

A: signaes evidentes de **animarem** espiritos generozos.

F: signaes evidentes de **Seus** expiritos generozos:

¹³ Nota marginal no original.

¹⁴ Nota marginal no original.

¹⁵ Nota marginal no original.

A: a quem agora os vê **subterrados**.
F: a quem agora os vê **adornados de Arvoredos grandissimos**.

A: deraõ principio á de São Paulo os Padres da Companhia. Os primeiros **Religiosos da extincta sociedade de Jezus** chegaraõ ao Brazil em 1549.

F: deraõ principio a de São Paulo os Padres da Companhia, os primeiros, **que** chegaraõ ao Brazil em 1549

B: guerra **contra** os portugueses

F: guerra **com** os Portuguezes

B: se criou ouvidoria na **pessoa do Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto**.

F: se creou Ouvidoria na **dita Villa:**

B: faltando na Bahia as notícias **ao Governador Mem de Sá,**

F: faltando-**lhe** na Bahya as notícias,

C: por **determinação** de Mem de Sá,

F: por **ordem** de Mem de Sá,

Em outro padrão encontram-se os casos de substituição entre formas ou expressões que guardam identidade com a fonte, mas que a alteram mais profundamente:

A: tomou a resolução de hir **lançar a semente do** Evangelho

F: tomou a resolução de hir **pregar o** Evangelho

A: e não tenho fundamento, para **me oppor ao** naufragio

F: e não há fundamento para **duvidar do** naufragio

A: e Minas **geraes,**

F: e Minas **do Ouro**

A: mas **Pedro Taques** em varios lugares de seos preciozos, manuscriptos

F: mas **certo anonimo de bom criterio** em varios lugares de Seus manuscriptos

B: ausente **nos Estados de** Flandres,

F: auzente **em** Flandres,

B: (neste **tempo** ausente em França),

F: / neste **anno** auzente em França /

C: e estar por todo o contheudo **nesta** dita escriptura,

F: e estar por todo o Contheudo **na** dita escriptura,

Verifica-se que as substituições afetam também as desinências de número e pessoa e de tempo e modo dos verbos:

A: Pelo Sertaõ **atravessou** a animosidade

F: Pelo certaõ **atravessava** a animosidade

A: pelo que **tinha ouvido**, recebeo a Tebyreçá com os obzequios

F: pelo que **ouvio**, recebeo a Tevirichá com os obzequios

B: o que tudo assim declarado se **cumprirá** inteiramente

F: o que tudo assim declarado se **cumpra** inteiramente

B: Havia já quatro anos
F: Haviaõ já quatro annos,

C: que lhes **parece** poderiaõ ter cada hum
F: que lhes **parecesse** poderiaõ ter cada hum

Alguns casos específicos de substituição de desinências verbais ou ainda do verbo *ter* por *haver* indicam o apagamento de marcas de 1ª pessoa, em favor de um texto que procura neutralizar declarações do autor original:

A: conformo-me com o Author
F: se deve conformar com o Autor

A: eu assim **entendo** ao Chronista da Companhia;
F: assim o **entendia** o Chronista da Companhia,

A: Nesta parte não lhe **acho** razaõ;
F: Nessa parte não **se** lhe **acha** razaõ,

A: tenho fundamentos,
F: há fundamentos

A: só **posso** assegurar,
F: só **se pode** aSegurar,

C: Esta certeza **descobrimos** em hum livrinho manuscrito
F: Esta certeza **se descobrio** em hum livrinho manuscrito

C: por cuja falta **ignoramos** o mais,
F: por cuja falta **se ignora** o mais,

Há casos ainda de substituição de desinências nominais de número, de gênero e de grau:

A: para supportarem os incomodos **dos Sertoens**.
F: para supportarem os incomodos **do Certaõ**,

A: Martir **glorioso**,
F: Martyr **gloriozo**,

B: tendo mandado pedir **socorro** de gente
F: tendo mandado pedir **soccorros** de gente

C: passada para **as Índias** do Perú, Reyno de Castella a **instancias** do Imperador Carlos quinto,
F: passada para **os Índios** de Perû, Reino de Castella, a **iñstancia** do Imperador Carlos quinto

D: para supprir **as despezas** do que fica referido
F: para Suprir **a despeza** do que fica referido

E: Santo **Antonio**,
F: Santo **Antoninho**;

3.5 - Reelaboração

No *corpus*, o processo de reelaboração textual foi realizado segundo preferências lexicais, sintáticas e semânticas, abrangendo casos de adaptação a uma linguagem mais concisa, de alteração da estrutura sintática, de paráfrase e de alteração semântica.

Como a reelaboração tem como uma de suas etapas a substituição de informações, estes dois conceitos, de reelaboração e de substituição, são facilmente confundidos, mas há que se considerar que a reelaboração vai além da simples substituição, uma vez que não somente seleciona e substitui informações, mas também as reconstrói através de associações a significados. Nesse processo, há interferência na forma e substância da expressão e do conteúdo, objetivando, de acordo com Souza (2011, p. 595), sintetizar uma passagem descritiva ou informativa do texto.

A síntese consiste na exposição resumida de uma parte do texto-fonte, contendo suas características básicas, num todo coerente, com a finalidade de transmitir uma ideia geral e concisa sobre o seu sentido:

A: Todas estas notícias, que eu n'outro tempo acreditava como artigos de fe historica, estão muito longe de merecer firme assenso; porque huãs são muito duvidozas, e outras absolutamente falsas, como hirei mostrando nas seguintes reflexoens.

F: cujas notícias, parecendo veridicaz em outro tempo, se mostraõ falsas nas seguintes reflexoens.

B: perdeu a donatária Condessa de Vimieiro a vila de São Vicente, sua capital, com as mais que temos referido,

F: perdeu a referida Condessa Donataria as Suas Villas,

C: forão lançados do Collegio de Sam Paulo os Padres lezuitas // a saber o Reytor o Padre Nicolao Botelho // com os Padres Antonio Ferreira, Antonio de Marys // Matheus de Aguiar, e Lourenço Vas; e os Leigos Domingos Alvares, pucuhy de alcunha // Antonio Gonçalves, e Lourenço Rodriguez.

F: foraõ lançados do Colegio de Saõ Paulo os Padres lezuitas, que nelle rezidiaõ.

Outras ocorrências de reelaboração indicam uma alteração na estrutura sintática da frase. Em alguns casos, há mudança do sentido da oração:

A: Não padece a menor duvida, que houve a dita prohibiçaõ, e tambem que para todos poderem hir ao campo, foi necessaria dispensa, de quem tinha jurisdicãõ igual á do prohibente

F: A prohibiçaõ foi certa, como tambem necessaria dispensa de quem tinha jurisdicãõ igual a do prohibente para hir ao Campo.

B: foi povoação que fundou pelos anos de 1670 o paulista Baltasar Fernandes,

F: foi erecta em 1670 pelo Paulista Bartholomeu Fernandez,

B: Notificado assim dito Fogaça, respondeu:

F: por todo o Contheúdo nella em 11 de Fevereiro do mesmo anno; a cuja notificação deo Fogaça a reposta Seguinte.

A paráfrase, entendida como a interpretação, explicação ou nova apresentação de um texto ou trecho, tem como objetivo torná-lo mais inteligível, mantendo a ideia principal do texto original:

A: Sem embargo que nada he taõ miseravel, como a vida, que elles passavaõ nos Sertoens,

F: Sem embargo que não havia couza mais miseravel, do que a vida, que elles passavaõ nos Certoens,

A: as outras ordinariamente hiaõ pelo rio em canoas até Tumiarú. Para Matriz erigio huã Igreja com o titulo de Nossa Senhora da Assumpção: fez cadêa, caza do Concelho, e todas as mais obras publicas necessarias; foi porem, muito breve a duraçaõ dos seus edificios, porque tudo levou o mar.

F: as outras pelo rio em Canoas athé Tumiarû, e todos os edificios, e Obras publicas, que erigio, teve breve duraçaõ, porque tudo levou O mar.

B: até se extinguir a dita casa, que se passou depois para dentro das mesmas minas.

F: Esta Caza se abolio, e passou a Officina para outra parte, **e por fim se estabeleceo dentro das mesmas Minas Geraes.**

B: O Capitão Domingos Leme foi o fundador desta vila, na qual tendo levantado pelourinho por ordem do Capitão-Mor Ouvidor Dionísio da Costa, era nome do donatário D. Diogo de Faro e Sousa,
F: Foi confirmado o Pelourinho, que já estava levantado pelo Capitam Mor Ouvidor Dionizio da Costa, ao Capitam Domingos Leme, Povoador em nome do Donatario Dom Diogo de Faro e Souza

Há ainda casos de reelaboração com alteração semântica mais ou menos significativa:

A: aos 7. de Fevereiro de 1575. e na mencionada Escriptura, da qual eu tenho huã Copia, vem incluza a procuração, por onde Dona Cecilia conferio poder a seu marido, para em seu nome outorgar a Doação das terras,

F: em 7 de Fevereiro de 1575, e Doação outorgada por Dona Cecilia a seu marido

B: para cobrar os direitos e redizimas

F: para cobrar dellas a redizima dos Direitos,

B: de gente armada em canoas de guerra

F: de gente em Canoas armadas em guerra

E: É a cidade aprazível pelo terreno

F: Está cituada em lugar aprazivel,

Considerações finais

A partir do levantamento das fontes da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* e de sua colação, foi possível comprovar que Manuel Cardoso de Abreu operou uma apropriação textual, caracterizada como retextualização, na medida em que conjuga diversos fragmentos de obras de autores diferentes, inserindo alterações que procuram manter a coesão e a coerência textuais, ao mesmo tempo em que deixa marcas de seu próprio estilo ou se distancia do estilo dos autores copiados.

De modo geral, as alterações não são profundas e substanciais, e atreladas a elas estão fatores que se prendem à busca de um texto mais claro, conciso e objetivo, numa linguagem mais simples, isenta de adjetivações exacerbadas, considerações pessoais ou longas descrições. Essas características da *Memória Histórica* em relação às suas fontes permite dizer que houve um processo muito trabalhoso de retextualização, o qual só seria possível realizar por alguém com certa destreza na prática de escrita.

Desta forma, os resultados gerais apontam mais semelhanças do que diferenças entre a *Memória Histórica* e suas fontes, o que permite retomar a questão da autoria dessa obra.

Uma vez que Manuel Cardoso de Abreu se aproveita dos textos dos historiadores Pedro Taques e Frei Gaspar na elaboração de seu texto, sem citar as fontes, numa apropriação que se mostra quase integral, com alterações que, dados os resultados da análise, revelam-se voluntárias, é aceitável que Afonso Taunay reputasse a *Memória Histórica* como um plágio, cujas características muito se assemelham ao procedimento de Abreu, como, por exemplo, o disfarce, a ocultação do texto anterior e do seu autor e a assimilação dos elementos fundamentais da obra alheia, em forma e conteúdo.

Entretanto, há que se considerar que no século XVIII, contexto histórico em que ocorre essa apropriação, havia uma prática de escrita da história baseada no relato de testemunhas oculares e na ausência de citação dos autores consultados, diferentemente do que ocorrerá a partir do século XIX, quando a escola positivista considera que o saber histórico deve fundamentar-se, essencialmente, na pesquisa de documentos escritos autênticos como legitimadores dos fatos, ou seja, como manifestações empíricas do passado, de modo que se fazia necessário citar e referenciar as fontes pesquisadas. Pode-se considerar, então, que Abreu, por não seguir esses princípios, recebeu um julgamento anacrônico e teve seu texto desabonado, sendo, por isso, acusado de plagiário.

Assim, neste trabalho, chega-se à conclusão de que a apropriação textual realizada por Manuel Cardoso de Abreu não pode ser considerada um plágio, mas uma retextualização dos textos-fonte. Tal procedimento de escrita, usual à época, não tinha o caráter negativo que tem atualmente, o que vai modificar-se nos séculos

posteriores, quando os adeptos do método crítico irão estigmatizar as obras que se valiam dos métodos da historiografia clássica.

Referências bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as Nobilíssimas Tradições: A Construção de um Símbolo Paulista: o Bandeirante*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- ANHEZINI, Karina. Um Metódico à Brasileira: A Escrita da História de Afonso de Taunay. *Revista de História*, n. 160, p. 221-260, jun. 2009.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *A Técnica do Livro Segundo São Jerônimo*. Trad. Cleone Augusto Rodrigues. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- AVALLE, D'Arco Silvio. *Principi di Critica Testuale*. Padova: Antenore, 1972.
- BLECUA, Alberto. *Manual de Crítica Textual*. Madrid: Castalia, 1983.
- CANDIDO, Antonio. *Noções de Análise Histórico-Literária*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- CASTRO, Ivo. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
- CHRISTOFFE, Lilian. *Intertextualidade e Plágio: questões de linguagem e autoria*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1996.
- COSTA, Renata Ferreira. *Um Caso de Apropriação de Fontes Textuais: Memória Histórica da Capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu, 1796*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DAIN, Alfonse. *Les Manuscrits*. Paris: Les Belles-Lettres, 1949.
- GLOSSÁRIO de Crítica Textual. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- MARTINS, Beatriz Cintra. *Autoria em Rede: um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação*. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PICOSQUE, Tatiana Aparecida. *Da Poética Movente: uma prática quinhentista em diálogo com Herberto Helder*. Dissertação (Mestrado em Literatura). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- RÜSEN, J. *Reconstrução do Passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.
- SOUZA, Luana Batista de. Frequência das Variantes do Romance O Seminarista, de Bernardo Guimarães. In: Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro: CIEFIL, 2011. vol. XV, n. 5, t. 1, p. 588-601.
- SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: Crítica Textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética/ Edusp, 1994.
- _____. A Crítica de Fontes. *Da Idade Média e de Outras Idades*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1955. p. 7-25.
- VIDOTTE, Adriana. *Varia Historia*, vol. 26, n. 43, jun. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50104-87752010000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz: A "Literatura" Medieval*. Trad. Amalio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta”: A circulação de notícias e a *Gazeta ‘da Restauração’* em Portugal (1641-1647)

“Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta”:
The circulation of news and the Gazeta ‘da Restauração’ in Portugal (1641-1647)

Recebido em 18 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.321>

Caroline Garcia Mendes¹

Resumo: A circulação de notícias no continente europeu tem sido tema de diversos trabalhos nos últimos anos. Para além de produções individuais, criadas e voltadas exclusivamente para determinadas nações, entende-se que o periodismo impresso foi um movimento ocorrido em diferentes partes da Europa que se iniciou em meados do século XVII. Em Portugal isso não foi diferente. Em novembro de 1641, um ano após a Restauração portuguesa e aclamação de Dom João IV, começou a circular em Lisboa a chamada *Gazeta da Restauração*, periódico considerado o primeiro daquele país, que continha, em sua maioria, notícias relacionadas às batalhas contra Castela nas fronteiras portuguesas. A publicação possuía autorização régia e apresentava constantemente exaltação à nova Coroa. Seu caráter mensal se estendeu de novembro de 1641 a julho de 1642, quando foi suspensa, podendo retornar a circular meses depois, em novo formato. O presente artigo tem o intuito, assim, de discorrer acerca deste periódico e analisar alguns dos temas presentes em suas páginas, pensando em seus impressores e editores e no momento vivido por aquela sociedade, em que a cultura periódica começava a se estabelecer.

Palavras-chave: circulação de notícias; periodismo; *Gazeta da Restauração*; cultura escrita; história moderna.

Abstract: The circulation of news in the European continent has been the theme of several works in the past few years. Beyond individual productions, written to and concerning exclusively determined nations, it is understood that printed periodism was a movement that occurred in different parts of Europe, from the mid-sixteenth century onwards. In Portugal, it was not different. In November of 1641, one year after the Portuguese Restoration and acclamation of Dom João IV, the so-called *Gazeta da Restauração* began to circulate in Lisbon, considered the first periodic publication of that country and which contained news mostly related to the battles against Castela on the Portuguese border. Its publication had the royal authorization and constantly exalted the new Crown. Its monthly character lasted from November 1641 to July 1642, when it was suspended, returning to circulate months later in a new format. This paper intends to discuss this publication and analyze some themes present in its pages, assessing elements related to its printers and editors, and the moment lived by that society, in which the periodic publication culture began to settle.

Keywords: circulation of news; periodism; *Gazeta da Restauração*; written culture; modern history.

¹ Mestre em História na área de concentração Política, Memória e Cidade no IFCH/Universidade Estadual de Campinas e Doutoranda em História Social na FFLCH/Universidade de São Paulo. Possui experiência em História Colonial e História da Cultura Escrita, com ênfase em cultura epistolar e cultura periódica na Idade Moderna, no Brasil e em Portugal. Esta pesquisa conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - processo 2014/23614-7). carol.mendes@outlook.com.

Introdução

O milagre ocorrido em primeiro de dezembro de 1640 em Lisboa é de grande estima à Restauração portuguesa e foi noticiado em diferentes papéis que circularam pela cidade: para dar ânimo às pessoas que apoiavam a nova dinastia que ascendia ao poder, Jesus Cristo despregou o braço direito do crucifixo, às portas da Igreja de Santo Antônio. Um ano após o grande acontecimento, era a descrença neste milagre e suas consequências que estavam estampadas na primeira página da *Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de Novembro de 1641*:

Num lugar da Beira se afirma que houve um homem, que ouvindo dizer numa conversação de amigos que na feliz aclamação de el Rei nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório: disse que podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço; e assim que acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversação, e só a ele matou (*Gazeta*, Nov/1641, f. 2)².

Era importante tornar público o que aconteceria com quem duvidasse do milagre, pois essa contestação poderia desencadear até mesmo dúvidas acerca do próprio movimento restaurador (FARIA, 2010, p. 39). Para alertar as pessoas acerca do apoio divino à nova Dinastia e, conseqüentemente, os perigos de sua contestação, o primeiro periódico português trazia impressa a notícia chegada da Beira. Em dezembro de 1641 a homenagem à Restauração era a primeira notícia vinculada na *Gazeta*, que comemorava a data em que “Deus nosso Senhor pôs seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal, e foi servido de o restituir a seu legítimo sucessor, o Sereníssimo Rei D. João IV”, descrevendo ainda a festa que tomava as ruas de Lisboa e afirmando que não vira o Sol “em quantos milhares de anos há que rodeia a máquina do mundo, mais gala, aparato igual, maior grandeza, nem tantas demonstrações de alegria em todos os triunfos, que a fama soleniza” (*Gazeta*, dez/1641, f. 1; 1v).

Os trechos utilizados acima estão publicados em dois números da *Gazeta*, dos meses de novembro e dezembro de 1641, mas muitos outros circularam por Lisboa entre os anos de 1642 e 1647. São centenas de notícias que tratam de cerimônias, batalhas, milagres, desastres naturais e visitas diplomáticas, em um período delicado da história ibérica por se tratar da Restauração e conseqüente guerra com Castela para impor a dinastia de Bragança diante do reino português. Dessa forma, propomos em nosso artigo uma análise inicial sobre a *Gazeta da Restauração*, considerada pela historiografia como o primeiro periódico português.

1. Os periódicos no continente europeu: alguns apontamentos

As discussões acerca do periodismo europeu são recentes na historiografia. A preocupação com Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso tem gerado nos últimos anos uma grande produção historiográfica voltada para compreender o funcionamento da circulação de notícias no continente europeu³. Temos de ter em mente que o desenvolvimento da imprensa ainda no século XV, apesar de fundamental para a circulação periódica de que iremos tratar, por si só não explica o anseio daquela sociedade em ter acesso às notícias locais e de outras partes do

² Citaremos os números e páginas da *Gazeta* no corpo do texto, utilizando (*Gazeta*, mês/ano, f.) no intuito de facilitar a leitura. Também preferimos adaptar os trechos citados ao português atual, pois focaremos nossa análise neste artigo apenas em seu conteúdo. A *Gazeta da Restauração* disponível no site da Biblioteca Nacional de Portugal em: <<http://purl.pt/12094/5/#/10>> está incompleta, não possuindo alguns exemplares que estão publicados no trabalho de Eurico Gomes Dias (2006).

³ A partir da leitura das fontes (especialmente os periódicos portugueses, no atual ponto da pesquisa), percebemos que quem escrevia esse material muitas vezes utilizava os termos *Relação*, *Gazeta* e *Mercúrio* como sinônimos. A historiografia atual possui, porém, algumas definições acerca dos três termos. A principal característica que difere as Relações de Sucessos das Gazetas e Mercúrios é que as primeiras não possuíam pretensão de periodicidade. A historiadora Ana Paula Torres Megiani explica que elas são “textos ocasionais, sem periodicidade regular, nos quais são relatados acontecimentos com o objetivo de informar, entreter e comover o receptor sobre coisas que têm sucedido” (MEGIANI, 2012, p. 473). José Tengarrinha diferencia as Gazetas e Mercúrios na medida em que as primeiras seriam semelhantes aos jornais atuais e os últimos, parecidos com nossas revistas (TENGARRINHA, 1989, p. 41). Ainda tratando apenas dos dois periódicos portugueses, podemos afirmar que a primeira fase da *Gazeta* é bastante semelhante ao *Mercúrio Portuguez*, com a diferença de que a escrita deste último conta frequentemente com as opiniões pessoais de seu editor. Para seus contemporâneos, contudo, entendemos que era apenas uma questão de origem das palavras: *Mercúrio* remetendo ao mensageiro dos deuses, e *Gazeta* à “moeda pequena, com que ordinariamente se comprava em Veneza a Relação impressa das novas correntes” (BLUTEAU in LISBOA, 2006, p. XIII). Era frequente o editor do *Mercúrio* se referir àquele periódico como *Gazeta* ou *Relação* no decorrer do texto, o que demonstra a fluidez com que estes termos eram empregados no século XVII.

continente. O desenvolvimento da arte tipográfica, contudo, modificou a relação da sociedade de maneira geral com a escrita, superando o monopólio clerical da cultura escrita e multiplicando "os objetos escritos, intensificando as trocas culturais, disseminando a produção intelectual em relação aos seus centros tradicionais, criando novos ofícios e novos públicos leitores" (BUESCU, 2000, p. 31), operando, assim, uma ampliação da circulação da escrita impressa entre letrados e iletrados⁴. Ana Isabel Buescu explica ainda que a difusão da imprensa obedece a uma lógica centro-periferia, na qual tem preeminência a Alemanha onde, por volta de 1470, todas as grandes cidades já possuíam oficinas tipográficas. O surgimento de uma técnica, porém, não significa sua utilização e, ainda mais, não justifica a crescente popularidade que o material impresso passa a obter em diferentes partes da Europa. Relacionar exclusivamente o surgimento da tipografia com seu uso e expansão, assim, é perder de vista outras formas de análise e deixar de fazer outras perguntas àqueles documentos e àquela sociedade.

Nosso primeiro passo deve ser assim pensar a sociedade da segunda metade do século XVII como possuidora de um espaço e da necessidade da circulação de notícias, e que essa circulação começava naquele período a concretizar-se regular e periódica (LISBOA, 2002). A linha evolutiva proposta por alguns autores – em que a circulação de notícias teria se iniciado com a cultura epistolar, depois com avisos e relações de sucesso manuscritas e impressas, e que por fim se teria concluído nos impressos periódicos do século XVII – contudo, deve ser deixada de lado para melhor entendimento do início da cultura periódica em Portugal. Esses periódicos circulavam concomitantemente a diversos papéis de notícias e cartas, impressas ou manuscritas, e muitas vezes tomavam a forma desses materiais, num momento em que todos eles coexistiam e completavam uns aos outros.

Quando analisa a esfera pública, Jürgen Habermas relaciona a circulação de notícias com a circulação de mercadorias, afirmando que desde o século XIV as trocas de cartas comerciais foram organizadas como uma espécie de sistema profissional de correspondências, necessário para as transações realizadas através das distâncias. As grandes cidades tornaram-se, assim, também grandes centros de circulação de notícias. Era um momento em que ainda não era interessante nem para a corte, nem para os comerciantes, a publicidade da informação. Assim, o interesse se voltava mais para jornais manuscritos e cartas privadas, organizadas comercialmente por negociantes de notícias. Para Habermas, só podemos falar em imprensa no sentido estrito do termo quando a informação regular é pública, ou seja, acessível ao público de maneira geral, e isso só começaria a ocorrer, segundo o autor, no final do século XVII. Foi ainda em meados do século XVII que as autoridades começam a entender a imprensa como algo útil à administração:

No começo, os jornais políticos informavam das viagens e dos retornos do príncipe, da chegada de personalidades estrangeiras, festas, 'solenidades' da corte, nomeações, e assim por diante. Vinculadas a essas notícias da corte, que poderiam ser interpretadas como uma espécie de transposição da representação na nova forma da esfera pública, apareciam também 'os decretos do soberano para o bem dos súditos'. A imprensa logo começou a ser posta sistematicamente a serviço dos interesses da administração pública (HABERMAS, 2014, p. 126-127).

Esse local de corte nos periódicos é encontrado também nas *Gazetas de Lisboa*, periódico manuscrito do início do século XVIII analisado por André Belo. Também recorrendo a Habermas, Belo explica que estes chamados jornais políticos não eram feitos *para* uma elite, e sim *por* elas, denominando estes "constrangimentos" a que eram submetidas as notícias publicadas nestes periódicos como filtros de informação. Assim, estes periódicos limitavam "as suas notícias a fazer eco da solenidade desses gestos e cerimônias. Ao reproduzir, sem se distanciar deles, um ambiente e uma hierarquia palacianos" (BELO, 2001, p. 45), a *Gazeta* prolongava essa atmosfera. A primeira fase da *Gazeta da Restauração* e algumas notícias de suas últimas publicações também não fugiam a esta regra.

A historiadora Carmen Espejo entende, assim, que mais do que iniciativas individuais de Estados Modernos, marcados por políticas absolutistas – como querem algumas interpretações – o fenômeno periodístico seria europeu, não nacional. Além do contexto econômico levantado por Habermas, Espejo entende que outros motivos também fizeram com que o interesse pelas notícias atravessasse fronteiras ao redor do continente. Há o surgimento concomitante através da Europa do interesse pelas notícias, relacionado em grande parte à Guerra dos Trinta Anos que cobria todo o continente. O interesse pelas notícias e o surgimento dos periódicos, assim, atravessa o continente europeu, no que Espejo denomina de "explosão informativa" (ESPEJO, 2012). A guerra, segundo Mario Infelise, normalmente alimentava o desejo por informação, havendo uma estreita relação entre

⁴ Ampliação no sentido de maior acesso, sem esquecer, no entanto, que a maioria da população nesse momento ainda não é alfabetizada e não teria recursos financeiros para o acesso ao material impresso.

acontecimentos militares e a origem do periodismo impresso. O autor entende que, se em condições ordinárias a produção à mão bastava, no caso dos grandes conflitos a curiosidade se multiplicava. Estas redes manuscritas e impressas, por outro lado, não permaneceram separadas, formando os avisos escritos à mão, as gazetas impressas e as relações, uma “espiral de intercâmbio” que alimentava diferentes opiniões e discussões (INFELISE, 2010, p. 160).

João Luis Lisboa explica que estas gazetas não correspondem aos periódicos que reconhecemos atualmente, nem tem a ver com o jornalismo que se iniciou há um século. Portanto, analisar as gazetas do século XVII não tem o intuito de esclarecer os primórdios do jornalismo, mas sim compreender o que eram, como funcionavam, o que movia seus editores e como eram construídas (LISBOA, 2002).

2. A Gazeta da Restauração

A Gazeta conhecida como *da Restauração* foi publicada entre os anos de 1641 e 1647 em Lisboa. Era um caderno que significava a entrada de um novo conceito tipográfico de informação em Portugal, não só por sua intenção de periodicidade impressa, mas também como “órgão informativo e publicitário oficial do reino de Portugal” (BERGEL, 2004, p. 228). De uma regularidade ocasional das relações, a *Gazeta* traz consigo a periodicidade marcada mensalmente. Assim, sua publicação se inicia em novembro de 1641 e segue sendo impressa mensalmente até julho de 1642, momento em que é interrompida, voltando em novo formato em outubro do mesmo ano. Se antes apresentava uma divisão entre notícias de dentro e fora do reino, em outubro de 1642 seu título sofre modificação para *Gazeta primeira do mês de outubro de novas de fora do reino*, onde de fato as notícias tratam quase exclusivamente de outras localidades que não Portugal. No ano de 2006 o pesquisador português Eurico Gomes Dias publicou uma edição transcrita da *Gazeta da Restauração*, que foi de grande importância para nossa pesquisa. Dias considera, porém, uma *Relação* publicada em 1648 como parte da *Gazeta da Restauração*, por isso o recorte proposto por sua publicação estende-se até o dito ano. Trabalharemos aqui com a noção de que este periódico, com este título e formato, encerrou-se em setembro de 1647, sem contudo desmerecer a proposta do autor já que, como é percebido em nossas análises, o formato das *Relações*, *Gazetas* e *Mercúrios* na segunda metade do século XVII é bastante semelhante, sendo que seus autores muitas vezes utilizam um termo no lugar de outro.

Esse periódico possuía diferentes maneiras de manter-se abastecido com novas de diferentes partes do continente europeu, claramente inserido em uma rede de informação que perpassava longínquas regiões. Quem o escrevia, contudo, informava também seus leitores acerca da origem daquelas notícias, como na *Gazeta* de dezembro de 1641 em que escreve que “as mais destas novas são colhidas de cartas, e pessoas dignas de crédito, que vieram de varias partes” (*Gazeta*, dez/1641, f. 8v). A menção a chegada de cartas é bastante frequente no decorrer da *Gazeta*, como quando se escreve que foram recebidas “boas novas, que tivemos da Índia Oriental, por um correio que veio da Itália por via da Pérsia” (*Gazeta*, mar/1642, f. 2), ou quando lemos que “por via da Holanda foi a França uma carta de um português, que assiste nas Índias de Castela (...)” (*Gazeta*, Nov/1641, f. 5)”; se na primeira fase da *Gazeta* essas menções são feitas no decorrer do texto, na segunda fase as notícias são já divididas por localidades, muitas vezes aparentando uma tradução literal de alguma nova acerca das batalhas que ocorrem no continente europeu.

Podemos encontrar ainda referência a pessoas que vinham de determinadas regiões trazendo informações, como quando se escreve que “pessoa digna de crédito que veio de Madri, afirma que el Rei Felipe havia gastado dentro de dez meses nas guerras de Portugal, e suas dependências, três milhões, e trezentos mil cruzados” (*Gazeta*, dez/1641, f. 8v). Outra fonte de informação que abastecia esta *Gazeta* eram os periódicos de outras partes da Europa, como indica o trecho a seguir: “na gazeta que veio de França, estão as propostas que os irlandeses agora fazem a el Rei Carlos de Inglaterra” (*Gazeta*, abr/1642, f. 6; 6v). Em seguida, em quase duas páginas da *Gazeta*, são transcritas e traduzidas para o português o artigo publicado na *Gazeta da França* que continha os pedidos dos católicos irlandeses ao rei da Inglaterra.

A suspensão da *Gazeta* por alguns meses levanta dúvidas a João Luis Lisboa se de fato já havia o entendimento de periodismo por aquela sociedade, pois a proibição *das gazetas* devido ao mau estilo de *todas elas* remete ao autor que a noção unitária desta publicação em série “é uma construção que a continuidade deste tipo de produto irá tornar possível, mas que ainda não existe em 1642 em Portugal” (LISBOA, 2002, p. 9). Segundo Lisboa, nove gazetas foram publicadas até o momento da suspensão, gazetas que correspondiam todas ao mesmo

gênero, mas ainda não todas parte de um mesmo título. A questão levantada pelo historiador é bastante pertinente ao pensarmos que naquele momento a *Gazeta da Restauração* circulava há poucos meses e talvez não fosse *recebida* pela sociedade como periódica (haveria uma espera pela próxima Gazeta, ou pela próxima publicação de notícias?). A intenção de seus autores, contudo, parece-nos já claramente voltada para a periodicidade, pois encontramos diversas menções no decorrer da primeira fase da Gazeta que remetem a outros números da publicação, interligando-os, como a notícia abaixo, vinda de São Tomé e publicada na Gazeta de dezembro de 1641: "O governador Manoel Quaresma Carneiro (como soldado velho, e de tanto experiência) despejou logo a cidade de toda a gente inábil para a guerra, entrincheirou e repartiu a infantaria, preparou a fortaleza de todo o que lhe era necessário e esperou com grande valor" (Gazeta, dez/1641, f. 4v). Dois meses depois, porém, a própria Gazeta se explicava ao final da última página, após o encerramento da publicação, que "No que se diz na gazeta de dezembro acerca de São Tomé se advirta, que o governador Manoel Quaresma Carneiro era já morto" (Gazeta, fev/1642, f. 6v). Vemos, assim, tratar-se da mesma Gazeta, cujos editores mantêm a forma da escrita e a sequência das notícias no decorrer das publicações. A ideia de uma publicação periódica também torna-se clara na publicação do mês seguinte, em que se lê, também, após o encerramento da publicação que:

No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da Ilha Terceira Jorge de Mesquita, e que trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por el Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino se pôs nessa Gazeta, não obstante que *pertence a do mês de Abril* (Gazeta, mar/1642, f. 6v, *italico* nosso).

Assim, a notícia continuou na Gazeta seguinte, explicando de maneira mais detalhada que "a Nova da Ilha Terceira, de que se fala por maior na Gazeta do mês de março, veio aos oito do mês de abril no navio Dourado. Foi de grande alegria para todo este povo" (gazeta, abr/1642, f. 1v). Mesmo em sua segunda fase, no ano de 1645, encontramos trecho que demonstra a ligação entre as publicações e o entendimento de seus editores de que era a mesma Gazeta que se publicava todos os meses: "os franceses em Catalunha depois da Praça de Agramõt, de que se fez menção na *Gazeta passada*, tomaram também a cidade e o Castelo de Câmaras (...)" (Gazeta, jul/1645, f. 2, *italico* nosso). Vemos assim que a ideia sequencial, típica de uma publicação periódica, está presente nestas Gazetas, que durante anos mantêm sua impressão nas mesmas oficinas, mudando poucas vezes de impressor – o que ocorreria caso fossem publicações sem intuito periódico. Entendemos ainda que a sequência do estilo, bem como do formato e das notícias demonstra a intenção de periodicidade. Compreendemos que, se compararmos a Gazeta da Restauração com o *Mercúrio Portuguez* – publicado a partir do ano de 1663 –, é possível ver uma grande mudança, que explicaria a afirmação de João Luis Lisboa de que ainda não existia em 1642 uma periodicidade. Os elementos apontados acima, contudo, demonstram que efetivamente a Gazeta possuía a intenção de periodicidade, trazida pela ligação entre suas notícias e correções de informações publicadas em números anteriores. No decorrer de nosso artigo, será possível perceber como uma questão importante aos portugueses perpassa diversas publicações da Gazeta.

Foram três impressores ou oficinas impressoras as responsáveis pela publicação da Gazeta: Lourenço de Anvers, Domingos Lopes Rosa e o único identificado como impressor do rei, Antonio Alvarez. Das 37 gazetas encontradas e publicadas no trabalho de Eurico Gomes Dias (2006), apenas 5 não contêm a informação de onde foram impressas – e ao que tudo indica, apenas por uma questão de espaço na publicação, pois parecem também terem sido impressas por Domingos Lopes Rosa, já que as lacunas estão presentes numa sequência de publicações saídas de sua oficina. Acerca das 32 Gazetas restantes, temos a seguinte divisão: 12 impressas na oficina de Lourenço de Anvers, 18 na oficina de Domingos Lopes Rosa e apenas 2 por Antonio Alvarez. Possuímos ainda poucas informações acerca dessas três casas impressoras, mas convém apresentá-las para melhor compreensão da cultura periódica que se iniciava em Portugal na segunda metade do século XVII. A professora Vanda Anastácio identifica estes três impressores como pertencentes a um seletto grupo que dominava o mercado editorial português no período entre a aclamação de Dom João IV e sua morte, acrescentando nesta lista Paulo Craesbeeck (de quem trataremos mais à frente), Jorge Rodrigues e Manuel da Silva (ANASTÁCIO, 2007, p. 122).

O primeiro deles, Lourenço de Anvers, é apresentado por Gabriel Silva como um dos impressores mais ativos na época da Restauração, "com dezenas de obras publicadas, apologistas dos interesses portugueses face a Castela e de D. João IV" (SILVA, 2011, p. 409). As gazetas impressas por ele são as publicadas entre novembro de 1641 e janeiro de 1642 e as entre outubro de 1642 e julho de 1643. Ao contrário do que alguns autores indicam, porém, esse Lourenço de Anvers não é o filho homônimo de Pedro Craesbeeck (artesão da famosa impressora flamenga Plantin), mas algum parente. Eddy Stols afirma que o Lourenço filho de Craesbeeck mudou-se por motivos de saúde para Coimbra ainda no ano de 1639, com uma nova impressora que funcionaria até 1648. Explica

ainda que o segundo filho de Craesbeeck, Paulo, editava livros utilizando o nome de um primo chamado Lourenço de Anvers – já que não poderia acumular a função de livreiro e impressor. Depois da ida do irmão para Coimbra, ele passa a utilizar o nome de Oficina Craesbeeckiana, o que denota assim serem duas casas impressoras diferentes, a do nosso Lourenço de Anvers e a dos Craesbeeck (STOLS, 2014). Há dezenas de obras impressas por Lourenço de Anvers no catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa, não só de livros, como também relações de sucesso e material religioso. Algumas delas, inclusive, contam com a informação de que foram impressas em sua oficina, e “vendem-se na loja de Paulo Craesbeeck”, ou que foram impressas “às custas de Paulo Craesbeeck”, o que de fato confirmaria a ideia de Stols. Infelizmente, há poucas informações não só sobre este impressor, como também acerca dos demais.

Domingos Lopes Rosa foi o impressor responsável pelo maior número de publicações da Gazeta, imprimindo seus exemplares entre fevereiro de 1642 a julho de 1642 e entre novembro de 1643 e setembro de 1647. Segundo Gabriel Silva, Rosa obteve privilégio por dez anos, a partir de 1639, para a impressão do *Manual de Orações* e, em 1641, para o *Flos Sanctorum* de frei Diogo do Rosário, além de ter publicado várias obras do padre António Vieira. Silva explica ainda que, “seja por encomenda, seja por iniciativa própria, [Domingos Lopes Rosa] tomou parte ativa no esforço propagandístico português com dezenas de títulos publicados dentro da temática das guerras da Restauração e de luta pela legitimação do novo regime” (SILVA, 2011, p. 409).

Por fim, António Alvarez imprimiu apenas duas Gazetas durante todo o período de sua publicação, sendo o único que assinava, além de seu nome, as palavras “impressor del Rei”. Tudo que sabemos a seu respeito é que era filho de um castelhano de mesmo nome, sendo provavelmente seu pai o responsável pela publicação e comercialização da segunda edição da *Regra dos irmãos seculares da Santa e Venerável Ordem terceira de penitência que instituiu o seráfico padre São Francisco*. O pai foi descrito pela historiadora Juliana de Mello Moraes como membro da Ordem Terceira franciscana lisboeta (MORAES, 2014). Seu filho também foi bastante ativo na publicação de material voltado à Restauração portuguesa nos anos seguintes a 1640.

Os riscos econômicos da atividade de impressão nesse período são muitos, num momento em que a maioria da população não era alfabetizada e onde as obras poderiam ser eliminadas ou sofrer cortes provindos dos censores. O volume das publicações ocasionado pela Restauração, contudo, aparentemente foi responsável pela (curta) permanência de nossos personagens na estampa de livros, relações e periódicos: Lourenço de Anvers deixou de imprimir ainda na década de 40; António Alvarez cessou suas atividades em 1654 e Domingos Lopes Rosa teria saído do mercado em 1659 (ANASTÁCIO, 2007, p. 123).

2.1 - Primeira fase da Gazeta: de novembro de 1641 a julho de 1642

Durante o que chamamos de primeira fase, foram publicadas nove edições da Gazeta, as duas primeiras impressas por Lourenço de Anvers e as restantes por Domingos Lopes Rosa. O único exemplar que apresenta capa é o primeiro, onde consta a informação de que possui todas as licenças necessárias e privilégio real para ser impresso. Com média de seis folhas impressas frente e verso, era Manuel de Galhegos quem tinha autorização para imprimi-la e vendê-la, por alvará de 14 de novembro de 1641. Infelizmente não há muitos elementos a respeito da vida de Galhegos. As informações que utilizaremos foram encontradas na obra de Heitor Martins, denominada *Manuel de Galhegos. Um poeta entre a Monarquia Duas e a Restauração*, do ano de 1964. Este autor afirma que Manuel de Galhegos era provavelmente um dos mais influentes intelectuais nos anos que vão de 1630 a 1660. Mesmo os trabalhos atuais que tratam dos periódicos e seus editores não apresentam informações diferentes das encontradas por Martins para seu trabalho.

Galhegos nascera em Lisboa no ano de 1597, filho de Simão Rodrigues Galhegos e Gracia Mendes Morato. Martins afirma ainda que ele contraiu matrimônio com Luiza Freyre Pacheco e, após o falecimento de sua esposa, ordenou-se presbítero. Viveu longos anos na Espanha, onde era amigo de Lope de Vega e membro de um grande grupo de intelectuais, tendo escrito e encenado várias obras de teatro. No retorno a Lisboa, Martins indica que sua relação com os Braganças era bastante próxima, afirmando que Galhegos se tornou Capelão ou Capelão e preceptor dos filhos do rei, de acordo com diferentes obras. Manuel de Galhegos faleceu em 9 de julho de 1665.

O autor afirma ainda que, apesar de constar outra autoria, é quase certo que fora Manuel de Galhegos o autor da *Relação de tudo o que passou na felice aclamação do Mui alto, e Mui Poderoso Rey Dom João IV nosso Senhor...*, impressa também por Lourenço de Anvers, no ano de nascimento da *Gazeta da Restauração*. Essa Relação provavelmente circulou a partir do dia 8 de outubro de 1641, data em que foi taxada em 30 reis, e dois meses antes da primeira *Gazeta* objeto de nosso estudo (relativa ao mês de novembro, mas que circula apenas em

dezembro). Apesar de certamente Galhegos demonstrar potencial literário diante da nova Coroa, a Relação foi proibida poucos dias depois por decreto de D. João IV. Martins entende que essa proibição se devia a dois fatores: a Relação teria diminuído a influência do próprio monarca na Restauração e teria dado muita importância ao povo (MARTINS, 1964, p. 76). Se há dúvidas acerca da autoria de Galhegos quanto a esta Relação, para Martins a suspeita de que a Gazeta não tenha sido escrita por ele é totalmente infundada. Segundo este autor, “nunca se deu, em alvará ou licença régia, permissão para se escrever alguma coisa” (MARTINS, 1964, p. 78), sendo possível conferir nas introduções de qualquer livro do período que as licenças eram dadas somente aos autores. De acordo com Martins, seria inadmissível um autor como Manuel de Galhegos pedir uma licença com intuito comercial e entregar a parte literária para outra pessoa. Ainda há controvérsias sobre sua autoria. Alguns autores afirmam que Galhegos teria encarregado Miguel de Mascarenhas de Azeredo de escrever a Gazeta, informação que não podemos comprovar.

O estilo de escrita desta Gazeta é bastante diferente de sua segunda fase. Suas notícias são divididas por parágrafos, algumas ocupando várias páginas da (já pequena) publicação. Seu editor, contudo, poderia preferir detalhar alguma nova em outra publicação, talvez devido ao pequeno espaço disponível na Gazeta, talvez porque preferisse mesmo produzir outro material que tratasse daquela nova por considerá-la mais importante/interessante que outras. Assim, a notícia vinda da Ilha Terceira que já mencionamos se encerra com o seguinte aviso: “E de tudo o que se passou desde o dia, em que saiu deste porto o capitão mor Francisco de Ornellas da Câmara, até o em que se entregou a fortaleza *se faz uma relação verdadeira, a qual se imprime* na Officina de Domingos Lopes Rosa” (Gazeta, abr/1642, f. 2, *itálico nosso*). A indicação de que seria publicada pelo mesmo impressor demonstra como os diferentes materiais se relacionam, abastecendo e divulgando uns aos outros, para benefício de quem os produzia, e para suprir o desejo de informação da população que tinha acesso a eles.

As notícias de dentro do reino (que deixam de ser publicadas a partir de outubro de 1642) trazem novas de várias cidades portuguesas, tratando muitas vezes das batalhas contra Castela, mas também de milagres, crimes, cerimônias religiosas e nomeações. A variedade encontrada nesta primeira fase deixa de existir na segunda, preocupada quase exclusivamente com a dinâmica de exércitos e reis ao longo do continente. Chama bastante a atenção como D. João IV utilizou este periódico para enaltecer a dinastia de Bragança no poder, onde foram publicadas diferentes notícias relacionadas à exaltação e aceitação de D. João, não só dentro de Portugal, mas principalmente tratando das diversas embaixadas enviadas para que o novo governo fosse reconhecido.

Dentro do reino, encontramos notícias relacionadas à aprovação divina da nova dinastia. Além do milagre do crucifixo e da parede que caiu em cima de quem não acreditava nele, outras espécies de avisos divinos também aparecem na Gazeta, como quando “falou um menino mudo e disse Viva el Rei Dom João IV” (Gazeta, fev/1642, f. 3). Albino Forjaz de Sampaio explica, porém, a frequência com que crianças que falavam fora da idade ideal (ou mudas, no caso da Gazeta) apareciam em textos portugueses, lembrando que em *Lusíadas* (canto IV, est. 33) há uma menina que

ante tempo falando... nomeou
o Mestre de Aviz.
e como cousa enfim que o céu destina
No berço, o corpo e a voz levantou:
Portugal, Portugal, alcançando a mão,
Disse, pelo rei novo, Dom João (SAMPAIO, 1929-42, p. 233).

Segundo Sampaio, Manuel Severim de Faria enumerou em sua *Epítome de las historias portuguesas*, mais dois casos de crianças que falam com pouca idade, concluindo Sampaio que a Gazeta não fugia a seu tempo por registrar acontecimentos de mesma natureza. É o que entende também Eurico Gomes Dias, responsável pela publicação da transcrição da Gazeta. Dias explica que esse acontecimento reataria uma antiga tradição medieval que remonta ainda a D. João I, momento em que também teriam acontecido fenômenos como esse, afirmando que seria uma maneira de “reaproveitar” a lenda, num contexto funcional específico (DIAS, 2006, p. L; nota 69). E a Gazeta foi o meio encontrado para que se publicasse esse tipo de milagre, tanto na primeira, como na segunda fase das edições, como iremos demonstrar.

Outro assunto bastante frequente na primeira fase da Gazeta são as cerimônias realizadas em Lisboa com a presença de Dom João IV e seu filho, Dom Teodósio, herdeiro do trono português. Além disso, os nomes dos nobres presentes também são enumerados em diferentes notícias, o que denotaria a importância para estes vassallos de

aparecer naquele periódico. A primeira notícia da Gazeta do mês de março de 1642 traz as informações acerca do jubileu de Entrudo, em que foi

El Rei Nosso senhor com toda a casa Real a Igreja de S. Roque. Assistiu à festa, de que era mordomo o Marques de Montalvão; acompanhou o Santíssimo Sacramento; Levou uma vara do palio [grande distinção, reservada aos grandes fidalgos], e as outras levaram o Marquês de Gouvea, o Visconde de Vila Nova da Cerveira, o Conde do Redondo, o Conde de Óbidos e o Conde da Vidigueira (Gazeta, mar/1642, f. 1).

Na mesma publicação, os leitores são informados sobre o aniversário de Dom João IV e o Sacramento da Crisma, recebido por Dom Teodósio, em que "o ilustríssimo Senhor D. Rodrigo da Cunha Arcebispo Metropolitano se vestiu de Pontifical: deu-lhe água às mãos o Visconde de Vila Nova de Cerveira, e serviu a toalha o Conde Regedor" (Gazeta, mar/1642, f. 3v; 4). Os nomeados em diferentes ofícios, desde governador-geral do Estado do Brasil, até embaixadores e capitães de infantaria, também aparecem com bastante frequência nesta primeira fase.

Desde a primeira publicação da Gazeta encontramos notícias referentes aos representantes enviados por Dom João IV para reafirmar a independência do reino português em diferentes cortes europeias. O envio a Roma do bispo de Lamego – Dom Miguel de Portugal – recebeu certo destaque, estando presente em parte das nove Gazetas e em muitas notícias também da segunda fase; sua atuação em Roma é descrita com grande entusiasmo por diferentes editores. A historiadora Cassiana Gomes explica que com a falta de indivíduos experientes em negociações com outros governos, membros da nobreza eram promovidos a embaixadores para atuar na diplomacia. Com o bispo de Lamego não foi diferente. Sua função era se dirigir não só ao papa, mas também aos cardeais, ao assistente geral da Companhia de Jesus e ao embaixador francês na corte do papa, exaltando a condição cristã de Dom João IV (GOMES, 2014, p. 31). Na Gazeta de novembro de 1641, encontramos na seção denominada *Novas de fora do Reino* que o bispo de Lamego estava em Marselha, seguindo para Roma (Gazeta, Nov/1641, f. 5). Em dezembro do mesmo ano, a notícia é que ele já chegara a Roma e fora recebido com grande aplauso (Gazeta, dez/1641, f. 5v). Na Gazeta de fevereiro de 1642, é publicada uma notícia mais detalhada sobre o trajeto do bispo de Lamego até Roma, informando que mesmo o bispo tendo entrado na cidade às duas da manhã "para que o desgosto dos espanhóis e a alegria do povo não fosse causa de alguma inquietação", homens e mulheres "andavam como doidos pelas ruas gritando 'viva il re D. Giovanne Il quarto'". A notícia informava ainda que fora colocado um retrato de Dom João IV na sala do palácio do embaixador da França, e que "despovoava-se Roma para o ver: e todos os pintores faziam infinitas cópias, que se compravam para adornar as casas em Roma, e para mandar a outras partes" (Gazeta, fev/1642, f. 6). Enumeramos estas notícias, publicadas em Gazetas diferentes, para demonstrar a sequência que um assunto de grande interesse para os portugueses ganha neste periódico. A estadia de Lamego em Roma será tratada em diferentes exemplares da Gazeta, tanto na primeira como na segunda fase.

Por carta chegada de Londres, escrita pelo abade Carleno, a Gazeta informava que o papa Urbano VIII falara sobre a aclamação de Dom João IV, "discorrendo largamente com grande erudição sobre as muitas e indubitáveis razões de direito que tem neste Reino, de que hoje está de posse", resolvendo que "o excelentíssimo Senhor Bispo de Lamego embaixador de Portugal fosse recebido como Embaixador" (Gazeta, abr/1642, f. 5). A Gazeta dava a entender aos seus leitores que havia grande aceitação de Dom João IV em Roma, mas, apesar destas notícias, o bispo não foi recebido pelo papa durante o tempo que ficou em Roma.

Heitor Martins afirma que Manuel de Galhegos era um poeta. Nas páginas das nove Gazetas cuja autoria lhe pertencia, há um grande número de notícias "maravilhosas, de milagres, de meninos mudos que falam (...) de grandes feitos das armas portuguesas (sem perdas, sempre!), de superstições e credices sebastianescas" (MARTINS, 1964, p. 79). Estes nove exemplares são, de fato, bastante interessantes para compreendermos a sociedade portuguesa pós-Restauração, cujo novo governo deveria ser exaltado através de publicações que deveriam circular não só por Lisboa, mas por diferentes reinos europeus, assim como seus embaixadores que buscavam a aceitação da nova Dinastia diante do governo do país ibérico.

Mensurar a circulação dessa publicação tanto em Portugal como no restante do continente, contudo, é ainda tarefa difícil. José Tengarrinha entende que sua circulação era restrita, devido ao alto custo que costumava apresentar, além do baixo índice de alfabetização da população. Seus leitores seriam comerciantes, homens de negócios e pessoas instruídas da burguesia e aristocracia, interessados nas notícias da guerra com Castela (TENGARRINHA, 1989, p. 39). Antonio Bergel discorre ainda sobre os espaços públicos abertos e praças que se

tornaram locais de trocas de *novas*: "Uma autêntica rede de comunicação urbana em cujo centro principal se destacava a concorrida Praça do Rossio, a Rua Nova e o Largo do Pelourinho Velho, zonas interligadas entre si (...) por serem palco da atividade mercantil e de lazer da cidade" (BERGEL, 2004, p. 213). Seria nesses espaços, assim, que tanto a Gazeta como demais papéis produzidos para a divulgação de notícias circulariam entre diferentes camadas da população.

2.2 - Segunda fase da Gazeta: de outubro de 1642 a setembro de 1647

Poucos meses depois de iniciar sua circulação, como dissemos, a Gazeta foi suspensa, voltando a ser publicada apenas em outubro de 1642, deixando de conter as notícias de dentro do reino durante muitos anos. A segunda fase da Gazeta, assim, difere bastante da que acabamos de descrever. Passou a ser chamada de *Gazeta Primeira do mês de Outubro de novas de Fora do Reyno* – modificando-se o título conforme o mês correspondente – e Manuel de Galhegos não era mais o responsável por sua elaboração. Jorge Pedro Sousa e Nair Silva explicam que, por alvará de 29 de julho de 1642, João Franco Barreto obteve licença para "traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas" (SOUSA; SILVA, 2011, p. 56); o alvará, mais uma vez, não significa especificamente que era Barreto o responsável por sua edição, podemos apenas supor que era ele quem as escrevia.

Segundo estes autores, João Franco Barreto nasceu em Lisboa no ano de 1600 e em 1624 teria ido à Bahia auxiliar na expulsão dos holandeses. Assim como Galhegos, após a morte de sua esposa, tornou-se sacerdote. Teria, assim, aderido à causa da Restauração e, "por este motivo, foi escolhido para secretariar a missão diplomática de D. Francisco de Melo a França, em 1641" (SOUSA; SILVA, 2011, p. 56). Outra pessoa que também pode ter ajudado na edição da segunda fase da Gazeta teria sido Frei Francisco Brandão, monge cisterciense e doutor em teologia pela Universidade de Coimbra. Após a Restauração, foi nomeado por Dom João IV cronista-mor do reino. Presume-se que tenha auxiliado na edição da Gazeta a partir da edição de julho de 1645.

A partir de outubro, a Gazeta passa a publicar apenas as notícias de fora do reino. Deixa, então, de possuir a divisão entre notícias de dentro e de fora, e apresenta suas novas divididas por localidades. Lourenço de Anvers volta a ser seu impressor até julho de 1643. Depois, durante dois meses, foi Antonio Alvarez o responsável pelas publicações. Ao que tudo indica – pois há alguns exemplares que não apresentam a oficina de origem –, a partir de novembro de 1643 foi Domingos Lopes Rosa quem assumiu a impressão desse material até seu fim, em setembro de 1647.

Cada notícia parece, assim, ser transcrita de correspondência vinda de diferentes regiões. Outra característica em que difere da primeira fase é a existência de duas Gazetas publicadas no mesmo mês, denominadas *Gazeta primeira* e *Gazeta segunda*, como é o caso das Gazetas de outubro e novembro de 1642. A *Gazeta primeira do mês de outubro* traz novas de Viena, Holanda, Londres, e Paris, cada uma possuindo a data de quando saiu de sua origem, constando, dentro de cada aviso destas cidades, novidades advindas ainda de outras regiões. É comum, assim, encontrarmos a expressão "avisam de..." no interior da notícia, para informar que, de determinado local, chegava uma nova específica, como publicado na *Segunda Gazeta de Outubro*:

De Mastrich [Maastricht - Holanda] de 2 de Setembro de 1642

Avisam de Roma que o Padre Santo assentou, e decretou em pelo consistório, que a pessoa que estiver aclamada, e levantada do povo por Rei do Reino, e estiver um ano de posse, dando obediência a sua Santidade o Papa de Roma, será recebida, e admitida (...)

De Colônia *avisam* que os exércitos do Cristianíssimo, e dos Suecos (...) (Gazeta Segunda, out/1642, f. 1; 1v; 2, itálico nosso)

Essas expressões, que indicam certa modificação das notícias que chegavam, deixam de ocorrer nos meses seguintes, onde acreditamos haver mais uma cópia literal das cartas ou das novas publicadas em periódicos de cidades estrangeiras do que uma edição destas notícias – seus editores poderiam escolher *o que* publicar, mas a construção do texto demonstra que, a partir desta escolha, havia uma íntegra transcrição para a Gazeta:

De Roma de 11 de setembro de 1642

A 16 do passado *chegou a esta cidade* [Roma, e não Lisboa] um correio de Florença, e trouxe por novas, que aos 24 havia parido a Duquesa de Toscana um filho (...)

O dito embaixador de Castela Marques de los Veles se saiu *daqui* (...)

Estamos *aqui* em grande inquietação, e repouso depois da partida do embaixador de Castela (...) (Gazeta Primeira, Nov/1642, f. 1v; 2, itálico nosso)

A variedade de cidades de onde vêm as notícias publicadas nesta Gazeta impressiona: Roma, Hoxter, Stokolin, Praga, Hamburgo, Tolosa, Amsterdam, Barcelona, Wexford, Nottingham e Londres. Essa variedade persiste em todos os seus exemplares, apresentando, algumas vezes inclusive, notícias da mesma cidade mais de uma vez no mesmo exemplar, deixando claro que era uma nova correspondência ou periódico que chegava e era copiado para a Gazeta. É bastante frequente no decorrer das Gazetas da segunda fase notícias vindas de Roma, Londres e Paris, além de outras cidades menores inseridas também nessa rede de notícias que se espalhava por toda a Europa. A movimentação dos exércitos e as embaixadas de Portugal espalhadas por diferentes cidades têm certo destaque, e o bispo de Lamego em Roma aparece com bastante frequência em suas páginas. A aceitação do papa era fundamental para o reconhecimento da nova Dinastia que assumiu o poder em Portugal, tendo o bispo passado um ano em Roma na tentativa de ser recebido como embaixador da Corte portuguesa. Na primeira fase da Gazeta, vimos que o periódico esforçava-se em demonstrar que Lamego era bem vindo em Roma, tendo seus moradores exaltado Dom João IV e o retrato do novo rei causado tumulto na embaixada francesa para ser visto e copiado. A segunda fase da Gazeta também irá trazer diversas informações de Roma e da situação do bispo. A presença do embaixador português em Roma, como era de se esperar, causa grande insatisfação ao rei castelhano.

A relação tumultuada que Lamego possuía com o embaixador de Castela em Roma tem destaque no periódico, certamente no intuito de acirrar ainda mais os ânimos entre portugueses e castelhanos, e também devido ao interesse dos leitores em um tema tão importante quanto o reconhecimento papal. Em um aviso que chegou de Paris publicado na Gazeta, podemos ler que o embaixador Marquês de los Velez e seus companheiros "faziam mil protestos de que caso [Lamego] fosse recebido [pelo papa], se haviam de sair fora de Roma em um instante", levando consigo cardeais e, em dois meses, todos os súditos castelhanos. As provocações realizadas pela embaixada portuguesa e seus aliados também são expostas na Gazeta, onde lemos no mesmo aviso que "franceses, portugueses e catalães se juntaram um dia todos, e andaram passeando por Roma, para dar uma vista ao dito embaixador de Castela, e mostrar-lhe em efeito como seu poder não era tão grande como sua imaginação" (Gazeta Primeira, out/1642, f. 6). O argumento castelhano, segundo Cassiana Gomes, era de que o movimento restaurador português era ilegítimo, na medida em que seus direitos deveriam ter sido obtidos antes, mediante pedido ao próprio papa. O novo governo de Lisboa seria, assim, uma insubordinação a Roma e, portanto, seu representante não poderia ser recebido pelo papa (2014, p. 31-32).

O historiador A. Borges afirma que a Corte em Madri não teria gostado da atitude de indiferença do papa, pois esperava que o Sumo Pontífice fosse enérgico em reprimir o emissário do "rei rebelde". Assim, o Marquês los Velez fora enviado com instruções de que deveria fazer de tudo para impedir que o embaixador português fosse recebido, "ainda mesmo que fosse preciso tirar a vida ao emissário do Duque de Bragança, não devia hesitar, sendo-lhe prometido o cargo de Vice-Rei de Nápoles, se levasse a bom termo a sua missão" (BORGES, 1957, p. 126). Borges explica ainda que de fato o Marquês atentou contra a vida do bispo de Lamego, discorrendo que no dia 20 de agosto de 1642 (a Gazeta informa dia 23), o embaixador castelhano esperava o bispo no centro da cidade, onde se travou uma verdadeira batalha entre os soldados do Marquês e a criadagem do embaixador português. A Gazeta não traz as notícias do atentado, mas informa que "depois do sucesso que aos 23 do dito mês de agosto houve aqui entre o embaixador de Portugal e o de Castela, foram postas guardas em muitos lugares da cidade, e se dobraram as que estavam na porta dela". O papa ainda mandara conferir os muros e realizar reparos, colocando barris de pólvora e outras munições no Castelo de Santo Ângelo, "porque o pouco respeito que o embaixador de Castela mostrou em o cometimento do de Portugal, deu a entender claramente, que não esperava mais que a ocasião (...) de empreender descobertamente alguma ação contra Sua Santidade" (Gazeta Primeira, Nov/1642, f. 2). Certamente a ideia de um atentado contra o papa não fazia parte dos planos do embaixador de Castela, mas a Gazeta enfatizava a má índole dos inimigos e sugeriu que os castelhanos seriam capazes de atacar o chefe da Igreja. Na mesma Gazeta ainda há informações sobre a partida do Marquês e da devassa tirada pelos Cardeais acerca do ocorrido, "dando a culpa toda ao primeiro: e assim mandaram a Madri uma relação verdadeira de tudo, e muito contrária a do embaixador de Castela, que lançou fama que o de Portugal havia sido o agressor" (f. 2v).

O incidente entre os embaixadores é lembrado novamente em um aviso de Roma, enviado no dia primeiro de novembro de 1642 e publicado na Gazeta Segunda de dezembro, uma notícia curiosa que de certa forma remete ao milagre mencionado na primeira Gazeta de 1641 por seu caráter de exaltação dessa vez a Portugal, e não somente à Restauração:

É coisa notável, e muito para se considerar, que depois do encontro que os embaixadores de Portugal e Castela tiveram, das muitas balas que de parte a parte foram tiradas naquele lugar onde foi a pendência, se vem hoje clarissimamente em uma esquina assinaladas cinco, em modo que representam as cinco chagas, armas do Reino de Portugal, que parece as estampou ali o céu, por algum mistério oculto ao juízo dos homens (Gazeta Segunda, dez/1642, f. 3)

Mais uma vez um acontecimento cotidiano, como a parede que caiu em cima do descrente, citado no início deste trabalho, é encarado pelas pessoas e publicado na Gazeta como algo excepcional e divino, agora lembrando o escudo das armas portuguesas em marcas de balas em uma parede romana. Era muito "para se considerar" mais um mistério divino relacionado a Portugal, e portanto deveria constar na Gazeta.

A Gazeta nos informa ainda, por aviso enviado de Roma no dia 9 de janeiro de 1643, que o bispo de Lamego deixou a cidade junto ao embaixador francês no dia 18 de dezembro de 1642 (Gazeta, jan/1643, f. 2v). O memorial escrito por ele e dedicado ao papa é publicado inteiramente na Gazeta de abril de 1643, onde consta o título de *Gazeta do mês de abril de 1643 de novas fora do Reino, com o protesto que fez a S. Santidade o bispo de Lamego embaixador deste reino de Portugal, quando saiu de Roma*. É a primeira Gazeta que, a exemplo das diversas relações de sucesso que circulavam pela Europa desde o século anterior, possuía no título menção a seu conteúdo, talvez no intuito de atrair mais leitores, em vista de um tema que interessava sobremaneira à população portuguesa. O texto é bastante claro em evidenciar o tempo de um ano em que o bispo permanecera em Roma à espera de uma audiência com o papa e que "não podendo a reputação real tolerar mais tempo a desestimação, e pouco respeito, com que é tratado publicamente era forçoso reconhecer o desengano, de que neste Pontificado não havia de encontrar melhor agravo" (Gazeta, abr/1643, f. 6). Assim, o bispo deixava a cidade, sem ter atingido o objetivo de melhorar as relações portuguesas com o Sumo Pontífice. Toda a trajetória de Dom Miguel de Portugal estar presente nesta Gazeta demonstra a importância dada por seus editores, e certamente por seus leitores, pelo restabelecimento dos laços entre Roma e Lisboa.

Por fim, gostaríamos de destacar ainda o retorno de notícias de dentro do reino em alguns exemplares a partir do ano de 1644. Com o título de "de Lisboa aos 13 de setembro", as novas publicadas no final da Gazeta de julho e agosto de 1644 (a partir de 1644 passam a ser publicadas algumas Gazetas referentes a dois meses, e não apenas a um) informam sobre a chegada no porto da frota da Bahia, além de outra embarcação da Índia, concluindo que, acerca daquelas novas, "daremos mais copiosa relação na futura Gazeta do corrente" (Gazeta, jul-ago/1644, f. 6v.). Quase dois anos depois, podemos notar o retorno da Corte portuguesa às folhas do periódico, informando a Gazeta que "o mês passado fez sua Majestade mercê ao Conde de Vidigueira do título de Marquês de Niza (...). Também sua Majestade confirmou a Dom Diogo de Lima o título de Visconde de Vila Nova da Cerveira". Mencionou ainda, para além de muitas outras novas, a morte de dois vassallos que trouxeram tristeza aos "generais e mais oficiais de guerra, assim portugueses, como franceses, por serem esses dois fidalgos tão mancebos e tão valorosos" (Gazeta, set-out/1646, f. 4v; 5). Esse aviso de Lisboa, diferente da Gazeta de 1644 mencionada anteriormente, ocupa quase metade deste exemplar, com notícias de diferentes partes do continente.

Algumas conclusões e novos desafios

Apesar de se tratar ainda de uma parcela reduzida da população que tinha acesso aos escritos analisados em nosso trabalho, entendemos que já havia naquele momento espaço e interesse naquela sociedade para a produção e circulação de um material periódico. Em 1641 a periodicidade começava a se desenvolver em terras lusas, controlada, a exemplo de outros países como a França, pela Coroa. O fato de ser *oficiosa*, ou seja, contar com aprovação real para ser publicada, não diminui o valor desta Gazeta enquanto representante da sociedade em que se inseria, na medida em que o tempo de sua circulação e, portanto, permanência na vida portuguesa, demonstram que havia interesse naqueles escritos, ou não teriam sido comercializados durante tanto tempo. Seus editores certamente não continuariam a escrevê-los, nem seus impressores a publicá-los, compilando novas de todo o continente, traduzindo periódicos estrangeiros e submetendo todo o material à censura, se não houvesse interesse da população (ainda que fração reduzida dela) em informar-se.

A primeira fase da Gazeta demonstra o dia-a-dia da corte e da realeza, a prestação de serviços de nobres em diferentes batalhas contra Castela, e traz ainda algumas notícias das Índias, do Brasil, de outras partes do Império e de algumas cidades europeias. A segunda fase, por outro lado, publica novas de dezenas de cidades por todo o

continente, informando aos seus leitores o andamento de batalhas, guerras internas como as de Inglaterra, e dá destaque às embaixadas enviadas para diferentes nações no intuito de fortalecer e tornar reconhecida nova Dinastia. Os editores da Gazeta, entre acertos e erros no decorrer de suas publicações, encontraram um equilíbrio que agradava tanto à Coroa portuguesa quanto aos seus leitores. A permanência dos assuntos através dos anos, como a estadia do bispo de Lamego em Roma, informa aos pesquisadores atuais quais eram os tipos de notícias que agradavam àquela sociedade e ao mesmo tempo eram permitidas por Dom João IV.

Entendemos a Gazeta como um periódico claramente com função de exaltar a nova dinastia e ao mesmo tempo desmerecer os castelhanos. Por que, então, uma “derrota diplomática” como a da embaixada de Roma teve tanto destaque? A importância do reconhecimento do Papa, do retorno das boas relações com Roma e da nomeação de bispos no Reino e também no ultramar, para uma sociedade (e uma Coroa) católica, talvez expliquem a quantidade de publicações sobre o episódio na Gazeta, como uma forma de “prestar contas” das ações de Dom João IV e de Dom Miguel de Portugal para resolver um problema que trazia grande preocupação a seus leitores. Ainda não possuímos a resposta definitiva a esta questão, temos apenas a certeza de que, se permaneceu ao longo das publicações, certamente esse assunto interessava àquelas pessoas. São ainda hipóteses, caminhos a serem percorridos com a intenção de compreender a função e o espaço ocupado pela Gazeta da Restauração naquela sociedade. Não temos dúvidas de que as ações bélicas por todo o continente influenciavam o interesse da população ao redor da Europa por informações acerca das diferentes batalhas que ocorriam. Diversos assuntos que não as batalhas também estavam presentes, numa miscelânea que abarcava também as navegações, as cerimônias religiosas, a nobreza e o cotidiano, não só português, como de partes do continente europeu.

Após o fim da Gazeta, apenas em 1663 teremos novamente outra publicação periódica em Portugal. Escrito (e dessa vez assinado) pelo secretário de Estado de Dom Afonso VI, o *Mercúrio Português* inicia sua circulação em janeiro de 1663, “para servir ao bem público de Europa com novas certas da guerra entre portugueses e castelhanos”⁵. Seu objetivo, já bastante delimitado, seu discurso, ácido contra os castelhanos, e a descrição detalhada do cotidiano português ao longo dos anos de sua publicação serão tema, porém, de outro trabalho.

Referências bibliográficas

- ANASTÁCIO, Vanda. ‘Heroicas virtudes e escritos que as publiquem’. D. Quixote nos papéis da Restauração. *Iberoamericana*. Nueva Época, Año 7, n. 28, 2007. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/2007/Nr_28/28_Anastacio.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- BELO, André. *As Gazetas e os Livros*. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001.
- BERGEL, Antonio Jesús Alías. As Relações de sucessos nas origens do jornalismo. *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional. n. 14-15, Primavera – Outono 2004.
- BORGES, A. Antunes. Provisão dos bispados e Concílio Nacional no reinado de D. João IV. *Lusitanea Sacra*. Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/2752858>>. Acesso: 18 abr. 2016.
- BUESCU, Ana Isabel. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem. In: _____. *Memória e Poder*. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração: (1641-1648)*. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006.
- ESPEJO, Carmen. Un marco de interpretación para el periodismo europeo en la primera Edad Moderna. In: CHARTIER, Roger; ESPEJO, Carmen. (Eds.) *La aparición del periodismo en Europa*. Comunicación y propaganda en el Barroco. Marcia Pons, 2012.
- FARIA, João André de Araújo. *A Restauração de Portugal Prodigiosa, 1640-1668*. Dissertação. Seropédica: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/files/2015/05/FARIA-JO%C3%83O-ANDR%C3%89.-2010.-Dissertacao-MESTRADO.-UFRJ.compressed.pdf>>. Acesso em: 18. Abr. 2016.
- GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência Colonial*. Portugal e França (1640-1715). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15062015-105757/en.php>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

⁵ *Mercúrio Portuguez*. Com as novas da guerra entre Portugal e Castela. Novas do mês de janeiro de 1663. f. 1v.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações sobre uma categoria da sociedade buguesa. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- INFELISE, Mario. El mercado de las noticias en el siglo XVII: las tipologías de la información. In: GÓMEZ, Antonio Castillo; AMELANG, James S. (Coords.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Ediciones Trea, 2010.
- LISBOA, João Luis. As primeiras gazetas em Portugal: uma apresentação. In: DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração: (1641-1648)*. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006.
- _____. Introdução. In: _____. (Coord.) *Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime. Cadernos de Cultura 4*. Suplemento da Revista Cultura, 2002. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Cadernos4.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- MARTINS, Heitor. *Manuel de Galhegos*. Um poeta entre a Monarquia Duas e a Restauração. Anadia: Tipografia Cisal, 1964.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as Relaciones de Sucesos e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja (Orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- MORAES, Juliana de Mello. Os livros da ordem terceira de São Francisco entre Portugal e a América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. *História, histórias*. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/12393>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de. O jornalismo: as 'Relações' de Manuel Severim de Faria de as 'Gazetas' da Restauração – Os 'Mercurios' – Quem foi o primeiro periodista português? In: *História da Literatura portuguesa ilustrada*. Lisboa: Bertrand. 1929-1942. Vol. 3.
- SILVA, Gabriel. Redatores e impressores da Gazeta 'da Restauração'. In: SOUSA, Jorge Pedro et al. *A Gazeta 'da Restauração': primeiro periódico português – Uma análise do discurso*. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2011. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/18>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- SOUSA, João Pedro; SILVA, Nair. A Gazeta 'da Restauração': uma apresentação. In: _____. (et al). *A Gazeta 'da Restauração': primeiro periódico português – uma análise do discurso*. Covilhã: Livros Labcom, 2011. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/18>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- STOLS, Eddy. Livros, gravuras e mapas flamengos nas rotas portuguesas da primeira mundialização. In: THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.) *Um mundo sobre papel*. Livros, gravuras e impressores flamengos nos Impérios Português e Espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp; Editora UFMG, 2014.
- TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. (2ª edição) Lisboa: Editora Caminho, 1989.

A retórica da história no século XVII

The rhetoric of history in XVII century

Recebido em 16 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.322>

André Sekkel Cerqueira¹

Resumo: No presente artigo proponho analisar as práticas de escrita da história no século XVII português. Elegi duas obras, das mais significativas impressas entre 1640 e 1680 em Portugal: *Ásia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, obra mandada imprimir pelo filho do autor, Pedro de Faria e Sousa, em 1666; e *História de Portugal Restaurado*, de D. Luis de Menezes, terceiro conde da Ericeira, impressa em 1679. A análise das obras ficou restrita aos preambulares, pois é nesta parte em que os autores ou editores escrevem sobre o teor da obra e como ela se enquadra no gênero ao qual pertence – no caso, o histórico. Por se tratar do estudo das práticas de escrita de um gênero, analisei os textos a partir de uma perspectiva retórica, uma vez que eram as artes retóricas que regravam a escrita no período estudado. Assim, identifiquei três autoridades do gênero histórico às quais os autores costumavam recorrer para autorizar o seu discurso: Cícero (do século I a. C.), Luciano de Samósata (século II d. C.) e Agostino Mascardi (século XVII).

Palavras-chave: gênero histórico; retórica; cultura escrita; História Ibérica Moderna; Restauração.

Abstract: In this article I propose to analyze the writing practices of history in the Portuguese seventeenth century. I have chosen two works, the most significant printed between 1640 and 1680 in Portugal: *Ásia Portuguesa*, from Manuel de Faria and Sousa, work sent to print by the author's son, Pedro de Faria and Sousa, in 1666; and *História de Portugal Restaurado*, D. Luis de Menezes, 3rd Count of Ericeira, printed in 1679. The analysis of these works was restricted to preambulars as it is in these parts where authors or editors write about the work contents and how they fall within the genre to which they belong – in the case history. Since this is the study of writing practices I analyzed the texts from a rhetorical perspective, since they were the rhetorical arts that regulated the writing of the 17th century. Thus, I identified three historical genre authorities to which the authors always resorted to authorize their speech: Cicero (1st century BC), Lucian of Samosata (2nd century AD) and Agostino Mascardi (17th century).

Keywords: historical genre; rhetoric; writing culture; Modern Iberian History; Restoration of Portugal.

¹ Graduado em História e Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Organizou, junto com a Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, *Monções e capítulos de história colonial* (2014). sekkel@gmail.com.

Introdução

Certa vez, Marc Bloch afirmou que a nossa história, mesmo permanecendo fielmente com seu nome helênico, não é aquela que escrevia Hecateu de Mileto². Ele tinha razão, porém durante muito tempo os historiadores da Antiguidade foram modelos para aqueles que se aventurassem nas artes desse ofício. Os historiadores do século XVII, por exemplo, tinham, de fato, como modelos Hecateu de Mileto, Heródoto – cujo epíteto de “pai da história”, dado por Cícero no século I a. C.³, mantemos até hoje –, Tucídides, Políbio, ou mesmo os latinos Salústio, César e Dionísio de Halicarnasso, entre outros, que são constantemente referidos nos livros de gênero histórico⁴ do XVII. Além disso, desde a Antiguidade até meados do século XVIII, a história, enquanto gênero do discurso, foi retoricamente regrada, como veremos. Neste artigo tratarei das práticas da escrita da história no século XVII a partir da análise dos textos preambulares⁵ dos livros de dois portugueses: D. Luis de Menezes, Conde da Ericeira, e Manuel de Faria e Sousa, ambos autores de obras ainda hoje muito estudadas: *História de Portugal Restaurado*, do primeiro, e *Ásia portuguesa*, do segundo.

Na análise desses textos dei ênfase às práticas retóricas, pois entende-se que elas regulavam as práticas escritas no século XVII; por outro lado, o exercício de analisar retoricamente os textos de gênero histórico foi estimulado pela provocação de LaCapra, que reproduzo:

A retórica destaca o problema de como se lêem os textos. Ela levanta também a questão de se historiadores são capacitados para ler. Tenho notado a tendência de historiadores profissionais verem textos como documentos no sentido restrito da palavra e, da mesma forma, ignorarem as dimensões textuais dos documentos em si; ou seja, a maneira pela qual documentos "processam" ou reformulam o conteúdo em modos estritamente associados a processos sócio-culturais e políticos mais amplos⁶.

O conhecimento das técnicas retóricas do período estudado é extremamente relevante para a reconstituição das práticas de escrita anteriores ao século XVIII – momento no qual se percebe um uso menos intenso delas –, como procura-se demonstrar neste artigo.

1. De paratextos a preambulares

Inicialmente, será discutida uma questão conceitual bastante relevante para esta pesquisa. Na década de 1980, Gérard Genette chamou a atenção para uma parte do livro que não era a do texto dito principal. O crítico francês estava interessado em estudar aquilo que chamou de “paratextos”⁷. O que seria isso? Seriam os textos “paralelos” que se encontram nos livros, como a página de rosto, o prefácio, o título, o título dos capítulos etc. Seriam, também, todas as mensagens externas ao livro, veiculadas, principalmente, pelos suportes midiáticos. Ao

² BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Trad. André Telles. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51.

³ Cf. CÍCERO. *Tratado das leis*. Trad. Marino Kury. 1ª. ed. Caxias do Sul: Educ, 2004, p. 40.

⁴ Chamamos de gênero histórico a história anterior ao século XVIII pois não havia, ainda, uma noção “científica” de história. Ela era, como este artigo procurará evidenciar, regrada por preceitos retóricos e obedecia a determinadas características do gênero histórico.

⁵ *Grosso modo*, preambulares são aqueles textos que precedem o conteúdo do livro propriamente dito, como as dedicatórias, prólogos, cartas ao leitor etc. Segundo as técnicas retóricas, esses textos têm a função de exórdio da obra. Porém, aquilo que na Antiguidade era feito em poucos parágrafos, no século XVII é feito com uma grande variedade de textos, cada um com um objetivo específico (por exemplo, a dedicatória não tem o mesmo objetivo do prólogo), mas todos exercendo a função de exórdio. É a esse conjunto de textos exordiais que chamamos preambulares. Cf. CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. 1ª. ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.

⁶ LACAPRA, Dominik. Retórica e história. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 97-118, 2013, p. 114.

⁷ Cf. GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

⁸ “Em torno do texto, no espaço do mesmo volume, como o título ou prefácio, e, às vezes, inserido nos interstícios do texto, como os títulos de capítulos ou certas notas; chamarei de *peritexto* essa primeira categoria espacial [...]” GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 12.

⁹ “[...] todas as mensagens que se situam, pelo menos na origem, na parte externa do livro: em geral num suporte midiático (conversas, entrevistas), ou sob a forma de uma comunicação provada (correspondências, diários íntimos e outros). A essa segunda categoria eu batizo, na falta de um termo melhor, de *epitexto* [...]” GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 12.

primeiro grupo de textos Gentte chamou de “peritexto”⁸ e, ao segundo, chamou “epitexto”⁹. Assim, *paratexto* = *peritexto* + *epitexto*.

No entanto, entendo que definições universais, como é o caso do conceito de paratexto, acabam por se tornar trans-históricas, ou seja, esquecem das especificidades históricas que envolvem os elementos que compõem o paratexto. O livro de hoje não é igual ao livro do século XVII — seja na sua materialidade ou na sua função social — e, portanto, não devem ser vistos e estudados como se fossem. Essa parte do livro que Genette se propõe a estudar, da forma como o propõe, faz mais sentido em uma sociedade com uma imprensa já consolidada, com uma opinião pública já estabelecida, faz sentido muito mais numa sociedade burguesa como a nossa do que naquelas do Antigo Regime. Hoje, por exemplo, a capa do livro é importantíssima para chamar a atenção do leitor em uma livraria, ou o epitexto (aquele paratexto que está fora do livro) pode ter mais importância, porque aquilo que convencionalmente chamamos de mídia coloca coisas relativas ao livro editado em circulação. No Antigo Regime, em primeiro lugar, os livros eram vendidos, geralmente, sem encadernação — era o comprador que os mandava encadernar da maneira como gostaria e com o profissional de sua confiança. O primeiro contato que o leitor teria com o livro, portanto, era a página de rosto, onde o destaque era dado ao nome do monarca, príncipe ou nobre a quem a obra era dedicada. No livro do Antigo Regime havia, também, uma série de outros textos preambulares, como a “carta ao leitor”, as “licenças” e “aprovações”, extintas na atualidade¹⁰. Em resumo, entendemos que não é possível analisar[-se] um livro do século XVII com os olhos do XXI.

O termo paratexto, portanto, parece problemático em diversos níveis, até mesmo porque, como vimos, ele se divide entre peritexto e epitexto, e, quando usamos paratexto, em geral nos referimos ao peritexto; mas como esse termo também se refere aos títulos de capítulos e notas, fica difícil especificar somente aqueles textos que antecedem a matéria do livro propriamente dito. Uma saída, adotada por Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, é usar o termo *preambulares* para nos referirmos a esse conjunto de textos que antecedem a matéria do livro¹¹. A parte do livro do século XVII (e também do XVI e do XVIII) que chamamos de paratexto é composta, em geral, pela dedicatória, carta ao leitor, prólogo, aprovação, licenças, taxaço. Entende-se que juntar no conceito de paratexto — ou peritexto — esses textos, nos leva a desconsiderar as especificidades que cada um deles teve naquela época.

Como as pesquisas de João Adolfo Hansen, Ivan Teixeira e Marcello Moreira já mostraram, nos séculos XVI, XVII e XVIII ibéricos, a instituição retórica greco-latina determinava a invenção dos discursos¹². Desse modo, os textos preambulares têm uma função exordial retoricamente regrada, que pode variar de acordo com o gênero do livro, segundo a ideia de decoro – falar/escrever de maneira adequada segundo o público, a pessoa que fala/escreve e a matéria a ser tratada¹³. Isso quer dizer que os preambulares de um livro do gênero histórico não são iguais aos de um do gênero deliberativo, justamente porque o deliberativo é diferente do histórico¹⁴. No primeiro, todo o

¹⁰ Analisaremos a página de rosto, as “cartas ao leitor”, “prólogos”, “licenças” e outros textos mais adiante.

¹¹ CARVALHO, M. do S. F. de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. 1ª. ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.

¹² Gostaríamos de destacar uma passagem de Hansen: “No Antigo Estado português anterior às reformas pombalinas, entre 1580, quando o país entrou na órbita cultural da Espanha, e 1750, quando morreu D. João V e teve início o governo de D. José I, as ‘belas letras’ eram ordenadas pelos padrões retóricos e teológicos-políticos divulgados pelos jesuítas na “*Officina*” condenada no *Compêndio histórico*. ‘Belas letras’, não ‘Literatura’, que ainda não existia como regime discursivo ficcional dotado de autonomia estético-mercado-lógica.” Cf. HANSEN, J. A. *Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução*. In: PÉCORA, A. (Org.). *Poesia seiscentista: Fênix renascida & Postilhão de Apolo*. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2002, p. 26.

¹³ No *Orator*, de Cícero: “Or l'orateur doit voir ce qui est séant non seulement dans les idées, mais aussi dans les mots. En effet ni toutes les conditions, ni toutes les dignités, ni toutes les autorités, ni tous les âges, ni même tous les lieux, les temps, les auditoires ne doivent être traités avec la même sorte de mots ou d'idées, et toujours dans chaque partie d'un discours comme de la vie il faut considérer ce qui est séant. Et ceci réside d'une part dans la chose dont on traite et d'autre part dans les personnes de ceux qui parlent et de ceux qui écoutent.” [“Ora, o orador deve ver o que é conveniente não somente nas ideias, mas também nas palavras. Com efeito nem todas as condições, nem todas as dignidades, nem todas as autoridades, nem todas as idades, nem mesmo todos os lugares, os tempos, os auditórios não devem ser tratados com o mesmo tipo de palavras ou de ideias, e sempre em cada parte de um discurso como da vida, deve-se considerar o que é conveniente. E isso reside, de uma parte, na coisa da qual se trata e, da outra parte, nas pessoas daquelas que falam e daquelas que escutam.”] Cf. CÍCERO. *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Tradução Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 2008, p. 25, XXI, 71.

¹⁴ O que chamamos de gênero histórico faz parte do gênero demonstrativo.

discurso visa a persuasão, defendendo ou atacando uma causa que será deliberada¹⁵. Já no gênero demonstrativo, o objetivo é elogiar ou vituperar algo ou alguém¹⁶. Neste caso, o público é simplesmente o espectador, enquanto que o público do gênero deliberativo é alguém que irá julgar.

Por que estudar justamente os preambulares? No decorrer de minha pesquisa pude constatar que nos prólogos, cartas ao leitor, dedicatórias etc., os autores apresentam ao público a matéria da qual irão tratar. Dessa forma, acabam falando sobre a história – no caso de escritos do gênero histórico. Sua análise histórica deve procurar reconstituir as práticas de uma cultura escrita que já não é mais a nossa. Por isso propomos que cada um desses textos preambulares sejam analisados em sua especificidade. Ao fazermos isso, percebemos que eles têm uma função de exórdio da obra, pois cada um a seu modo, segundo as regras que lhes são próprias, preparam o ouvinte ou leitor para o que virá na sequência. Entendemos, junto com Luisa López Grigera, que para se estudar as práticas¹⁷ da escrita no século XVII é pertinente reconstituirmos os usos que aqueles escritores fizeram das artes retóricas a fim de, a partir delas, percebermos as transformações históricas dos gêneros e estilos para descobriremos aquilo que foi mais característico das obras daquele período. Como as artes retóricas foram as principais preceptivas para a invenção dos discursos durante muitos anos – desde o período da Grécia Antiga até meados do século XVIII – elas tornam-se, dessa forma, uma das melhores maneiras para se analisar e decodificar os textos escritos nessa época¹⁸. Segundo preceitos retóricos da Antiguidade, no exórdio procura-se alcançar três objetivos: deixar o público benevolente, dócil e atento para o que vem a seguir¹⁹. Para deixar o público dócil, o anônimo autor da *Retórica a Herênio* preceitua fazer um resumo daquilo que se irá tratar, fazendo o leitor/ouvinte atento, o que o tornaria dócil, “pois é dócil aquele que deseja ouvir atentamente”²⁰. Ainda segundo o anônimo autor, teremos um público atento se prometermos falar de coisa importante para a República, ou algo que diz respeito aos próprios ouvintes/leitores. Já a captação da benevolência pode ser feita a partir de quatro lugares: baseados na nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes ou baseando-se na própria matéria do discurso²¹. Pe. Cipriano Soares, autor do manual de retórica usado nas escolas da Companhia de Jesus, afirma que “O exórdio é uma passagem que prepara adequadamente o espírito do ouvinte para o restante do discurso”²². Como se pode perceber, no exórdio é preciso introduzir o leitor no assunto que vem na sequência. É por isso que encontramos, no preâmbulo de livros do gênero histórico, trechos nos quais seus autores expõem aquilo que entendem por história.

2. Cartas dedicatórias

Começarei a análise dos exórdios detendo-me nas cartas dedicatórias de *Ásia portuguesa e História de Portugal Restaurado. Ásia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, foi impresso em 1666 na “Officina de Henrique Valente Oliveira Impressor del Rey N.S.”, em Lisboa²³. Quem mandou imprimir o livro foi o filho do autor, Capitão Pedro de Faria e Sousa, que também o dedicou ao rei D. Afonso VI e escreveu o prefácio. Na dedicatória, Pedro dirige-se ao rei dizendo que a carta tem dois objetivos: o de dedicatória e o de petição. Em seguida, tece um elogio da obra escrita por seu pai, que “contiene Heroicas Acciones Lusitanas de aquellas más dilatadas Conquistas”, e adverte:

¹⁵ Cf. [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 153 (Livro III, 2-3).

¹⁶ Cf. [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 161 (Livro III, 10).

¹⁷ Voltaremos a discutir a questão do estudo das práticas de uma cultura escrita mais adiante, mas gostaríamos de ressaltar o que diz Antonio Castillo Gómez sobre o assunto: “La historicidad de las normas es una parte fundamental de la historia de la cultura escrita que debe ponerse en conexión con la realidad más concreta de las prácticas, esto es, con los testimonios específicos donde se expresan los usos y funciones atribuidas al escrito.” CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, jun. 2003, p. 110.

¹⁸ GRIGERA, L. L. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. 2ª. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 25.

¹⁹ Podemos citar uma série de exemplos sobre esse tema, mas nos limitamos em referir apenas dois dos mais influentes tratados de retórica no século XVII: [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 57-61. CÍCERO. *De l'orateur*. Trad. Edmond Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2009. v. I, p. 52 (Livro I, XXXI, 143).

²⁰ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 59.

²¹ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 59.

²² SOARES, C. *Arte de Retórica*. Tradução Silvério Augusto Benedito. Lisboa: (Parte integrante da dissertação de mestrado em literaturas clássicas – área de literatura latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa), 1995, p. 47.

²³ SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

Veranse en este Historia dos cosas que rarísimas vezes suceden en el Mundo, que son, peso grande, y fuerças iguallas para llevarle: y contanto desahogo sucede, que su Autor no dá passo con toda esa Maquina a los ombros, que no sea segurissimo por el camino del verdadero historiar, sin miedo de que el peso por grande le descomponga, ò altere²⁴.

Neste trecho, podemos ver anunciada a matéria do livro: as heroicas ações lusitanas nas conquistas mais distantes. Também há um elogio do autor, que tem força suficiente para cumprir a pesada tarefa de escrever a história sem medo de se descompor ou alterar, seguindo no caminho do “verdadero historiar”. Logo em seguida, há uma lista dos grandes mestres da história: Heródoto, Tucídides, Plutarco, Josefo, Tito Lívio, Salústio, Quinto Cúrcio, Cornélio Tácito, Justino, Lúcio Floro, Veleio Patérculo, Mafeo, João de Barros, Guicciardini, D. Diego de Mendoza e D. Antonio de Fuen Mayor. Ao final, Pedro de Faria e Sousa completa: “de tal modo, que si cada uno dellos por si vale mucho, Manuel de Faria y Sousa por todos vale”.

A quantidade de historiadores referidos na dedicatória chama a atenção, ainda mais porque todos eles são considerados modelos a serem imitados, exemplos de como se deve escrever a história, e são constantemente citados por diversos autores. A afirmação de que Manuel de Faria e Sousa vale mais do que todos pode ser surpreendente pela falta de modéstia, porém ela não é desprovida de decoro. Ao contrário, ela favorece a intenção de tornar os leitores/ouvintes atentos e enfatiza outro ponto, o de que o autor da *Ásia portuguesa* segue o caminho do verdadeiro historiar, pois ele supera a todos.

Dizemos que essa carta dedicatória tem dois objetivos. O primeiro — dedicá-la ao rei D. Afonso VI — já foi cumprido fazendo-se grande elogio da obra. O segundo — petição — vem a seguir. Pedro pede que Vossa Majestade “ampare estos Escritos”. Logo depois, justifica seu pedido lamentando-se que “las cosas grandes tēgan necesidad de tercero para conseguir el premio devido, quando el tercero mayoer es su misma grandeza”. Em seguida, termina a carta dedicatória elogiando D. Afonso VI, “que vemos resplandecer llenando esse Trono Imperial con heroicas y virtuosas Acciones, que aumentan en los Vassalos firmes esperanças de eternas felicidades”.

A dedicatória e os elogios feitos ao rei constituem uma prática da cultura escrita impressa na sociedade do Antigo Regime. Como mostra Arthur Marotti, escritores e impressores buscavam legitimidade, prêmio e prestígio de seus “mecenass”²⁵. Isso tornou-se uma característica dos livros impressos, pois eles passaram a gravar de modo muito mais permanente do que o manuscrito o nome dessas pessoas às quais se dedicavam os livros²⁶. Podemos comprovar isso simplesmente abrindo os livros de gênero histórico da Antiguidade. Heródoto não dedica suas *Histórias*, nem Tucídides sua *História da guerra do Peloponeso*, Tito Lívio também não dedica sua *História de Roma* e também não há dedicatória na *Conjuração de Catilina* de Salústio. Encontraremos dedicatórias em obras impressas, por exemplo nos historiadores italianos do século XVI, como Guicciardini e Maquiavel, que dedicaram seus escritos históricos aos Médicis. Em Portugal, após a Restauração em 1640, diversos livros de gênero histórico foram impressos e dedicados a D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, seus sucessores. Isso acontece porque o impresso possibilita uma ampla circulação das obras e, assim, serve para promover e fazer propaganda de nobres e príncipes. Apesar de o manuscrito ter, também, grande circulação, ele ainda fica restrito a um certo círculo de letrados, enquanto que o material impresso se espalha por uma área maior e com a finalidade de atingir leitores não apenas de um pequeno círculo, mas diversos letrados. Assim, o fato de se dedicar uma obra a um nobre ou ao príncipe ganha uma outra dimensão, pois o autor da dedicatória se mostra a toda a sociedade letrada.

Quando Pedro de Faria e Sousa se lamenta de ter que depender de terceiros para conquistar prestígio (no caso, ele queria conquistar prestígio para a obra do pai), aplica a tópica da decadência dos tempos, segundo a qual os costumes do presente são viciosos e não virtuosos como outrora. Ao fazer isso, ele não critica o fato de ter que dedicar sua obra a D. Afonso VI, mas enaltece a grandeza dos escritos de seu pai, que, sem o amparo do rei, não teria o devido reconhecimento.

²⁴ SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impresor del Rey N. S., 1666.

²⁵ Coloco *mecenass* entre aspas porque não necessariamente a pessoa a quem a obra era dedicada havia patrocinado o escritor ou o impressor. Acontecia, muitas vezes, dedicarem-se obras a reis ou nobres sem eles saberem. Isso acontecia porque o simples fato de se dedicar um livro a alguém numa condição social superior, no contexto da sociedade de Antigo Regime, já dava um certo prestígio e protegia os escritos de possíveis ataques. No caso de Portugal, Ivan Teixeira mostrou que na época de Pombal havia uma política de propaganda das políticas pombalinas e fazia parte dessa política a publicação de obras dedicadas ao próprio Marquês. Cf. TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

²⁶ MAROTTI, Arthur F. *Manuscript, print, and the English Renaissance lyric*. 1ª. ed. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995, p. 291-292.

A dedicatória que o Conde da Ericeira fez a D. Pedro II em *História de Portugal Restaurado*, impresso em 1679, começa assim:

Senhor.

O mayor cuidado dos Mestres das sciencias foy, mostrar em todos os séculos ao Mundo a ecliptica, por onde os Principes devem caminhar seguros, a gravar immortal nos Têmplos da Fama a sua posteridade. Porém pela diferença que se considera, entre o que se examina pelos olhos, ao que se percebe pelos ouvidos, deve ser preferida a historia moderna às ideas mays subidas dos que mays finamente discursaram nesta doutrina, & aos exemplos mays singulares dos que melhor expuseram os sucessos antigos²⁷.

Aqui, vemos que o autor principia expondo uma visão daquela que deve ser considerada a história preferida – no caso, a moderna, pois é mais confiável o que se vê, não o que se ouve. Esse argumento está baseado na *Metafísica* de Aristóteles, logo no primeiro parágrafo, onde o filósofo grego nos ensina que a visão proporciona mais conhecimento do que as outras sensações, como ele chama²⁸.

D. Luis de Menezes, no trecho acima citado, retoma um princípio da escrita da história presente também em Tucídides: a de que a história recente (ou moderna, como escreve o historiador português), e o testemunho que o historiador dela tem, é mais confiável do que a história de tempos mais distantes²⁹. Tanto o Conde da Ericeira quanto Tucídides participaram de eventos que eles narraram. Tanto um como o outro também tiveram a oportunidade de investigar esses eventos e ouvir relatos de outras pessoas que participaram deles³⁰.

Ao dizer que: “O mayor cuidado dos Mestres das sciencias foy, mostrar em todos os séculos ao Mundo a ecliptica, por onde os Principes devem caminhar seguros, a gravar immortal nos Têmplos da Fama a sua posteridade”, o Conde da Ericeira afirma a utilidade da sua ciência, a história³¹. Ela é útil porque mostra, a partir do passado, como as pessoas podem agir. É como afirma o historiador grego: “[...] quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará”³². A história é, pois, exemplo³³. Durante o período que vai de Heródoto ao Conde da Ericeira, ela é considerada *magistra vitae*, mestra da vida, como definiu Cícero.

Nas duas dedicatórias analisadas é possível perceber que os autores colocam-se de forma submissa diante do governante³⁴, reafirmando a sua posição de súditos do reino de Portugal. Também consideram o governante como autoridade capaz de proteger, amparar, dar destaque e prêmio às obras, como se sem isso elas fossem cair no esquecimento ou ficassem sem ter importância e sofressem com as censuras dos leitores.

²⁷ ERICEIRA, C. *História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo príncipe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galvão, 1679.v. I.

²⁸ Diz Aristóteles: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade e amam, acima de todas, a sensação da visão. Com efeito, não só em vista da ação, mas mesmo sem ter nenhuma intenção de agir, nós preferimos o ver, em certo sentido, a todas as outras sensações. E o motivo está no fato de que a visão nos proporciona mais conhecimentos do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas.” Cf. ARISTÓTELES. Giovanni Reale. *Metafísica*. Tradução Marcelo Perine. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.v. II, p. 3.

²⁹ “Na verdade, quanto aos eventos anteriores e principalmente os mais antigos, seria impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo.” TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 19 [Livro I, 1].

³⁰ Cf. TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 28 [Livro I, 22].

³¹ É importante lembrar que até o século XVIII, ciência (sciencia) não tinha o mesmo significado de hoje. Segundo o Vocabulário Portuguez & Latino, de Raphael Bluteau, Sciencia, “No seu rigor filosófico, he hũ conhecimento certo, & evidente pelas suas causas”. [Consulta on-line feita em 13/02/2016 no site: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/sciencia>].

³² TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 28 [Livro I, 22].

³³ Luiz Costa Lima fez um interessante debate sobre o assunto, cf. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31-105.

³⁴ No caso de Pedro de Faria e Sousa, a dedicatória dirige-se ao rei D. Afonso VI, enquanto que o Conde da Ericeira dedica sua *História de Portugal Restaurado* ao “Sereníssimo Príncipe Nosso S.”, que era D. Pedro II. Quando este livro foi impresso, D. Afonso VI já havia sido afastado do governo, ficando seu irmão no lugar.

Numa sociedade de Antigo Regime, como mostrou Norbert Elias, quanto mais próximo do rei, mais distinção tinha a pessoa; além disso, todas as ações representavam a hierarquia daquela sociedade, que era extremamente regrada³⁵. É essa lógica que podemos ver aplicada nas dedicatórias: elas representam a hierarquia e mostram como o autor sabe qual é o seu lugar, ao declararem-se súditos e pedirem os favores dos reis e príncipes. A dedicatória é afirmação do pacto teológico-político de sujeição, sendo própria de uma cultura impressa que se desenvolveu no Antigo Regime.

3. Carta ao leitor

Dentre os exórdios dos livros de gênero histórico encontramos, além da carta dedicatória, a carta ao leitor. Esse tipo de exórdio nem sempre aparece nos livros do século XVII, embora seja bastante usado. Como sabemos, os preambulares poderiam ser escritos pelo próprio autor da obra, ou pelo impressor, que muitas vezes era também o editor, ou por um terceiro, como no caso de *Ásia portuguesa*, no qual os exórdios são escritos por Pedro de Faria e Sousa, filho do autor. Seja quem for o autor desta carta, o que fica evidente é a representação do leitor, ou seja, de quem se espera a leitura da obra. Geralmente, trata-se de um leitor tão culto quando o autor, frequentador dos mesmos círculos sociais e, logicamente, letrado. Na *História de Portugal Restaurado* o autor se dirige aos leitores no prólogo e, portanto, não há uma carta ao leitor.

Apesar de não haver uma preceituação sobre o que deve ser uma carta ao leitor e o que deve ser um prólogo, os usos desses espaços nos preambulares do livro indicam que a primeira, em geral, é lugar para um diálogo mais próximo do autor com o seu leitor. Como o próprio gênero carta pressupõe, é uma conversa entre amigos ausentes. Quer dizer, quando ela é escrita o interlocutor está ausente e quando ela é lida quem está ausente é o autor. Já no prólogo, em geral, temos um discurso sobre a própria obra. No caso do gênero histórico, é neste lugar que o autor mostra que seus escritos fazem parte desse gênero e há, inclusive, uma preceituação dele³⁶.

No texto “El capitan Pedro de Faria e Sousa a los que leyerem”, o autor faz, no primeiro parágrafo, uma exposição sobre o entendimento humano, um dom divino que Deus reparte dando a uns mais e a outros menos, sendo que o homem, “como diz Aristoteles en sus Metafisicas, naturalmente desea saber”³⁷. Em seguida, no segundo parágrafo, seguindo o raciocínio do anterior, afirma que Manuel de Faria e Sousa foi autor superior a João de Barros, o qual tem a glória de ter sido o primeiro que escreveu sobre as ações dos portugueses na Ásia, enquanto Faria e Sousa tem a glória de ter sido o maior porque Deus o banhou com essa graça.

Na sequência, o filho de Manuel de Faria e Sousa procura mostrar que as obras de seu pai foram finalizadas antes da aclamação de D. João IV e, por isso, foram dedicadas a Filipe IV. No entanto, Pedro de Faria e Sousa faz de seu pai um profeta, que teria previsto a Restauração. Ele cita um longo trecho de uma carta que diz ter sido escrita por Manuel de Faria e Sousa como dedicatória a Filipe IV e chama a nossa atenção para uma passagem específica: “Esta História contiene las Hazañas gloriosas de singulares Vassalos vuestros en la Asia, desde que dieron principio al descubrimiento dela por el Oceano los felicísimos Principes de quien sois Descendiente, y Sucesor asta el año de 1640” [grifo meu]³⁸. Neste trecho, na parte grifada, estaria a profecia do autor de *Ásia portuguesa*, pois ele afirma que o reinado de Filipe IV só iria até 1640. Toda a sequência dessa carta “aos que lerem” tem o objetivo de mostrar que Manuel de Faria e Sousa era tão grandioso que previu a Restauração. Citam-se trechos de outras obras suas, como de *Europa portuguesa*, e até mesmo alguns versos.

Algo que chama a atenção nessa carta é a reflexão sobre o entendimento e a demonstração de que Manuel de Faria e Sousa é melhor do que João de Barros. Pedro de Faria e Sousa, ao afirmar isso, argumenta que é vontade divina, pois Deus teria dado ao seu pai um entendimento superior. E foi justamente isso que o teria possibilitado

³⁵ Norbet Elias, depois de analisar o *lever* do rei no tempo de Louis XIV, na França, conclui o seguinte: “O que mais salta aos olhos nessa cerimônia é a meticolosa exatidão da organização. Mas, como vemos, não se trata de uma organização racional no sentido moderno, apesar da exatidão com que cada movimento é estabelecido previamente, e sim de um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época.” ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 102.

³⁶ Sobre o prólogo, cf.: PORQUERAS MAYO, Alberto. *El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español*, 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.

³⁷ Em Aristóteles: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber”. Cf. ARISTÓTELES. Giovanni Reale. *Metafisica*. Tradução Marcelo Perine. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.v. II, p. 3.

³⁸ SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

escrever uma história melhor. Ele ainda conta que muitos criticaram seu pai por escrever bem: “Alfin estos quieren, que Manuel de Faria sea malo por muy grande”. Para defender seu pai, Pedro argumenta que ninguém critica a Natureza por ser bela e nem Deus por tê-la feito assim. O ser humano, que nasceu para imitá-Lo, não deveria ser criticado por isso. Esses argumentos são de ordem providencialista. Se na dedicatória ao rei, por um lado, explicita-se sua submissão ao monarca, na carta ao leitor, por outro lado, fica evidente uma justificativa com base na religião. Assim, percebe-se que o discurso possui uma afirmação teológico-política do reino, além de uma preceituação retórica.

Esse texto, assim como todos os demais preambulares, exerce a função de exórdio. Como já dissemos, o anônimo da *Retórica a Herênio* preceitua quatro maneiras de captar a benevolência do leitor: baseando-se em nossa pessoa, na dos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria do discurso. Nessa carta ao leitor que acabamos de analisar, Pedro de Faria e Sousa procura captar a benevolência de seu leitor a partir da matéria do discurso, que é seu pai. Na *Retórica a Herênio* encontra-se o seguinte preceito: “Baseados nas próprias coisas, tornaremos o ouvinte benevolente se elevarmos a nossa causa com louvores e rebaixarmos a do adversário com desprezo”³⁹. Como pudemos ver, é exatamente isso o que faz o filho de Manuel de Faria e Sousa, ao procurar mostrar que seu pai não só foi melhor do que João de Barros, como também profetizou o fim do reinado de Filipe IV, o que comprovaria o grande entendimento que recebeu de Deus.

4. O prólogo

Passemos, agora, para a análise dos prólogos. Seguindo com a *Ásia portuguesa*, Pedro de Faria e Sousa descansa a pena e deixa seu pai “falar”. Manuel de Faria e Sousa, aplicando os preceitos do exórdio, enaltece a sua obra, vitupera os seus críticos e mostra as dificuldades de ser autor de uma obra de história. Inicialmente, ele ataca aqueles que o acusam de escrever em estilo elevado, justificando que as matérias graves e elegantes pedem um estilo grave e elegante, como decorre da noção de *decoro*⁴⁰. Diz ele: “Bien veo que los casos sublimes, las materias graves, y las sentencias ponderosas; sublime estilo, grabe elegancia, y ponderoso juicio quieren”⁴¹. O autor também atualiza um outro preceito ciceroniano quando afirma que os feitos e ações do passado são “artes, ó instrucciones vivas para los futuros” — é a noção de *historia magistra vitae*, da qual trataremos mais adiante.

Manuel de Faria e Sousa, pelo que foi dito acima, inicia o seu prólogo tratando da matéria de sua obra, defendendo-a de possíveis censuras que poderia receber dos leitores. Ele faz isso mostrando que se adequa ao *decoro* exigido pela matéria tratada; mostrando, também, que, mesmo sem ter muito talento, sua obra consegue algo mais grandioso do que um discurso construído com impecável eloquência: ela não deixa cair no esquecimento os feitos gloriosos. Ou seja, o historiador deve se preocupar muito mais em deixar para a posteridade a verdade dos acontecimentos — lembremos que Manuel de Faria e Sousa fala sobre o “verdadeiro historiar” — do que em escrever como um orador.

Essa finalidade da história é difundida por muitos autores dos séculos XVI e XVII, como Guicciardini (ou Guichardino, segundo a grafia portuguesa do século XVII) — já citado por Pedro de Faria e Sousa e que também será citado pelo seu pai como modelo de historiador que ele imita — que, em suas *Reflexões*, no parágrafo 143, escreve o seguinte:

143. Parece-me que todos os historiadores, sem nenhuma exceção, tenham errado no seguinte: deixaram de escrever muitas coisas que no tempo deles eram conhecidas, pressupondo-as conhecidas. Segue-se daí que nas histórias dos romanos, dos gregos e de todos os outros se deseja hoje a notícias em muitos pontos: *verbigrazia* das autoridades e diversidades dos magistrados, das ordens do governo, dos modos da milícia, da grandeza das cidades e de muitas coisas semelhantes, que na época de quem escreveu eram conhecidíssimas e por isso omitidas

³⁹ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 61.

⁴⁰ A noção de *decoro* é importantíssima para se inventar retoricamente o discurso. Nos séculos XVI e XVII ela era retomada principalmente dos tratados de Cícero, como mostra Grígera nesse trecho: “El concepto de Cicerón, de que el decoro se corresponde a la cosa de que se habla, a quien habla y a quien se habla, lo recoge Granada. Es decir que por razón del decoro se debía adecuar la elocución a la materia, al emisor del mensaje y al receptor del mismo”. LÓPEZ GRIGERA, Luisa. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. 2ª. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 124.

⁴¹ SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Oficina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666, Prólogo.

por eles. Mas se tivessem considerado que com a extensão do tempo extinguem-se as cidades e perde-se a memória das coisas, e que justamente para eternizá-las escrevem-se as histórias, teriam sido mais diligentes ao escrevê-las, de modo que os que nascem numa época distante possam ter todas as coisas diante dos olhos, assim como os que as presenciaram: é justamente essa a finalidade da história⁴².

A história, então, deve ter uma utilidade. Ela será útil se o historiador for capaz de colocar diante dos olhos de seus leitores todas as coisas tal como aconteceram. Como pretendo mostrar mais adiante, esse preceito de como deve ser a história aparece não só em Guicciardini, mas em Mascardi⁴³ e Luciano de Samósata⁴⁴, duas autoridades do gênero histórico muito referidas no século XVII.

No quinto parágrafo, Faria e Sousa fala de seus mestres na arte da história e conta como imitou cada um deles:

[...] vi con gran exame (hablarè agora de la classe en que nos entramos con esta labor) entre los Griegos a Herodoto, y a Tucídides, y a Plutarco, y a Josefo: entre los Latinos a Tito Livio, y a Salustio, y a Quinto Curcio, y a Cornelio Tacito, y a Justino, y a Lucio Floro, y a Velejo Paterculo, y a Mafeo; de los vulgares a Juan de Barros, y al Guichardino, y a D. Diego de Mendoça, y a Don Antonio de Fuen Mayor, que son los verdaderamente dignos de imitacion. Quien fuere visto en todos, a todos encontrará con frecuencia en nuestros escritos; y con singularidad a los primeros seys, y a los ultimos quatro en lo general: en lo florido a Curcio, en los reparos a Tacito, en la forma a Justino, y en todo a Floro, y a Paterculo, porque en desahogo, y libertad de frases, y clausulas me hizieron siempre señalada embidia, y me llevaron la mano como unicos Maestros mios. Y finalmente a Plutarco en la introducion de políticas enseñanças, haz endonos dueño dellas, porque en parte estos nuestros asuntos son vidas de Varones claros, y en las que él escribiò le imitamos⁴⁵.

Nesse trecho, pode-se ter uma noção da prática da escrita da história no século XVII. Para esses autores, as fontes — que, para nós, atualmente, são fundamentais para nossa prática e sem as quais não conseguimos trabalhar — são os historiadores antigos. Em certa medida, como o próprio Faria e Sousa comenta, a história deve ser escrita à luz dos antigos, mas com alguma novidade: “nuestro intento no es alcançarnos con el Magisterio de como se ha de escribir Historia; sino escribirla a las luzes del Antiguo con alguna osada novedad”. Assim, a história é imitação⁴⁶ daquilo que já foi escrito, mas sendo sempre atualizada. Dito de outra forma, Manuel de Faria e Sousa não reescreve o que já foi dito por João de Barros, mas o imita a fim de superá-lo. Como *magistra vitae*, e por ser vivida por seres humanos, como notou Tucídides, a história tende a se repetir, mesmo com algumas variações.

No prólogo de *História de Portugal Restaurado*, de D. Luís de Menezes, terceiro conde da Ericeira, não há uma parte denominada “carta ao leitor”. O diálogo do autor com o seu leitor acontece justamente no prólogo, como veremos. Por ora gostaria de ressaltar que é nesta parte que o autor trata mais especificamente do trabalho do historiador. Aqui, vemos aplicados alguns preceitos presentes no tratado *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata⁴⁷. Chamo a atenção para o parágrafo 41:

⁴² GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões*. Trad. Sérgio Mauro. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano de Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995, p. 111.

⁴³ Agostino Mascardi é autor do *Dell'arte istorica*, publicada no século XVII, no qual, logo no início, deixa claro o que entende por história: “[...] l'Arte istorica ha per suo fine l'insegnare a tessere convenientemente il racconto degli accidenti umani più memorabili”. MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi Editore, 1994, p. 11.

⁴⁴ Luciano de Samósata viveu no século II d. C. e é autor de diversos tratados, dentre eles o *Como se deve escrever a história*. Encontramos, no parágrafo 42 desse tratado, o seguinte sobre a utilidade da história: “Diz ele [Tucídides] que o que escreve é uma aquisição para sempre, mais que uma peça de concurso, voltada para o presente; diz ainda que não acolhe o fabuloso, mas deixa para a posteridade a verdade dos acontecimentos. Acrescenta também que a utilidade é o fim da história, de modo que, se alguma vez, de novo, acontecerem coisas semelhantes, se poderá, diz ele, consultando-se o que foi escrito antes, agir bem com relação às circunstâncias que se encontram diante de nós”. SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007, p. 71.

⁴⁵ SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666, Prólogo.

⁴⁶ Imitação, no século XVII, tem o sentido de emular, ou seja, de competir para se igualar e/ou superar o modelo imitado.

⁴⁷ É curioso notar que o próximo conde da Ericeira, já no século XVIII, pede a tradução dos tratados de Luciano.

41. Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja um juiz equânime, benevolente com todos a ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou⁴⁸.

Cícero também escreveu sobre a história em seus tratados. Numa passagem de *De oratore*, enquanto reclama que não há nos manuais de retórica preceitos sobre como escrever a história, fornece, ele mesmo, tais preceitos:

Vocês percebem que tarefa enorme é a escrita da história para o orador? [...] No entanto, não a encontro em parte alguma ensinada em separado nos preceitos dos rétores, pois são bastante evidentes. De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? [63] É evidente que esses alicerces são de conhecimento geral. A edificação propriamente dita, por outro lado, reside nos temas e nas palavras⁴⁹.

O mesmo preceito de Luciano de Samósata, de que o historiador não deve ocultar nada por amizade ou por ódio, já aparecia em Cícero, como percebemos quando ele diz que não deve “haver suspeita de favorecimento [...] Ou de ressentimento”. D. Luis de Menezes, então, escreve que nem a amizade dos leitores pode encobrir os defeitos do escritor, “nem escurecer-lhe os acertos o ódio”, ficando a obra entregue ao “tribunal da justiça dos desinteressados”, que louvam por merecimento os benevolentes e censuram os culpados. Pode-se subentender que a história contada no livro não é em favor de amigos e nem vingança contra os inimigos, mas é justa e pode ser julgada pelos desinteressados.

No segundo parágrafo do prólogo o conde faz um extenso elogio da empresa do historiador, que conta com dificuldades enormes para dar fim a sua obra. Logo na primeira linha ele afirma de forma categórica: “Hũa das maiores empresas do Mundo he a resolução de escrever hũa história”. Na sequência vêm as justificativas: além dos inumeráveis inconvenientes a serem vencidos, do trabalho excessivo, ter que usar adequadamente o estilo, colher as notícias, escrever e corrigir as provas, passar a limpo o texto e, enfim, receber o título de Autor, “então começa a ser Reo, & reo julgado com tam excessiva tyrania”.

Neste ponto do texto, o conde da Ericeira aplica o lugar comum⁵⁰ de comparar o escritor/historiador ao pintor/escultor, tão presente nos tratados de retórica e mesmo em *Como se deve escrever a história*, no qual aparece o seguinte:

Desse modo, não devem [os historiadores] buscar o que dizer, mas como dizê-lo. Em suma, é preciso considerar que quem escreve a história deve assemelhar-se a um Fídias, um Praxíteles, um Alcâmenes ou outro artista desse tipo, já que nenhum criou o ouro, a prata, o marfim ou algum outro material, que, pelo contrário, já existia e estava disponível [...]. Eles apenas moldavam, cortavam o marfim, poliam, colavam, ajustavam e ornavam-no com ouro – sendo esta a sua arte: tratar a matéria como se deve⁵¹.

Voltando ao *História de Portugal Restaurado*, lê-se:

Julgo por muyto errada a opiniaõ commua, que assenta, que a historia he paralelo da pintura: porque he tanto mays privilegiado o pintor que o Escriitor, q teve lugar Apelles, pondo em publico hua figura que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que hum artifice dellas lhe cõdenou por imperfeyta, & de castigar a ouzadia de outro, que naõ sendo pintor se atreveu a aguirrhe o perfil da figura. Naõ he concedida aos Escriitores tante liberdade: porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabaram de sellar a historia que escrevéram, logo perdéram toda a açção de

⁴⁸ SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 71.

⁴⁹ SCATOLIN, A. Cícero, Do orador, 2.51–64: a historiografia. *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91–96, 25 set. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/104954>>. Acesso em: 29 set. 2015, p. 5.

⁵⁰ Entendia-se por lugar comum os lugares (*loci*) físicos imaginários onde guardavam-se os argumentos. Ver, p. 23-24 deste estudo. Cf. HANSEN, J. A. Lugar-comum. In: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (Org.). *Retórica*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2012.

⁵¹ SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 77.

emendála, & na difficuldade de satisfazer a hum Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver historia bem avaliada de todos⁵².

Comparando os dois trechos, vemos que Luciano de Samósata mostra como o historiador deve tratar a sua matéria, que não cabe a ele inventar nada (o que seria próprio dos poetas), mas mostrar, de maneira adequada, aquilo que já está disponível. D. Luis de Menezes, no seu texto, aplica o mesmo lugar comum, mas faz uma distinção entre o pintor e o escritor/historiador ao afirmar que o primeiro tem a vantagem de poder ajustar sua obra depois de expô-la, como o fez Apelles quando um especialista criticou as vestes que pintara. Ao escritor/historiador isso não é permitido, pois depois de impressa não há meios de corrigir o livro⁵³. Note-se que em momento algum o conde nega esse lugar comum afirmando que são matérias distintas e muito diferentes uma da outra. Não é isso o que faz: ele apenas distingue um aspecto que é relativamente novo e não estava presente quando Luciano, Quintiliano, Cícero, Aristóteles e Platão escreveram seus tratados: D. Luis de Menezes atualiza a comparação mencionando o papel da imprensa.

Depois de uma relação de inconvenientes a serem superados pelos historiadores, o conde afirma que se costuma escrever história dos séculos passados; porém, a sua *História de Portugal Restaurado* trata do presente. Isso, segundo a linha do discurso construído no prólogo, traz mais dificuldades à sua empresa. Um dos desafios era lidar com os relatos distintos sobre as mesmas batalhas. Ele mesmo esteve presente em algumas, mas nunca pôde ouvir uma relação da guerra sem notar as contradições em relação ao que viu. Assim, D. Luis de Menezes coloca em xeque a ideia de que o ver e ouvir garantem a veracidade da história. Na dedicatória este é o argumento usado: deve-se preferir a história moderna à antiga, como o visto ao ouvido. A saída encontrada foi entranhar-se no amor à pátria, “fundado no justo temor de q não accultassem mortaes, as urnas do esquecimento, as acções gloriosas de tantos heroes excellentes”, e, acima de tudo, o empenho em “descobrir os motivos do principio, & remate desta historia de Portugal restaurado”. O objetivo é, como afirma o autor, mostrar ao mundo “a justiça com que o Serenissimo Rey D. João o IV. de immortal memoria se restituiu à Coroa de Portugal”.

Evocando seu amor à pátria, a sua opinião – “q amey sempre mays q a propria vida” – e o fato de ter presenciado as vitórias do reino, como diz, o conde pretende que sua história seja verdadeira e justa – como deve ser toda história, conforme os autores utilizados, Cícero e Luciano. Só para nos lembrarmos, o primeiro, no trecho citado acima, questiona justamente isso: “De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade?” Como em um tribunal, D. Luis de Menezes defende sua causa e acusa os adversários, que só escreveram mentiras e “erradas noticias”. Os autores castelhanos, por exemplo, encobriram as vitórias portuguesas com ficções, e por isso era necessário escrever contra essas mentiras. Vale lembrar que este texto foi escrito durante o período em que as virtudes também estão no sangue de linhagem nobre, como fica claro em certa passagem desse prólogo, quando o autor afirma ter herdado “de antigos & valerosos Avos ser a verdade alma da vida, como he da historia”. Para sustentar a veracidade de sua *História de Portugal Restaurado*, argumenta sobre a “segurança de testemunhas desinteressadas, que tiveram sem dependencia parte em todos os sucessos politicos & militares”. Como disse Luciano, a história não deve ter pátria, nem rei, nem beneficiar os amigos nem rebaixar os inimigos. Podemos pensar que D. Luis de Menezes não pôde renegar a sua pátria e o seu rei, mas deu argumentos, com base nos costumes do Antigo Regime e seguindo os preceitos retóricos, no sentido de mostrar que a sua história era verdadeira. Tendo argumentado que as suas testemunhas, elas sim, são desinteressadas e sem dependência, garantia a imparcialidade necessária a uma história justa e verdadeira. Ele mesmo afirmou: “naõ quero mayor recompensa que o conhecimento, de que a tégora naõ saiu ao Mundo historia mays verdadeyra”.

No penúltimo parágrafo desse prólogo, encontramos aplicado um preceito que aparece em Quintiliano (livro II, XIII, 12)⁵⁴, quando faz uma comparação entre o escritor e o pintor Apelles, o qual teria representado Antígona de perfil para esconder seu olho perfurado. No discurso aconteceria a mesma coisa: por vezes o escritor deveria dissimular alguns detalhes por não serem próprios de serem mostrados. Assim, o conde da Ericeira afirma que mesmo o historiador descobrindo alguns defeitos de interesse público, não deveria mostrá-los porque

⁵² DA ERICEIRA, C. de. *História de Portugal Restaurado offerecida ao serenissimo principe Dom Pedro nosso senhor escritta por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.

⁵³ Essa observação feita pelo Conde da Ericeira indica as mudanças provocadas pelo uso do livro impresso: uma vez saído do prelo, não há como alterar mais nada. Mesmo as erratas são elaboradas no momento da impressão e apenas indicam alguns erros que os impressores perceberam.

⁵⁴ QUINTILINIEN. *Institution Oratoire*. Livre II. Tradução de Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

serviriam aos leitores muito mais como estímulo do que como correção. Desse modo, ficam já justificadas as omissões que podem ser alvos de crítica por parte de alguns leitores.

Conclusão

Gostaria de voltar àquela afirmação de Marc Bloch, citada logo no início do artigo: “Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escrevia Hecateu de Mileto”⁵⁵. Como, afinal, era a história que Hecateu de Mileto escreveu? De sua obra, nos restaram apenas fragmentos; um dos mais conhecidos é o exórdio, no qual lemos o seguinte: “Assim fala (*mytheítai*) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro; pois os relatos (*lógoi*) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos”⁵⁶. Arnaldo Momigliano fez algumas reflexões sobre esse historiador, antecessor de Heródoto. Para o intelectual italiano, apesar de Homero ser um modelo para os historiadores gregos antigos, na sua forma de narrar os acontecimentos, Hecateu de Mileto teria rompido com a tradição grega ao separar-se da influência das Musas. Ele atribuía aos homens aquilo que a tradição atribuía aos deuses. Para Momigliano, a importância desse historiador antigo está em sua disposição de comparar diferentes tradições nacionais para encontrar a verdade⁵⁷.

Vejamos como outros autores antigos pensavam a história. Cícero, por exemplo, é constantemente citado por historiadores, apesar de nunca ter escrito um texto exclusivamente sobre o assunto. No seu diálogo *De oratore*, em certa altura, Antônio pergunta a Cátulo a que tipo de orador cabe a escrita da história; ao que o outro responde: “basta não ser mentiroso”⁵⁸. Essa passagem trata da diferença entre os historiadores gregos, que seriam melhores, e romanos, que não seriam tão bons. Assim, em Roma, para ser um bom historiador, bastaria seguir o princípio da história: a busca pela verdade — que se conquistaria apenas por não mentir.

Para Luciano de Samósata, como já foi mostrado anteriormente, o historiador deve ser amigo da verdade: “Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela”⁵⁹. Ao historiador, então, não cabe inventar o que dizer, pois isso já está dado; cabe a ele apenas buscar como se deve dizer.

Agostino Mascardi, autor do tratado *Dell'arte istorica*, impresso no século XVII e de ampla circulação — o próprio Conde da Ericeira o cita como autoridade de seu discurso histórico sobre a Restauração —, afirma a mesma coisa das autoridades já citadas. Para ele, a verdade são os olhos da história: “[...] quasi che la verità fosse l'occhio dell'istoria, come da Marco Tullio é detta *lux veritatis*, cio è a dir occhio della verità”⁶⁰.

Atualmente, Carlo Ginzburg parece estar de acordo com essa regra, como se pode constatar na seguinte passagem: “[...] eu sustento que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores”⁶¹.

Apesar dessa característica da história de sempre buscar dizer a verdade, Marc Bloch tinha razão. Hoje, nossa história não é a mesma dos antigos. Até meados do século XVIII é possível perceber uma preceituação retórica da história, definindo o modo como determinados assuntos deveriam ser tratados, as palavras e o estilo a serem usados de acordo com o assunto — não era possível contar a história de um rei usando um estilo baixo —, a forma como deveriam ser feitas as descrições das pessoas ou das cidades, etc. Até esse período, a história estava muito próxima da poesia. Aristóteles, na *Poética* (IX, 50) afirma que a diferença entre elas é que a história deve dizer o que aconteceu, enquanto a poesia diz o que poderia ter acontecido. Mesmo assim, no século XVII a discussão ainda é feita. Temos um Pe. Le Moyne afirmando justamente que a história é próxima da poesia e que aquela, inclusive, veio antes dessa, pois “que la Fable n'est venuë qu'après [sic] la Verité, & la Musique après [sic] la

⁵⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício de historiador. Trad. André Telles. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51.

⁵⁶ HARTOG, François (Org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. 1ª. ed. Belho Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 41.

⁵⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Les fondations du savoir historique*. Trad. Isabelle Rozenbaumas. Paris: Les Belles Lettres, 2004, p. 38-39.

⁵⁸ SCATOLIN, Adriano. Cícero, Do orador, 2.51-64: a historiografia. *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91-96, 2015, p. 91.

⁵⁹ SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 71.

⁶⁰ “como se a verdade fosse o olho da história, como Marco Túlio é chamada *lux veritatis*, o que quer dizer os olhos da verdade” [tradução livre de minha autoria]. MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi Editore, 1994, p. 83.

⁶¹ GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 47-63, p. 61.

Parole". E ele segue seu argumento dizendo que "l'Antiquité donnant les noms des neuf Muses aux neuf Livres de l'Histoire d'Herodote, a voulu par là feire entendre au Monde, que l'Histoire estoit de la famille des Muses"⁶².

Neste artigo procurei mostrar como é importante para o historiador que trate de um período anterior ao século XVIII ter noções de retórica, pois eram as artes retóricas determinantes das práticas da escrita, inclusive da história. A própria busca da verdade era retoricamente determinada, uma vez que era o discurso do historiador o responsável por provocar o convencimento do público.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. Giovanni Reale. *Metafísica*. Tradução Marcelo Perine. 3ª. ed. v. II. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Trad. André Telles. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CARVALHO, M. do S. F. de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. 1ª. ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, jun. 2003.
- CÍCERO. *De l'orateur*. Trad. Edmond Courbaud. v. I. Paris: Les Belles Lettres, 2009.
- CÍCERO. *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Tradução Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005.
- CÍCERO. *Tratado das leis*. Trad. Marino Kury. 1ª. ed. Caxias do Sul: Educus, 2004.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo príncipe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c*. Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-63.
- GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões*. Trad. Sérgio Mauro. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano de Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995.
- HANSEN, J. A. Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução. In: PÉCORA, A. (Org.). *Poesia seiscentista: Fênix renascida & Portilhão de Apolo*. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2002.
- HANSEN, J. A. Lugar-comum. In: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (Org.). *Retórica*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2012.
- HARTOG, François (Org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- LACAPRA, Dominik. Retórica e história. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 97-118, 2013.
- LE MOYNE. *De l'histoire*. Paris: Chez Loüis Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LÓPEZ GRIGERA, Luisa. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. 2ª. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.
- MAROTTI, Arthur F. *Manuscript, print, and the English Renaissance lyric*. 1ª. ed. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995.
- MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi Editore, 1994.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Les fondations du savoir historique*. Trad. Isabelle Rozenbaum. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- PORQUERAS MAYO, Alberto. *El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español*. 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.
- QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Livre II. Tradução de Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007.
- SCATOLIN, Adriano. Cícero, Do orador, 2.51-64: a historiografia. *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91-96, 2015.

⁶² LE MOYNE. *De l'histoire*. Paris: Chez Loüis Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670, p. 6.

SOARES, C. *Arte de Retórica*. Tradução Silvério Augusto Bedito. Lisboa: (Parte integrante da Dissertação de Mestrado em Literaturas Clássicas – Área de Literatura Latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa), 1995.

SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982.

Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista)

Philological and digital edition of Livro do Gado and Livro de Razão from the Archive of Sobrado do Brejo (Bahia, eighteenth and nineteenth centuries)

Recebido em 31 de março de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.323>

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda¹
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro²

Resumo: Neste trabalho, aborda-se uma documentação de foro privado, o Livro do Gado e o Livro de Razão do Brejo do Campo Seco, no sertão da Bahia, com 57 e 195 folhas, respectivamente, escritos por três gerações, do último quartel do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX. São documentos importantes para a história do português brasileiro, de forma particular para a história de penetração e difusão da escrita na Bahia. A edição semidiplomática e edição digital que se pretende realizar desses textos – cujas metodologias estão aqui descritas – atendem a uma das agendas do Projeto Nacional *Para uma História do Português Brasileiro* (PHPB), que vem divulgando *corpora* manuscritos e impressos de períodos pretéritos, para estudo da história do português culto e do português popular do Brasil. Essas edições servirão não apenas a pesquisadores interessados em aspectos linguísticos, da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, mas em aspectos históricos, políticos, econômico-sociais, entre outros.

Palavras-chave: livros manuscritos; cultura escrita de foro privado; português brasileiro; séculos XVIII e XIX; edição semidiplomática e digital.

Abstract: In this work, we approach a private forum documentation, the Livro do Gado and Livro de Razão of Campo Seco, in the backlands of Bahia, with 57 and 195 sheets, respectively, written by three generations of the last quarter of the 18th century to the third quarter of the 19th century. These are important documents in the history of Brazilian Portuguese, in a particular way to the history of penetration and diffusion of writing in Bahia. The semidiplomatic editing and digital editing to be achieved in these texts - whose methodologies are described here - attend one of the agendas of the National Project for the Brazilian Portuguese History (PHPB), which has been publishing manuscripts and printed corpora of bygone periods for study the history of cult and popular Portuguese in Brazil. These issues will serve not only to researchers interested in linguistic aspects of writing spread, reading, textual transmissions, but in historical, political, economic and social aspects, among others.

Keywords: manuscript books; private forum culture writing; Brazilian Portuguese; eighteenth and nineteenth centuries; semidiplomatic and digital editing.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e vinculada à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na categoria de Professor Adjunto. Atualmente desenvolve pesquisas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). marianafag@gmail.com.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e vinculada à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na categoria de Professor Pleno. Atualmente desenvolve pesquisas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). zenaide.novais@gmail.com.

Introdução

Numa dimensão histórica, fazendo uma abordagem da história cultural³ no domínio da história da cultura escrita (CASTILLO GOMÉZ, 2003), Lobo e Oliveira (2012, p. 3) afirmam que “reconstruir a história linguística do Brasil passa, também, por reconstruir a história da penetração da língua escrita no Brasil”. A penetração da língua escrita no Brasil consiste na quarta via de investigação apontada por Houaiss (1985)⁴:

4. a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. (p. 128)

A quarta via em questão coincide com o Campo *a* descrito por Mattos e Silva (1998), que percebe, no âmbito da história do português brasileiro (PB), quatro grandes campos de pesquisa:

a, campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; *b*, campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística Histórica; *c*, campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; *d*, campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro. (p. 40)

No campo *a*, focalizando a vertente da reconstrução da história da escolarização no Brasil, aborda-se, segundo Mattos e Silva (p. 40), um fator fundamental para compreender a polarização entre normas vernáculas e normas cultas do PB⁵.

Colaborando com o Projeto Nacional *Para uma História do Português Brasileiro* (PHPB), que tem três agendas de trabalho, de acordo com Lobo (2009, p. 306): “constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI; estudos de mudanças linguísticas depreendidas da análise dos *corpora* constituídos e a reconstrução da história social linguística do Brasil”, propõe-se a edição semidiplomática e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do Arquivo do Sobrado do Brejo, interior da Bahia – dos séculos XVIII e XIX, com 57 e 195 folhas, respectivamente, escritos por três gerações –, focalizando este trabalho, portanto, a primeira agenda, que se refere à formação de bancos de textos.

São apresentados, aqui, os critérios adotados de edição semidiplomática dos referidos documentos, bem como a metodologia de edição digital, usada no âmbito do projeto CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*⁶, do qual os livros fazem parte. Essas edições servirão não apenas a pesquisadores interessados em aspectos linguísticos, da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, mas em aspectos históricos, políticos, econômico-sociais, entre outros.

Trata-se também, na seção 1, mas não de forma sistemática nesta oportunidade, de algumas questões-problemas apresentadas por Petrucci (2003, p. 7-8), para as quais os historiadores da cultura escrita devem voltar-se; são elas:

³ Fala-se aqui em história cultural enquanto uma *História Social da Cultura*, a história cultural propriamente dita, segundo Barros (2004, p. 56), que se distingue de uma *História da Cultura*, limitada a examinar estilisticamente certos objetos culturais pertencentes à “grande Arte” ou à “grande Literatura”.

⁴ A primeira via diz respeito ao levantamento de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos languageiros havidos a partir dos inícios da colonização (e mesmo antes, para com os indígenas e negros); a segunda via trata do mapeamento confiável da dialectologia brasileira e a terceira via refere-se à dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos.

⁵ Sobre a polarização e pluralidade do PB, ver Lucchesi (1994).

⁶ O projeto CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)/5566-2010, é desenvolvido no Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda. Participam do projeto diversos professores, além de mestrandos, doutorandos e estudantes de iniciação científica. Ver <www.uefs.br/cedohs>.

Qué? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción. *Cuándo?* Época en que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando. *Dónde?* Zona o lugar en que se llevó a cabo la obra de transcripción. *Cómo?* Com qué técnicas, com qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto. *Quién lo realizo?* A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura. *Para qué fue escrito ese texto?*Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir^{7/8}.

Uma análise mais detalhada desses documentos, considerando essas questões, possibilitará aprofundar alguns estudos sobre a formação sócio-histórica do PB no interior da Bahia, resultante de amplo contato linguístico com línguas ameríndias e africanas, entre outras, sobretudo durante o período colonial.

1. Do arquivo do Sobrado do Brejo: o Livro do Gado e o Livro de Razão

O Livro do Gado e o Livro de Razão do Brejo do Campo Seco, no sertão da Bahia, são documentos de foro privado, categoria que tem interessado bastante aos estudiosos ultimamente. Se, antes, de acordo com Castillo Gómez (2003, p. 115), o valor cotidiano da escrita passava despercebido, porque a atenção estava voltada para testemunhos escritos vinculados ao poder, “las orientaciones seguidas en los últimos años han concentrado la atención sobre el valor cotidiano de la escritura”⁹. Na nova história, segundo Burke (1992, p. 11), toda atividade humana interessa, tudo tem uma história; a história da arte, da ciência, da escrita interessam; interessa a escrita de foro privado, não apenas a escrita vinculada à política; a nova história é uma reação deliberada contra o paradigma tradicional, no qual o que tem valor essencialmente é a política.

Esses livros fazem parte do conjunto de documentos que Lobo e Oliveira (2012) situam no Campo 3 de seu projeto de investigação sobre a história da cultura escrita no Brasil: Campo 1: medição de níveis de alfabetismo na história do Brasil; Campo 2: Leitura e escrita aos olhos da Inquisição; *Campo 3: escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil*; Campo 4: prospecção de arquivos e acervos escritos de irmandades negras, de mestiços e de terreiros de candomblé; Campo 5: a escrita do nome próprio de pessoa na história do Brasil; Campo 6: o estudo da língua portuguesa e o fator escolarização em perspectiva histórica; Campo 7: história da cultura escrita das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil; Campo 8: fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas (p. 6-12).

O propósito do Campo 3 – escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil –, segundo os autores, é

trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, diários parentais, cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes que quase sempre jazeram esquecidas em baús e gavetas, não apenas para os retirar da constante iminência de destruição que sobre eles paira, mas para investi-los do caráter legítimo de objetos de investigação que podem mobilizar, até mesmo em projetos interdisciplinares, historiadores, linguistas, antropólogos etc. (p. 9).¹⁰

O Livro do Gado e o Livro de Razão encontram-se sob a guarda de um familiar, como acontece normalmente com os acervos escritos familiares; o acesso a esses acervos é fundamental para o sucesso do campo 3 referido. Os livros estão hoje em Campinas, São Paulo, sob a guarda de Lycurgo dos Santos Neto, filho de Lycurgo dos Santos Filho, que recebeu os livros de Marieta Betim Pais Leme Canguçu, em Campinas, e Hermengarda Fraga Canguçu, em Bauru, as viúvas, respectivamente, de Artur Gutierrez Canguçu e Inocêncio Canguçu, os netos de Exupério Pinheiro Canguçu, falecido em 1900, o último senhor do Brejo do Campo Seco. Foi com base neles e

⁷ Tradução: “O quê? Em que consiste o texto escrito, que é necessário para transferir o código gráfico habitual para nós, através da operação dupla de leitura e transcrição. Quando? Época em que o texto em si foi escrito no testemunho que estamos estudando. Onde? Zona ou lugar em que se levou a cabo a obra de transcrição. Como? Com que técnicas, com que instrumentos, sobre que materiais, segundo que modelos foi escrito esse texto. Quem o realizou? A que ambiente sociocultural pertencia o executor e qual era em seu tempo e ambiente a difusão social da escrita. Para que foi escrito esse texto? Qual era a finalidade específica desse testemunho em particular e, además, qual podia ser em sua época e em seu lugar de produção a finalidade ideológica e social de escrever.”

⁸ Grifos do autor.

⁹ Tradução: “as orientações seguidas nos últimos anos têm concentrado a atenção sobre o valor cotidiano da escrita.”

¹⁰ Grifos dos autores.

noutros papéis e objetos do arquivo do Sobrado do Brejo aos quais teve acesso que Santos Filho escreveu *Uma comunidade rural do Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, livro publicado em 1956. Em 2012, foi publicada, pela UEFS Editora e pela Fundação Pedro Calmon, a 2ª edição do livro. O projeto CE-DOHS teve a anuência de Lycurgo dos Santos Neto para estudar essa documentação.

Esses dois livros manuscritos do final do período colonial que se conservaram no arquivo do Sobrado do Brejo, da família Pinheiro Canguçu, na fazenda de criação do Brejo do Campo Seco, no povoado de Bom Jesus dos Meiras – que pertenceu à Comarca de Rio de Contas –, hoje denominado Brumado, na região da Serra Geral, no sertão baiano, nos chegam às mãos por meio da leitura e análise de Santos Filho (1956), segundo o qual “Já no século XVIII os criadores do Nordeste baiano possuíam livros para seus próprios assentamentos” (p. 109). Esses livros eram uma prática cultural de escrita naquela época, nas fazendas. Segundo o autor (p. 109), “talvez alguns livros ainda existam, encafuados em arquivos de família nas demais propriedades da região”.

Além dos livros do Brejo do Campo Seco, Algranti (1997, p. 133) refere-se, ainda, como exemplo de escrita doméstica do final do período colonial, ao *Caderno de assentos* do Coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar, rico comerciante português, residente na cidade de Santos, em São Paulo, no final do século XVIII. Segundo a autora,

Para o final do período colonial, dispomos de alguns breves exemplos de escritura doméstica, como os *Livros de Razão* e de *Assentos*, uma espécie de memorial que recebia os lançamentos referentes às transações diárias de compra e venda ou troca de produtos, registros de alguns eventos familiares, como nascimento, batizado ou morte dos filhos, de dívidas e prejuízos ocorridos. Uma espécie de protocolo de escritura, no qual o chefe da casa dirige a ele próprio as informações que considera importantes, principalmente para o controle de suas finanças.

Algranti (1997, p. 132-133) ressalta que recuperar o cotidiano no interior dos domicílios coloniais é uma tarefa difícil, porque são extremamente raros registros sistemáticos. Diários íntimos, segundo ela – que poderiam fornecer alguns indícios sobre as atividades desenvolvidas e as relações pessoais havidas ali –, se existiram, não se tornaram públicos, talvez por pudor¹¹.

O Livro de Razão é mais espesso do que o Livro do Gado; este tem 57 folhas, com registros de operações pastoris, de campo, como a marcação de bezerros, de poldros e poldras e de muares, a distribuição de animais pelas várias fazendas etc., e aquele, 195 folhas, com registros de dívidas e empréstimos, de vendas de tecidos, roupas feitas, ferramentas, gêneros alimentícios, armas de fogo, negócios de gado, aquisição de escravos, pagamento de dízimos, gastos com a construção do Sobrado do Brejo, ajuste de empregados, receitas médicas etc. Têm os livros “idêntico aspecto e igual formato, medindo ambos 30 e meio centímetros de altura por 21 de largura” (SANTOS FILHO, 1956, p. 110).

Os livros de razão, que são mais comuns na Europa dos séculos XVII e XVIII do que na América portuguesa¹²,

Em seu aspecto primeiro e mais elementar, são, em geral, um livro de contas; e mesmo quando são mais desenvolvidos, mais elaborados e mais ricos de informações, ainda assim articulam-se e elaboram-se em torno da contabilidade. Escritos do dia-a-dia, na imediata transcrição cotidiana, baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem. (FOISIL, 1991, p. 334)

Os livros não trazem somente registros usuais referentes às transações da fazenda, mas também informações valiosas do cotidiano da fazenda e de seus ocupantes.

O *Livro do Gado* foi inaugurado pelo português Miguel Lourenço de Almeida, primeiro senhor do Brejo do Campo Seco, em 1755, que escreveu, no livro, até 1785; de 1794 a 1822, escreveu, no livro, o brasileiro Antônio Pinheiro Pinto, genro do português Miguel Lourenço de Almeida e segundo senhor do Brejo, homem de negócio e

¹¹ Documentos que sejam mais próximos de uma escrita cotidiana têm especial relevância para a Linguística Histórica, no estudo do português popular brasileiro, sobretudo os que são produzidos por indivíduos que não possuem maior domínio das habilidades de escrita. Barbosa (2006; 2007) ressalta o valor que têm os produtos de inábeis no estudo de sincronias passadas, haja vista o grau de transparência na escrita de dados da oralidade. Para o autor (2007, p. 484) “a inabilidade de reproduzir as soluções mais fonológicas de várias convenções gráficas torna os inábeis em escrita alfabética um grupo mais que desejado pela pesquisa histórica”.

¹² Sobre famílias e vida doméstica na América portuguesa ver Algranti (1997).

familiar do Santo Ofício, proprietário, em 1755, da fazenda do Campo Seco, uma das últimas fazendas do sertão¹³. Segundo Santos Filho (1956, p. 113), “Sua letra é larga e feia e a grafia de muitas palavras denota ausência de certos e elementares conhecimentos linguísticos”. Seria ele, segundo o autor, menos instruído do que Miguel Lourenço de Almeida, seu sogro.

De 1822 a 1832, Inocêncio José Pinheiro ou Inocêncio Pinheiro Canguçu¹⁴ – terceiro senhor do Brejo, filho de Antônio Pinheiro Pinto e neto de Miguel Lourenço –, de temperamento aventureiro, dado ao esbanjamento, diferente do pai e do avô, fez seus registros no *Livro do Gado*, que foi, portanto, escrito por três gerações. Exupério Pinheiro Canguçu, último senhor do Brejo do Campo Seco, homem dado à política, à administração e à vida social, filho de Inocêncio Pinheiro Canguçu, não escreveu nem no Livro do Gado nem no Livro de Razão¹⁵.

Em 1795, Antônio Pinheiro Pinto inaugurou o Livro de Razão do Brejo do Campo Seco. Escreveu Antônio Pinheiro Pinto até 1821 no Livro de Razão. A partir de 1822, após o falecimento de Antônio Pinheiro Pinto, passou a escrever no livro Inocêncio Pinheiro Canguçu. De acordo com Santos Filho (p. 114-115), “Ele pouco escreveu no livro manuscrito” e “A horrível letra e a péssima ortografia de Inocêncio Pinheiro Canguçu revelam que seus estudos foram ainda mais deficientes do que os recebidos pelo seu pai”¹⁶. Data de 1838 seu último assentamento.

Na análise de Santos Filho (1956), tanto Antônio Pinheiro Pinto como Inocêncio Pinheiro Canguçu seriam pouco instruídos; segundo o autor, porque a grafia nos seus registros demonstra ausência de conhecimentos linguísticos elementares. Teriam eles, usando a expressão de Marquilhas (2000), “mãos inábeis”¹⁷ em alguns aspectos? Haveria, na sua escrita, alguns elementos indicadores de que se encontram em fase incipiente de aquisição da escrita? Se forem os escreventes, numa análise qualitativa, segundo Marquilhas, caracterizados como pouco escolarizados, os livros oferecerão possibilidades de uma aproximação do português popular no Brasil do passado, especialmente no interior da Bahia.

Estudando o processo de escolarização no interior da Bahia, na área, como é hoje conhecida, do semiárido, no século XIX, Carneiro e Almeida (2011, p. 546) afirmam que é possível falar de um português semiculto e principalmente de um português popular; o sertão baiano oitocentista tinha baixíssimos níveis de alfabetização,

¹³ Quando Miguel Lourenço de Almeida se instalou nas terras do Campo Seco, situadas na vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas, capitania da Bahia, a região tinha muita riqueza em ouro e diamantes. A vila, no final do século XVII, era um povoado de bandeirantes paulistas e mineiros. Cresceu e tornou-se freguesia, depois distrito. Hoje, é a cidade do Rio de Contas. A fazenda do Campo Seco passou a chamar-se também Brejo do Campo Seco, nos fins do século XVIII, quando Antônio Pinheiro Pinto, que era seu senhor, construiu o Sobrado do Brejo.

¹⁴ O neto de Miguel Lourenço de Almeida apropriou-se da designação “canguçu”, variedade de uma onça pintada que vagueava na zona da caatinga, onde se localizava o Brejo do Campo Seco.

¹⁵ Exupério Pinheiro Canguçu não escreveu nos livros, mas há muitos escritos seus à disposição de quem puder arrolar os papéis.

¹⁶ Segundo Santos Filho (1946), Antônio Pinheiro Pinto teve dois filhos com Bibiana Maria de Jesus: Inocêncio Pinheiro Canguçu e Zeferina Maria de Santo Antônio. Esta permaneceu, na condição de mulher, sem saber ler e escrever, dedicada apenas às obrigações domésticas, como era comum naquela época. Inocêncio Pinheiro Canguçu, todavia, aprendeu a ler, a escrever, a contar, rudimentos de religião, e também latim. Ele estudou, segundo Santos Filho, “na escola do mestre Tomás José da Costa, um daqueles inúmeros professores particulares que ensinaram as primeiras letras aos meninos e que existiram, no país, desde o início da colonização.” (p. 38) O menino recebeu a mesma instrução um dia ministrada ao pai. Mas, em matéria de ilustração, afirma o autor, o filho perdia para o pai. De acordo com Santos Filho (p. 39), encontra-se, na sua escrita, uma grande quantidade de erros ortográficos, que o pai e o avô não cometeram. Para Santos Filho, Miguel Lourenço de Almeida é mais instruído do que Antônio Pinheiro Pinto, que é mais instruído do que Inocêncio Pinheiro Canguçu.

¹⁷ Segundo Marquilhas (2000), que se fundamenta também na paleografia italiana, os seguintes dados caligráficos, mas não só, caracterizam o que ela chama de “mãos inábeis”, referindo-se a “autores materiais de um texto enquanto falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita” (p. 235): “A. *Ausência de cursus*: o desenho autónomo de cada carácter, ou mesmo de traços de cada carácter, decorrente da falta de agilidade dos músculos da mão (...); B. *Uso de módulo grande*: a dificuldade em integrar as letras num módulo pequeno (...); C. *Ausência de regramento ideal*: a incapacidade de respeitar um pautado mental manifesta-se sobretudo na tendência descendente do alinhamento, à medida que se aproxima a margem direita da folha. (...) D. *Traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto*: a detecção destas características é naturalmente bastante subjectiva. Só o contraste com textos habilmente executados torna possível afirmar que o produto de um principiante as manifesta. (...) E. *Irregularidade da empaginação*: falta proporção entre as margens, as quais podem nem sequer estar definidas, ou relegam a mancha escrita para um extremo da folha. (...) F. *Letras monolíticas*: há um desconhecimento da alografia combinatória dos sinais em contexto inicial, medial ou final. Esta característica relaciona-se com a falta de cursividade e com o desenho autónomo dos caracteres e, por exemplo, impede o <s> de assumir uma forma arredondada em início de palavra gráfica e uma forma alongada nas posições interior e final” (p. 239-240). Santiago (2012) apresenta uma amostra – que faz parte do CE-DOHS – constituída por 91 cartas pessoais, escritas ao longo do século XX, a maioria nas décadas de 50, 60 e 70, por 43 sertanejos oriundos da zona rural dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, localizados na região sisaleira do semiárido baiano; trata-se de cartas escritas, como o demonstra a autora, seguindo os critérios de análise de Marquilhas (2000), por mãos inábeis.

segundo as autoras. Nesse período, as escolas eram demasiadamente precárias e seu funcionamento irregular para falar de standardização linguística. No interior da Bahia, conforme Carneiro e Almeida (2011, p. 550), “O processo de standardização linguística anterior ao século XX teria sido bastante localizado e pouco uniforme.”¹⁸

O último registro feito no Livro de Razão, quase duas décadas depois de Inocêncio Pinheiro Canguçu, é de Miguel Joaquim de Castro Mirante – genro de Canguçu –, “um indivíduo sorumbático e cismador”, de acordo com Santos Filho (p. 115). Na terceira capa, chegou a escrever, depois de revistar o livro: “Vistos e revistos q’ do ao Fougo.” Mas não o fez, felizmente.

Como se tratam de livros escritos por três gerações, há, no que diz respeito a estudos linguísticos dos documentos, possibilidades de fazer uma análise geracional interessante, numa perspectiva gerativa ou sociolinguística, por exemplo. Pode também o Livro do Gado, inaugurado por Miguel Lourenço de Almeida, português, ser explorado nas discussões sobre o português no Brasil. A esse respeito, a tese de Barbosa (1999) traz dados muito significativos, permitindo o estudo de aspectos do português europeu no Brasil, na última década do século XVIII, a partir de dois *corpora*: 93 cartas de comércio escritas no Brasil por portugueses e 14 documentos oficiais da administração pública do Rio de Janeiro.

2. Edição filológica e Edição digital

A aproximação entre o campo filológico e o campo computacional – observada desde a década de 1990 – encontra-se atualmente em plena expansão. O trabalho em ambiente digital no campo da filologia e da linguística histórica tem sido cada vez mais significativo, fazendo surgir, segundo Crane *et al.* (2008), uma nova filologia, a *e-philology*, ou determinando, de acordo com Schreibman *et al.* (2004), o nascimento das Humanidades Digitais.

Considerando as etapas do processo de constituição dos bancos de textos eletrônicos, vencida a etapa de localização e seleção de documentos, eles são transcritos segundo normas filológicas conservadoras e, a partir dessa transcrição, realiza-se, na etapa seguinte, a edição digital, em linguagem XML, finalizando com o preenchimento dos metadados.

No projeto CE-DOHS, os textos-fonte são apresentados em edição semidiplomática¹⁹, segundo as normas de transcrição do PHPB (MATTOS E SILVA, 2001), sendo oferecidas também informações sobre os documentos, sua descrição extrínseca e intrínseca, e, sempre que possível, dados biográficos sobre os autores ou, no caso das cartas, sobre os remetentes e os destinatários, como nome, origem, idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil etc.

A codificação dos dados, textuais e extratextuais (ou metadados), é feita com o uso da ferramenta eDictor, o que possibilita a conversão dos textos para diferentes formatos (TXT, XML, HTML) e evita problemas de processamento eletrônico.

As edições filológicas, fidedignas ao texto original, realizadas segundo critérios de transcrição bem definidos, ganham, nos *corpora* digitais, uma versão modernizada, com padronização da grafia, da acentuação e desenvolvimento de abreviaturas, todas as alterações ficando visíveis ao leitor, o que possibilita o controle e mapeamento das intervenções realizadas nos textos, garantindo a recuperabilidade das formas originais. Respeitam-se, entretanto, na edição digital, as mudanças de parágrafo, de linha, as correções do autor, os acidentes do suporte, a orientação da escrita etc. Com isso, oferece-se uma versão eletrônica de textos sem perder o rigor filológico.

¹⁸ Sobre a penetração e difusão da escrita no interior da Bahia ver Carneiro e Almeida (2011a; 2011b), Carneiro (2011), Santiago (2012) e Jesus (2015).

¹⁹ Segundo Borges *et al.* (2012, p. 32), a edição semidiplomática “situa-se entre a interpretativa e a diplomática, sendo sua prática marcada pela ação menos interventiva que a interpretativa e mais interventiva que a diplomática. Comumente, faz-se pela intervenção do editor no sentido de desenvolver as abreviaturas.” Na edição diplomática, faz-se uma pura e simples transcrição do texto antigo dentro do que os modernos caracteres de imprensa e a transcrição paleográfica permitem; na edição interpretativa, “para além da transcrição e da correção de erros, o editor actualiza a ortografia e elabora notas explicativas de carácter geral”. (DUARTE, 1997, verbete). (MATTOS E SILVA, 2001). São normas de transcrição filológica bem definidas, com o mínimo de intervenção dos editores, procurando conservar a originalidade dos textos, que oferecem importantes indícios à análise linguística; trata-se de uma edição dirigida, sobretudo, a pesquisadores interessados em estudar aspectos linguísticos do documento. Como afirmam Cambraia e Lobo (1995, p. 10), “Editar um texto consiste em escolher-se, do ponto de vista formal, uma maneira particular de o divulgar, a qual será basicamente determinada a partir do público leitor que se queira atingir.”

Procura-se, no âmbito do CE-DOHS, seguir os mesmos critérios de edição digital e de anotação morfossintática que seguem outros projetos de *corpora* eletrônicos, como o projeto *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (UNICAMP), o projeto *LaborHistórico*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o projeto *Post Scriptum: arquivo digital de escritura cotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*, do Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL), o que garante maior praticidade no trabalho e nas consultas e maior integração entre os pesquisadores²⁰.

2.1 - O método fotográfico Lapelinc

O Livro do Gado e o Livro de Razão foram fotografados de acordo com o método fotográfico do *Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus* (Lapelinc) – da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB) –, que vem sendo desenvolvido desde 2008 (SANTOS; BRITO, 2014), para uso no processo de transposição, para o formato digital, de documentos históricos, a serem disponibilizados em bancos de *corpora* eletrônicos²¹. Segundo Santos e Brito (2014, p. 2),

desde que metodicamente controlada em suas fases de captura, catalogação, edição, armazenamento, e leitura, a Fotografia apresenta-se como forma altamente viável e produtora de digitalização, permitindo à Linguística, ou outra ciência, acessar imagicamente, de modo confiável, o documento não disponível no local da pesquisa.

Trata-se de um importante método de fotografia, cientificamente controlada, na transposição de documentos manuscritos originais em papel para o formato digital, que tem cinco etapas: a) captura de informações da fonte; b) captura fotográfica da imagem do original; c) catalogação das folhas/imagens do documento; d) edição; e) criação de imagens de uso co-indexadas à imagem-original.

Para execução da etapa 2, foi desenvolvida, no Lapelinc, a Mesa Cartesiana, “concebida para ser um equipamento que possibilite, junto com o registro do documento, o registro visual cientificamente controlado de suas características físicas, tais como: tom, cor, tamanho, acervo/arquivo do original físico, tipologia, paginação e sequenciação” (SANTOS; BRITO, 2014, p. 4).

A seguir fotografias do Livro de Razão – o mais espesso dos livros do Arquivo do Sobrado do Brejo –, segundo o método Lapelinc:

²⁰ Por ocasião do *Workshop Construction and use of large annotated corpora*, realizado na UNICAMP, em 2013, pela equipe do projeto *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, do qual pesquisadores de diversos projetos de *corpora* eletrônicos participaram – entre eles o CE-DOHS –, reafirmou-se a importância de esses projetos seguirem os mesmos padrões de edição digital e de anotação morfossintática, tendo em vista a praticidade do trabalho e a integração dos pesquisadores.

²¹ Os livros foram fotografados por Jorge Viana Santos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), nos dias 10 e 11 de novembro de 2012, em Campinas, na casa de Lycurgo dos Santos Neto – que detém a guarda dos documentos –, com sua autorização.

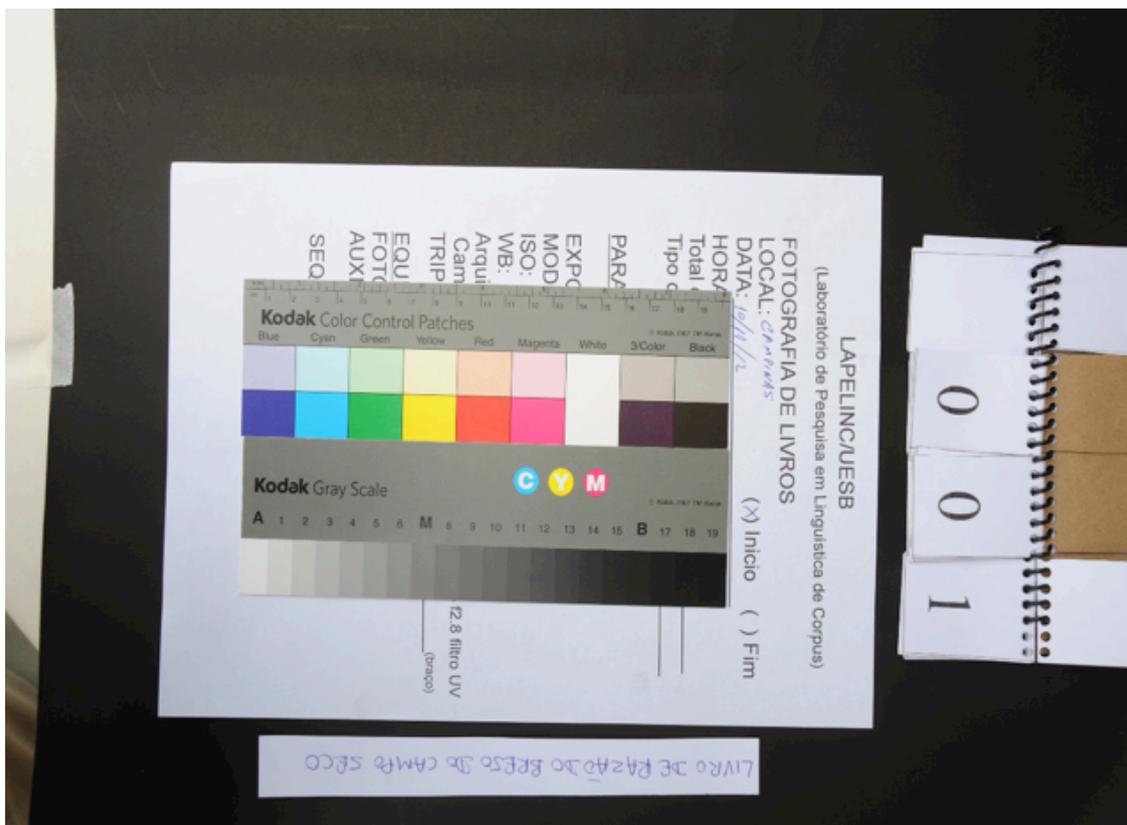


Figura 1. Ficha técnica do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.



Figura 2. Capa do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.

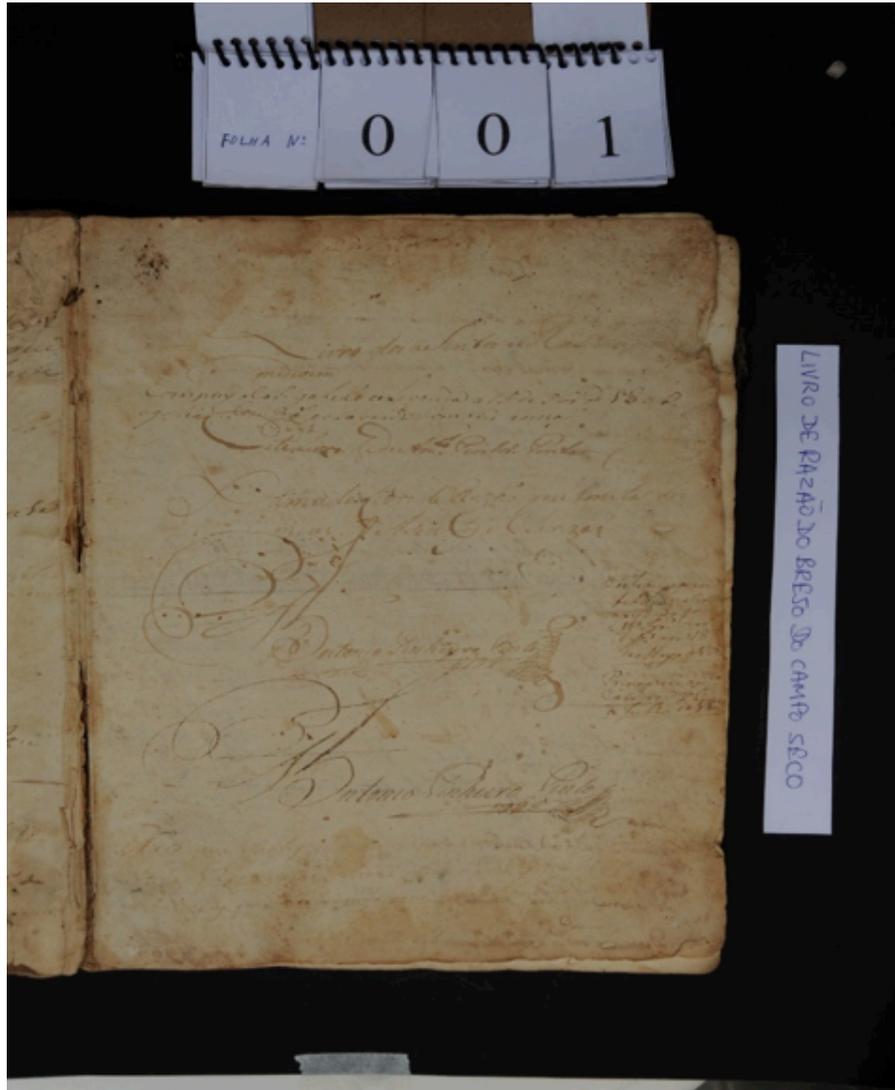


Figura 3. Folha 001 do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.

2.2 - Da edição semidiplomática

No trabalho de edição semidiplomática do Livro do Gado e do Livro de Razão, serão adotadas as normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos do PHPB (MATTOS E SILVA, 2001). São normas de transcrição filológica bem definidas, apresentadas durante o II Seminário Para uma história do Português Brasileiro, em Campos do Jordão, em maio de 1998. Há o mínimo de intervenção dos editores, procurando conservar a originalidade dos textos, que oferecem importantes indícios à análise linguística; por exemplo, as abreviaturas, alfabéticas ou não, são desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo, entre outros, ao critério de respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba; não é estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduz hífen ou apóstrofo onde não há; a pontuação e a acentuação original são rigorosamente mantidas; é respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas; eventuais erros do escriba ou do copista são remetidos para nota de rodapé, onde se deixa registrada a lição por sua respectiva correção etc. Trata-se de uma edição dirigida, sobretudo, a pesquisadores interessados em estudar aspectos linguísticos do documento. Como afirmam Cambraia e Lobo (1995, p. 10), “Editar um texto consiste em escolher-se, do ponto de vista formal, uma maneira particular de o divulgar, a qual será basicamente determinada a partir do público leitor que se queira atingir.”

2.3 - Da edição digital

A edição digital ou modernizada do Livro do Gado e do Livro de Razão, no âmbito do CE-DOHS, basear-se-á na concepção de hiperedição, que, de acordo com McGann (1997), consiste numa hipermídia capaz de incluir, no mesmo ambiente, edições convencionais (crítica, diplomática, fac-similar, etc.) e diversos tipos de documentos iconográficos, filmográficos, sonoros e textuais, com recursos de zoom, hipertexto e animação. Essa edição será feita com uso do eDictor, desenvolvido por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2007; 2010), um editor de textos especialmente voltado ao trabalho filológico e à análise linguística automática, o qual combina um editor de XML e um etiquetador morfossintático e permite a geração automática de versões correspondentes a edições diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas (em HTML), e de versões com anotação morfossintática (em texto simples e XML).

A padronização ortográfica dos textos originais – que apresentam muitas variações ortográficas – é necessária na edição modernizada, que será anotada linguisticamente, porquanto dessa padronização depende uma maior eficiência de programas de etiquetação automática. Não se costuma intervir, todavia, nos regionalismos, arcaísmos lexicais e neologismos.

Com a ferramenta eDictor, pode-se selecionar a palavra original, que apresenta variação, e editá-la segundo a grafia padrão, ficando disponível a lista de alterações realizadas na edição modernizada. Seleciona-se, manualmente, palavra por palavra que se deseja alterar (substituir, separar, juntar, expandir, etc.)²².

A etiquetagem morfológica e a anotação sintática – feitas com o objetivo principal de possibilitar, de maneira ampla, a recuperação de informações linguísticas dos documentos – são realizadas na edição modernizada dos textos: o programa computacional devolve ao pesquisador, de forma automática, o texto etiquetado, que pode apresentar erros de anotação, os quais devem ser corrigidos pelo linguista, de modo manual.

O CE-DOHS, no processo de anotação linguística dos textos – como o fará no caso do Livro do Gado e do Livro de Razão – segue os mesmos padrões utilizados por outros projetos de *corpora* eletrônicos, a exemplo do projeto *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, que é o maior *corpus* eletrônico anotado de textos históricos em português.

As etapas básicas que as equipes de pesquisadores de projetos de *corpora* anotados seguem são essas: anotação de edição; etiquetagem morfológica e anotação sintática.

Na primeira etapa, semiautomática, é utilizado o eDictor; trata-se da codificação de informações sobre o texto original, ou sobre decisões editoriais, ou sobre a estrutura do texto.

A próxima etapa, automatizada, é a de etiquetagem morfológica, com uso do programa desenvolvido por Kepler (2007; 2010), um analisador morfossintático automático, com taxa de acerto de 95%, acoplado ao eDictor. Os erros possíveis de etiquetagem, como já dito, devem ser corrigidos manualmente pelo linguista²³.

A anotação sintática, também automatizada, é a terceira e última etapa na constituição de *corpora* anotados; ela diz respeito à identificação e codificação da estrutura sintagmática do texto. É uma tarefa complexa, mais do que a etiquetagem morfológica, e exige um *parser*, ou, na forma portuguesa, um *parseador*, que realiza a análise sintática, reconhecendo identidades em sequências linearmente dispostas e padrões de agrupamentos hierárquicos.

Considerações Finais

Como disse Mattos e Silva (2002, p. 464), a respeito da reconstrução da história social linguística do Brasil, “O trabalho será muito, de muitos, e não será por pouco tempo.” A edição de documentos e constituição de bancos

²² Os criadores do eDictor, Paixão de Souza, Kepler e Faria (2010), têm trabalhado para sofisticar a ferramenta, tornando-a mais inteligente, a fim de que os processos de edição digital dos textos e sua anotação morfossintática e sintática sejam mais automatizados, facilitando a constituição dos bancos eletrônicos.

²³ O código de etiquetas do eDictor baseia-se no sistema de anotação manual dos *Penn Corpora of Historical English* (KROCH; SANTORINI; DIERTANI, 2010), da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Esse sistema, para adequar-se às peculiaridades da gramática do português, sofreu pequenas alterações.

de textos são um passo importante e fundamental nessa empreitada, haja vista que, como afirmou Bacelar do Nascimento (2004, p. 1):

a ampliação de *corpus* favorece essencialmente uma Linguística descritiva, fortemente apoiada pelas novas tecnologias, e permite tomar como ponto de partida da descrição, a análise de quantidade significativa de dados autênticos, à semelhança do que se faz noutros domínios científicos. O uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas.”

Hoje, contando com melhores recursos tecnológicos, no universo das Humanidades Digitais, os bancos de textos disponibilizam não somente edições semidiplomáticas, em pdf, mas também edições digitais – a partir do estabelecimento de redes entre projetos que desenvolvem a Linguística de Corpus e a Linguística Computacional –, que servem como recurso eletrônico para estudos linguísticos, entre outros. Como se vê, “Do feliz conagração entre as mais recentes tecnologias e a antiga Filologia, surgiu um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização e análise de textos antigos, universo em que é possível oferecer ao leitor mais de uma edição do mesmo texto, permitindo que tenha ao seu dispor o texto editado, em diferentes versões, e o seu original.” (GONÇALVES; BANZA, 2013, p. 4).

Os novos recursos que as atuais ferramentas tecnológicas trazem para o campo filológico, com as edições digitais supõem uma verdadeira revolução, tanto em termos de armazenamento textual como em termos de elaboração de *corpora* com diferentes objetivos, como, por exemplo, quantificação de ocorrências, anotação sintática, extração automática das datações lexicais. E ainda, para além dessas possibilidades na análise de textos antigos, como afirmam Gonçalves e Banza (2013, p. 5),

Os acervos ou bibliotecas digitais apresentam-se ao investigador, e bem assim ao público em geral, como verdadeiras bibliotecas globais, possibilitando o acesso a fontes em qualquer lugar do mundo, sem sair do escritório, fontes que podem ser colecionadas num *pen-drive* ou partilhar livremente, com a simples mediação do *notebook* ou de um *tablet*.

O meio digital abre novas possibilidades de trabalho textual, e o projeto CE-DOHS colabora para a edição eletrônica de textos escritos em português²⁴; já disponibiliza diversos acervos, sobretudo de cartas manuscritas, organizando-as por grau de escolaridade e por grau de habilidade com a escrita; são 1084 cartas particulares (1808-2000), num total de 350.850 palavras, escritas por 422 remetentes (nascidos entre 1724 e 1980), extraída a maior parte de Carneiro *et al* (2011). Na segunda fase do projeto, que está em andamento, o número de documentos tem sido ampliado, tanto manuscritos como impressos. Entre os manuscritos, estão os dois livros, aqui apresentados, do arquivo do Sobrado do Brejo.

Atualmente, já se encontram feitas a descrição extrínseca e descrição intrínseca do Livro do Gado e do Livro de Razão; ainda por concluir, a caracterização sócio-histórica da fazenda do Brejo do Campo Seco e a caracterização sociocultural dos escreventes, respondendo, de forma sistemática, às questões-problemas de Petrucci (2003). Em fase de execução, acha-se a edição semidiplomática dos livros, que deverá ser finalizada no primeiro semestre de 2017. A etapa seguinte consiste na edição modernizada dos documentos, usando o eDicator. Em 2018, as duas edições estarão disponíveis no CE-DOHS.

O CE-DOHS possui um material extenso e rico, que oferece à comunidade científica diferentes possibilidades de pesquisa; e, para a história do PB – especialmente do português no interior da Bahia, através de um contínuo, do mais escolarizado para o menos escolarizado, *os inábeis* –, trata-se de um *corpus* extremamente significativo.

Referências

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. de M. e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

²⁴ Sobre novas tecnologias que vêm sendo desenvolvidas para a edição eletrônica de textos escritos em português consultar Paixão de Sousa (2013).

- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. *O lugar do corpus na investigação lingüística*. Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/equipa/berlim-2000-nascimento.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2004.
- BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas do comércio*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOBO, T. et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. V VI, t.2. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 761-780.
- _____. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, A. de et al (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 483-498.
- BARROS, J. d'A. B. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-37.
- CAMBRAIA, C.; LOBO, T. *Edição diplomático-interpretativa d'A vida do cativo monge confesso*. 1995. Inédito.
- CARNEIRO, Z. O. N. Resultados sobre medição de letramento nos "sertões de dentro" a partir de livros cartoriais (1857-1908). In: *XVI Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*. Madrid, 2011.
- _____. (Org.). *Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português*. Feira de Santana: UEFS, 2011.
- _____.; ALMEIDA, N. L. F. de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: NEVES, E. F. (Org.). *SERTÕES DA BAHIA: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural*. Salvador: Arcádia, 2011a. p. 603-628.
- _____.; ALMEIDA, N. L. F. Demografia e norma lingüística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: NEVES, E. F. (Org.). *SERTÕES DA BAHIA: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural*. Salvador: Arcádia, 2011b. p. 599-617.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, 2003.
- CRANE, G. et al. *ePhilology: when the books talk to their readers*. Blackwell Companion to Digital Literary Studies. Oxford: Blackwell, 2008.
- DUARTE, L. F. *Crítica Textual*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- FARIA, P.; KEPLER, F. N.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. An Integrated Tool for Annotating Historical Corpora. In: *Fourth Linguistic Annotation Workshop (LAW IV)*, 48th Annual Meeting of the ACL, 2010, Uppsala, Sweden. Proceedings of the Fourth Linguistic Annotation Workshop, 2010. p. 217-221.
- FOISIL, M. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 331-369.
- GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. Fontes de metalingüísticas para a história do português clássico. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. *Patrimônio Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 73-112.
- HOUAISS, A. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- KROCH, A.; SANTORINI, B.; DIERTANI, A. *Penn Parsed Corpus of Modern British English*. 2010. Disponível em: [<http://www.ling.upenn.edu/hist-corpora/PPCMBE-RELEASE-1/index.html>].
- JESUS, A. S. *Nos caminhos da terra: mensuração dos níveis de alfabetismo no interior da Bahia oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.
- LOBO, T. C. F.; OLIVEIRA, K. *História da cultura escrita no Brasil: um programa de investigação/HISCULTE*, 2012. Inédito.
- LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12: 17-28, 1994.
- MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras*. Leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MATTOS E SILVA, R. V. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, A. T. de. *Para a história do português brasileiro: Primeiras idéias*. V. I. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 21-52.

- _____. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. V. II, tomos I e II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, 2001, v. 2, t. 2, p. 275-302.
- _____. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. *Para a história do português brasileiro: novos estudos*. V. II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP/ FAPESP, 2002. p. 443-464.
- MCGANN, J. The rationale of hypertext. In: SUTHERLAND, Kathryn. *Electronic text, investigations in method and theory*. Oxford: Clarendon Press, 1997. p. 19-46.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N. E-Dictor: Uma ferramenta integrada para a anotação de edição e classe de palavras. *VI Encontro de Lingüística de Corpus*, São Paulo, 2007.
- _____.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, T.; SARDINHA, T.B.; PINTO, M. V. (Org.). *Caminhos da linguística de corpus*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A filologia digital em língua portuguesa: alguns caminhos. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. *Patrimônio Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 113-138.
- PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.
- Projeto CE-DOHS: Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão. Disponível em: <www.uefs.br/cedohs>. 2011.
- Projeto *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/>>.
- Projeto *Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro*. Coordenação: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. Disponível: <www.uefs.br/nelp>. 2011.
- SANTIAGO, H. S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos "cândidas" do sertão baiano*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
- SANTOS, J. V.; BRITO, G. S. Fotografia técnica de documentos para formação de corpora digitais eletrônicos: o método Lapelinc. *Revista LETRAS & LETRAS*, v. 30, n. 2, 2014.
- SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.
- SCHREIBMAN, S. et al.. *A Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell, 2004.

Paleografia versus Alfabetização. Reflexões sobre História Social da Cultura Escrita

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.324>

*Paleografía versus Alfabetización.
Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita*^{1/2}

Antonio Castillo Gómez
Universidade de Alcalá

Carlos Sáez[†]
Universidade de Alcalá

Negli ultimi tempi la paleografia ha conosciuto un successo e una diffusione impensabili: quella che fino a pochi anni fa era ancora spesso considerata «disciplina ausiliaria della storia» è oggi protagonista indiscussa di dibattiti, convegni, storie della letteratura, antologie, riviste scientifiche e divulgative^{3/4}.

Liberada das velhas ancoragens que a mantinham apegada ao discurso erudito sob o qual nasceu, a Paleografia se erige a partir dos anos sessenta como um saber indispensável para qualquer elaboração científica sobre a história da cultura escrita. Como afirmara Armando Petrucci, embora seja possível uma Paleografia sem história da cultura escrita, esta não pode ser construída à margem da primeira⁵.

¹ [NT] O texto *Paleografía versus Alfabetización. Reflexões sobre História Social da Cultura Escrita*, de Antonio Castillo Gómez e Carlos Sáez, foi originalmente publicado em espanhol no primeiro número da revista SIGNO (Revista de Historia de la Cultura Escrita), da Universidade de Alcalá de Henares, 1994, pp. 133-168, com o título *Paleografía versus Alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita*. A tradução ao português que ora apresentamos foi elaborada por Leonardo Lennertz Marcotulio (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal do Amazonas). Agradecemos ao professor Antonio Castillo Gómez, autor do texto, à senhora María Jesús Contreras, viúva do professor Carlos Sáez, e à senhora María del Val Blanco Fernández, responsável pelo Setor de Publicações da Universidade de Alcalá de Henares, pela autorização para que este trabalho fosse realizado. Na versão original, algumas citações e notas estão em outras línguas diferentes do espanhol. Decidimos, aqui, manter a forma original no texto e oferecer ao leitor a tradução ao português dessas passagens em nota. Todas as intervenções realizadas pelos tradutores estão sinalizadas como *notas dos tradutores* [NT]. Igualmente queremos deixar registrado o nosso agradecimento ao professor Sandro Marcio Drumond Alves Marengo, pelo auxílio com a tradução das passagens em italiano, e à professora Juliana Gesuelli Meirelles, pela leitura atenta da tradução elaborada e pelas sugestões oferecidas.

² Siglas utilizadas: ACS: Alfabetismo e Cultura Scritta; AEM: Anuario de Estudios Medievales; ANABAD: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas; BAPI: Bullettino dell' "Archivio Paleografico Italiano"; CP: Cuadernos de Pedagogía; Notizie: Notizie del seminario permanente Alfabetismo e cultura scritta; PP: Past and Present; QS: Quaderni Storici; RE: Revista de Educación; RFHL: Revue Française d'Histoire du Livre; RHMC: Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine; SM: Studi Medievali.

³ Fabio TRONCARELLI, *Paleografía selvaggia*, "ACS", Nuova serie, 1 (1988), pp. 29.

⁴ [NT] Tradução: Nos últimos tempos, a paleografia conheceu um sucesso e uma difusão impensáveis: aquela ciência que até poucos anos atrás ainda era, muitas vezes, considerada "disciplina auxiliar da história" é agora protagonista indiscutível de palestras, conferências, histórias literárias, antologias, revistas científicas e de divulgação.

⁵ Nestes termos se expressou na conferência, ainda inédita, que pronunciou em Madri no dia 28 de junho de 1991 dentro do curso *Documentos y escrituras medievales en la Península Ibérica: Estado de la cuestión*, ocorrido no Ministério da Cultura.

Por esta ótica, a Paleografia já não é somente e simplesmente a *ciência que estuda as escrituras antigas*, mas uma renovada disciplina que se propõe ao estudo global da história dos usos e práticas da escrita. Portanto, é a história dos signos gráficos, mas também da função e extensão social dos mesmos. É, de igual forma, a história do livro e da leitura, assim como das formas de produção e conservação da «memória do saber»⁶.

Em certo sentido, poderíamos dizer que a Paleografia é uma disciplina cujos métodos e ferramentas resultam necessários para uma compreensão mais enriquecedora e profunda do significado histórico-social da produção escrita, o que Virgílio de Toulouse chamou de a «alma da escritura»⁷. Certamente, sem renunciar ao diálogo científico com outras disciplinas, tão necessário quanto produtivo.

Como consequência, esta reflexão sobre o fazer paleográfico é concebida sem perder de vista o referente metodológico da interdisciplinaridade, ao que expressamente faz alusão Antonio Viñao, quando reflete sobre o presente e futuro da história da alfabetização⁸. Traçaremos um breve percurso pela evolução histórica da disciplina para chegar ao momento em que se discutem com mais consistência as deficiências do método tradicional e se perfilam os novos usos paleográficos, incidindo na função da escritura e nas intrínsecas relações entre esta e a sociedade, aprofundando assim nas ideias antecipadas nos anos trinta pelo húngaro István Hajnal.

Escritura e sociedade: balanço historiográfico

Tratar das relações históricas entre a sociedade e a escritura ou a leitura, os dois componentes que definem o alfabetismo, é fazer o que no âmbito anglo-saxônico se costuma chamar *literacy* e na Itália – por não encontrar uma só palavra com a qual traduzir o termo – *alfabetismo e cultura scritta*.

Tal conceito foi definido por Attilio Bartoli Langeli, um dos seus principais impulsores junto a Armando Petrucci, como o estudo de todos os usos ativos e passivos da escritura, a extensão quantitativa dos mesmos, a análise dos conteúdos culturais e ideológicos transmitidos e difundidos mediante a escritura ou o grau de prestígio social alcançado em cada momento pelas pessoas alfabetizadas e sobretudo por aqueles que se dedicam profissionalmente à escritura⁹.

A inquietação historiográfica pelo estudo da escritura a partir de uma perspectiva social teve sua estreia na década dos anos sessenta com a publicação das primícias científicas de antropólogos e historiadores, preocupados pelas transformações culturais ocasionadas com a introdução da escritura e a quantificação da extensão social das capacidades de ler e escrever no Antigo Regime. Paralelamente, inclusive se poderia dizer que anos antes, deram seus primeiros frutos as sementes plantadas ao longo da primeira metade do século [XX] em relação ao estudo da escritura em seu contexto histórico e social, surgindo então a renovação do método paleográfico e sua orientação *versus* o alfabetismo e a cultura escrita.

Tais antecedentes podem ser rastreados na obra de Scipione Maffei, *Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica* (Mantua, 1727). Nela se define a Paleografia como «história da escritura», ainda que sua insuficiente teorização tenha feito da mesma, segundo Alessandro Pratesi, uma «geniale ma ancora umbratile intuizione»^{10/11}.

Seus postulados não tiveram demasiado êxito nem naquela época tampouco no século seguinte, uma época na qual se venerou o documento e inclusive diante de um de seus suportes materiais – o pergaminho – se professou uma certa fascinação, sem que semelhante estrelismo redundasse em uma prática científico-acadêmica tendente ao desenvolvimento de teorias que significassem a interpretação e valorização da escritura e dos

⁶ *La memoria del sapere. Forme di conservazione e strutture organizzative dall'Antichità a oggi*, editado por Pietro Rossi, Roma-Bari, Laterza-Seat, 1988.

⁷ “Como o homem é feito de um corpo e de um espírito, e quase de um fogo celestial, assim as letras alfabéticas têm um corpo que é a figura e uma alma que é o significado”, em *Virgilio Maronis Epilomae*, XIII. *De scinderatione fonorum*, II. *De litera*, Lípsia, 1886. Citado por Elisa RUIZ. *Hacia una semiología de la escritura*, Madri, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, p. 259.

⁸ *Alfabetización y alfabetizaciones*, em *Leer y escribir en España. Doscientos años de alfabetización*, dirigido por Agustín Escolano, Madri, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, pp. 385-386.

⁹ Attilio BARTOLI LANGELI, *Intervento di apertura*, em *Alfabetismo e cultura scritta nella storia della società italiana*, Atti del Seminario tenutosi a Perugia il 29-30 marzo 1977, Perúsia, Università degli Studi, 1978, p. 28.

¹⁰ *Uno sguardo al passato per affacciarsi al futuro*, em *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986). Per il centenario dell'Istituto di Paleografia dell'Università di Roma*, editado por Armando Petrucci e Alessandro Pratesi, Roma, Gela editrice, 1988, p. XIV.

¹¹ [NT] Tradução: «instituição brilhante, mas ainda sombria».

documentos por si mesmos, para além da limitada leitura de tipo informativo exercida usualmente pelos historiadores. Pelo contrário, a Paleografia e a Diplomática se mantiveram como disciplinas auxiliares da história, ciências instrumentais ao serviço do fazer histórico.

Pouco depois, no marco da Europa de entre-guerras e contemporaneamente ao nascimento dos *Annales*, tais ideias começaram a ter maior consistência. Primeiro foi o alemão Ludwig Traube, *verbi gratia* destacado representante da *historische Paläographie*, isto é, do estudo da escritura enquanto atividade humana e, portanto, como um aspecto não secundário da história da cultura¹². Logo, sem esquecer as contribuições de autores como Luigi Schiaparelli, Jean Mallon e a escola franco-belga, Giulio Battelli ou Giorgio Cencetti¹³, assistiu-se ao nascimento das teorias de István Hajnal sobre o papel social da escritura, esboçadas em *Le rôle sociale de l'écriture et l'évolution européenne* (1934)¹⁴, consideradas novamente em *Universities and the development of writing in the XIIth-XIIIth centuries*¹⁵, e expostas com mais clareza em sua fundamental *L'enseignement de l'écriture aux Universités médiévales* (Budapest, 1959)¹⁶.

As reflexões do paleógrafo húngaro – cuja obra foi qualificada por Armando Petrucci como verdadeira e própria antecipação no desenvolvimento de uma história da escritura que privilegie o aspecto das relações entre este instrumento de expressão e a sociedade contemporânea¹⁷ –, coetâneas a outras não menos relevantes de Charles Higounet¹⁸, refletem um discurso mais elaborado da teoria e história da escritura indissociável do contexto social que a produz:

L'écriture n'est pas un facteur isolé et unique du progrès; après son apparition elle peut avoir un avenir tout différent dans les diverses civilisations. Et pourtant nous ne pouvons la considérer simplement comme un moyen passif, accessoire, dont disposent les forces du progrès lorsque le moment de son utilisation est venu. L'écriture, tout come les autres formes de civilisation, est un moyen né de l'ensemble de la société: son avenir dépend du caractère systématique de sa pénétration dans la société.^{19/20}

L'écriture est non seulement un procédé destiné a fixer la parole, un moyen d'expression permanent, mais elle donne aussi directement accès au monde des idées; elle reproduit bien le langage articulé, mais elle permet encore d'appréhender la pensée et de lui faire traverser l'espace et le temps; c'est le fait social qui est la base même de notre civilisation.^{21/22}

Junto a essas reflexões, nos anos cinquenta teve lugar uma febril atividade intelectual – personalizada em linguistas da importância de V. A. Istrin e Marcel Cohen, autor da monumental *La grande invention de l'écriture et son évolution* (Paris, 1958), paleógrafos como o mencionado Hajnal ou os historiadores Aleksander Gieysztor e

¹² *Ibidem*, p. XV. Sobre a escola alemã e a figura de Traube conferir Johanne AUTENRIETH, *Die Münchener Schule: Ludwig Traube (1861-1907) - Paul Lehmann (1884-1964) - Bernhard Bischoff (1906)*, em *Un secolo di Paleografia...*, pp. 99-130, especialmente 101-112.

¹³ Além do artigo citado de Alessandro Pratesi, as análises da contribuição do desenvolvimento científico da Paleografia por uns e outros autores pode ser conferida na leitura dos diversos trabalhos incluídos em *Un secolo di Paleografia...* Mais relacionados aos paleógrafos e às escolas mencionadas são os de Armando PETRUCCI, *La Paleografia latina in Italia dalla scuola positiva al secondo dopoguerra*, pp. 21-35; Paola SUPINO MARTINI, *La Paleografia latina in Italia da Giorgio Cencetti ai giorni nostri*, pp. 37-80; e Denis MUZERELLE, *Un siècle de paléographie latine en France*, pp. 131-158.

¹⁴ «Revue de l'Institut de Sociologie Solvay», XIV (Bruxelas: 1934), pp. 25-53.

¹⁵ «Scriptorium», VI (1952), pp. 177-195.

¹⁶ István HAJNAL. *L'enseignement de l'écriture aux Universités médiévales*, Budapest, Maison d'Édition de l'Académie des Sciences de Hongrie, 1959 (2ª edição Revista, corrigida e aumentada com os manuscritos póstumos do autor com um álbum fac-símile para Laszlo Mezey), p. 9.

¹⁷ *Funzione delta scrittura e terminologia paleografica*, em *Palaeographica, Diplomatica et Archivistica. Studi in onore di Giulio Battelli*, I, Roma, Edizione di Storia e Letteratura, 1979, p. 4.

¹⁸ *L'écriture*, Paris, P.U.F., 1955.

¹⁹ I. HAJNAL. *L'enseignement*, p. 9.

²⁰ [NT] Tradução: A escrita não é um fator isolado e singular de progresso; após o seu aparecimento pode ter um futuro muito diferente em diversas civilizações. E, portanto, não podemos considerá-la simplesmente como um meio passivo, acessório, de quem dispõem as forças do progresso, quando chegou o momento de sua utilização. A escritura, como todas as outras formas de civilização, não é um meio de unir toda a sociedade: o seu futuro depende da natureza sistemática de sua penetração na sociedade.

²¹ Ch. HIGOUNET, *L'écriture*, p. 6. Citado por A. BARTOLI LANGELI, *Intervento di apertura*, p. 14.

²² [NT] Tradução: A escrita não é só um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso diretamente ao mundo das ideias; ela reproduz bem a linguagem articulada, mas ainda permite apreender o pensamento e levá-la através do espaço e do tempo; este é o fato social que é a base da nossa civilização.

Sigmund Jakó – sobre o significado das relações, estreitas e interdependentes, entre a sociedade e um de seus produtos materiais, a escritura²³.

Nos anos sessenta tornam-se mais nítidas as perspectivas abertas nas décadas anteriores e terminam dando origem a uma rica corrente de investigação que tem na escritura e no alfabetismo dois polos de referência²⁴.

Harvey J. Graff, um dos principais historiadores da alfabetização, distinguiu duas gerações desde então até meados dos anos oitenta, quando certas mudanças faziam pressagiar o nascimento de uma terceira²⁵. No entanto, o balanço que este autor realiza não leva em consideração a bibliografia paleográfica, cujos primeiros frutos *versus* o alfabetismo se deram paralelamente ao desenvolvimento historiográfico que ele traça.

Com o antecedente próximo das obras de M. Fleury e P. Valmary²⁶, o nascimento da historiografia da alfabetização tem lugar, segundo Graff, com a publicação das primeiras obras de Lawrence Stone²⁷, Carlo Maria Cipolla²⁸, Jack Goody²⁹ ou Roger S. Schofield³⁰, nas que formulam a história do alfabetismo como finalidade científica, estabelecem as primeiras séries cronológicas da difusão do alfabetismo, identificam as fontes necessárias para o seu estudo, principalmente as de tipo quantitativo, iniciam o caminho dos estudos comparativos a partir da variável da assinatura e se pensam, às vezes de forma especulativa, os fatores mais decisivos e suas consequências cognitivas e sociais. Mas também nascem nesse momento algumas interpretações um tanto unívocas dos processos da alfabetização que logo se revelaram insuficientes e inadequadas, como a identificação entre a alfabetização e o desenvolvimento socioeconômico ou político, o chamado «mito da alfabetização».

Completa-se esta primeira etapa com a coetânea aparição de importantes estudos sobre a história social do livro e da leitura, segundo se desprende de algumas publicações coletivas e das obras de Henri-Jean Martin³¹, continuando os caminhos abertos no final dos anos cinquenta pelo próprio Martin e Lucien Febvre^{32/33}.

²³ As contribuições destes autores foram comentadas e valorizadas por A. PETRUCCI, *Storia della scrittura e della società*, em «ACS», nuova serie, 2 (1989), pp. 47-63, agora em *Storia della scrittura e storia della società*, «AEM», 21 (1991), pp. 309-312. Tal artigo corresponde ao texto da conferência apresentada no III Curso de Estudios Bennassal-Castelló (junho de 1986). Citamos pela publicação espanhola considerando sua maior acessibilidade.

²⁴ «Nell'ambito della storia delle scritture, e in particolare della storia della scrittura latina, esiste da tempo un filone di ricerca che tende a porre in rilievo e a fare oggetto della propria indagine i rapporti intercorrenti in diverse situazioni storiche fra i sistemi di scrittura, le forme grafiche e i processi di produzione di testimonianze scritte da un lato, e le strutture socio-economiche delle società che elaborano, adoperano e manipolano tali prodotti culturali dall'altro», A. PETRUCCI, *Storia della scrittura*, p. 310. [NT] Tradução: «No âmbito da história das escritas, e em particular da história da escrita Latina, há a algum tempo uma linha de pesquisa que tende a realçar e a fazer objeto da sua investigação as relações intercorrentes em diferentes situações históricas entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que elaboram, usam e manipulam tais produtos culturais dos outros», A. PETRUCCI, *Storia della scrittura*, p. 310.

²⁵ Harvey J. GRAFF, *Gli studi di storia dell'alfabetizzazione: verso la terza generazione*, «QS», ano XXII, 64/1 (1987), pp. 203-222, antes em «Interchange», 17/2 (1986), pp. 122-134.

²⁶ *Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoleon III d'après l'enquête de Louis Maggiolo (1877-1879)*, «Population», 12 (1957), pp. 71-92.

²⁷ *The educational revolution in England. 1560-1640*, «PP», 28 (1964), pp. 41-80 e *Literacy and education in England. 1640-1900*, «PP», 42 (1969), pp. 69-139.

²⁸ *Literacy and development in the west*, Harmondsworth, Penguin, 1969 [*Educación y desarrollo en Occidente*, Barcelona, Ariel, 1970].

²⁹ Jack GOODY e Ian WATT, *The consequences of literacy*, «Comparative Studies in Society and History», 5 (1963), pp. 304-345, também em *Literacy in traditional societies*, edição Jack Goody, Cambridge, Cambridge University Press, 1968, onde ademais escreve a *Introduction* (pp. 1-26) e o capítulo *Restricted literacy in Northern Ghana* (pp. 198-264).

³⁰ *The measurement of literacy in pre-industrial England*, em *Literacy in traditional*, pp. 311-325.

³¹ *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*, edição de F. Furet, Paris-La Huye, 1965-1970, 2 tomos; Henri-Jean MARTIN. *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVII^e siècle (1598-1701)*, Paris-Gênova, Droz, 1969, 2 vols; IDEM. *Le livre et la civilisation écrite*, Paris, École Nationale Supérieure de Bibliothèques, 1968-1970, 3 tomos.

³² *L'apparition du livre*, Paris, Albin Michel, 1958.

³³ [NT] Edição brasileira: FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

A esta primeira geração sucede outra de tipo mais globalizante e especulativo da qual fazem parte Egil Johansson³⁴, Kennet A. Lockridge³⁵, Furet, Sachs e Ozouf³⁶, Michael T. Clanchy³⁷, David Cressy³⁸, L. Soltow e E. Stevens³⁹, Rab Houston⁴⁰ e Graff⁴¹, mais as novas obras de Goody^{42/43} e Schofield⁴⁴.

As contribuições desta segunda geração se resumem no maior aproveitamento das séries quantitativas, na complexidade dos processos da alfabetização, na importância atribuída à contextualização dos mesmos, no reconhecimento dos fatores ideológico-culturais e sua influência na conformação de diversos modelos históricos de alfabetização, na investigação dos usos do alfabetismo, tanto em suas realizações práticas – escritura e leitura – quanto em seus efeitos psicológicos, assim como no aprofundamento no discurso teórico e metodológico, sinalizando as contradições e dificuldades da história da alfabetização, a importância dos estudos comparativos e as limitações do quantitativismo.

Ademais, tudo isso se viu favorecido pelo desenvolvimento paralelo da nova história do livro e da leitura, relacionada com *Annales*, que a situa entre os «nouveaux objects» de seu *Faire de l'histoire* (1974)⁴⁵. São muitos os historiadores franceses do livro, da imprensa ou da leitura, alguns também com incursões na história da educação,

³⁴ *The history of literacy in Sweden, in comparison with some other countries*, «Educational Reports Umeå», XII (1977), pp. 2-42 e *The history of literacy in Sweden*, em *Literacy and social development in the west*, edição de Harvey J. Graff, Cambridge, Cambridge University Press, 1981, pp. 151-182 [tradução italiana: *Alfabetizzazione e sviluppo sociale in Occidente*, editado por H. J. Graff, Bolonha, il Mulino, 1986, pp. 207-240].

³⁵ *Literacy in colonial New England: An enquiry into the social context of literacy in the early modern west*, Nova Iorque, Norton, 1974 e *L'alphabétisation en Amérique, 1650-1800*, «Annales», XXXII (1977), pp. 503-518 [*Istruzione nell'America delle origini (1650-1800)*, em *Alfabetizzazione e sviluppo sociale*, pp. 241-262].

³⁶ François FURET e Wladimir SACHS, *La croissance de l'alphabétisation en France, XVIII^e-XIX^e siècle*, «Annales», XXIX (1974), pp. 714-737; F. FURET e J. OZOUF. *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Les Editions de Minuit, 1977, 2 tomos (autores do primeiro e diretores do segundo); IDEM, *Trois siècles de métissage culturel*, «Annales», XXXII (1977), pp. 488- 502 [*Tre secoli di transizione culturale: la Francia*, em *Alfabetizzazione e sviluppo sociale*, pp. 281-301].

³⁷ *From memory to written record. England, 1066-1307*, Londres, Edward Arnold, 1979; «Litteratus» e «illitteratus» em *Inghilterra tra il 1066 e il 1307*, em *Alfabetizzazione e sviluppo sociale...*, pp. 23-62.

³⁸ *Levels of illiteracy in England, 1530-1730*, «Historical Journal», XX (1977), pp. 1-23, agora em *Alfabetizzazione e sviluppo sociale...*, pp. 147-172; *Literacy and social order. Reading and writing in Tudor and Stuart England*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

³⁹ *The rise of literacy and the common school in the United States*, Chicago, University of Chicago Press, 1981.

⁴⁰ *Literacy and society in the west, 1500-1850*, em «Social History», VIII (1983), pp. 269-293, agora também em *Istruzione, alfabetismo, scrittura. Saggi di storia dell'alfabetizzazione in Italia (sec. XV-XIX)*, editado por A. Bartoli Langeli e Xenio Toscani, Milão, Franco Angeli, 1991, pp. 13-60; *Scottish literacy and scottish identity. Illiteracy and society in Scotland and Northern England, 1600-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985; e *Literacy in early modern Europe, 1500-1800*, Londres, Longman, 1988.

⁴¹ *Literacy past and present: Critical approaches to the literacy society relationships*, «Interchange», 9 (1978), pp. 1-21; *The literacy myth: Literacy and social structure in the nineteenth-century city*, Nova Iorque-Londres, Academic Press, 1979; *Literacy in history: An interdisciplinary research bibliography*, Chicago, The Newberry Library, 1976 (edição revisada, Nova Iorque, Garland, 1981); *On Literacy in the Renaissance: Review and reflections*, «History of Education», XII/2 (1983), pp. 69-85. Ademais por essas datas aparece *Literacy and social development [Alfabetizzazione e sviluppo sociale]*, composta por colaborações da maior parte dos autores que formam esta segunda geração. Obras posteriores de GRAFF são *The legacies of literacy: Continuities and contradictions in western culture and society*, Bloomington-Indianapolis, Indiana University Press, 1987 [*Storia dell'alfabetizzazione occidentale*, Bolonha, il Mulino, 1989, 3 tomos] e *El legado de la alfabetización: constantes y contradicciones en la sociedad y la cultura occidentales*, «RE», 288 (1989), pp. 7-34. Este último texto é uma versão com algumas variações da introdução de *The legacies of literacy*.

⁴² *The domestication of the savage mind*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977 [*La domesticación del pensamiento salvaje*, Madrid, Akal, 1985] e *The logic of writing the organization of society*, Cambridge University Press, 1986 [*La lógica de la escritura y la organización de la sociedad*, Madrid, Alianza Editorial, 1990].

⁴³ [NT] Edição brasileira: GOODY, Jack. *A domesticação da mente selvagem*. Tradução: Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2012. Edição portuguesa: GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Tradução: Teresa Peres. Lisboa: Edições 70, 1986.

⁴⁴ *The dimensions of illiteracy, 1750-1850*, «Explorations in Economic History», 10 (1973), pp. 437- 454.

⁴⁵ Roger CHARTIER e Daniel ROCHE, *Le livre: un changement de perspective*, em *Faire l'Histoire*, III. *Nouveaux objets*, edição Jacques Le Goff e Pierre Nora, Paris, 1974, pp. 115-137 [*El libro. Un cambio de perspectiva*, em *Hacer la historia*, III. *Objetos nuevos*, Barcelona, Laia, 1980, pp. 119-140]. Conferir também, de Chartier e Nora, *L'histoire quantitative du livre*, «RFHL», 16 (1977), pp. 477-501 e de D. ROCHE, *Le monde de l'écrit et du lire, quelques réflexions*, em *Sulle vie della scrittura. Alfabetizzazione, cultura scritta e istituzioni in età moderna*, Atti del Convegno di Studi del Centro Studf "Antonio Genovesi" per la Storia Economica e Sociale (Salerno, 10-12 março 1987), editado por Maria Rosaria Pelizzari, Nápoles, Pubblicazioni dell'Università degli Studi di Salerno, 1989, pp. 631-642.

que poderíamos mencionar, pelo que nos limitaremos a destacar os mais importantes: Martin⁴⁶, Chartier, Compere e Dominique Julià^{47/48}, Hébrard⁴⁹, Jacques Queniat⁵⁰, R. Mandrou⁵¹, R. Muchembled⁵² ou Natalie Zemon Davis⁵³.

Fora do âmbito francês, mas em estreita relação com dita temática, está a inovadora e controvertida investigação de Elizabeth Eisenstein sobre os efeitos da imprensa no pensamento⁵⁴ e as diversas publicações de Peter Burke sobre a cultura das classes populares^{55/56}.

Constituída a história da alfabetização, sob seus múltiplos e convergentes enfoques, em uma dinâmica corrente historiográfica, ao final dos anos setenta e princípio dos anos oitenta alcançou uma maior projeção acadêmica fora dos tradicionais círculos anglo-saxão e francês.

Na Itália sua difusão supôs a continuação em relação aos pilares estabelecidos nos anos sessenta por Armando Petrucci. Agora conseguirá, no entanto, conquistar o interesse de um número mais amplo de pessoas e disciplinas.

⁴⁶ Henri-Jean MARTIN e M. LECOQ. *Livres et lecteurs à Grenoble. Les registres du librairie Nicolas (1645-1668)*, Gênova, Droz, 1977, 2 vols.; H.-J. MARTIN, *Culture écrite et culture orale, culture savante et culture populaire dans la France d'Ancien Régime*, «Journal des Savants», 1975, pp. 225-284; *Pour une histoire du livre*, «RFHL», 16 (1977), pp. 583-609 e «Debats», nov. 1982, pp. 160-177; e especialmente *Le livre français sous l'Ancien Régime*, Paris, Promodis, 1987, recopilação de muitos de seus trabalhos anteriores. Ainda a monumental *Histoire de l'édition française*, dirigida por R. Chartier, H.-J. Martin e J.P. Vivet, Paris, Promodis, 1983-1986, 4 vols. Também se ocupou mais especificamente da história da escritura em *Histoire et pouvoirs de l'écrit*, com a colaboração de Bruno Delmas, Paris, Librairie Académique Perrin, 1988.

⁴⁷ R. CHARTIER, M. M. COMPERE e D. JULIA. *L'éducation en France du XVI^e au XVIII^e siècle*, Paris, Sedes, 1976. De M.M. COMPERE, *École et alphabétisation en Languedoc*, em *Lire et écrire*, II, pp. 43-100. De D. JULIA, *Aprendizaje de la lectura en la Francia del Antiguo Régimen*, «RE», 288 (1989), pp. 105-120. De CHARTIER e J. HEBRARD. *Discours sur la lecture (1880-1980)*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1989. Roger Chartier é atualmente um dos principais representantes da história francesa do livro e da leitura. Além das obras anteriores e das citadas em notas prévias, destacamos de sua bibliografia as seguintes: *La circulation de l'écrit dans les villes françaises, 1500-1700*, em *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*, Colloque de la Casa de Velazquez (17-19 de novembro de 1980), Paris, Editions A.D.P.F., 1981, pp. 151-157; *L'Ancien Régime typographique: Reflexions sur quelques travaux récents*, «Annales», XXXVI/2 (1981), pp. 191-209; *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, Paris, Editions du Seuil, 1982 [*Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madri, Alianza Editorial, 1993, com alguns trabalhos]; *Las prácticas de lo escrito*, em *Historia de la vida privada. 5. El proceso de cambio en la sociedad de los siglos XVI-XVIII*, dirigida por Philippe Ariès y Georges Duby, Madri, Taurus, 1991 (edição original, Paris, Éditions du Seuil, 1985), pp. 113-161. Além da citada *Histoire de l'édition française* dirigiu e colaborou em *Pratiques de la lecture*, Marselha, Rivages, 1985 e *Les usages de l'imprimé (XV^e-XIX^e siècles)*, Paris, Fayard, 1987. Finalmente *El mundo como representación. Estudios sobre historia cultural*, Barcelona, Gedisa, 1992, recompilação de artigos publicados entre 1982 e 1990 mais um inédito, de grande interesse para se conhecer as teses de Chartier sobre a «história cultural do social» e as representações e práticas culturais.

⁴⁸ [NT] O artigo *O mundo como representação*, tradução do original em francês (*Annales*, novembro-dezembro, 1989, número 6, pp. 1505-1520), foi publicado no Brasil pelo periódico *Estudos Avançados* {11 (5), 1991, pp. 173-191 – tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis}. A produção bibliográfica de Roger Chartier sobre a temática do texto que estamos traduzindo, editada no Brasil, é imensamente vasta, apenas como exemplo citamos: *CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 1988; CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996; *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello C. de Moraes São Paulo: Ed. UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999; *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002; *Inscrever e Apagar. Cultura Escrita e Literatura*. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

⁴⁹ *La escolarización de los saberes elementales en la Época Moderna*, «RE», 288 (1989), pp. 63-104, além da obra escrita com R. Chartier citada na nota anterior. [NT] Neste caso, trata-se da nota 47.

⁵⁰ *Les apprentissages scolaires élémentaires au XVIII^e siècle: Faut-il réformer Maggiolo?*, «RHMC», XXIV (1977), pp. 3-27; *Culture et société urbaines dans la France de l'Ouest au XVIII^e siècle*, Paris, 1978 (tese defendida em 1975).

⁵¹ *De la culture populaire aux 17^e et 18^e. La bibliothèque bleue de Troyes*, Paris, 1964.

⁵² *Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne (XV^e-XVIII^e siècles)*, Paris, Flammarion, 1978.

⁵³ *Society and culture in Early Modern France*, Stanford, Stanford University Press, 1975 [*Sociedad y cultura en la Francia Moderna*, Barcelona, Crítica, 1993, especialmente o capítulo «La imprenta y el pueblo», pp. 186-224. A edição castelhana inclui dois capítulos que não estavam na original inglesa].

⁵⁴ *Some conjectures about the impact of printing on western society and thought: A preliminary report*, «Journal of Modern History», XL (1968), pp. 7-29 e em *L'impatto della stampa sulla società e il pensiero moderni*, em *Alfabetizzazione e sviluppo sociale*, pp. 73-97; *L'avenement de l'imprimerie et la Réforme*, «Annales», 1971, pp. 1355-1382; *The advent of printing and the problem of the Renaissance*, «PP», XLV (1969), pp. 18-89; *The printing press as an agent of change: communications and cultural transformations in early modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

⁵⁵ *Popular culture in Early Modern Europe*, Londres, Temple Smith, 1978 [*La cultura popular en la Europa Moderna*, Madri, Alianza Editorial, 1991]; *The Historical Antropology of Early Modern Italy. Essays on perception and communication*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987 [*Scene di vita quotidiana nell'Italia Moderna*, Roma-Bari, Laterza, 1988, cap. IX: «Gli usi della scrittura nell'Italia della prima Età Moderna»].

⁵⁶ [NT] Edição brasileira: BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Tradução: Denise Bottmann. 2^o edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

O primeiro momento destacado nessa trajetória foi a celebração do seminário *Alfabetismo e cultura scritta nella storia della società italiana*⁵⁷ na cidade de Perugia, convocado por Attilio Bartoli Langeli e Armando Petrucci, com a colaboração das revistas *Scrittura e Civiltà* e *Quaderni Storici*. Especialistas de diversas disciplinas se reuniram para contrastar suas respectivas experiências e conhecimentos sobre um tema que ainda não havia tido demasiado eco na historiografia italiana: a escritura e a leitura, o alfabetismo e a alfabetização ou a produção e desfrute da cultura através da escrita, analisados no âmbito da história social, segundo explicam seus organizadores⁵⁸.

Aquele seminário não somente foi importante por seu caráter fundador e sua concepção interdisciplinar, além de ter introduzido a certos setores da Itália acadêmica no âmbito dos países mais sensibilizados com a problemática histórica da alfabetização. Do mesmo modo, deu origem a outras duas iniciativas nascidas com o mesmo espírito. Em primeiro lugar, a constituição do *Seminario permanente Alfabetismo e cultura scritta* e a convocatória bianual de reuniões para estudar as questões relacionadas com os usos e práticas da escrita. Em segundo, o lançamento de uma publicação – *Notizie* – que servisse de canal de comunicação permanente às discussões do seminário, integrada por diversas seções destinadas a adiantar as conclusões de investigações finalizadas ou em curso, levantar reflexões mais gerais de tipo teórico e metodológico, formular observações pontuais à tese de outros autores, esboçar projetos de investigação e acolher uma ampla seção de resenhas bibliográficas e notas sobre congressos, cursos e eventos similares⁵⁹.

Por outro lado, no referido ano de 1977 nasceu também outra revista relacionada com a história da cultura escrita, *Scrittura e Civiltà*, sobre a qual voltaremos mais adiante.

Se algo caracteriza a bibliografia italiana em relação ao sujeito historiográfico *alfabetismo e cultura scritta* é, em razão ao mesmo processo que lhe deu origem, a interdisciplinaridade e uma prática metodológica aberta às propostas advindas de outros âmbitos científicos, entre eles a escola francesa dos *Annales*⁶⁰. Prova contundente disto é o magno projeto editorial da *Letteratura italiana* (1982-1988), dirigido por A. Asor Rosa, tão próximo à *Historie de l'édition française*, ou, ao término desse ciclo, a publicação de um artigo de Petrucci na revista *Annales*⁶¹.

Inclusive se poderia dizer que teve uma certa fortuna acadêmica, acreditada por uma longa série de publicações assinadas, entre outros, por M. R. Duglio⁶², Franco Cardini⁶³, Duccio Balestracci⁶⁴, Daniele

⁵⁷ As atas foram publicadas um ano e meio depois no livro já citado *Alfabetismo e cultura scritta* e parcialmente no número 38 (1978) de «QS». As disciplinas representadas naquele encontro foram as seguintes: *Paleografia*: Guglielmo Cavallo, Bartoli Langeli e Armando Petrucci; *Filologia, Linguística e Etnografia da escritura*: Giorgio Raimondo Cardona, Francesco Bruni, Raffaello Simone, Gabriella Klein, Ignazio Baldelli, Domenico Parisi e Rosaria Conte; *História*: Franco Cardini, Carlo Ginzburg e Marco Ferrari; *Codicologia e História do Livro e a Edição*: Donatella Nebbiai, Amedeo Quondam; *História da Educação*: Piero Lucchi, Giuseppe Ricuperati, Marina Roggero e Jacques Ozouf.

⁵⁸ *Presentazione*, em *Alfabetismo e cultura scritta*, p. 8.

⁵⁹ De *Notizie* foram publicados 8 números desde março de 1980 até agosto de 1987. Posteriormente, diante do eco obtido pelas questões desenvolvidas nela, seus responsáveis, Bartoli Langeli e Petrucci, empreenderam a segunda etapa da revista com o nome de *Alfabetismo e cultura scritta* em um aspecto mais próprio de uma «revista "nórmale"» (n- 1, p. 5), já que até então era editada em mimeógrafo. Desta segunda etapa vieram à luz três números (1988-1991) e tudo parece indicar que tenha chegado ao seu término. Sobre esta última revista e o conteúdo dos primeiros números conferir a resenha de Antonio CASTILLO GÓMEZ em «Boletín de ANABAD», XL/2-3 (1990), pp. 269-271.

⁶⁰ Vid. José V. BOSCA CODINA, «Captar lo que una sociedad entera escribe o lee». *Un proyecto interdisciplinar*, «Taller d'Historia», 2 (1993), p. 102.

⁶¹ *Pouvoir de l'écriture, pouvoir sur l'écriture dans la Renaissance italienne*, «Annales», XLIII/4 (1988), pp. 823-847.

⁶² *Alfabetismo e società a Torino nel secolo XVIII*, «QS», 16 (1971), pp. 485-509.

⁶³ *Alfabetismo e cultura scritta nell'età comunale: alcuni problemi*, em *Alfabetismo e cultura scritta*, pp. 147-186.

⁶⁴ *I libri impegnati al Monte di Pietà senese*, «Notizie», [4] (novembro 1982), pp. 14-16; *L'alfabeto in bottega. Contributo allo studio dell'alfabetismo nel XVII secolo*, «Bolletino Storico Piacentino», LXXVII/1 (1983), pp. 240-260; *La zappa e la retorica. Memorie familiari di un contadino toscano del Quattrocento*, Florença, Libreria Salimbeni, 1984; *Le memorie degli altri. Ricordanze, libri di conti e cronache dei ceti al margine della scrittura nell'Italia medievale*, em *Cultura e società nell'Italia medievale. Studi per Paolo Brezzi*, I, Roma, Istituto Italiano per il Medio Evo, 1988, pp. 41-48.

Marchesini⁶⁵, Angelo Cicchetti e Raul Mordenti⁶⁶, Piero Lucchi⁶⁷, Xenio Toscani⁶⁸ e certos linguistas e etnógrafos⁶⁹, além de ser objeto de estudo em diferentes congressos e obras coletivas⁷⁰.

Em Portugal foi Ribeiro da Silva quem manifestou maior interesse pelo tema, apresentando em 1979 e 1983, respectivamente, dois estudos sobre os níveis de alfabetização dos funcionários administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d'Ave, de Maia e de Gaia na primeira metade do século XVII, aos que seguiu outro mais global sobre a alfabetização no Porto e sua região no final do século XVI e início do XVII⁷¹.

Na Espanha, a preocupação acadêmica pela história da alfabetização – sem perder de vista o referente prévio dos trabalhos de Cossío e Olóriz, Luzuriaga, Guzmán Reina, Gil Carretero, Rodríguez Garrido e Cerrolaza Asensio⁷² – se manifestou nos anos oitenta, tendo como antecedentes mais imediatos as publicações de Samaniego⁷³, Richard L. Kagan, em cuja obra *Students and society* dedica o primeiro capítulo ao ensino das primeiras letras⁷⁴, Maxime Chevalier⁷⁵ e Rodriguez e Bennassar⁷⁶. Imediatamente seguiram o mesmo caminho outros hispanistas franceses e algum investigador espanhol, cujas primícias se deram a conhecer em dois encontros celebrados no começo dos anos oitenta, um em torno ao livro e à leitura na Espanha e na França

⁶⁵ *Sposi e scolari. Sottoscrizioni matrimoniali e alfabetismo tra Sette e Ottocento*, «QS», LIII (1983), pp. 601-623; *La fatica di scrivere. Alfabetismo e sottoscrizioni matrimoniali in Emilia tra Sette e Ottocento*, em *Il catechismo e la grammatica, I. Istruzione e controllo sociale nell'area emiliana e romagnola nel'700*, editado por G. P. Brizzi, Bolonha, il Mulino, 1985, pp. 83-169; *Una città e i suoi spazi scritti: Parma, secoli XVIII-XIX*, em «Storia Urbana», X, 34 (1986), pp. 43-68; *Dalla firma alla scrittura sull'uso delle sottoscrizioni matrimoniali negli studi sull'alfabetismo*, em *Sulle vie della scrittura*, pp. 57-73; *L'analfabetismo in Italia in Età Moderna e Contemporanea (secoli XV-XX). Prime linee di una ricerca*. Conferência inédita apresentada no curso *Escribir y leer en Occidente*, ocorrida na sede da Universidad Internacional Menéndez Pelayo em Valência de 14 a 18 de julho de 1993.

⁶⁶ I «libri di famiglia»: *problemi di storiografia letteraria e di metodologia della ricerca*, Roma, 1983; *La scrittura dei libri di famiglia*, em *Letteratura italiana, III/2, Le forme del testo/La prosa*, Turim, Einaudi, 1984, pp. 1117-1159; *I libri di famiglia in Italia. I. Filologia e storiografia letteraria*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

⁶⁷ *La Santacroce, il Salterio e il Babuino: libri per imparare a leggere nel primo secolo della stampa*, «QS», XXXVIII (1978), pp. 593-630; *Leggere, scrivere e abbaco: l'istruzione elementare agli inizi dell'Età Moderna*, em *Scienze, credenze occulte, livelli di cultura*, Convegno Internazionale di Studi (Florença, 26-30 junho 1980), Florença, Leo Olschki; Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, 1982, pp. 101-119, *La prima istruzione. Idee, metodi, libri*, em *Il catechismo e la grammatica. I*, pp. 25-81.

⁶⁸ *L'alfabetismo nelle campagne del dipartimenti del Mincio e del Mella e nelle alte valli del Serio e dell'Adda (1806-1810)*, em *Istruzione, alfabetismo, scrittura*, pp. 201-244; *Scuole e alfabetismo nello Stato di Milano da Cario Borromeo alla Rivoluzione*, Bréscia, La Scuola, 1993.

⁶⁹ Giorgio R. CARDONA, *Sull'«Etnografia della scrittura»*, «SC», I (1977), pp. 211-218; *Per una teoria integrata della scrittura*, em *Alfabetismo e cultura scritta...*, pp. 51-74; *Antropologia della scrittura*, Turim, Loescher, 1981; *Storia universale della scrittura*, Milão, Mondadori, 1986; *La linea d'ombra dell'alfabetismo. Ai confini tra oralità e scrittura*, em *Sulle vie della scrittura*, pp. 39-54; *Culture dell'oralità e culture della scrittura*, em *Letteratura italiana, II, Produzione e consumo*, editada por A. Asor Rosa, Turim, Einaudi, 1983, pp. 25-101. Ainda conferir a revista *La ricerca folklorica*, cujos números 4 (*Antropologia simbolica: categorie culturali e segni linguistici*, coordenado por G. R. Cardona), 5 (*La scrittura: funzioni e ideologie*, ao cuidado de G. R. Cardona) e 15 (*Oralidade e scrittura. Le letterature popolari europee*, ao cuidado de Giorgio Cusatelli) se dedicaram a temas relacionados com a escritura.

⁷⁰ Nos referimos principalmente a *Sulle vie della scrittura; Il catechismo e la grammatica, I, Istruzione e controllo, II, Istituzioni scolastiche e riforme nell'area emiliana e romagnola nel'700*, Bolonha, il Mulino, 1986; *Istruzione, alfabetismo, scrittura*.

⁷¹ *Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d'Ave e da Maia, na 1ª metade do séc. XVII*, em *Actas do Coloquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 1982; *O concelho de Gaia na 1ª metade do séc. XVII: Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários*, Gaya, II (1984), pp. 187-212 [Comunicações apresentadas em Congressos em 1979 e 1983] e *A alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650)*, «Revista da Faculdade de Letras. História», 2ª série, III (1986), pp. 101-163.

⁷² Referências a eles em Antonio VIÑAO FRAGO, *The history of literacy in Spain: Evolution, traits, and questions*, «History of Education», 30/4 (1990), pp. 574 e em Mercedes VILANOVA RIBAS e Xavier MORENO JULIÀ. *Atlas de la evolución del analfabetismo en España de 1887 a 1981*, Madri, Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia: C.I.D.E., 1992, pp. 65-66.

⁷³ María Dolores SAMANIEGO BONEU, *El problema del analfabetismo en España, 1900-1930*, Hispania. Revista española de Historia», 124 (1973), pp. 375-400.

⁷⁴ *Students and society in Early Modern Spain*, The Johns Hopkins University Press, 1974 [*Universidad y sociedad en la España Moderna*, Madri, Tecnos, 1981, especialmente pp. 47-73].

⁷⁵ *Lectura y lectores en la España de los siglos XVI y XVII*, Madri, Turner, 1976. Este livro nasceu a partir de um curso ministrado nas Universidades de Buenos Aires e Cuyo em maio de 1970.

⁷⁶ Marie Christine RODRÍGUEZ y Bartolomé BENNASSAR, *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'Inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1591-1632)*, «Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien», 31 (1978), pp. 17-46; B. BENNASSAR. *La España del Siglo de Oro*, Barcelona, Crítica, 1983 (edição original em francês, Paris, Éditions Robert Lafont, 1982), pp. 271-303; IDEM. *Las resistencias mentales*, em B. BENNASSAR e outros. *Orígenes del atraso económico español*, Barcelona, Ariel, 1985 (edição original em francês, Paris, Éditions du CNRS, 1983), especialmente pp. 147-161.

durante o Antigo Regime (Madri, 1980)^{77/78} e outro sobre *Instruction, lecture et écriture en Espagne (XVI^{ème} – XIX^{ème} siècles)* (Toulouse, dezembro 1982)⁷⁹.

O elenco de historiadores da alfabetização e escolarização, interessados especialmente pelas épocas moderna e contemporânea, apresenta um alto percentual de franceses – Claude Larquie⁸⁰, Jean-Pierre Amalric⁸¹, Jean-Paul Le Flem⁸², Bernard Vicent⁸³, Jean-François Botrel⁸⁴, Pierre Ponsot⁸⁵, Jacques Soubeyroux⁸⁶ ou Jean-Louis Guereña⁸⁷ –, compensado nos últimos anos pela progressiva penetração deste sujeito historiográfico nos círculos acadêmicos espanhóis – Juan Eloy Gelabert⁸⁸, Antonio Viñao Frago⁸⁹, Pedro Luis Moreno Martínez⁹⁰, Alejandro

⁷⁷ *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*.

⁷⁸ [NT] O evento gerou como produção bibliográfica o livro *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*, Colloque de la Casa de Velazquez (17-19 de novembro de 1980), Paris, Editions A.D.P.F., 1981. Conferir a nota de rodapé 47.

⁷⁹ As atas foram publicadas cinco anos depois com o título *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne. XVI^e-XIX^e siècles*, Paris, Éditions du CNRS, 1987.

⁸⁰ *L'alphabétisation à Madrid en 1650*, «RHMC», XXVIII (1981), pp. 132-157 [*La alfabetización de los madrileños en 1650*, «Anales del Instituto de Estudios Madrileños», XVII (1980), pp. 1-30]; *L'alphabétisation des madrilénes dans la deuxième moitié du XVII^e siècle: Stagnation ou evolution?*, em *De l'alphabétisation*, pp. 73-93; *Fuentes para la historia social de Madrid en el siglo XVII: Alfabetización, abandono de niños y población*, em *Primeras Jornadas sobre Fuentes documentales para la Historia de Madrid*, Madri, Comunidad de Madrid, 1988, pp. 217-232.

⁸¹ *Un réseau d'enseignement élémentaire au XVIII^e siècle: les maîtres d'écoles dans les campagnes de Burgos et Santander*, em *De l'alphabétisation*, pp. 9-28. Escrito com a colaboração de Dominique Escoda, Alice Marques e Marie-Nicole Stevens.

⁸² *Instruction, lecture et écriture en Vieille Castille et Extremadure aux XVI^e-XVII^e siècles*, em *De l'alphabétisation*, pp. 29-43.

⁸³ *Lisants et non-lisants des royaumes de Grenade et de Valence à la fin du XVI^e siècle*, em *De l'alphabétisation*, pp. 95-104.

⁸⁴ *L'aptitude à communiquer: Alphabétisation et scolarisation en Espagne de 1860 à 1920*, em *De l'alphabétisation*, pp. 105-140; *La diffusion du livre en Espagne (1868-1914)*, Madri, Casa de Velázquez, 1988; *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*, Madri, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

⁸⁵ *Le système scolaire d'Andalousie occidentale entre Ensenada et Madoz (milieu XVIII^e-milieu XIX^e)*, em *De l'alphabétisation*, pp. 141-159.

⁸⁶ *Niveaux d'alphabétisation en Espagne au XVIII^{ème}: Premier bilan d'une enquête en cours*, «Imprevue», 2 (1985), pp. 117-135 [*Niveles de alfabetización en la España del siglo XVII*. *Primeros resultados de una encuesta en curso*, «Anales de la Universidad de Alicante. Historia Moderna», 5 (1985), pp. 159-172]; *L'alphabétisation à Madrid aux XVIII^e et XIX^e siècles*, «Bulletin Hispanique», LXXXIX (1987), pp. 227-265; *L'alphabétisation des corporations de métiers madrilenes aux XVII^{ème} et XVIII^{ème} siècles*, em *Madrid en la Época Moderna. Espacio, sociedad y cultura*. Colóquio celebrado nos dias 14 e 15 de dezembro de 1989, edição coordenada por Santos Madrazo e Virgilio Pinto, Madri, Ediciones de la Universidad Autónoma, 1991, pp. 201-215.

⁸⁷ *Analfabetismo y alfabetización en España (1835-1860)*, «RE», 288 (1989), pp. 185-236; *Les écoles d'adultes en Espagne (1838-1873)*, «Cuadernos de Historia Contemporánea», 12 (1990), pp. 11-44; *L'enseignements pour adultes en Espagne. Législation, projets et réalités (1838-1874)*, «Histoire de l'Éducation», 49 (1991), pp. 49-88; *Las casas del pueblo y la educación obrera a principios del siglo XX*, «Hispania», LI/2, núm. 178 (1991), pp. 645-692.

⁸⁸ *Lectura y escritura en una ciudad del siglo XVI: Santiago de Compostela*, em *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*, Madri, Universidad Complutense, I, 1985, pp. 161-182, antes em «Bulletin Hispanique», 1982; *Niveaux d'alphabétisation en Galice (1635-1900)*, em *De l'alphabétisation*, pp. 45-71.

⁸⁹ *Del analfabetismo a la alfabetización. Análisis de una mutación antropológica e historiográfica*, «Historia de la Educación», 3 (1984), pp. 151-189 e 4 (1985), pp. 209-226; *Ilustración y alfabetización. Notas metodológicas y provisionales sobre una investigación en curso*, em *Educación e ilustración en España*, III Coloquio de Historia de la Educación, Universidad de Barcelona, 1984, pp. 353-362; *Alfabetización e Ilustración: Difusión y usos de la cultura escrita*, em «RE», número extraordinário sobre *La educación en la Ilustración española* (1988), pp. 275-302; *La historia de la alfabetización a través de las fuentes notariales. Aportaciones provisionales sobre el proceso de alfabetización en Murcia (1760-1860)*, em *Aproximación a la investigación histórica a través de la documentación notarial*. Murcia, Universidad de Murcia, 1985 (Cuadernos del Seminario «Floridablanca», 1), pp. 31-55; *El proceso de alfabetización en el municipio de Murcia (1759-1860)*, em *La Ilustración española*. Actas del Coloquio Internacional celebrado en Alicante (1-4 de outubro de 1985), Alicante, Instituto Juan Gil-Albert, 1986, pp. 235-250; *Historia de la alfabetización versus historia del pensamiento, o sea, de la mente humana*, «RE», 288 (1989), pp. 35-44; *Historia de un largo proceso*, «CP», 179 (1990), pp. 45-50; *Un campo abierto en expansión e interdisciplinar: la historia de la alfabetización*, «Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne», 14 (1991), pp. 14-35; *Alfabetización, lectura y escritura en el Antiguo Régimen e Alfabetización y alfabetizaciones*, em *Leer y escribir en España*, pp. 45-68 e 385-410; *Alfabetización y escolarización (siglo XVI)*, *Alfabetización y escolarización (siglo XVII)* e *Alfabetización y escolarización (siglo XVIII)*, em *Historia de la educación en España y América*, 2, *La Educación en la España Moderna (Siglos XVI-XVIII)*, coordinado por Buenaventura Delgado, Madri, Ediciones S.M.; Ediciones Morata, 1993, pp. 159-170, 483-490 e 777-786.

⁹⁰ *Alfabetización y cultura impresa en Lorca (1760-1860)*, Murcia, Universidad; Academia Alfonso X El Sabio; Caja de Ahorros de Murcia, 1989; *De la alfabetización a la educación de adultos*, em *Leer y escribir en España*, pp. 111-140.

Tiana Ferrer⁹¹, Mercedes Vilanova e Xavier Moreno⁹² – e ocasionalmente por estudiosos de outras nacionalidades – Sara T. Nalle, Roger Collins⁹³.

Entre todos a alfabetização deixou de ser um “sujet relativement neuf”, como a qualificava Joseph Perez em 1987⁹⁴, para se converter em uma das linhas de investigação mais atrativas e com um futuro mais promissor, sem dúvida também porque supõe a análise histórica de um problema que segue preocupando as sociedades atuais. Testemunho dessa atualidade é a constante publicação de monografias, artigos de investigação e obras coletivas que pretendem remediar o desconhecimento existente sobre história da educação ou especificamente da alfabetização⁹⁵; a publicação de números monográficos de revistas, seja pela celebração em 1989 do Ano Internacional da Alfabetização ou como testemunho da consolidação historiográfica desta linha de investigação⁹⁶; as diversas edições das jornadas da Associação Cultural Al-Mudayna dedicadas a estudar a produção escrita das

⁹¹ *Alfabetización y escolarización en la sociedad madrileña de comienzos del siglo XX (1900-1920)*, em *La sociedad madrileña durante la Restauración, 1876-1931*, edição de Ángel Bahamonde Magro e Luis Enrique Otero, II, Madri, Comunidad de Madrid: Consejería de Educación y Cultura, 1989, pp. 199-215; *Maestros, misioneros y militantes. La educación de la clase obrera madrileña, 1898-1917*, Madri, Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia; CIDE, 1992.

⁹² Mercedes VILANOVA, *Alfabetización y militancia. El «descubrimiento» de los analfabetos de Barcelona durante la Segunda República*, «RE», 288 (1989), pp. 255-270; *Analfabetismo y elecciones en la Barcelona de los años treinta*, «Historia y Fuente Oral», 6 (1991), pp. 89-104; M. VILANOVA e Xavier MORENO, *Analfabetismo y censos de población de España de 1887 a 1981*, «Historia y Fuente Oral», 7 (1992), pp. 157-173; ÍDEM. *Atlas de la evolución del analfabetismo*.

⁹³ Sara T. NALLE, *Literacy and culture in Early Modern Castile*, «PP», 125 (1989), pp. 65-96 e Roger COLLINS, *Literacy and the laity in Early Mediaeval Spain*, em *The uses of literacy in Early Mediaeval Europe*, edição Rosamond McKitterick, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 109-133.

⁹⁴ *Introduction*, em *De l'alphabétisation*, p. 1.

⁹⁵ Fundamentalmente me refiro a Baudilio BARREIRO MALLÓN, *Alfabetización y lectura en Asturias durante la Edad Moderna*, «Espacio, Tiempo y Forma. Serie Historia Moderna», 4 (1989), pp. 115-134; Serafín de TAPIA, *Nivel de alfabetización en una ciudad castellana del siglo XVI: Sectores sociales y grupos étnicos en Ávila*, «Studia Histórica/Historia Moderna», VI (1988), pp. 481-502 e *Las primeras letras y el analfabetismo en Castilla. Siglo XVI*, em *Actas del Congreso Internacional Sanjuanista*, II, *Historia* (Ávila, 23-28 de setembro de 1991), Valhadolide, Junta de Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 1993, pp. 185-220; Manuel PEÑA DÍAZ, *El uso social de la escritura en Barcelona en el siglo XVI*, «Manuscrits», 11 (1993), pp. 143-168; Francisco J. LASPALAS PÉREZ, *La «reinención» de la escuela. Cinco estudios sobre la enseñanza elemental durante la Edad Moderna*, Pamplona, EUNSA, 1993. Como obras coletivas as já mencionadas *Leer y escribir en España* e o projeto da *Historia de la Educación en España y América*, dirigido por Buenaventura Delgado por incumbência da Fundação Santamaría, do qual até agora publicaram os volumes 1 [*La Educación en la Hispania Antigua y Medieval*, Madri, 1992] e 2 [*La Educación en la España Moderna (Siglos XVI-XVIII)*, Madri, 1993], estando pendente o 3 [*La Educación en la España Contemporánea (1789-1975)*].

⁹⁶ «CP», 179 (março 1979): *Contra los analfabetismos*; «RE», 288 (1989): *Alfabetización*; «Perspectivas», 72 (outubro-dezembro 1989); «Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne», 14 (1991), monográfico sobre alfabetização e escolarização na Espanha Contemporânea; «CP», 216 (julho-agosto 1993): *Leer y escribir*. Inclusive podemos resenhar alguns suplementos de periódicos: *Temas de Nuestra Época: Contra la ignorancia*, «EL País», 114 (18-1-1990) e *Temas de Nuestra Época: La escuela del mañana*, «EL País», 296 (14-10-1993).

⁹⁷ *La voz del silencio. I. Fuentes directas para la historia de las mujeres (siglos VIII-XVIII)*, edição de Cristina Segura Graiño, Madri, Asociación Cultural AL-MUDAYNA, 1992 (corresponde às atas das jornadas de 1991); *La voz del silencio. II. Historia de las mujeres: compromiso y método*, edição de Cristina Segura Graiño, Madri, Asociación Cultural AL-MUDAYNA, 1993 (atas das jornadas de 1992); *Las sabias mujeres. Edad Media*, edição de María del Mar Graña Cid, Madri, Asociación Cultural AL-MUDAYNA, 1994 (jornadas de 1993) e *De leer a escribir. La educación de las mujeres como arma de liberación de las mujeres*, 7-9 de março de 1994, inédito.

mulheres e a mentalidade que nelas se reflete⁹⁷; ou a celebração no verão de 1993 de dois encontros relacionados à leitura e à escritura em sua perspectiva histórica⁹⁸.

A situação historiográfica que se deriva do balanço anterior é de uma riqueza e variedade considerável. Se os estudos sobre o alfabetismo nasceram sob uma compreensível vocação estatística e uma certa linearidade interpretativa ao associar educação e progresso, a produção científica da segunda geração trouxe consigo um enriquecimento das perspectivas de análise, colocando no ponto de mira mais a alfabetização como processo que o binômio alfabetismo/analfabetismo como situação dada.

Há uns anos Harvey J. Graff advertia a manifestação de uma série de sintomas cujo desenvolvimento levaria ao surgimento de uma nova geração. Partindo das valiosas aplicações das investigações sócio-psicológicas de Scribner e Cole e da antropologia do alfabetismo da etnógrafa e linguista Shirley Heath, constatava as limitações derivadas da primazia outorgada ao método quantitativo e propunha um novo rumo para a história da alfabetização, que, assumindo as conquistas das duas gerações precedentes, devia centrar seus objetivos nos seguintes pontos de estudo:

- a) A política cultural ou economia política da alfabetização na história, abundando na concepção que vê na alfabetização um fator de conservadorismo e controle social ou bem de libertação;
- b) O estudo comparativo da alfabetização, para o qual resulta decisiva a importância do contexto;
- c) A nova conceitualização dos diversos contextos – aquisição, uso ou ação; individuais, familiares, de grupo, comunidade ou classe – no estudo da história da alfabetização, o que nos conduz à etnografia da alfabetização;
- d) A análise crítica do mesmo conceito de alfabetização; a questão do alfabetismo e o que ele chama de “criação do significado”, buscando uma aproximação interdisciplinar que permita aprofundar nos usos da alfabetização, em síntese o modo no qual o significado é produzido, influenciado, transmitido e modificado pelo leitor, a interação entre o leitor e o texto. Neste sentido, deve-se ter muito em conta as considerações de Roger Chartier sobre as representações e práticas culturais⁹⁹, sem dúvida relacionadas com a análise do conteúdo – carga ideológica – que

⁹⁸ *Escribir y leer en Occidente. Naturaleza, perspectivas, conflictos*, Curso de Verão da Universidad Internacional Menéndez Pelayo, dirigido por Armando Pctrucci e como secretário Francisco M. Gimeno Blay, Valência 14 a 18 de junho de 1993 e *Las diferentes historias de letrados y analfabetos*, dirigido por Joaquín Gómez Pantoja e Carlos Sáez Sánchez, Curso/Simpósio organizado pela Universidad de Alcalá, Pastrana 1-3 de julho de 1993. As atas deste último, recentemente publicadas pela Universidad de Alcalá (1994) em edição preparada pelos professores mencionados, apresenta algumas das conferências e todas as comunicações. Representam uma amostra das diversas disciplinas que de um modo ou de outro se interessam pela história da cultura escrita por uma perspectiva mais ampla que a do alfabetismo. Deste modo, Rafael G. Viñas Filloy escreveu sobre o «Collegium luvenum» de Sertorio, Eduardo Gil García sobre o uso das epígrafes em espaços públicos e privados, Concepción Mendo Carmona analisou a educação gráfica de quatro escribas leoneses do século X, Carlos Sáez y María Jesús Vázquez Madruga as genealogias do Monastério de Sobrado nos séculos X e XI, María Luz Mandingorra Llavata os usos privados da escrita na Baixa Idade Média, Antonio Castillo centrou-se na tipologia e função dos livros das igrejas rurais do Campo de Calatrava em fins do século XV, Luis Casado Otaola na gênese documental e a especialização escriturária do clero, Isabel Beceiro Pita aproximou-se da função da leitura nas paróquias castelhanas através dos sínodos baixo-medievais, María del Pilar Rábade Obrado traçou a carreira profissional do escrivão de Madri Alfonso González, Josep Antoni Iglesias estudou as leituras do clero catalão na época baixo-medieval, Robert Cuenca a aculturação de um mourisco valenciano a partir de testemunhos escritos autógrafos, Antonio Caballero García editou o inventário de livros do licenciado Juan Rodríguez de Villena (1552), Virginia Cuñat ocupou-se das relações entre a escritura e a imprensa, María del Val González de la Peña as relações entre o padre Andrés Marcos Burriel e o arquivo da catedral de Sigüenza, Vsevolod Bagno da fortuna dos manuscritos espanhóis na Rússia, José Antonio Ranz Yubero analisou a Paleografia como ciência auxiliar da Toponímia, Joaquín Gómez Pantoja as inscrições latinas de San Esteban de Gormaz e Gian Luca Gregori a inter-relação entre romanização, alfabetização e conservação da memória histórica através dos testemunhos epigráficos dos vales brescianos.

⁹⁹ «Nunca o texto, literário ou documental, pode anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que nos levam às condições mesmas de produção. A relação do texto com a realidade (que talvez possamos definir como aquilo que o texto mesmo objetiva como real ao se constituir em um referente fora de si mesmo) se constrói segundo modelos discursivos e divisões intelectuais próprias a cada situação de escrita», R. CHARTIER, *Historia intelectual e historia de las mentalidades. Trayectorias y preguntas*, em *El mundo como representación*, p. 40 (edição original em inglês, 1982) e *El mundo como representación*, em *Ibidem*, pp. 45-62 (edição original em francês, 1989).

implica a forma discursiva – o texto –¹⁰⁰, mas sem chegar ao extremo, denunciado por Josep Fontana, de substituir «o estudo dos problemas reais dos homens pelo dos discursos que se referem a eles (em ocasiões para ocultá-los)»¹⁰¹;

e) A consciência teórica da importância da história da alfabetização e a subsequente evolução desde os estudos de história da alfabetização até os que propõem a alfabetização na história¹⁰².

Em resumo, o presente da história da alfabetização vem definido pelo estudo interdisciplinar dos usos – públicos e privados, práticos ou simbólicos – da escrita. Antonio Viñao prefere inclusive falar de alfabetizações e define o campo de estudo nos seguintes termos:

El fenómeno a estudiar no es el analfabetismo, como se ha hecho tradicionalmente, sino la alfabetización, sus agentes, objetivos, instrumentos y consecuencias. Esta perspectiva socio-cultural contempla la alfabetización como un fenómeno más amplio que la escolarización. Ambos procesos se insertan en contextos sociales diferentes y sólo en parte coinciden. O sea, la alfabetización ha de ser estudiada a partir del uso social (simbólico, expreso y latente; grupal, corporativo e individual; de producción, mediación y recepción) de las habilidades de leer y escribir (y, en una concepción más completa, de calcular), de su consideración como prácticas sociales organizadas que tienen lugar en contextos de uso específicos, uno de los cuales (y no el más importante) es el escolar. La historia de la alfabetización integra, por tanto, la historia de la lectura y escritura, de la producción y distribución, usos y maneras de la cultura escrita, así como las de las relaciones entre oralidad y escritura, culturas orales y culturas escritas. De ahí que en su escrito se impliquen la historia literaria, la de los modos de comunicación humana, la antropología y la historia socio-cultural.^{103/104}

Paleografia versus Alfabetização

Dentro das coordenadas historiográficas expostas nas páginas precedentes e em função das mais imediatas reflexões sobre o presente e futuro da história da alfabetização, parece evidente que a Paleografia deve reclamar e demonstrar sua virtualidade como uma das disciplinas cujo método e fazer resultam imprescindíveis em qualquer elaboração científica que persiga uma interpretação global e multidisciplinar da história da cultura escrita, não com base em uma perspectiva *evenemencial*, que também se poderia dar, mas social.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, a assimilação destas ideias conta ainda com demasiadas reticências. Influencia primeiramente a inicial vinculação da alfabetização com determinados círculos de antropólogos e historiadores, estes últimos muito apegados à metodologia quantitativa. Também o desconhecimento que, com mais frequência do que deveria, se tem em umas disciplinas em relação aos métodos e possibilidades de outras, inclusive quando ambas podem apresentar certas afinidades em relação ao objeto de

¹⁰⁰ Vid. Hayden WHITE, *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*, Barcelona, Paidós, 1992 (edição original em inglês, 1987).

¹⁰¹ Josep FONTANA, *La historia después del fin de la historia. Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica*, Barcelona, Crítica, 1992, p. 100. A isto mesmo fez referência recentemente Hobsbawn ao criticar «o auge das modas intelectuais “pós-modernistas” nas universidades ocidentais, especialmente nos departamentos de literatura e antropologia, que aludem que todos os “feitos” que reclamam uma existência objetiva são simplesmente construções intelectuais», Eric HOBBSAWN, *La Historia, de nuevo amenazada*, «El Viejo Topo», 72 (fevereiro 1994), p. 78.

¹⁰² Conferir H. J. GRAFF, *Gli studi di storia dell'alfabetizzazione*, pp. 207-213. Mais recentemente fez referência a isso na conferência *Assessing the History of Literacy in the 1990s: Themes and Questions*, pronunciada dentro do curso *Escribir y leer en Occidente*.

¹⁰³ Antonio VIÑAO FRAGO, *Alfabetización e Ilustración*, pp. 278-279. Referente à consideração plural da alfabetização, vid. *Alfabetización y alfabetizaciones*, em *Leer y escribir en España*, pp. 385-410.

¹⁰⁴ [NT] Tradução: “O fenômeno a ser estudado não é o analfabetismo, como se fez tradicionalmente, mas a alfabetização, seus agentes, objetivos, instrumentos e consequências. Esta perspectiva sociocultural contempla a alfabetização como um fenômeno mais amplo que a escolarização. Ambos os processos se inserem em contextos sociais diferentes e somente em parte coincidem. Ou seja, a alfabetização deve ser estudada a partir do uso social (simbólico, expreso e latente; grupal, corporativo e individual; de produção, mediação e recepção) das habilidades de ler e escrever (e, em uma concepção mais completa, de calcular), de sua consideração como práticas sociais organizadas que têm lugar em contextos de usos específicos, um dos quais (e não o mais importante) é o escolar. A história da alfabetização integra, portanto, a história da leitura e da escritura, da produção e distribuição, dos usos e maneiras da cultura escrita, assim como a das relações entre oralidade e escritura, das culturas orais e culturas escritas. Dessa forma, em sua escrita se implicam a história literária, a dos modos de comunicação humana, a antropologia e a história sociocultural”.

estudo. Finalmente, não foram menos determinantes os receios despertados entre a profissão paleográfica pelos novos rumos *versus* a alfabetização, que chegaram a ser interpretados como uma perversão do método próprio da disciplina e a ser qualificados, com intenção de censura, de pressupostos marxistas.

Vejamos, então, os traços principais dessa evolução que levou a Paleografia desde seus originários objetivos baseados na peritagem gráfica, na análise interna dos signos escritos e na fixação dos textos, à atual conceitualização como história social da cultura escrita.

A Paleografia nasce no final do século XVII juntamente com a Diplomática¹⁰⁵ e ingressa no vocabulário científico na *Palaographia Graeca* (1708) de Bernard Montfaucon, companheiro de Mabillon na abadia parisiense de Saint Germain des Près¹⁰⁶, e se converte em ciência autônoma quando se fez indispensável determinar com exatidão o conteúdo dos textos escritos¹⁰⁷.

Na Espanha, o nascimento da Paleografia, como demonstrou Francisco M. Gimeno Blay ao estudar os manuais inéditos e publicados desde 1738 a 1932, esteve determinado pela Ilustração e pela incorporação dos bens senhoriais ao patrimônio real, processo que intensificou o estudo dos documentos antigos e sua transcrição fidedigna como fruto de uma necessidade social, a de certificar e garantir a propriedade das terras em litígio¹⁰⁸.

É certo que a Paleografia compreende tanto a leitura e peritagem ou análise gráfica, quanto a história da escritura¹⁰⁹, mas não é menos importante que a trajetória acadêmica desta disciplina tenha estado monopolizada por uma metodologia de trabalho que somente pretendia responder às demandas provocadas pelas perguntas *o quê, quando, onde e como* se produziram os testemunhos escritos¹¹⁰. A resposta às mesmas permitiu desenvolver uma vasta série de conhecimentos capazes de proporcionar uma leitura crítica dos documentos, datá-los, localizá-los e conhecer as técnicas e procedimentos de sua execução gráfica¹¹¹. Em síntese, uma análise dos documentos em sua existência material mas sem indagar no ser dos mesmos, ou o que é igual na função para a qual foram produzidos.

Scopo della paleografia è, infatti, non solo interpretare esattamente gli antichi manoscritti, ma anche datarli, localizzarli e, in generale, trarre dal loro aspetto esteriore tutti gli elementi utili allo studio del loro contenuto e, su un piano più ampio, alla storia della cultura in genere. Il suo studio comprende pertanto: quello delle materie scritte e degli arnesi usati per scrivere nei vari tempi e nei singoli luoghi; quello della preparazione del codice per ricevere la scrittura e delle forme esteriori dei codici; quello della storia della scrittura alfabetica (paleografia in senso

¹⁰⁵ Os capítulos VIII, IX e XI da obra do beneditino francês Jean MABILLON. *De re diplomática libri sex*, Paris, 1681, podem ser considerados como o primeiro tratado científico de Paleografia ou, segundo escreveu Elisa Ruiz, referindo-se mais concretamente ao capítulo XI (pp. 45-53), como «a primeira exposição doutrinal», Elisa RUIZ. *Hacia una semiología de la escritura*, p. 158.

¹⁰⁶ *Palaographia Graeca, sive de ortu el progressu litterarum Graecarum, et de variis omnium saeculorum scriptionis Graecae generibus: itemq ue de abbreviationibus et de notis variarum artium et disciplinarum. Additis figuris et schematibus ad fidem manuscritorum codicum*, Paris, 1708.

¹⁰⁷ «Ció si potrebbe sprimere in breve dicendo che la paleografia nacque da un'istanza storiografica e fu resa autónoma da un'istanza filologica», Giorgio CENCETTI. *Lineamenti di storia della scrittura latina*, Bologna, 1956, p. 7. [NT]: «Então, poder-se-ia expressar rapidamente dizendo que a paleografia nasceu de uma instância historiográfica e foi convertida em autónoma por uma instância filológica», Giorgio CENCETTI. *Lineamenti di storia della scrittura latina*, Bologna, 1956, p. 7.

¹⁰⁸ *Las llamadas ciencias auxiliares de la historia: ¿errónea interpretación?. (Consideraciones sobre el método de investigación en Paleografía)*, Saragoça, Diputación Provincial: «Institución Fernando el Católico», 1986, p. 24.

¹⁰⁹ Disso diz L. Gilissen que é «a ciência paleográfica por excelência, já que se ocuparia de explicar os fenômenos analisados pela paleografia de peritagem, e de os organizar em um verdadeiro saber estruturado», em *Analyse des écritures. Manuscrits datés et expertise des manuscrits non datés*, em *Les techniques de laboratoire dans l'étude des manuscrits*, Colloque International du Centre National de la Recherche Scientifique (setembro 1972), Paris, Editions du CNRS, 1974 (Coloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique; 518), p. 28. Citado por Agustín MILLARES CARLO. *Tratado de Paleografía Española*, edição de José Manuel Ruiz Asencio, I, Madri, Espasa Calpe, 1983, p. 1.

¹¹⁰ A constatação desta opinião pode ser verificada ao se analisarem as linhas de trabalho que vêm se desenvolvendo dentro do campo da Paleografia. Servem para isso tanto as recopilações bibliográficas como os contínuos *status quaestionis*, alguns deles surgidos recentemente. Vid. Josefina e M^a Dolores MATEU IBARS. *Bibliografía paleográfica*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1974 e *Un secolo di Paleografia*. Referente à Paleografia espanhola as sínteses mais recentes se devem a Francisco M. Gimeno Blay, incluídas no livro anterior, e as diversas conferências - Ángel Canellas López, Manuel Lucas Álvarez, Gimeno Blay, José Trenchs Odena, Santos García Larragueta e María Josefa Sanz Fuertes - que se apresentaram no *III Curso de Estudios Bennassal-Castellò*, publicadas em «AEM», 21 (1992). Recentemente Ángel RIESGO TERREROS, *Datos para la historia de la Paleografía y de su enseñanza como disciplina*, em *Strenae Emmanvele Marrero oblatae. Pars altera*, edição de Gloria Díaz Padilla e Francisco González Luis, La Laguna, Universidad de La Laguna, 1993, pp. 287-298.

¹¹¹ Armando PETRUCCCL *Breve storia della scrittura latina*, pp. 18-20.

stretto); quello dei segni accessori della scrittura alfabetica (interpunzione, numerali, segni ortografici e critici, ecc); quello delle scritture tachigrafiche e brachigrafiche e delle crittografie dell'antichità e del medioevo^{112/113}.

No entanto, os estudos paleográficos assim formulados, apesar de terem evoluído e aperfeiçoado seus métodos, resultavam insuficientes e inadequados às novas demandas derivadas da definição da Paleografia como história da escritura e esta como história das diversas situações de uso da mesma enquadradas em seu contexto sociocultural¹¹⁴. Se desejaria, portanto, uma renovação que fizesse da Paleografia uma verdadeira história da escritura, pensando nesta como «storia de movimenti, di culture, di religioni, di forme statuali, di persuasioni e di sopraffazioni»^{115/116}.

Tal renovação se viu impulsada e favorecida tanto pelo eco de algumas vozes que no seio da Paleografia se alçaram nessa direção, especialmente a de István Hajnal, quanto pelas mudanças experimentadas no discurso histórico ao longo do século, primeiro com a escola ou tradição de «Annales»¹¹⁷, cujos representantes entenderam a história a partir de uma perspectiva global, articulada em torno a três eixos básicos (economia, sociedade e civilização), e logo com a «nouvelle histoire», tão atenta ao estudo das mentalidades, à vida privada ou à história das mulheres. Ademais, se beneficiou das teorias da escritura existentes a partir da linguística e da semiologia (Ferdinand de Saussure, Roland Barthes ou Umberto Eco), da etnologia e etnografia (Claude Lévi-Strauss ou Jack Goody), da sociologia da comunicação (Marshall Mac Luhan) ou da filosofia (Jacques Derrida)¹¹⁸.

Em consonância a esse cúmulo de influências, a escritura começou a ser pensada e estudada como algo mais que um sistema ordenado de signos gráficos, convertendo-se em uma fonte histórica *per se*, de modo que, ao estudar sua função e difusão social em cada momento histórico, se podia alcançar um conhecimento mais integral do passado, em particular ressaltando o devir humano como a luta de uma maioria por se apropriar de um veículo de comunicação monopolizado pelas classes dominantes.

Detectadas as deficiências do método tradicional com vistas à conceptualização da Paleografia como uma disciplina mais científica e menos auxiliar, sua contribuição ao estudo da alfabetização na história, habitualmente expressa sob o termo *alfabetismo e cultura escrita*, surge, segundo Armando Petrucci, quando, ao analisar a escritura, os estudiosos desta disciplina se dão conta das limitações científicas impostas pelas questões fundamentais as quais havia tratado de responder a Paleografia tradicional, isto é, o *o quê, quando, onde e como se redigiram os testemunhos escritos, seja qual for o suporte* (livros, documentos, inscrições, filactérios, vasos, etc.).

Vimos páginas atrás que desde o século XVIII e sobretudo ao longo da primeira metade do XX diversos autores se pronunciaram pela definição da Paleografia como história da escritura, e, enquanto tal, alguns deles – István Hajnal – esboçaram as primeiras ideias em relação à interdependência entre a escritura e a sociedade. No entanto, a maior parte dos paleógrafos continuou a se exercitar como peritos especialistas na análise sincrônica e diacrônica dos tipos gráficos e como editores de grandes coleções documentais.

Partindo dessas deficiências estruturais e tratando de superar os limites tradicionais ao que conduzia o método paleográfico tradicional, Armando Petrucci manifestou nesse momento sua vocação renovadora em 1962

¹¹² Giorgio CENCETTI. *Paleografia latina*, editado por Paola Supino Martini com bibliografia aggiornata e tavole, Roma, Jouvence, 1978, pp. 7-8. Reimpressão do *Compendio de Paleografia latina*, Nápoles, 1963. [NT]: Giorgio CENCETTI. *Paleografia latina*, editado por Paola Supino Martini com bibliografia atualizada e lâminas, Roma, Jouvence, 1978, pp. 7-8. Reimpressão do *Compendio de Paleografia latina*, Nápoles, 1963.

¹¹³ [NT] Tradução: O objetivo da paleografia é, na verdade, não só interpretar precisamente os antigos manuscritos, mas também datá-los, localizá-los e, de modo geral, apontar, a partir de sua materialidade exógena, todos os elementos úteis para o estudo do seu conteúdo e, num plano mais amplo, para a história da cultura em geral. Seu estudo compreende, portanto: o que se refere aos materiais escriptoriais e aos instrumentos usados para escrever em vários momentos e em certos locais; a preparação do códice para receber a escrita bem o conhecimento de sua constituição material; a história da escrita alfabética (paleografia *stricto sensu*); os sinais acessórios da escrita alfabética (pontuação, numerais, sinais ortográficos e diacríticos, etc); os registros taquigráficos e braquigráficos e criptografias da Antiguidade e da Idade Média.

¹¹⁴ A. PETRUCCI. *Breve storia della scrittura*, p. 20.

¹¹⁵ Giorgio R. CARDONA. *Storia universale della scrittura*, p. 9.

¹¹⁶ [NT] Tradução: «história dos movimentos, culturas, religiões, formas de estado, de persuasão e opressão».

¹¹⁷ Introduzimos este matiz a partir das declarações de Roger Chartier no sentido de que “já não se pode falar de escola dos *Anuales*”, em «Representaciones y prácticas culturales en la Europa Moderna. Conversación con Roger Chartier», *Manuscrits*, 11 (1993). p. 39

¹¹⁸ A estes autores faz referência Albert d'HAENENS, *Écrire, utiliser et conserver des textes pendant 1500 ans: la relation occidentale à l'écriture*, «SC», 7 (1983), pp. 232-234.

ao estudar os *graffiti* de Condatomagos, de origem humilde e testemunho da escritura “usual” romana do século I de nossa era¹¹⁹.

O que naquele momento não era mais do que uma declaração de intenções, adquiriu sua primeira e significativa sistematização teórico-metodológica poucos anos depois dentro de um estudo sobre a escritura e o livro na Itália alto-medieval. Ali expôs seus argumentos em relação aos caminhos seguidos pela Paleografia e traçou as coordenadas conceituais dos novos caminhos que tal disciplina devia seguir para sair do isolamento erudito no qual se encontrava imersa. Suas reflexões se plasmaram incorporando ao questionário metodológico da Paleografia duas novas perguntas – *quem escreve, por que o faz* – que implicaram um giro substancial na interpretação paleográfica dos produtos escritos e deram a tal disciplina uma dimensão mais científica, convertendo-a em um recurso mais encaminhado a que a história efetivamente possa «apreender o passado do homem em sua totalidade, em toda sua complexidade e sua inteira riqueza»¹²⁰. Deixemos agora que seja o mesmo Petrucci quem nos explique com suas palavras:

Ma a noi sembra che il metodo di studio delle scritture altomedievali impostato principalmente sull'analisi grafica delle scritture stesse abbia ormai già raggiunto, in questo particolare terreno di ricerca, i risultati migliori, e sia incapace di andare oltre. Ormai, insomma, sappiamo in che modo venivano scritti libri e documenti nell'Europa altomedievale, e possiamo sapere, entro certi limiti, dove e quando venivano usate determinate scritture. Ma ad altre domande non sappiamo rispondere, forse perché non ce le siamo mai poste, o perché non ce le siamo poste abbastanza; **e sono le domande non già del come, del dove e del quando, ma del chi e del perché.** L'impostazione stessa di queste domande rovescia, in un certo senso, il metodo tradizionale della paleografia, non soltanto perché considera la scrittura nell'ambito della società che l'ha prodotta (il che è già compito di una paleografia genericamente storicista), ma soprattutto perché, invece di partire propriamente allo studio delle forme grafiche per collegare poi queste ultime ad altre manifestazioni della società coeva, intende partire propriamente dallo studio del significato che una determinata società, formata necessariamente di scriventi e di non scriventi, attribuiva alla scrittura, e dalla conoscenza del numero e della qualità degli scriventi in quella determinata società; per collegare poi ai risultati di queste ricerche lo studio di tutte le forme grafiche prodotte da quella società nella loro varietà e nel loro complesso, e spiegare con la logica di tale collegamento e di tale confronto gli atteggiamenti generali di quella società stessa rispetto alla scrittura ed alla cultura, e viceversa, le particolarità delle forme grafiche adottate, i loro mutamenti, le influenze stilistiche da esse subite o essercitate^{121/122}.

Mais do que possamos dizer nós, a longa citação anterior reflete com suficiente clareza até onde se havia chegado com a metodologia tradicional e o que se podia esperar das novas propostas de Petrucci.

¹¹⁹ *Per la storia della scrittura romana: i graffiti di Condatomagos*, «BAPL», Terza serie, I (1962), pp. 85-132 + 3 tavv. Pouco depois insistiu na necessidade de estudar as escrituras usuais como meio para se chegar a um melhor conhecimento da cultura e da sociedade medieval na recensão da tese de Jacques STIENNON [*L'écriture diplomatique dans la diocèse du Liège du XI^e au milieu du XIII^e siècle. Reflet d'une civilisation*, Paris, 1980], publicada em «BAPL», Terza serie, II-III (1963-1964), pp. 117-119.

¹²⁰ Henri-Irénée MARROU, *Qu'est-ce que l'histoire?*, em Ch. SAMARAN. *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1969, p. 3. Citado por F. S. CARDOSO e H. PÉREZ BRIGNOLI. *Los métodos de la historia. Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*, Barcelona, Grijalbo, 1977, p. 25.

¹²¹ *Scrittura e libro nell'Italia altomedievale. Il sesto secolo*, «SM», X/2 (1969), pp. 157-158. Posteriormente em *Breve storia della scrittura latina*, pp. 20-21. O negrito é nosso.

¹²² [NT] Tradução: Mas parece-nos que o método de estudo das escritas da Alta Idade Média, estabelecido principalmente com base na análise gráfica das próprias escritas, já alcançaram, até agora, neste campo específico de pesquisa, melhores resultados e foram capazes de ir além do que já se sabia. Até o presente momento, então, sabemos como foram escritos livros e documentos do início da Europa medieval, e podemos saber, dentro de certos limites, onde e quando foram usadas certas escritas. Mas não sabemos responder a outras indagações, talvez porque não as estamos fazendo mais ou porque não as estamos fazendo de modo suficiente; **e já não são perguntas sobre o como, o onde e o quando, mas sobre quem e por que.** O estabelecimento dessas mesmas perguntas desconstrói, de um certo modo, o método tradicional da paleografia, não só porque considera a escrita no âmbito da sociedade que a produziu (o que desde sempre foi tarefa de uma paleografia historicista), mas sobretudo porque, em vez de começar diretamente pelo estudo de formas gráficas para, em seguida, conectá-las a outras manifestações da sociedade contemporânea, pretende iniciar, de modo mais apropriado, pelo estudo do significado que uma dada sociedade, formada por indivíduos que sabem escrever e também pelos que não o sabem, atribuiu à escrita; e pelo conhecimento da quantidade e da qualidade daqueles que sabiam escrever dentro daquela sociedade, para posteriormente correlacionar aos resultados dessa investigação, o estudo de todas as formas gráficas produzidas por aquela sociedade, na sua variedade e na sua complexidade, e explicar, a partir dessa correlação e comparação, as atitudes gerais daquela mesma sociedade em relação à escrita e à cultura, e vice-versa, as particularidades das formas gráficas adotadas, suas mudanças, as influências estilísticas geradas pelas mudanças ou hábitos.

Pode-se dizer que é nesse momento quando nasce a Paleografia como história da escrita¹²³ ou, mais propriamente, como história social da mesma¹²⁴, superando assim a visão estruturalista de Giorgio Cencetti, quem tratou de explicar as tendências gráficas atribuindo-as a fatores endógenos da escrita, ou a «economia scrittoria» de Costamagna¹²⁵.

A apresentação em sociedade desta nova Paleografia, a «paleografia selvaggia» como denomina Vittorio De Donato, teve seu primeiro ato importante em 1977 com a celebração do seminário sobre *Alfabetismo e cultura scritta* e a publicação do primeiro número da revista *Scrittura e Civiltà*, dirigida pelos paleógrafos Guglielmo Cavallo, Armando Petrucci e Alessandro Pratesi.

Do seminário e sua transcendência já tratamos, mas gostaríamos de retomá-lo agora para trazer à discussão as palavras com as quais Bartoli Langeli expôs os objetivos do encontro e a posição da Paleografia entre os mesmos:

Primo, come paleografi, immettere gli studi di paleografia in un circuito di interessi e motivazioni storiche più ampio e significativo di questo che li ha finora in gran parte alimentato, contribuendo non solo a valorizzare, ma soprattutto a rinsanguare e allargare la metodologia, gli strumenti, il campo d'indagine della nostra disciplina.

Secondo, avviare un discorso comune sulla scrittura e sulle sue implicazioni socio-culturali, facendo confrontare sul terreno delle proposte di método i diversi punti di vista dai quali il fenomeno è stato o può essere studiato; operazione tanto più necessaria in quanto tali punti di vista sono molti, almeno a considerare i comparti disciplinari che direttamente o indirettamente convergono sulla scrittura.

Terzo, far prendere coscienza che lo studio della scrittura non può continuare ad essere affidato a discipline specialistiche, fra l'altro difficilmente comunicanti, ma deve essere affrontato in una valutazione storica complessiva: proporre in sostanza agli storici un campo de lavoro le cui potenzialità lo stalo degli studio è ben lontano dall'aver saggiato sistematicamente^{126/127}.

Por sua parte, *Scrittura e Civiltà* nasceu depois de constatar a crescente preocupação que, no seio da história da escrita latina e grega, se estava produzindo em relação à geração de um discurso mais crítico e global sobre a escrita, pelo que se dirigia não somente aos paleógrafos mas a todos aqueles que tiveram algo a ver com os testemunhos escritos do passado e compartilharam «l'ambizione di contribuire ad una più completa conoscenza, costruita appunto in termini storici, di quello che forse è il più complesso ed arduo strumento espressivo che l'uomo abbia saputo darse nei secoli: la scrittura»^{128/129}.

Aprofundando nessa direção apareceram nos últimos lustros numerosos trabalhos que vieram a demonstrar a validade do método paleográfico na análise da função e extensão social da escrita ou do nível de

¹²³ «... a la paleografía, dunque, innanzi tutto; o meglio quella disciplina che si usa chiamare ancora così e che senz'altro sarebbe opportuno denominare storia della scrittura, per sgombrare il campo da ogni residuo equivoco di limitazione strumentale», na apresentação de «SC», 1 (1977), p. 6. [NT] Tradução: «... à paleografia, então, antes de tudo; ou melhor aquela disciplina que se ainda se denomina desse modo e que, certamente, seria mais correto denominar de história da escrita, para afastar a disciplina de qualquer mal-entendido remanescente de limitações instrumentais», na apresentação de «SC», 1 (1977), p. 6.

¹²⁴ A. BARTOLI LANGELI, *Intervento di apertura*, p. 20, nota 21.

¹²⁵ *Paleografia latina. Comunicazione e tecnica scrittoria*, em *Introduzione allo studio della storia*, editado por L. Bulferetti, Milão, 1970, pp. 395-400. Citado por A. BARTOLI LANGELI, *Intervento di apertura*, p. 20.

¹²⁶ A. BARTOLI LANGELI, *Intervento di apertura*, pp. 11-12.

¹²⁷ [NT] Tradução: Primeiro, como paleógrafos, introduzamos os estudos de Paleografia em um circuito de interesses e razões históricas mais amplo e significativo do que este que tem, até agora, o alimentado em grande parte, contribuindo não só para sua valorização, mas especialmente para revitalizar e ampliar a metodologia, as ferramentas, o campo de investigação da nossa disciplina. Em segundo lugar, lancem um discurso comum sobre a escrita e sobre suas implicações sócio-culturais, fazendo comparações no terreno das propostas de método dos diferentes pontos de vista dos quais o fenômeno foi ou pode ser estudado; operação ainda mais necessária nos casos em que esses pontos de vista são muitos, pelo menos, a considerar as diferentes disciplinas que direta ou indiretamente convergem no estudo sobre a escrita. Em terceiro lugar, tornem as pessoas conscientes de que o estudo da escrita não pode continuar a ser confiado a disciplinas especializadas, que às vezes mal se comunicam, mas deve ser abordado sob uma avaliação histórica geral: proponham essencialmente aos historiadores um campo de trabalho cujo potencial do estado do estudo está longe de ter sido testado de forma sistemática.

¹²⁸ «SC», 1 (1977), Apresentação.

¹²⁹ [NT] Tradução: “a ambição de contribuir para uma compreensão mais completa, construída justamente em termos históricos, daquilo que talvez seja o mais complexo e difícil instrumento expressivo que o homem soube legar a ele mesmo através dos séculos: a escrita”.

educação gráfica que refletem os documentos escritos, muitas vezes não levada em consideração pelos historiadores da alfabetização.

Sem pretender ser exaustivos, distinguiremos algumas das linhas específicas de trabalho que se propuseram a partir do âmbito paleográfico nas últimas décadas, centrando-nos para isso na produção italiana e espanhola por serem estes os países nos quais as propostas de Petrucci tiveram mais aceitação.

A este autor devemos naturalmente que fosse o primeiro em propor a renovação da Paleografia e elaborasse os traços da mesma. A eles voltou em repetidas ocasiões, dentro de seu contínuo refletir sobre a trajetória historiográfica da Paleografia, inclusive da Diplomática e da Codicologia¹³⁰ e especialmente quando o fez sobre os objetivos e métodos do alfabetismo e da cultura escrita¹³¹. Junto a suas brilhantes sínteses globais sobre a função das escrituras expostas na história¹³², a cultura escrita na Itália do século XI ao XVIII¹³³, a realidade da escritura e do alfabetismo no mundo de hoje¹³⁴ ou a mais recente e pedagógica sobre os testemunhos escritos no medievo italiano¹³⁵, é autor de um longo e variado número de artigos de investigação, nos quais demonstrou uma estimável versatilidade. Assim se interessou pelos processos de intermediação gráfica ou escritura delegada¹³⁶, a dialética escrituras populares – escrituras criminais¹³⁷ e constantemente pela função da escrita, o alfabetismo e a educação gráfica nos diversos períodos da história italiana: época romana¹³⁸, Itália alto-medieval¹³⁹, baixo-medieval¹⁴⁰, humanístico-renascentista¹⁴¹, barroca¹⁴² ou contemporânea¹⁴³. Outras vezes se interessou pelas escrituras pessoais¹⁴⁴. Mais especificamente enfocados na “scrittura del testo”, na leitura e no livro são seus trabalhos sobre a estrutura dos manuscritos, as relações entre estes e os impressos, a tipologia livreira no

¹³⁰ *La Paleografia latina in Italia dalla scuola; Paleografia, Diplomatica, Codicologia*, em *La storiografia degli ultimi vent'anni. I, Antichità e Medioevo*, editado por L. De Rosa, Roma-Bari, Laterza, 1989.

¹³¹ *Per la storia dell'alfabetismo e della cultura scritta: metodi-materiali-quesiti*, em *Alfabetismo e cultura scritta*, pp. 33-47; *Funzione della scrittura e terminologia paleografica*, pp. 1-30; *Prospettive di ricerca e problemi di metodo per una storia qualitativa dell'alfabetismo*, em *Sulle vie della scrittura*, pp. 21-37; *David Cressy: Sull'alfabetismo in Inghilterra*, «QS», 51(1982), pp. 1129-1133; *I documenti privati come fonte per lo studio dell'alfabetismo e della cultura scritta*, em *Gli atti privati nel tardo medioevo: fonti per la storia sociale*, editado por Paolo Brezzi e Egniont Lee, Roma Istituto di Studi Romani, 1984, pp. 251-266; *La scrittura riprodotta*, «SC», 8 (1984).

¹³² *La scrittura tra ideologia e rappresentazione*, em *Storia dell'arte italiana*, IX, 1, Turim, 1980, pp. 3-123, agora em *La scrittura. Ideologia e rappresentazione*, Turim, Einaudi, 1986.

¹³³ *Storia e geografia delle culture scritte (dal secolo XI al secolo XVIII)*, em *Letteratura italiana, II, Storia e Geografia, II, L'età moderna*, editado por A. Asor Rosa, Turim, Einaudi, 1988, pp. 1193-1292.

¹³⁴ *Scrivere e no. Politiche della scrittura e analfabetismo nel mondo d'oggi*, Roma, Editori Riuniti, 1987.

¹³⁵ *Medievo da leggere. Guida allo studio delle testimonianze scritte del Medioevo italiano*, Turim, Einaudi, 1992. Uma resenha deste livro preparada por Antonio Castillo constará em «AEM», 23 (1993).

¹³⁶ *Scrivere per gli altri*, «SC», 13 (1989), pp. 475-487, agora também em *Istruzione, alfabetismo, scrittura*, pp. 61-74.

¹³⁷ *Scritture popolari-scritture criminali nell'Archivio di Stato di Roma*, «Notizie», [2] (setembro 1981), pp. 23-25.

¹³⁸ *Per la storia della scrittura romana; Nuove osservazioni sulle origini della B minuscola nella scrittura romana*, «BAPL», II-III (1963-1964), pp. 55-72.

¹³⁹ Nos remetemos a Armando PETRUCCI - Carlo ROMEO. «*Scriptores in uribus*». *Alfabetismo e cultura scritta nell'Italia altomedievale*, Bolonha, il Mulino, 1992, recopilação de vários trabalhos de Petrucci sobre o tema, alguns de Romeo e outros de ambos. Conferir a resenha deste livro que se publicou no presente número de *Signo*, realizada por Antonio Castillo.

¹⁴⁰ *Scrivere a Manfredonia nel 1325*, em *Della Capitanata e del Mezzogiorno. Studi per Pasquale Soccio*, editado por A. Molta, Manduria, 1987, pp. 129-133; A. PETRUCCI e Luisa MIGLIO, *Alfabetizzazione e organizzazione scolastica nella Toscana del XIV secolo*, em *La Toscana nel secolo XIV. Caratteri di una civiltà regionale*, editado por Sergio Gensini, Pisa, Pacini Editore, 1988, pp. 465-484.

¹⁴¹ *Scrittura e cultura nell'Umanesimo italiano*, «Cultura e Scuola», 10 (1964), pp. 5-12, renovado em «*Anticamente moderni e modernamente antichi*», em *Libri, scrittura e pubblico nel Rinascimento. Guida storica e critica*, editado por Armando Petrucci, Roma-Bari, Laterza, 1979, pp. 21-36; *Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo Cinquecento: da un libretto di conti di Maddalena pizzicolaro in Trastevere*, «SC», 2 (1978), pp. 163-207; *Problemi di storia dell'alfabetismo nella Roma rinascimentale e moderna. L'approccio qualitativo*, «Notizie», [5] (março 1984), pp. 1-2; *Potere, spazi urbani e scritture esposte: proposte ed esempi*, em *Culture et idéologie dans la genèse de l'Etat moderne*, Roma, École Française, 1985, pp. 85-97; *Per una strategia della mediazione grafica nel Cinquecento italiano*, «Archivio Storico Italiano», CXLIV (1986), pp. 97-112; *Pouvoir de l'écriture, pouvoir sur l'écriture dans la Renaissance italienne*, «Annales», 43 (1988), pp. 823-847; *Scrivere nel Cinquecento: la norma e l'uso fra Italia e Spagna*, em *El Libro Antiguo Español. Actas del segundo Coloquio Internacional*, edição de María Luisa López Vidriero e Pedro M. Cátedra, Salamanca, Publicaciones de la Universidad de Salamanca; Biblioteca Nacional de Madrid; Sociedad Española de Historia del Libro, 1992, pp. 355-366; «*L'antiche e le moderne carte: imitatio e renovatio nella riforma grafica umanistica*», em *Renaissance-und Humanistenhandschriften*, Schriften des Historischen Kollegs Kolloquien 13, Oldenbourg, pp. 1-12.

¹⁴² *Scrivere a Roma nel seicento: chi, cosa, perché*, em *Italia linguistica: idee, storia, strutture*, Bolonha, il Mulino, 1983, pp. 241-245; além da edição *Scrittura e popolo nella Roma barocca (1585-1721)*, Roma, Quasar, 1982.

¹⁴³ *L'altra storia: le scritte murali*, em *Lavoro e cultura nella storia del movimento di lotta romani dal dopoguerra ad oggi*, Roma, Università degli Studi, 1984, pp. 17-37.

¹⁴⁴ *La scrittura di Francesco Petrarca*, Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1967; *Libro e scrittura in Francesco Petrarca*, em *Libri, scrittura e pubblico*, pp. 3-20; *Notta sulla scrittura di Angela Mellini*, «QS», XIV (1979), pp. 640-643.

Renascimento e algum estudo sobre bibliotecas¹⁴⁵. À sua produção particular se acrescenta o labor que realizou como editor de algumas recopilações¹⁴⁶, organizador de congressos (Perúgia, Érice) ou responsável por revistas (*Scrittura e Civiltà*, *Notizie*, *Alfabetismo e cultura scritta*) e coleções editoriais (*Biblioteca di Scrittura e Civiltà*).

Attilio Bartoli Langeli foi junto a Petrucci um dos impulsionadores dos estudos sobre alfabetismo e cultura escrita na Itália, organizador do seminário de Perúgia e corresponsável pelas duas revistas nascidas como fruto desse mesmo projeto. Junto a essa faceta e sua intervenção na edição de algumas obras coletivas¹⁴⁷, seu labor científico se ocupou, por um lado, da reflexão sobre a Paleografia, a história da escritura e o alfabetismo qualitativo¹⁴⁸, e, por outro, do estudo do livro, a escritura e os processos de educação gráfica no Quatrocentos e Quinhentos (séculos XV e XVI), particularmente a partir da análise da matrícula da confraria do Santo Anello de Perúgia¹⁴⁹.

Guglielmo Cavallo, assim como grandes especialistas na paleografia grega, centrou suas áreas de estudo na problemática que envolve o livro e a escritura na Antiguidade tardia, o mundo bizantino e os séculos iniciais da

¹⁴⁵ *Alle origini del libro moderno. Libri da banco, libri da bisaccia, libretti da mano*, «Italia Medioevale e Umanistica», XII (1969), pp. 295-313, agora também em *Libri, scrittura e pubblico*, pp. 137-156; «La concezione cristiana del libro fra VI e VII secolo», em *Scrittura e libro nell'Italia altomedievale*, «SM», 3° serie, XIV (1973), pp. 961-984, agora em *Libri e lettori nel Medioevo. Guida storica e critica*, editado por Guglielmo Cavallo, Roma-Bari, Laterza, 1989 (edição original, 1977), pp. 3-26; *Il libro manoscritto*, em *Letteratura italiana*, II, *Produzione e consumo*, editado por A. Asor Rosa, Turim, Einaudi, 1983, pp. 519-622; *Typologie du livre et de la lecture dans l'Italie de la Renaissance: de Petrarque à Politien*, em *From Script to book. A Symposium*, edição Hans Bekker-Nielsen, Marianne Borch e Bengt Algot Sorensen, Odense, Odense University Press, 1983, pp. 127-139; *La descrizione del manoscritto. Storia, problemi, modelli*. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1984; *Lire au Moyen Âge*, «Mélanges de l'École Française de Rome/Moyen Âge-Temps Modernes», 96 (1984), pp. 603-616 [*La lectura en la Edad Media*, «Ilargi», I (1988), pp. 293-315]; *La scrittura del testo*, em *Letteratura italiana*, 4, *L'interpretazione*, editado por A. Asor Rosa, Turim, Einaudi, 1985, pp. 283-308 + 40 lâminas; *Introduzione: Per una nuova storia del libro*, em Lucien FEBVRE e H. J. MARTIN, *La nascita del libro*, Roma-Bari, Laterza, 1985, pp. VII-XLVIII; *Biblioteca, libri, scritture nella Napoli aragonese*, em *Le biblioteche nel mondo antico e medievale*, editado por Guglielmo Cavallo, Roma-Bari, Laterza, 1989 (2° edição, edição original, 1988), pp. 187-202; *Dalla minuta al manoscritto d'autore*, em *Lo spazio letterario del Medioevo*, 1. *Il Medioevo latino*, direção G. Cavallo, Claudio Leonardi e Enrico Menestó, vol. I. *La produzione del testo*, tomo I, Roma, Salerno Editrice, 1992, pp. 353-372.

¹⁴⁶ *Libri, editori e pubblico nell'Europa Moderna. Guida storica e critica*, Bari, Laterza, 1977 (*Libros, editores y público en la Europa Moderna*, Valência, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació: Edicions Alfons el Magnànim, 1990) e *Libri, scrittura e pubblico nel Rinascimento. Guida storica e critica*, Bari, Laterza, 1979.

¹⁴⁷ *Istruzione, scrittura, alfabetismo*.

¹⁴⁸ *Ancora su Paleografia e storia della scrittura: a proposito de un convegno perugino*, «SC», 2 (1978), pp. 275-294; *Storia dell'alfabetismo e storia della scrittura: Questioni di metodo*, em «Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia. 2. Studi Storico-Antropologici», volume XXVI, nuova serie, volumen XII (1988-1989), pp. 217-237, agora em *Storia dell'alfabetismo e metodo quantitativo*, «AEM», 21 (1991), pp. 347-367.

¹⁴⁹ *Scritture e città nel Quattrocento italiano. Le scritte collettive a Perugia*, em «Notizie», [4] (novembro 1982), pp. 4-9; *Culture grafiche e competenze testuali nel Quattro-Cinquecento italiano*, em «Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia. 2. Studi Storico-Antropologici», volume XVIII, nuova serie, volumen IV (1980-1981), pp. 75-87 e em *Retorica e classi sociali. Atti del IX Convegno Interuniversitario di Studi* (Bressanone, 1981), editado por M. A. Cortelazzo, Pádua, 1983, pp. 83-94; *Scrittura, libro, alfabetismo (e linguistica) nel Rinascimento italiano*, em «Schifanoia. Notizie dell'Istituto di Studi Rinascimentali di Ferrara», 2 (1986), pp. 96-100; *Storia dell'alfabetismo come storia degli scriventi: Gli usi della scrittura in Italia tra Medioevo ed Età Moderna*, Florença, Università: Departamenti di Storia, 1989, 23 páginas. (Lezioni/Strumenti; 1); *Scrittura e parentela. Autografia collettiva, scritture personali, rapporti familiari in una fonte italiana quattrocentesca*, Bréscia, Grafo, 1989 e com breves modificações em *Scrittura e parentela. Gli scriventi apparentati in una fonte italiana quattro-cinquecentesca*, em *Istruzione, alfabetismo, scrittura*, pp. 75-108 [Destes dois últimos trabalhos Antonio Castillo preparou uma resenha que constará em «AEM», 23 (1993)]; *Il libro manoscritto e a stampa*, em *L'italiano nelle regioni. Lingua nazionale e identità regionali*, editado por Francesco Brani, Turim, Utet, 1992, pp. 941-977.

Idade Média¹⁵⁰, além de sua responsabilidade como editor de outras publicações¹⁵¹, a direção compartilhada, com Petrucci e Pratesi, da revista *Scrittura e Civiltà* e a consequente *Biblioteca di Scrittura e Civiltà* ou seu labor como codiretor junto a J. O. Tjäder da *International School for the Study of Written Records* que organiza anualmente um curso em Érice (Itália) sobre as diversas problemáticas que afetam a história da cultura escrita.

Por último, não podemos deixar de citar outros autores que seguiram o caminho marcado pelos anteriores: Paola Supino Martini, cujas investigações se centram, entre outros temas de interesse, na escritura e no alfabetismo na Itália alto-medieval¹⁵²; Carlo Romeo que colaborou em diversos trabalhos sobre o mesmo período com Petrucci e também se interessou pela escritura dos servos na Roma barroca¹⁵³; Luisa Miglio, cujas inquietações versam sobre a escritura em vulgar e a produção escrita da época dos Medici, destacando-se ultimamente por sua aproximação à educação gráfica e à cultura e mentalidade subjacentes nas cartas das mulheres da família Medici¹⁵⁴; e Angela Frascadore, que, diferentemente dos anteriores, estuda o alfabetismo e a educação gráfica na Idade Moderna¹⁵⁵. Se a estes somamos outros que também se interessaram pela escritura e pelo alfabetismo – Marco Palma, Laura Antonucci, M. Galante ou Fabio Troncarelli¹⁵⁶ – e determinados eventos organizados especificamente por estudiosos da cultura escrita¹⁵⁷, constatamos uma rica e crescente produção científica que permitiu, por exemplo, a elaboração de uma interessante síntese sobre o papel da documentação escrita na estruturação política, religiosa, econômica ou cultural da Itália Medieval¹⁵⁸.

¹⁵⁰ *Ricerche sulla maiuscola biblica*, Florença, Le Monier, 1967; *Struttura e articolazione della minuscola beneventana libraria tra i secoli X-XII*, «SM», 3ª série, XI (1970), pp. 343-368; *Libro e pubblico alla fine del mondo antico*, em *Libri, editori e pubblico nel mondo antico. Guida storica e critica*, Roma-Bari, Laterza, 1984 (3ª edição revisada; 1ª edição 1975), pp. 81-132; e 149-162 (notas); *La produzione di manoscritti greci in Occidente tra età tardoantica e alto medioevo. Note ed ipotesi*, «SC», I (1977); *Aspetti della produzione libraria nell'Italia meridionale longobarda*, em *Libri e lettori nel Medioevo. Guida storica e critica*, editado por G. Cavallo, Roma-Bari, Laterza, 1989 (edição original 1977), pp. 99-129; *La tradizione scritta della cultura greca antica in Calabria e in Sicilia tra i secoli X-XV*. Consistenza, tipologia, fruizione, «SC», 4 (1980); *Libri greci e resistenza etnica in Terra d'Otranto*, em *Libri e lettori nel mondo bizantino. Guida storica e critica*, Roma-Bari, Laterza, 1982, pp. 155-178 e 223-227 (notas); *I rotoli di Ercolano come prodotti scritti. Quattro riflessioni*, «SC», 8 (1984); *La scrittura beneventana. Struttura grafica e ideologia politica*, em *Civiltà del Mezzogiorno. I principati longobardi*, Milão, 1982, pp. 159-166; *Libri e continuità della cultura antica in età barbarica*, em *Magistra Barbaritas*, editado por G. Pugliese Carratelli, Milão, Scheiwiller, 1987, pp. 603-622; *Dallo «scriptorium» senza biblioteca alla biblioteca senza «scriptorium»*, em *Dall'eremo al cenobio*. Milão, Scheiwiller, 1987, pp. 329-422; *Scuola, scriptorium, biblioteca a Cesarea*, em *Le biblioteche nel mondo antico e medievale*, pp. 65-78; e em colaboração com F. MAGISTRALE, *Libri e scritture del diritto nell'età di Giustiniano*, em *Il mondo del diritto nell'epoca giustiniana. Caratteri e problematiche*, Ravenna, 1985, pp. 43-58.

¹⁵¹ As citadas em *Lo spazio letterario del Medioevo*, *Libri e lettori nel Medioevo*, *Le biblioteche nel mondo antico e medievale*, *Libri e lettori nel mondo bizantino*, *Libri, editori e pubblico nel mondo antico e Scritture, libri e testi nelle aree provinciali di Bisanzio*, Atti del seminario di Érice (18-24 setembro 1988), editado por G. Cavallo, G. De Gregorio e Marilena Maniaci, Centro Italiano di studi sull'Alto Medioevo, Espoleto 1991.

¹⁵² *Per lo studio delle scritture altomedievali ilaliane: la collezione canonica chietina (Vat. Reg. lat. 1997)*, «SC», I (1977); *Materiali ed ipotesi per una storia della cultura scritta nella Roma del IX secolo*, «SC», 2 (1978), em colaboração com A. PETRUCCI; *Roma e l'area grafica romana (secoli X-XII)*, Alessandria, Edizioni dell'Orso, 1987; *La scrittura delle Scritture*, «SC», 12 (1988); *Analfabetismo e sottoscrizioni testimoniali al documento privato dell'Italia centrale (sec. VIII)*, em *Escribir y leer en Occidente*, inédito.

¹⁵³ «*Scriptores in urbibus*»; *Sottoscrizioni autografe e alfabetismo a Roma fra X e XI secolo*, «Notizie», [1] (março 1980), pp. 5-8; *Servi e scrittura: Scandagli nella Roma barocca*, em *Sulle vie della scrittura*, pp. 619-627.

¹⁵⁴ *Considerazioni ed ipotesi sul libro «borghese» italiano del Trecento*, «SC», 3 (1979); *L'avventura grafica di Iacopo Cocchi-Donati, funzionario medico e copista (1411-1479)*, «SC», 6 (1982); *L'altra metà della scrittura: scrivere il volgare (all'origine delle corsive mercantili)*, «SC», 10 (1986); *Scrivere al femminile*, em *Escribir y leer en Occidente*, inédito.

¹⁵⁵ *Un'indagine su alfabetismo e cultura scritta: San Pietro in Galatina alla fine del 500*, em «SC», 5 (1981), pp. 199-229; *Livelli di alfabetizzazione e cultura grafica a Lecce intorno alla metà del XVII secolo (1640-1659)*, em *Istruzione, alfabetismo, scrittura*, pp. 109-148 e em *Sulle vie della scrittura*, pp. 177-226; *Donne e scrittura a Lecce nel XVIII secolo*, «ACS», nuova série, 2 (1989), pp. 31-45.

¹⁵⁶ Seus trabalhos estão publicados em «SC». Ademais conferir de Fabio TRONCARELLI. *Boethiana Aetas. Modelli grafici e fortuna manoscritta della «Consolatio Philosophiae» tra IX e XII secolo*, Alessandria, Edizioni dell'Orso, 1987.

¹⁵⁷ Aos já citados acrescentamos *Scrittura, alfabetismo e produzione documentaria nell'Italia meridionale (secoli XI-XIV)*, Carini 21-26 de outubro de 1985, organizado pela Officina di Studi Medievali de Palermo [Resenha de Claudia Oliva em «Schede Medievali», 10 (1986), pp. 263-267]; os cursos anuais da «International School for the Study of Written Records» – Ettore Majorana Centre for Scientific Culture em Érice (Sicília) –, especialmente o 2º, dedicado ao tema «*Writing and reading: models and applications in modern Europe (16th-18th centuries)*», celebrado de 17 a 22 de setembro de 1989; ou *Civiltà comunale: libro, scrittura, documento*, Atti del Convegno (Gênova, 8-11 novembro 1988), Gênova, Società Ligure di Storia Patria, 1989.

¹⁵⁸ Nos referimos à obra de Paolo CAMMAROSANO. *Italia Medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*, Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1991, da qual em março de 1992, cinco meses depois da primeira edição, apareceu uma reimpressão. Deste mesmo autor pode-se conferir *Tradizione documentaria e storia cittadina. Introduzione al «Caleffo Vecchio» del Comune di Siena*, Siena, Accademia Senese degli intronati, 1988.

O outro grande mérito da renovação paleográfica italiana, à parte da indiscutível contribuição a um conhecimento mais profundo e variado da história da cultura escrita naquele país, foi sua capacidade de exportação a outros âmbitos acadêmicos e científicos, principalmente Espanha.

Sua entrada e difusão entre nós se produziu, prosseguindo a tradicional vinculação hispano-italiana, pelo Levante, terras da outrora Coroa de Aragão, cujos barcos cruzaram o Mediterrâneo, aportaram em Sardenha e culminaram suas empresas no reino de Nápoles. Foi José Trenchs Odena, a quem serve de homenagem este primeiro número de *Signo*, quem, depois de sua estadia em Roma como discípulo de Emilio Sáez, manteve a fertilidade desse contato, animou aos seus próprios discípulos nessa direção e soube fazer dos *Cursos Internacionais Bennassal-Castellò* um foro adequado para o intercâmbio de experiências e a abertura metodológica das disciplinas relacionadas com a cultura escrita. Sob sua direção se elaboraram as primeiras teses doutorais e memórias de licenciatura sobre a inter-relação entre a escritura e o alfabetismo na sociedade medieval e renascentista, centrados no espaço valenciano.

Francisco M. Gimeno Blay é, sem lugar a dúvidas, o primeiro e principal representante espanhol dessa linha de investigação. Estreou nela com sua tese de doutorado sobre o alfabetismo e a cultura escrita no Alto Palancia no final do século XIV e primeira metade do XV¹⁵⁹. Depois publicou uma variada gama de trabalhos e se ocupou da relação entre a escritura e a hierarquização social dos cartuxos, de certas reflexões sobre a escritura a partir das mostras expostas e reproduzidas em uma exposição, da escritura delegada e da relação dos analfabetos com a administração, dos rastros de *graffiti* nas crônicas valencianas do século XVII, da edição do diário do mercador Pere Soriol, até a data o primeiro exemplo espanhol de um *libro di ricordanze*, o analfabetismo feminino na Valência do século XVI a partir dos alvarás das amas do Hospital Geral de Valência, das relações entre a escritura e a imagem na pintura medieval ou a escritura da coleção epigráfica de Valência, sem esquecer, obviamente, sua síntese sobre a evolução da Paleografia na Espanha, o livro e as bibliotecas na Coroa de Aragão durante o século XVI (em colaboração com José Trenchs) ou as maneiras de aprender a escrever na Baixa Idade Média e no Renascimento¹⁶⁰.

Junto a F. M. Gimeno, a outra pessoa que pelo momento mais atenção prestou à corrente do alfabetismo e cultura escrita foi M^a Luz Mandingorra Llavata. Suas investigações se centraram no uso da escritura na administração municipal, na análise da introdução e difusão da humanística em Valência, a cultura gráfica de um grupo socioprofissional concreto – os boticários valencianos –, o fenômeno global da leitura e o livro na Valência do século XIV, a publicação do inventário da biblioteca do jurista Juan Fernández de Porto e mais recentemente os usos privados da escrita¹⁶¹.

Outros investigadores, a maioria deles saídos do Departamento de Paleografia e Diplomática da Universidad de Valencia, também se interessaram pelas novas propostas metodológicas, uns com maior

¹⁵⁹ *La escritura en la diócesis de Segorbe. Una aproximación al estudio del alfabetismo y la cultura escrita en el Alto Palancia (1383-1458)*, dirigida por José Trenchs Odena e lida na Universidad de Valencia em junho de 1985. O capítulo central da mesma, muito ampliado e matizado e com o acréscimo de lâminas, transcrições e comentários das mesmas, foi publicado com o título *La escritura gótica en el País valenciano después de la conquista del siglo XIII*, Valência, Universidad de Valencia: Departamento de Paleografía y Diplomática, 1985. A defesa da mesma também foi editada, com o próprio título da tese, no «Boletín del Centro de Estudios del Alto Palancia», 1-2 (1984), pp. 49-60.

¹⁶⁰ *La escritura en la Cartuja (Análisis diacrónico a través de las Constituciones)*, «Saitabi», XXXIII (1984), pp. 5-17; *Escritura. Palabra e imagen (Reflexiones sobre la cultura escrita reproducida)*, «Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval», 4-5 (1986), pp. 359-378; *Gli alfabeti e l'amministrazione: note sui loro rapporti attraverso la scrittura*, «Notizie», [7] (março 1986), pp. 10-14; *Del negocio y del amor: el diario del mercader Pere Soriol (1371)*, «Saitabi», XXXVI (1986), em colaboração com María Teresa Palasí Fas; *Los testimonios cronísticos del uso de las escrituras populares - escrituras criminales en la Valencia del siglo XVII*, em colaboração com Vicente J. ESCARTÍ, e *Scriptura, símbolos e imatges de la comunicació urbana*, ambos em «ACS», 1 (1988), pp. 23-28 e 67-70; *Analfabetismo e alfabetización femeninos en la Valencia del Quinientos*, em *Writing and Reading*, inédito; *Materiales para el estudio de las escrituras de aparato bajomedieval. La colección epigráfica de Valencia*, em *EPIGRAPHIK1988. Fachtagung für mittelalterliche und neuzeitliche Epigraphik* (Graz, 1988), Wien, 1990, pp. 195-215; *De scripturis in picturis*, «Fragmentos. Revista de Historia del Arte», 17-19 (1991), pp. 176-183; *Libro y bibliotecas en la corona de Aragón (siglo XVI)*, em *El Libro Antiguo Español*, II, pp. 207-239, em colaboração com José TRENCHS ODENA; *Aprender a escribir en la Península Ibérica: De la Edad Media al Renacimiento*, em *Escribir y leer en Occidente*, 1993, inédito.

¹⁶¹ *La escritura al servicio de la Administración municipal. La acumulación gráfica en los hospitales valencianos (1400-1509)*, Valência, 1985, memória de licenciatura inédita; *La escritura humanística en Valencia. Su introducción y difusión en el siglo XV*, Valência, Universitat de Valencia, 1986 [Parte retirada de «Estudis Castellonencs», 3 (1986)]; *Aproximación a la cultura gráfica de los boticarios a finales de la Edad Media*, «Saitabi», XXXVI (1986); *Juan Fernández de Porto y su biblioteca jurídica (1383)*, «Saitabi», 38 (1988), pp. 63-87; *Leer en la Valencia del Trescientos. El libro y la lectura en Valencia a través de la documentación notarial (1300-1410)*, Valência, 1990, 2 volumes, tese doutoral inédita; *El libro y la lectura en Valencia (1300-1410). Notas para su estudio*, «AEM», 21 (1991), pp. 549-569; *Usos privados de la escritura en la Baja Edad Media. Secuencias espacio-temporales y contextos de uso*, em *Las diferentes historias*, pp. 57-88.

frequência, outros de maneira ocasional e alguns no começo de uma carreira investigadora que logo tomou rumos distintos. Estamos nos referindo fundamentalmente a José V. Boscá Codina, quem estudou algumas mostras de aprendizagem da escritura na Valência do século XV e recentemente glosou brevemente a perspectiva interdisciplinar dos estudos sobre escritura e leitura na história a propósito do curso *Escribir y leer en Occidente* (Valência, junho 1993)¹⁶²; Virginia M. Cuñat-Ciscar, que acaba de publicar um trabalho sobre a escritura e a imprensa¹⁶³; Juan Vicente García Marsilla se ocupou da figura do *archiver* e o controle da escritura no Hospital Geral de Valência no fim do século XVI e princípio do XVII, ainda que posteriormente se orientou mais pelo caminho da história medieval¹⁶⁴; María del Rosario Ferrer Gimeno optou por estudar a leitura em Valência no período posterior ao tratado por M^a Luz Mandingorra¹⁶⁵; M^a Gloria Ródenas Martínez e Susana M^a Vicent Colonques insistiram na tese de Gimeno sobre o analfabetismo feminino das amas no século XVI¹⁶⁶; Robert Cuenca analisou os testemunhos escritos de um mourisco valenciano do século XVI¹⁶⁷; e Vicente Josep Escartí, do Departamento de Filologia, se aproximou ao fenômeno dos *graffiti* recolhidos em Algemesi (Valência) em maio de 1987¹⁶⁸.

Dito isto, seríamos injustos se não tivéssemos em conta a projeção de idênticas inquietações fora do âmbito levantino. Em Granada, Amparo Moreno Trujillo, M^a José Osorio Pérez e Juan de la Obra Sierra trataram a cultura escrita de Granada no século XVI¹⁶⁹. No entorno de Madri – Universidad Complutense de Madrid e Universidad de Alcalá de Henares – diversas pessoas estão trabalhando nessa direção. Concepción Mendo Carmona fez da escritura da documentação da Catedral de Leão no século X o argumento de sua tese doutoral¹⁷⁰; Luis Casado Otaola analisou a documentação do mosteiro de Sahagún no século XI em função da dialética oralidade/literalidade e recentemente se interessou pela gênese documental e suas consequências na especialização escriturária do clero¹⁷¹; María del Val González de la Peña dedicou sua memória de licenciatura ao estudo das subscrições autógrafas das cartas de profissão das freiras do convento de Alcalá de Henares das Bernardas no século XVII¹⁷² e agora amplia a cronologia do estudo na tese doutoral; Antonio Castillo Gómez começou a se interessar pelo estudo do alfabetismo e da cultura escrita em consequência de sua dupla estadia no *Istituto di Paleografia* da Universidade «La Sapienza» de Roma em 1989 e 1990, sendo seus primeiros frutos esta e outra síntese teórica e metodológica sobre o diálogo Paleografia-História, um artigo sobre a tipologia e função dos livros das igrejas rurais do Campo de Calatrava no final do século XV, um trabalho inédito sobre os usos públicos e privados da escritura na Baixa Idade Média, diversas resenhas bibliográficas e a tese doutoral atualmente em curso de realização dedicada aos usos da escritura em Alcalá de Henares no trânsito do século XV ao XVI¹⁷³. Em Barcelona, Josep Antoni Iglesias prepara a tese doutoral sobre os livros e a leitura em dita cidade durante o século

¹⁶² *Ejercicios de escritura en la Valencia medieval (siglo XV)*, «Historia de la Educación», 9 (1990), pp. 303-310 e «Captar lo que una sociedad entera escribe o lee».

¹⁶³ *Escritura e imprenta. Consideraciones sobre la escritura mecánica y los letrados-analfabetos*, em *Las diferentes historias*, pp. 169-184.

¹⁶⁴ *La administración hospitalaria y el control de la escritura. La figura del archiver*, «ACS», nuova serie, 2 (1989), pp. 25-30.

¹⁶⁵ *La lectura en Valencia (1416-1474). Una aproximación histórica*, defendida na Universidad de Valencia em julho de 1993, inédita.

¹⁶⁶ *La cultura escrita y la mujer: modelos de participación y exclusión en la vida pública*, em *La voz del silencio*, I, pp. 17-31.

¹⁶⁷ *De la lengua de Alá a la lengua de Dios: la aculturación de un morisco valenciano*, em *Las diferentes historias*, pp. 147-160.

¹⁶⁸ *De l'us atemptatori de l'escritura*, «Saitabi», XXXIX (1989), pp. 133-143.

¹⁶⁹ *Firmas de mujeres y alfabetismo en Granada (1505-1550)*, «Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas», XVI (1991), pp. 99-124. De A. MORENO TRUJILLO e J. de la OBRA, *Aproximación a la cultura escrita de Granada a comienzos del siglo XVI*, em *El Libro Antiguo Español*, II, pp. 339-353.

¹⁷⁰ *La escritura como vehículo de cultura en el reino de León (Siglos IX-X)*, dirigida por Carlos Sáez e María Isabel Pérez de Tudela y Velasco, defendida na Universidad Complutense de Madrid em fevereiro de 1994, especialmente o capítulo IV: «Análisis de la escritura de los documentos: formación gráfica de los escribas leoneses». Conferir também *Cuatro escribas leoneses en el siglo X*, em *Las diferentes historias*, pp. 27-38.

¹⁷¹ *Oralidad y literalidad a través de las fuentes monásticas del s. XI (Estudio a partir del fondo de Sahagún)*, Trabalho de doutorado, Universidad Complutense de Madrid, maio 1991, inédito e *Petrus presbiter: génesis documental y consecuencias sociales de la especialización escrituraria del clero*, em *Las diferentes historias*, pp. 107-114. Agradecemos ao autor pelo obséquio de nos conceder uma cópia do trabalho de doutorado e desde já o animamos a continuar reflexões tão interessantes, algo incomum no panorama paleográfico espanhol.

¹⁷² *Las cartas de profesión del convento de Bernardas de Alcalá de Henares (s. XVII)*, Universidad de Alcalá de Henares, 1992.

¹⁷³ *La escritura en el pasado. Historia y Paleografía: Razones para el diálogo científico*. Comunicação apresentada no *Congreso Internacional «A historia a debate»*, ocorrido em Santiago de Compostela de 7 a 11 de julho de 1993; «*In nomine Patris*». *Libro e Iglesia en el mundo rural a finales del siglo XV. Notas para su estudio*, em *Las diferentes historias de letrados y analfabetos*, pp. 89-106; *Uso público y privado de la escritura en la Baja Edad Media*, conferência proferida no curso/simpósio *Las diferentes historias de letrados y analfabetos*, que permanece inédita e em cuja revisão e ampliação está trabalhando, visando publicações posteriores; Resenhas das revistas *Notizie* e *ACS* no «Boletín de la ANABAD», XL/2-3 (1990), pp. 269-271 e sobre obras de Petrucci e Bartoli Langelí neste número de «Signo» e em «AEM», 23 (1993).

XV a partir dos inventários e testamentos de clérigos, médicos, juristas e outros cidadãos, e recentemente nos ofereceu uma mostra de suas inquietações¹⁷⁴.

Epílogo: Paleografia e História Social da Escritura

A trajetória historiográfica que com certa prolixidade tratamos de expor nestas páginas nos situa diante de uma realidade científica substancialmente distinta e prometedora.

A Paleografia, até não há muito afastada e separada das correntes historiográficas mais vivas¹⁷⁵, se introduz, juntamente com uma metodologia mais aberta e dinâmica, no caminho da complexa, mas fértil, renovação da história e das ciências sociais.

Ao ser considerada como uma fonte histórica em si e por si mesma, através da qual se refletem as diferenças, disfunções e marginações existentes em outras parcelas da sociedade¹⁷⁶, o estudo da escritura se converte em uma aventura apaixonante que trata de reconstruir em que medida este concreto instrumento de comunicação serviu à ordenação e estruturação da sociedade¹⁷⁷ ou foi utilizado como um «meio de expressão e de comunicação dos grupos privilegiados e um veículo transmissor e consolidador de sua ideologia»¹⁷⁸. A partir desta posição, a escritura atua como instrumento reprodutor da discriminação social, comparável ao que o moleiro friulano Menocchio atribuía ao latim no começo do século XVI:

Yo soy de la opinión que hablar latín es un desacato a los pobres, ya que en los litigios los hombres pobres no entienden lo que se dice y se hallan aplastados, y si quieren decir dos palabras tienen que tener un abogado^{179/180/181}.

Em síntese, a história social da escritura nos chega através de uma lente bifocal que tem em uma de suas caras o uso da escritura como instrumento de poder e na outra as marcas do acesso privado à habilidade de escrever por parte das classes populares. Dito de outro modo, trata-se de analisar esses dois ângulos da *função e difusão social da escritura*, aos que reiteradamente se referiu Petrucci¹⁸².

Isso se parte de uma nova conceitualização da escritura que a define como algo mais que um conjunto de signos gráficos e a transforma, no contexto da alfabetização, em uma das «infraestruturas» utilizadas para a difusão do poder social¹⁸³.

A concepção de escritura como instrumento do poder e expressão da mesma estrutura social é paralela à tese de Foucault sobre o *documento / monumento*, tão oposta à matéria inerte dos positivistas^{184/185}. Sob essa perspectiva, o documento/a escritura são estudados como um «produto da sociedade, que os fabricou segundo as relações de força que nela detinham o poder. É, por dizê-lo com outras palavras, o produto de uma certa

¹⁷⁴ *El clero catalán y la lectura en época bajomedieval*, em *Las diferentes historias de letrados y analfabetos*, pp. 135-146.

¹⁷⁵ A. BARTOLI, *Intervenía di apertura*, p. 24.

¹⁷⁶ F. M. GIMENO BLAY, *La escritura en la diócesis de Segorbe...*, «Boletín del Centro de Estudios del Alto Palancia», 1-2 (1984), [p. 5].

¹⁷⁷ *Ibidem*, [p. 3].

¹⁷⁸ Miguel RODRÍGUEZ LLOPIS, *La escritura y el poder. Emisión de documentos en la sociedad murciana bajomedieval*, «Áreas. Revista de Ciencias Sociales», 9 (1988), p. 11.

¹⁷⁹ *El queso y los gusanos. El cosmos, según un molinero del siglo XVI*, Barcelona, Muchnik, 1986 (edição original em italiano, 1976), p. 42.

¹⁸⁰ [NT] Edição brasileira: *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹⁸¹ [NT] Tradução: "Eu sou da opinião de que falar latim é um desacato aos pobres, já que nos litígios os homens pobres não entendem o que se diz e se encontram humilhados, e se querem dizer duas palavras têm de ter um advogado".

¹⁸² *Per la storia dell'alfabetismo*, pp. 33-34.

¹⁸³ Michael MANN. *Las fuentes del poder social, I. Una historia del poder desde los comienzos hasta 1760 d.C.*, Madri, Alianza Editorial, 1991 (edição original em inglês, 1986).

¹⁸⁴ Michael FOUCAULT. *La arqueología del saber*, México, Siglo XXI, 1985 (edição original em francês, 1969), pp. 9-11. Conferir também Jorge LOZANO. *El discurso histórico*, Madri, Alianza Editorial, 1987, pp. 85-86, onde consta uma valorização das teorias de Foucault. A visão positivista teve sua plasmação mais evidente na teoria diplomática de Luigi SCHIAPARELLI. *Diplomatica e storia*, Florença, 1909, agora em IDEM. *Note di diplomatica (1896-1934)*, editado por A. Pratesi, Turim, Bottega d'Erasmus, 1972, pp. 95-125, especialmente p. 101.

¹⁸⁵ [NT] Edição brasileira: *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

orientação da história»¹⁸⁶. Palavras similares às que emprega Jacques Le Goff quando define o documento não somente como consequência de uma situação histórica dada, mas, sobretudo, enquanto produto orientado da mesma, isto é, «resultado do esforço feito pelas sociedades históricas para impor ao futuro – querendo ou não – uma imagem de si mesmas»¹⁸⁷. Por dizê-lo também com a voz de Roger Chartier, os «materiais-documentos obedecem a procedimentos de construção nos quais se empregam conceitos e obsessões de seus produtores e onde se marcam as regras da escritura particulares ao gênero que sinaliza o texto»¹⁸⁸.

Assumindo ditas virtualidades do documento e da escritura, a Paleografia, mas igualmente outras disciplinas afins (Codicologia, Diplomática, Epigrafia, etc.), se reencontram com a História, não a partir da posição excludente de ciência auxiliar, que teve durante vários séculos, mas com base na independência que proporciona o desenvolvimento de uns objetivos e métodos diferentes e sob o compromisso do diálogo interdisciplinar que deve caracterizar todo labor científico e em concreto os estudos sobre a história da cultura escrita ou das alfabetizações na história.

Nesse contexto, a contribuição da Paleografia se faz especialmente valiosa naqueles períodos da história para os que não existem fontes suscetíveis de uma redução quantitativa e em geral em toda aproximação à alfabetização que se ocupe mais das funções e usos da escrita ou dos níveis de educação gráfica¹⁸⁹. Portanto, trata-se de prestar mais atenção às interpretações qualitativas¹⁹⁰ do que à elaboração de tabelas numéricas sobre a quantidade de alfabetizados e analfabetos, necessárias, mas limitadas, salvo que se pense com François Furet que a reintegração das classes populares na história só é possível mediante «o estudo quantitativo da sociedade do passado», o que seria tanto como condená-las ao silêncio, segundo afirmou Carlo Ginzburg¹⁹¹.

A questão, bem argumentada por Attilio Bartoli, está em saber se se persegue exclusivamente o alfabetismo estatístico ou burocrático, aquele que reduz a história ao branco e negro, à oposição entre quem sabia assinar e aqueles que não sabiam, ou, pelo contrário, se pretende um conhecimento do alfabetismo em todo seu gradualismo e complexidade. Nessa perspectiva, o alfabetismo qualitativo incide mais no status social dos alfabetizados, as funções atribuídas aos produtos escritos, a mediação gráfica, as práticas e usos da escritura e da leitura, a relação entre a competência ativa (escrever) e passiva (ler) do alfabetismo ou a natureza das leituras e dos testemunhos escritos.

Per le epoche prestatistiche l'alfabetismo non è affallo un oggetto inconoscibile. Non lo si può misurare in assoluto, ma se ne può valutare il senso e la qualità, mediante strumenti interpretativi necessariamente diversi da quelli statistici ma non per questo più poveri o impressionistici. Nel lavoro storico sull'alfabetismo antico e medievale **l'handicap** (apparente) delle fonti si è rivelato un vantaggio, capace di influenzare positivamente le stesse ricerche quantitative e lo stesso concetto storiografico di alfabetismo^{192/193}.

¹⁸⁶ Jorge LOZANO. *El discurso histórico*, p. 86.

¹⁸⁷ Jacques LE GOFF, *Documento/Monumento*, «Iargi», II (1989), p. 126. Conferir também suas declarações a Francesco MAIELLO. *Jacques Le Goff. Entrevista sobre la historia*. Valência, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació: Edicions Alfons el Magnànim, 1988, p. 83. Também Armando PETRUCCI. *Medioevo da leggere*, p. 197.

¹⁸⁸ R. CHARTIER, *Historia intelectual*, em *El mundo como representación*, p. 40-41.

¹⁸⁹ A esse respeito conferir, por um lado, a clássica distinção entre escritura normal, usual e elementar com base em A. PETRUCCI, *Libro, scrittura e scuola*, pp. 313-337, *Per la storia dell'alfabetismo*, pp. 35-36 e *Breve storia della scrittura latina*, p. 24; por outro, a qualificação da assinatura, com níveis de 1 a 5 – Soubeyroux – ou 1 a 4 – o restante –, introduzida nas obras de J. SOUBEYROUX, *Niveles de alfabetización en la España del siglo XVIII*, pp. 159-172; M-Ch. RODRÍGUEZ e B. BENNASSAR, *Signatures et niveau culturel*, pp. 17-46; A. VIÑAO FRAGO, *La historia de la alfabetización*, pp. 31-55; e P.L. MORENO MARTÍNEZ, *Alfabetización y cultura impresa*.

¹⁹⁰ «E'infatti il più fine strumento interpretativo che la paleografia è in grado di prestare all'analisi di quell'alfabetismo al plurale che dicevamo: la paleografia, beninteso, nella sua accezione tecnica e più nella sua qualità storiografica.», em Attilio BARTOLI LANGELI, *Storia dell'alfabetismo e metodo quantitativo*, p. 361. Sobre esta questão resulta também muito sugestivo o artigo de A. PETRUCCI, *Prospettive di ricerca*, pp. 21-37. [NT] Tradução: «Na verdade, é a melhor ferramenta interpretativa que paleografia é capaz de emprestar à análise da alfabetização ao plural dissemos: a paleografia, claro, em seu sentido técnico e na sua qualidade historiográfica», em Attilio BARTOLI LANGELI, *Storia dell'alfabetismo e metodo quantitativo*, p. 361.

¹⁹¹ *El queso y los gusanos*, p. 22. O trabalho de F. FURET ao qual se refere o autor é *Pour une définition des classes inférieures à l'époque moderne*, «Annales», XVIII (1963), pp. 459-474, especialmente a p. 479.

¹⁹² Attilio BARTOLI, *Storia dell'alfabetismo e metodo quantitativo*, p. 357.

¹⁹³ [NT] Tradução: Para as épocas pré-estatísticas a alfabetização não é um objeto muito desconhecido. Ele não pode ser medido em termos absolutos, mas se pode avaliar o sentido e a qualidade, através de ferramentas interpretativas necessariamente diferentes daquelas estatísticas, mas nem por isso mais pobres ou impressionísticas. No trabalho histórico sobre a alfabetização antiga e medieval a deficiência (aparente) das fontes se mostrou como uma vantagem, capaz de influenciar positivamente as mesmas pesquisas quantitativas e o mesmo conceito historiográfico de alfabetização.

A partir destas posições, a contribuição paleográfica ao estudo qualitativo dos testemunhos escritos, ainda que «*rovescia el método tradicional*» como disse Petrucci, não se pode considerar uma adulteração dos princípios científicos da Paleografia, salvo que se pretenda manter a esta isolada da evolução científica. A aproximação à história social que implica a metodologia de Petrucci, de evidente ascendência marxista e tão criticada por E. Cau e de forma mais matizada por Pratesi¹⁹⁴, não degrada a Paleografia nem perverte sua trajetória científica. Pelo contrário, reforça seu status de ciência da escritura¹⁹⁵, a enriquece e eleva à categoria das ciências históricas, consolidando-a em seu caráter de disciplina autônoma e necessária para a compreensão do passado humano no horizonte da globalidade e mediante o útil instrumentalismo da interdisciplinaridade¹⁹⁶.

Em conclusão, a Paleografia, mediante o estudo da escritura no marco da sociedade que a produz, o que constitui o campo de estudo da história social da escritura, reorienta seu método de trabalho e suas pretensões científicas; substitui seu velho interesse pela escritura das classes dominantes, produto também da procedência social daqueles que se ocuparam da Paleografia até princípios deste século¹⁹⁷, para se ocupar de detectar os rastros escritos das classes populares.

Uma renovação que não deve ser vista como tábua de salvação de um saber ancorado no eruditismo reducionista, mas como o reencontro com sua própria finalidade científica e a plena integração no campo da ciência histórica, e, através desta, no mundo contemporâneo.

Perseverando su questa impostazione la paleografia perderà i connotati, che spesso ancora mostra, di arida disciplina nozionistica, astratta dal reale contesto culturale, e, anzi, favorirà una ricomposizione del tessuto dell'antichità e del Medioevo, in cui la scrittura si riapproprierà del suo ruolo storico, definendosi, a seconda dei casi, come espressione dirompente di nuove forze sociali o quale ultimo baluardo di vecchie strutture politiche. Solo così anche il paleografo troverà una ridefinizione, complessa ma organicamente fondata, del proprio modo di essere nella società contemporanea: ricomponendo, contro la frammentazione crociana, l'unità del processo storico^{198/199}.

¹⁹⁴ Os dados referentes à polêmica suscitada pela tese de Petrucci e as oportunas referências bibliográficas em Paola SUPINO MARTINI, *La Paleografia latina in Italia da Giorgio*, pp. 71-72, notas 141 e 142. Em geral, nas páginas 64-76 a autora estuda a figura de Petrucci e sua contribuição à Paleografia.

¹⁹⁵ Servem neste sentido as precisas palavras com as quais Gimeno Blay interveio a propósito dos novos horizontes abertos à Paleografia: «Nós pensamos que se é competência desta ciência, a Paleografia, a resolução de todos os problemas resultantes da existência e utilização da escritura em uma sociedade, pois desde seu próprio nascimento têm sido seu objeto de estudo as formas gráficas; portanto, não acreditamos que deva passar sua competência a outras parcelas históricas, porque a Paleografia, como disciplina técnica, já desenvolveu um determinado nível de análises e em consequência um aparato conceptual e categórico apto para a compreensão da evolução das formas gráficas», em F. M. GIMENO BLAY, *La escritura en la diócesis de Segorbe*, p. [5].

¹⁹⁶ «...perchè la storia, cioè la vita, non si può dividere per compartimenti stagni. Nella storia, appena un problema è alquanto complesso, non basta più a risolverlo un'unica disciplina, ma ci si riesce soltanto, quando ci si riesce, assaltandolo da tutte le parti, con tutte le discipline, con i mezzi peculiari di ciascuna di esse. E le discipline si distinguono tra loro non tanto per differenza di oggetto, quanto per diversità di metodo: l'oggetto, insomma, rimane sempre l'uomo», Giorgio PASQUALI, *Paleografia quale scienza dello spirito*, em *Pagine stravaganti*, 1931. Conferir Vittorio DE DONATO, *Paleografia e storia*, «Quaderni Medievali», 1 (1978), p. 89. [NT] Tradução: «...porque a história, isto é, a vida, não se pode dividir em compartimentos estanques. Na história, surgem problemas que são bastante complexos, e não é suficiente uma única disciplina para resolvê-los, e quando eles surgem em larga escala, ocupando todos os espaços, temos que lançar mão de todas as disciplinas possíveis, com os meios peculiares de cada uma delas. E as disciplinas se diferenciam entre elas não pela diversidade do objeto, mas pela diversidade de método: o objeto, em resumo, continua sendo o homem», Giorgio PASQUALI, *Paleografia quale scienza dello spirito*, em *Pagine stravaganti*, 1931.

¹⁹⁷ «O interesse e finalidade com que se concebiam os estudos paleográfico-diplomáticos desde o século XII até princípios do XX foi o que condicionou o método: observação minuciosa, e o que levou a algumas pessoas a considerá-lo com os qualificativos de *classista* e *auxiliar* nos melhores dos casos. Seu conteúdo classista era lógico porque apenas estudava uma parte da produção escrita: a das classes dominantes das sociedades do passado, e ao mesmo tempo era cultivada por membros dessa classe, como mais adiante teremos ocasião de examinar ao tratar dos paleógrafos dos séculos XVIII e XIX», em F. M. GIMENO BLAY, *Las llamadas ciencias auxiliares de la Historia*, p. 32.

¹⁹⁸ Vittorio DE DONATO, *Paleografia e storia*, pp. 92-93.

¹⁹⁹ [NT] Tradução: Perseverando sobre esta configuração, a paleografia perderá as conotações, que muitas vezes ainda mostra, da árida disciplina nocional, a abstração a partir do real contexto cultural, e, de fato, favorecerá uma reconfiguração do tecido da Antiguidade e da Idade Média, em que a escrita reapropriar-se-á de seu papel histórico, chamando a si mesmo, se for caso disso, como a expressão perturbadora de novas forças sociais, ou como o último bastião das velhas estruturas políticas. Só assim também o paleógrafo encontrará uma redefinição, complexa, mas organicamente fundada, do seu próprio modo de ser na sociedade contemporânea: recompondo, contra a fragmentação crociana, a unidade do processo histórico.

